

Universidades Lusíada

Silva, Samantha Katrina Ventura da, 1991-

O plano de urbanização da Amadora de Faria da Costa : o projecto e a sua implementação

<http://hdl.handle.net/11067/4040>

Metadata

Issue Date 2018-07-19

Abstract Partimos para a presente reflexão, motivados em conhecer o percurso profissional de Faria da Costa, este que será o primeiro urbanista de formação internacional, encarregue dos planos urbanos mais paradigmáticos, da década da Obra Pública nacional. Um percurso que será analisado a partir das Beaux-Arts, ao Modernismo na Arquitectura, passando inevitavelmente, pelo contexto político nacional - o Regime do Estado Novo. O Plano de Urbanização e Expansão da cidade da Amadora de 1949, foi o primeiro...

We set out for the present reflection, motivated to know the professional path of Faria da Costa, who was the first urban planner of international formation, in charge of the most paradigmatic urban plans, of the national public works decade. A course that will be analysed from the Beaux-Arts to Modernism in Architecture, inevitably passing through the national political context - the New State Regime. The Urbanization and Expansion Plan of the city of Amadora in 1949 was the first regulatory...

Keywords Planeamento urbano - Portugal - Amadora, Renovação urbana - Portugal - Amadora, Costa, João Guilherme Faria da, 1906-1971 - Crítica e interpretação, Amadora (Portugal) - História

Type masterThesis

Peer Reviewed No

Collections [ULL-FAA] Dissertações

This page was automatically generated in 2018-11-06T14:47:45Z with information provided by the Repository



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA
Faculdade de Arquitectura e Artes
Mestrado Integrado em Arquitectura

**O plano de urbanização da Amadora de Faria da Costa:
o projecto e a sua implementação**

Realizado por:
Samantha Katrina Ventura da Silva

Orientado por:
Prof. Doutor Arqt. Rui Manuel Reis Alves

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio
Orientador: Prof. Doutor Arqt. Rui Manuel Reis Alves
Arguente: Prof.^a Doutora Arqt.^a Susana Maria Tavares dos Santos Henriques

Dissertação aprovada em: 19 de Julho de 2018

Lisboa

2018



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

O plano de urbanização da Amadora de Faria da Costa: o projecto e a sua implementação

Samantha Katrina Ventura da Silva

Lisboa

Maio 2018



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

O plano de urbanização da Amadora de Faria da
Costa: o projecto e a sua implementação

Samantha Katrina Ventura da Silva

Lisboa

Maio 2018

Samantha Katrina Ventura da Silva

O plano de urbanização da Amadora de Faria da Costa: o projecto e a sua implementação

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Rui Manuel Reis Alves

Lisboa

Maio 2018

Ficha Técnica

Autora Samantha Katrina Ventura da Silva
Orientador Prof. Doutor Arqt. Rui Manuel Reis Alves
Título O plano de urbanização da Amadora de Faria da Costa: o projecto e a sua implementação
Local Lisboa
Ano 2018

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

SILVA, Samantha Katrina Ventura da, 1991-

O plano de urbanização da Amadora de Faria da Costa: o projecto e a sua implementação / Samantha Katrina Ventura da Silva ; orientado Rui Manuel Reis Alves. - Lisboa : [s.n.], 2018. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - ALVES, Rui Manuel Reis, 1964-

LCSH

1. Planeamento urbano - Portugal - Amadora
2. Renovação urbana - Portugal - Amadora
3. Costa, João Guilherme Faria da, 1906-1971 - Crítica e interpretação
4. Amadora (Portugal) - História
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
6. Teses - Portugal - Lisboa

1. City planning - Portugal - Amadora
2. Urban renewal - Portugal - Amadora
3. Costa, João Guilherme Faria da, 1906-1971 - Criticism and interpretation
4. Amadora (Portugal) - History
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
6. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. NA9226.A43 S55 2018

“O que ambicionamos é ser autênticos na
nossa modéstia.”

SALAZAR, António (1960) – Corriere della Sera. Entrevista, p.23.

AGRADECIMENTOS

No desenvolvimento deste meu trabalho de investigação, o apoio de família, amigos colegas, e até mesmo a simples boa vontade de desconhecidos com que me cruzei no processo de obtenção de informação, foi para a conclusão deste trabalho, determinante. A eles a minha gratidão.

Aos meus pais, o meu trabalho também é vosso. Obrigada.

O meu profundo agradecimento, ao orientador deste estudo Professor Doutor Arqt. Rui Reis Alves, por ter aceite este que foi, o meu primeiro grande desafio. A sua vasta experiência, a sua exigência constante sob um olhar atento e a sua motivação, tornaram este exigente tema mais rico todos os dias.

Ao Arqt. João Carlos Antunes, obrigada. Obrigada por me receber sempre com carinho e boa vontade. Pela partilha de conhecimentos sobre a cidade, e a quem devo sobretudo, a ideia de aprofundar o urbanismo de Faria da Costa, conduzindo a investigação no caminho mais acertado.

Ao Dr. Miguel Rodrigues Costa, por ter sido o primeiro a acreditar, muito obrigada. O seu voto de confiança foi o mote para este trabalho passar de uma ideia à realidade que hoje vos apresento.

Um especial agradecimento, à Dra. Telma Correia, por me ter acolhido no seu gabinete DHRU. À Câmara Municipal da Amadora, onde colegas se tornaram amigos, numa partilha diária de conhecimentos e experiências; Maximiano Cabral, Rui Godinho, Paulo Teles, Paulo Freitas, José Coelho, José Oliveira, João Viana, Alice Mitras e Rui Correia.

Por fim, ao Arqt. Victor Ferreira Torres, que com a sua visão próxima da realidade e mestria para atender às exigências da cidade, encontrou no seu dia a dia, tempo para me dirigir uma palavra de coragem e incentivo. A sua generosidade, em muito contribuiu nesta tarefa, de apresentar-vos um trabalho digno da nossa cidade, a Amadora.

O meu profundo agradecimento a todos.

“É naturalmente o dever do arquitecto urbanista melhorar ao máximo o estado actual da cidade, mas com a máxima prudência e respeito pela sua individualidade porque doutra maneira criaria uma cidade standard [...].

Melhorar sem revolucionar – e teremos a dupla vantagem de não destruir o carácter particular destes velhos bairros. Pelo contrário, é aos casebres e à sua miséria que precisamos de atacar. É lá que o problema se complica para o urbanista, e contudo a solução não é impossível. Se examinarmos o que se tem feito nos diferentes países para a solução deste problema, constatamos que se pode perfeitamente repetir o passado, numa larga medida, sem prejudicar [...] o presente e o futuro.

O futuro prepara-se hoje.” COSTA, Faria (S.I. :Cosmos).

APRESENTAÇÃO

O Plano de Urbanização da Amadora de Faria da Costa: o projecto e a sua implementação

Samantha K. Silva

Partimos para a presente reflexão, motivados em conhecer o percurso profissional de Faria da Costa, este que será o primeiro urbanista de formação internacional, encarregue dos planos urbanos mais paradigmáticos, da década da Obra Pública nacional. Um percurso que será analisado a partir das *Beaux-Arts*, ao Modernismo na Arquitectura, passando inevitavelmente, pelo contexto político nacional - o Regime do Estado Novo.

O Plano de Urbanização e Expansão da cidade da Amadora de 1949, foi o primeiro instrumento regulador do território, antes do acentuado êxodo rural, da fixação de unidades fabris no Parque Industrial da Venda Nova, e do fenómeno populacional dos novos conjuntos residenciais, constituídos por inúmeros processos de adição. A utopia urbana de Faria da Costa, previa uma densidade populacional de 50. 000 habitantes em que a moradia unifamiliar espaçada seria predominante na urbanização da freguesia.

Será sobre o contributo durante o asfixiante cerco político e cultural do Regime, que retratamos Faria da Costa na Amadora, num vocabulário urbano, digno de reflexão, onde identificamos, um interesse baseado em vários modelos culturais. Por fim, a afirmação pós-parisiense, traduziu-se em Portugal pela satisfação do espírito culturalista como base metodológica, adaptado aos modelos modernistas. Uma vasta obra imaterial, de enorme ecletismo formal, que Faria da Costa lega à cidade da Amadora.

Palavras-chave: Amadora, Plano Urbano, Estado Novo, Faria da Costa, Revivalismo, Modernismo, Ecletismo.

PRESENTATION

The Urban Plan of Amadora, from Faria da Costa: the project and the implementation

Samantha K. Silva

We set out for the present reflection, motivated to know the professional path of Faria da Costa, who was the first urban planner of international formation, in charge of the most paradigmatic urban plans, of the national public works decade. A course that will be analysed from the Beaux-Arts to Modernism in Architecture, inevitably passing through the national political context - the New State Regime.

The Urbanization and Expansion Plan of the city of Amadora in 1949 was the first regulatory instrument of the territory, before the rural exodus, the establishment of industrial units in the Venda Nova Industrial Park, and the population phenomenon of the new residential complexes, addition processes. The urban utopia of Faria da Costa provided for a population density of 50,000 inhabitants in which the single-family house would be predominant for the urbanization of the city.

It will be about the contribution during the suffocating political and cultural siege of the Regime, which we portray Faria da Costa in Amadora, in an urban vocabulary, worthy of reflection, where we have identified an interest based on several cultural models. Finally, the post-Parisian affirmation was translated in Portugal by the satisfaction of the culturalist spirit as a methodological basis, adapted to the modernist models. A vast immaterial work, of enormous formal eclecticism, that the town planner leaves legacy to the city of Amadora.

Keywords: Amadora, Urban Plan, Totalitarian Regime, Revivalism, Modernism, Eclecticism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - <i>Invisible Cities</i> , s.d.. (Pirini, 2009)	28
Ilustração 2 – Primeiros núcleos – Porcalhota, Falagueira e Amadora e Estrada Real Lisboa / Sintra. Carta dos Arredores de Lisboa, retificada em 1911. ([Adaptado a partir de:] Portugal. Estado Maior do Exército, 1911).....	29
Ilustração 3 - Carta dos arredores de Lisboa, última retificação em 1911. ([Adaptado a partir de:] Portugal. Estado Maior do Exército, 1911).	30
Ilustração 4 – Porcalhota, Estrada Real, s.d. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).	31
Ilustração 5 – Amadora em 1970. (Cunha, 1970).....	31
Ilustração 6 - Habitações saloias da Falagueira ca. 1940. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca. 1940).	33
Ilustração 7 - Moradia Neorromântica na rua Elias Garcia, ca. 1940. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca. 1940).	33
Ilustração 8 - Núcleos rurais da Porcalhota – Capela da Nossa Senhora da Lapa, Falagueira, s.d. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).....	33
Ilustração 9 - Moinhos da Amadora, s.d.. ([Adaptado a partir de:] Coelho, s.d.).	35
Ilustração 10 - Amadora Rural, ca. 1912/1915. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca. 1912/1915).....	35
Ilustração 11 - Localização de edifícios do Património Classificado, Amadora década de quarenta; 1-Casa Roque Gameiro ; 2- Recreios da Amadora ; Fábrica Santos Mattos ; Casa Aprígio Gomes/Galeria Artur Bual ; 5- Moradia Neorromântica ; 6- Capela da Nossa Senhora da Lapa, Falagueira ; 7- Quinta do Assentista. ([Adaptado a partir de:] Portugal. Direcção Geral do Território, 1944 e Amadora. Câmara Municipal, Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca 1930-1940).	36
Ilustração 12 - Desfile da Festa da árvore 13 de Abril de 1913. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, 1913).	38
Ilustração 13 - Quinta do Assentista, s.d. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).	38
Ilustração 14 - Alçado da Casa Aprígio Gomes, 1903. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1903).....	39
Ilustração 15 - Desenhos da Casa Aprígio Gomes, Fachada Sul, 1903. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1903).	39
Ilustração 16 - Galeria Artur Bual, 2017. (Ilustração nossa, 2017).....	40
Ilustração 17 - Casa Roque Gameiro, s.d. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).....	42
Ilustração 18 - Alçados e cortes do edifício Recreios Desportivos da Amadora, s.d. (Amadora. Câmara Municipal, s.d.).....	43
Ilustração 19 – Loja “Casa dos Espartilhos”, 1911. Casa dos espartilhos ornamentada para o IV Congresso Internacional de Turismo. (Benoliel, 1911).....	45

Ilustração 20 – Localização da Loja “Casa dos Espartilhos” na Rua do Ouro, Lisboa. 1911. (Benoiel, 1911).	45
Ilustração 21 - Casa dos espartilhos ornamentada para o IV Congresso Internacional de Turismo 12 de Maio de 1911. (Benoiel, 1911).	45
Ilustração 22 - Recreios Desportivos da Amadora, ringue de patinagem e campo de ténis ca.1914 [(Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca.1914).	46
Ilustração 23 - Ala das máquinas de Costura. Fábrica dos Espartilhos Santos Mattos, 1930. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, 1930).	47
Ilustração 24 - Catálogo dos Espartilhos vendidos na Rua do Ouro s.d. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).....	47
Ilustração 25 – Funcionárias da Fábrica Santos Mattos, s.d. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).	47
Ilustração 26 - Costureiras da Fábrica Santos Mattos. s.d. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.)	47
Ilustração 27 - Operários da fábrica Sorefame, 1975. (Cunha, 1975).	48
Ilustração 28 - Amadora, Cometna, 1975. (Cunha, 1975).	50
Ilustração 29 - Portas de Benfica ca. 1970. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca.1970).	50
Ilustração 30 - Planta do Parque Industrial da Venda Nova- Localização da Fábrica Bertrand, Sorefame e Cel-Cat, 1996. ([Adaptado a partir de:] Recenseamento e Estudo Sumário do Parque Industrial da Venda Nova, 1996).	52
Ilustração 31 - Operário da Fábrica Cometna, 1975. (Cunha, 1975).....	53
Ilustração 32 - Fábrica Sorefame ca. 1970. (Novais, ca.1970).....	54
Ilustração 33 - Sorefame, processo de montagem de vagões de comboio. (Novais, ca.1970).	56
Ilustração 34 - Sorefame, processo de montagem de vagões de comboio. (Novais, ca.1970).	56
Ilustração 35 - Fábrica Sorefame, ca.1970. (Novais, ca.1970).....	57
Ilustração 36 - Evolução do Parque Industrial entre a década de quarenta e sessenta. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca.1940 e ca.1960.).....	60
Ilustração 37 – Território e ferrovia: Amadora na década de quarenta, e Amadora na década de sessenta ([Adaptado a partir de:] Direcção Geral do Território, 1944, ca.1965).	62
Ilustração 38 – Estação da Porcalhota ca.1930 ([Adaptado a partir de: Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca.1930).....	63
Ilustração 39 - Passagem de nível Porcalhota, s.d. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).....	63
Ilustração 40 - - Aviso Público á população em 1908. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, 1908).	63

Ilustração 41 - Celebração da eletrificação da linha férrea entre Rossio e Sintra, s.d. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).	65
Ilustração 42 - Bairro da Mina, moradias e os primeiros edifícios desenvolvidos em altura, junto ao caminho de ferro. s.d. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).	65
Ilustração 43 - Desenvolvimento da ocupação urbana entre Benfica, Amadora e Queluz, década de Cinquenta. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Câmara Municipal. Arquivo Fotográfico, ca 1950).	68
Ilustração 44 - Expansão da ocupação urbana da Amadora em 1955 e 1965. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1990).	70
Ilustração 45 - Expansão da ocupação urbana da Amadora em 1975 e 1989. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1990).	70
Ilustração 46 - Amadora e os concelhos vizinhos. ([Adaptado a partir de:] Arcgis, 2017).	73
Ilustração 47 - Estrutura Urbana Morfológica e Tipologia Urbana, Carta 5.1, 1990. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1990); Fotografias, cores – Bairro 6 de Maio, correspondente às Malhas orgânicas precárias, e a p&b – Bairro do Alto do Moinho, projecto SAAL. (Ilustração nossa, 2017).	77
Ilustração 48 - Panorâmica da paisagem urbana da Brandoa, passagem pela CRIL em 2017. (Ilustração nossa, 2017).	79
Ilustração 49 - Localização do Bairro da Brandoa, 2012 e planta PROQUAL, Situação dos quarteirões em 2005. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 2012 ; Portas, 2017).	81
Ilustração 50 – Conjunto abstrato de edifícios aleatórios, Bairro da Brandoa, 2017. (Ilustração nossa, 2017).	83
Ilustração 51 – Localização do Moinho em Alfragide, 1944. (Direcção Geral do Território, 1944).	89
Ilustração 52 - Bairro do Alto do Moinho, 2017. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Divisão de Informação Geográfica, 2017).	89
Ilustração 53 - Cortes e Plantas do conjunto habitacional o processo evolutivo. ([Adaptado a partir de:] Dias, 2017).	90
Ilustração 54 – Rua no Bairro do Alto do Moinho, 2017. (Ilustração nossa, 2017).	91
Ilustração 55 - Habitação no Bairro do Alto do Moinho, 2017. (Ilustração nossa, 2017).	91
Ilustração 56 – Esquema - trajeto dos cidadãos ao abrigo do programa PER. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 2014).	92
Ilustração 57 - Bairro de barracas da Falagueira, 1971. (Cunha, 2017).	93
Ilustração 58 - Bairro da Mina, 1972. (Lisboa. Arquivo Fotográfico Municipal, 2017).	93
Ilustração 59 – Visita ao Bairro 6 de Maio, 2017. (Ilustração nossa, 2017).	94
Ilustração 60 - Bairros de barracas na Amadora, 1973. (Cunha, 2017).	95
Ilustração 61 - Localização de alguns Bairros degradados da Amadora- Bairros PER. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. 2017).	97

Ilustração 62 - Sequência da área urbana, década de sessenta e respetivos bairros de lata e fotografia aérea de 2017, com a conclusão do troço da CRIL. ([Adaptado a partir de:] Portugal. Direcção-Geral do Território, 1965 e Amadora. Câmara Municipal, 2017).	100
Ilustração 63 – <i>Timeline</i> – Percurso Académico e Profissional de Faria da Costa na Direcção de Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, de 1938 a 1958. ([Adaptado a partir de:] Lôbo, 1993; Lisboa. Arquivo Municipal, 1939 e Salvatore, 2015).	104
Ilustração 64 - Faria da Costa e De Gröer à sua esquerda. Visita à Cova do Vapor e Caparica, ca 1940-45. ([Adaptado a partir de:] Marques, 2015).	105
Ilustração 65 - Diploma de Faria da Costa, em 1937 emitido pelo Institut d’Urbanisme de Paris. (Lisboa. Arquivo Municipal, 1937).	106
Ilustração 66 - Assinatura de Faria da Costa [s.d.] (SIPA, 2013).	106
Ilustração 67 - Escola Industrial Afonso Domingues- Oficinas de trabalho em madeira. Primeira formação de Faria da Costa como carpinteiro, s.d. (Novais, s.d.).	107
Ilustração 68 – Arquitectos da primeira geração moderna nacional e internacional, do percurso profissional de Faria da Costa; Keil do Amaral, Cristino da Silva; David Moreira da Silva; Étienne de Groër, Carlos Ramos e Cottinelli Telmo. ([Adaptado a partir de:] Arquivo Municipal de Lisboa).	112
Ilustração 69 – Membros do Governo e António de Oliveira Salazar, 1951. Cerimónia fúnebre da Rainha Dona Amélia, Largo de São Vicente. Lisboa. ([Adaptado a partir de:] Costa, 1951).	114
Ilustração 70 – Exposição do Mundo Português, 1940. Do lado ocidental, o Pavilhão dos Portugueses no Mundo do arquitecto Cottinelli Telmo. (Guedes, 1940).	116
Ilustração 71 – Comemorações do Duplo Centenário – Exposição do Mundo Português, 1940. Do lado oriental, o Pavilhão de Honra e da Cidade de Lisboa, do arquitecto Cristino da Silva. À esquerda, a Porta da Fundação – entrada sul, com os quatro guerreiros medievais. (Portugal, 2017).	116
Ilustração 72 – Composição abstrata das figuras do contributo moderno e do Estado Novo, Arquitecto João Guilherme Faria da Costa, Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco, Presidente da Republica General Óscar Carmona e por fim, Presidente do Conselho de Ministros António Oliveira Salazar, ca 1940. (Ilustração nossa, 2018).	117
Ilustração 73 - Duarte Pacheco, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 1938. Assinatura do projecto do Parque Florestal de Monsanto, juntamente com General Carmona. (Adaptado a partir de:] Lisboa. Câmara Municipal. Arquivo Municipal de Lisboa, 1938).	119
Ilustração 74 - Donat-Alfred Agache na apresentação do Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento do Rio de Janeiro, 1930. (Caixeta, 1930)	122
Ilustração 75 - Alfred Agache, Plano de Remodelação de Carcavelos, Cascais e Parede, 1936. (Figueiredo, 1936)	122
Ilustração 76 - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, 1948 de Étienne de Gröer; Revisão do Plano de Expansão da cidade por Guimarães Lobato, em 1959, de acordo o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU). (Lisboa. Câmara Municipal. 1948-1959).	123

Ilustração 77 - Plano de Remodelação da Baixa – 1ª Fase, Planta de Apresentação da Praça de D. João I e Rua da Palma. Faria da Costa, 1956-1958. (Almeida, 2016).	126
Ilustração 78 – Plano de Remodelação da Baixa – Planta de prolongamento da rua da Palma, 1950. Faria da Costa; Obras de demolições para a abertura da Praça Martim Moniz, 1947/1951. ([Adaptado a partir de:] Seródio in: Arquivo Municipal de Lisboa, 2018).	127
Ilustração 79 – Perspectiva da Praça de D. João I. Plano de Remodelação da Baixa, 1948-1950, Faria da Costa. (Lisboa. Arquivo Municipal, 1948-1950).	128
Ilustração 80 – Perspectiva de uma das Pracetas da Rua da Palma. Plano de Remodelação da Baixa, 1948-1950, Faria da Costa. (Lisboa. Arquivo Municipal, 1948-1950).	128
Ilustração 81 – Plano de Remodelação da Baixa. Perspectiva do Conjunto da Praça de D. João I e a Rua da Palma, 1948-1950, apresentado por Faria da Costa. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Arquivo Municipal, 1948-1950).	128
Ilustração 82 - Plano de Remodelação da Baixa, Planta de Apresentação, Desenho da Praça da Figueira. (Fundação Calouste Gulbenkian. Biblioteca de Arte, 1949-1950).	129
Ilustração 83 - Praça do Areeiro; Vista a área da ligação ente a Alameda D. Afonso Henriques e a Praça do Areeiro; Alameda D.Afonso Henriques, ca 1960. ([Adaptado a partir de:] Arquivo Municipal de Lisboa, 1960).	131
Ilustração 84 – Planta de Urbanização da zona compreendida entre a Alameda D. Afonso Henriques e a Linha Férrea de cintura, Faria da Costa, 1939. ([Adaptado a partir de:] Coelho, 1939).	132
Ilustração 85 – Planta do Projecto da Alameda D.Afonso Henriques, Faria da Costa, 1939 (Adaptado a partir de:] Coelho, 1939).	132
Ilustração 86 – Faria da Costa, s.d. ([Adaptado a partir de :] Património. Direcção-Geral do Património Cultural, s.d.)	135
Ilustração 87 - Aspeto do Plano Geral de Urbanização de Lisboa, – Encosta da Ajuda, 1938. Lisboa Câmara Municipal. (Fundação Calouste Gulbenkian, Novais. 1938)...	136
Ilustração 88 - Fotografia aérea do bairro da Encosta da Ajuda. 1953. (Abreu Nunes, 1953).	136
Ilustração 89 – Início da Construção do Bairro da Ajuda, fotografia aérea, ca. 1950. (Benoliel, ca. 1950).	139
Ilustração 90 - Fotografia aérea da Encosta da Ajuda. Limite aproximado da construção do aglomerado de casas económicas em 1953. ([Adaptado a partir de:] Abreu Nunes, 1953).	139
Ilustração 91 - Casas económicas, Encosta da Ajuda, ca. 1940 . (Pinto Kurt, ca. 1940).	140
Ilustração 92 - Casas económicas, Encosta da Ajuda. s.d. (Lisboa. Câmara Municipal. Arquivo Municipal de Lisboa, s.d.).	140
Ilustração 93 – Bairro de Casas de Renda Económicas no Restelo, 1963. (Artur Bastos, 1963).	140

Ilustração 94 - Ilustração 95 - Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, Planta de apresentação, 1945. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Câmara Municipal, 1945).	142
Ilustração 96 – Fotografia aérea sobre Alvalade, 1953. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Câmara Municipal, 1953).	144
Ilustração 97 - Quarteirões do Bairro de Alvalade – Análise sequencial do quarteirão-tipo da célula V: 1- Proposta de urbanização de Faria da Costa, 1945; 2-proposta do plano de urbanização com a edificação de casas de renda económica de Miguel Jacobetty, 1945; 3- Quarteirão construído em 2007. Análise sequencial do quarteirão-tipo da célula VII: 4- Proposta de urbanização de Faria da Costa, 1945; 5- Proposta do estudo de conjunto, Joaquim Ferreira e Orlando Azevedo, 1949; 6- Quarteirão construído em 2007. Análise sequencial do quarteirão comercial da célula VIII: 7- Proposta de urbanização de Faria da Costa, 1945; 8- Proposta de estudo de conjunto, Ruy d’Athouguia e Formosinho Sanchez, 1949; 9- Quarteirão construído em 2007. ([Adaptado a partir de:] Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da cidade portuguesa, 2015).	147
Ilustração 98 - Bairro das Estacas, construído na célula 8 do Plano dedicada a edifícios da Série II – tipos 4, 5, e 6, Casas de Renda Económica, 1959. (Seródio,a, 1959).	148
Ilustração 99 - Bairro das Estacas, construído na célula 8 do Plano dedicada a edifícios da Série II – tipos 4, 5, e 6, Casas de Renda Económica, 1959. (Seródio,b, 1959).	148
Ilustração 100 – Praça de Alvalade, 1976. (Campeão, 1976).	148
Ilustração 101 - Esquema da Distribuição dos Diferentes Tipos de Edifícios, 1945, Faria da Costa; Localização da Praça de Alvalade, Avenida de Roma com a Avenida Estados Unidos da América e Bairro das Estacas. ([Adaptado a partir de:] Arquivo Municipal de Lisboa, 1945).	148
Ilustração 102 - Unité d’Habitation, Marseille, aerial view, 1945–53, Le Corbusier. (Society of Architectural Historians, 1945-1953).	149
Ilustração 103 – Avenida de Roma, cruzamento com a Avenida dos Estados Unidos da América, ca 1950 - . (Fernandes, 195-)	149
Ilustração 104 – Avenida dos Estados Unidos da América, 1963. (Seródio, 1963).	149
Ilustração 105 - Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro: Planta de divisão em células; Localização do centro escolar da célula IV, 1945, Faria da Costa. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Câmara Municipal, 1945).	150
Ilustração 106 – Zona de Habitação para rendas Moderadas, 1945, Faria da Costa. ([Adaptado a partir de:] Arquivo Municipal de Lisboa, 1945).	151
Ilustração 107 - Fotografia aérea sobre o bairro de Alvalade, 1950. Construção das primeiras células, I, II e III e infraestruturção. (Lisboa. Câmara Municipal. Arquivo Municipal, 1950).	152
Ilustração 108 - Construção da avenida dos Estados Unidos da América, década de cinquenta. (Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa, 1950).	152
Ilustração 109 - Construção da avenida dos Estados Unidos da América, década de cinquenta. (Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa, 1950).	152

Ilustração 110 - Construção da avenida dos Estados Unidos da América, década de cinquenta. (Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa, 1950).	152
Ilustração 111 - Casas de Renda Económica, exemplos do tipo 1 e tipo 2 da célula I, Anteprojecto, Arqº Miguel Jacobetty, 1945. ([adaptado a partir de:] Lisboa: Câmara Municipal, 1945).	153
Ilustração 112 – Experiências urbanas nacionais/internacionais; Lisboa - Alvalade 1945, Chandigarh, 1950 e Brasília, 1955. (Adaptado a partir de:] Lisboa. Arquivo Municipal).	156
Ilustração 113 - Plano de Remodelação da Baixa, Planta de Apresentação, Desenho da Praça da Figueira e Perspectiva da Praça D. João I, 1949-1950. Faria da Costa. [(Adaptado a partir de:] Fundação Calouste Gulbenkian. Biblioteca de Arte, 1949-1950).	159
Ilustração 114 – <i>Ville Radieuse</i> , Le Corbusier, 1933. ([Adaptado a partir de:] Merin, 1933).	159
Ilustração 115 - Plano Urbano de Chandigarh, Índia. Le Corbusier, 1950 – 1965. ([Adaptado a partir de:] Gris, 1950).	160
Ilustração 116 - Brasília, Planta da cidade segundo o Plano Piloto de máxima expansão, 1955. (Brasília. Museu Virtual, 1955).	163
Ilustração 117 – Expressão Urbana Moderna de Brasília e a Praça do Martim Moniz, de Faria da Costa. ([Adaptado a partir de:] Fracalossi, 1960, Chaparro, 1960 ; Lisboa. Arquivo Municipal, 1950).	166
Ilustração 118 - Perspectiva da Praça D. João I, 1949-1950. Faria da Costa. (Gulbenkian. Fundação Calouste. Biblioteca de Arte, 1949-1950).	170
Ilustração 119 – Amadora centro, primeiro núcleo urbano próximo à estação ferroviária, 1938. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1938).	171
Ilustração 120 – Centro urbano da Amadora, s.d. Exemplo de uma rua canal. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, s.d.).	174
Ilustração 121 – Rua da localozação do edifício dos Recreios Desportivos da Amadora, s.d.. Atual Av. Santos Mattos. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1949).	174
Ilustração 122 – Centro urbano da Amadora, próximo à estação de caminho de ferro ca. 1949; ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1949).	174
Ilustração 123 - Primeiras ocupações urbanas na Amadora, concentrada no Bairro da Mina, e junto à Estação ferroviária, ca.1944. (Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, ca. 1944).	176
Ilustração 124 - António Cardoso Lopes, s.d.; Projecto do Grande Bairro-Parque da Mina na Amadora, 1913; Inauguração do Bairro da Mina com a visita do Presidente Manuel de Arriaga, 1913. Desenho de perspectiva de habitação no Bairro da Mina, s.d.; Convite para a inauguração do Grande Bairro-Parque da Mina na Amadora, 13 de Abril de 1913. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1913).	177
Ilustração 125 – Plano de Urbanização da Amadora, Plano de Apresentação, 1949, Faria da Costa. – Marcação das áreas de estudo, Mina e Venda Nova. ([Adaptado a partir de:] Direcção-Geral do Património Cultural, 1949).	178

Ilustração 126 – Centro urbano consolidado na Amadora, mais à esquerda, Bairro da Mina, e à direita, Bairro operário da Venda Nova,- levantamento aéreo de 1944. (Adaptado a partir de:] Direcção Geral do Território, 1944).	180
Ilustração 127 – Venda Nova, Portas de Benfica, conjunto progressivo segundo; Levantamento aéreo 1944; Levantamento aéreo 196-; Execução do PER, 2003 e Levantamento aéreo, 2012. (Adaptado a partir de:] Portugal. Direcção Geral do Território, 1944; Portugal. Direcção Geral do Território, 1965 e Amadora. Câmara Municipal, 2012)	181
Ilustração 128 – Habitação económica, Bairro Operário da Venda Nova, ca. 1950. (Amadora. Câmara Municipal, ca. 1950).....	183
Ilustração 129 – Amadora rural, ca.1950 e Amadora urbana, 2018. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Arquivo Municipal, ca. 1950; Maps. Google, 2018).	184
Ilustração 130 – Plano de Urbanização da Amadora; Planta de Utilização do Solo (ZONAMENTO). Distribuição do tipo de habitação, Faria da Costa, 1947. (Direção-Geral do Património Cultural, 1947).	189
Ilustração 131 – Processo de expansão do Parque Industrial da Venda Nova; ca 1940 ; ca 1960 e 2012. ([Adaptado a partir de: Amadora, Câmara Municipal, 2012).	189
Ilustração 132 – Planta índice, artérias de circulação principais, Faria da Costa, 1949. (Direção-Geral do Património Cultural, 1949).	190
Ilustração 133- Perfis Transversais tipo do Bairro Operário, rua corredor, Faria da Costa, 1949. (Direção-Geral do Património Cultural, 1949).....	192
Ilustração 134 – Bairro da Mina, década de quarenta, cinquenta. Rua corredor na Mina s.d. (Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, s.d.)	192
Ilustração 135 – Bairro da Mina, ca. 1950 (Amadora. Câmara Municipal, ca. 1950).192	
Ilustração 136 - Localização do parque industrial da Venda Nova, 1944; Progresso urbano e expansão do parque industrial da Venda Nova. ([Adaptado a partir de:] Direcção Geral do Território, ca 1944 e Amadora. Câmara Municipal, 1965).	195
Ilustração 137 – Rua Manuel Matos, Venda Nova, 1968. (Goulart, 1968).	196
Ilustração 138 – Rua Óscar Monteiro Torres, Venda Nova, 1968. (Goulart, 1968)..	196
Ilustração 139 – Reabilitação e conservação do Bairro operário da Venda Nova, 2018. (Ilustração nossa, 2018).....	197
Ilustração 140 – Esquisso, Le Corbusier. “O dia solar de 24 horas faz uma pausa na actividade dos homens”, 1968. ([Adaptado a partir de:] Carta de Atenas, 1968).	198
Ilustração 141 - Praças Modernistas de Faria da Costa durante o Estado Novo. Proposta de demolição das Portas de Benfica e Proposta de demolição das habitações do Martim Moniz, para criação da nova Praça. (Adaptado a partir de:] Lisboa. Arquivo Municipal, 1950 e Direcção-Geral do Património Cultural, 1949).	200
Ilustração 142 – Praça de Entrada da Cidade, Portas de Benfica. Faria da Costa, 1949. (Direção-Geral do Património Cultural, 1949).	205
Ilustração 143 - Exercício experimental, entre a proposta de Faria da Costa, e o tecido urbano atual, Venda Nova Amadora, 2018. (Adaptado a partir de: Maps. Google, 2018 e Direcção-Geral do Património Cultural, 1949).	207
Ilustração 144 – Processo urbano, o plano e a sua implementação. (Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 2018).....	209

Ilustração 145 – Habitação de baixa densidade, Mina, 2018. (Ilustração nossa, 2018).	210
Ilustração 146 – Habitação de baixa densidade, Mina, 2018. (Ilustração nossa, 2018).	211
Ilustração 147 - Processo urbano, o plano e a sua implementação. (Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 2018).	216
Ilustração 148 – Ambiente urbano, Rua Elias Garcia, e Bairro do Girassol, Venda Nova – Amadora, 2018. (Ilustração nossa, 2018).	218
Ilustração 149 - Renovação urbana nas imediações do Parque Industrial da Venda Nova - Amadora, 2018. (Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 2018).	219
Ilustração 150 – Bairro de densidade media, Venda Nova, 2018. (Ilustração nossa, 2018).	221
Ilustração 151 – Composição fotográfica abstrata dos edifícios habitacionais da Venda Nova, junto às Portas de Benfica. (Ilustração nossa, 2018).	222
Ilustração 152 – Processo urbano, o plano e a sua implementação. (Ilustração nossa, 2018).	224
Ilustração 153 – Ambiente urbano, Bairro da Venda Nova - Amadora, 2018. (Ilustração nossa, 2018).	225
Ilustração 154 – Habitação de baixa densidade, Mina, 2018. (Google, 2018).	227
Ilustração 155 – Habitação de alta densidade, Venda Nova, 2018. (Google, 2018).	227

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- AML - Área Metropolitana de Lisboa
- APAI - Associação de Portuguesa de Arqueologia Industrial.
- AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal.
- BAFCG - Biblioteca de Arte Fundação Calouste Gulbenkian
- CIAM - Congresso Internacional de Arquitectura Moderna
- CMA - Câmara Municipal da Amadora.
- DAU - Departamento de Administração Urbanística.
- DGSU/MOP - Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas.
- DGT - Direcção-Geral do Território.
- DHRU - Departamento de Habitação e Requalificação Urbana.
- DIG - Divisão de Informação Geográfica.
- EHEU - École des Hautes Études Urbaines.
- EMRU - Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana.
- FCG - Fundação Calouste Gulbenkian
- ICAT - Iniciativas Culturais Arte e Técnicas
- IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- IMC - Instituto dos Museus e da Conservação
- IUUP - Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris.
- NMCF - Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira.
- ODAM - Organização dos Arquitectos Modernos
- PDRLx - Plano Director Regional de Lisboa.
- PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa.
- REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território
- SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local.
- SFU - Société Française d'Urbanistes.
- SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico.

SUMÁRIO

Agradecimentos	3
Apresentação	7
Presentation	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	21
1. Introdução	25
2. Evolução urbana da Amadora - de aldeia a cidade	28
2.1. Arte colectiva de fazer cidade - três cenários.....	28
2.2. Leitura e Compreensão do Território.....	57
2.3. Uma cidade entre bairros	73
3. Faria da Costa – vida e obra	102
3.1. O formalismo da escola francesa	102
3.2. Formação.....	105
3.3. O Estado Novo e a Obra Pública.....	113
3.4. Dois Planos Urbanos de excelência de faria da costa	132
4. Expressão Moderna Paradoxal	155
4.1. Experiências urbanísticas internacionais do Pós-Guerra	155
4.2. O Plano de Urbanização da Amadora de Faria da Costa.	167
4.3. Projecto e Implementação	203
5. Considerações finais	228
Referências	235
ANEXOS	262
LISTA DE ANEXOS	263
ANEXO A	264

1. INTRODUÇÃO

O estudo da cidade, especialmente, da cidade da Amadora, apresenta-se como um tema amplo e difuso. Não se trata apenas de ilustrar o Plano Urbano desta cidade em particular, por vínculo emocional, mas também pela sua escassa documentação, e por demonstrar-se objeto paradigmático dos processos urbanísticos da década de quarenta. A escolha do tema, recaiu sobre o “*O Plano de Urbanização da Amadora de Faria da Costa: o projecto e a sua implementação*”, justamente pela sua relevância – o primeiro Plano Urbano da cidade de 1949, motivada sobretudo, pelo estudo do contributo de Faria da Costa na cidade da Amadora, que têm sido apenas aflorados, e nunca aprofundado.

Para levar a cabo esta investigação, a metodologia de trabalho consistiu em: Pesquisa nos Arquivos da Câmara Municipal da Amadora, acompanhada por técnicos no domínio do desenvolvimento urbanístico do concelho; Consulta de periódicos do fundo local e histórico da Biblioteca Municipal da Amadora Fernando Piteira Santos; Consultas sobre o Património Histórico no Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira; Consultas ao espólio pessoal do Arquitecto João Guilherme Faria da Costa no acervo da Direcção-Geral do Património, no Forte de Sacavém; Pesquisa Bibliográfica e pesquisa na Internet; Pesquisa Documental de Processos Individuais do Arquitecto nos Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo do Arco do Cego; Pesquisas iconográficas do estúdio Mário Novais arquivado na Sala de Multimédia da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte; Pesquisa documental, dos Anais do Município de Lisboa, Jornais e Revistas, referentes à década de cinquenta, arquivados na Hemeroteca Municipal de Lisboa; e por fim, pesquisa da evolução territorial do concelho a partir de Fotografia Aérea de Voos, documentados na Direcção Geral do Território.

A estrutura do trabalho, será dividida em três partes principais, para que se compreenda todo o processo de urbanização da cidade objeto de estudo, enquadrando o período que antecedeu o Plano Urbano de 1949, a década da constituição do Plano, e por fim, a sua implementação enquanto caso de estudo.

O primeiro capítulo do trabalho, apresenta-nos uma leitura diacrónica do território da Amadora, do rural ao urbano - de aldeia a cidade. Uma análise que terá início no século XIX, onde abordaremos a génese rural do território, dominado por uma exígua população saloia, campos agrícolas, quintas e moinhos de vento. A Estrada Real rumo a Sintra, também se constituiu como forte elemento de análise, visto ser responsável pelos inúmeros trajetos que fixaram a primeira classe burguesa na aldeia - uma

ocupação residencial predominantemente linear. Por fim, ainda inserido neste período que consideramos pré-urbano, abordaremos o impacto do advento da eletrificação do caminho de ferro, dos conjuntos residenciais espontâneos, e do impacto do Parque Industrial da Venda Nova, que tanto determinaram o desempenho urbano da cidade da Amadora, durante o século XX.

O segundo capítulo, diz respeito à vida e obra do arquitecto urbanista recém-chegado de Paris, João Guilherme Faria da Costa. Primeiramente, propõe-se fazer um relato cronológico focado na formação em arquitectura e depois na especialização em urbanismo. Depois, já nos quadros da CML, será feita uma ligeira análise sobre o contexto cultural em que o urbanista se desenvolve, isto é, a política de espírito do Regime do Estado Novo português. O contacto directo com Duarte Pacheco enquanto Ministro das Obras Públicas e Comunicações, e a integração no círculo de arquitectos da primeira geração modernista, que partilha com Faria da Costa, no gabinete da Câmara Municipal de Lisboa, onde desempenha o cargo de Arquitecto de 1ª Classe. O extraordinário percurso académico e profissional do arquitecto urbanista João Guilherme Faria da Costa, é descrito no segundo capítulo, de modo a apreender metodologias e ramificações de modelos culturais, adaptados pelo arquitecto, durante a década da Obra Pública. A Faria da Costa será entregue a responsabilidade dos Planos do Restelo seguindo-se o de Alvalade, o Plano da Amadora em 1949, e logo a seguir, o Plano de Remodelação da Baixa, com a reconversão da Praça do Martim Moniz concluído em 1950. Uma vasta obra urbana, de variadas expressões, que nos dedicamos a estudar.

O terceiro capítulo, centra-se no estudo sobre a implementação do Plano de Urbanização da Amadora de 1949, na perspectiva urbanística atual da cidade como caso de estudo. Propomo-nos deste modo, comparar o ambiente urbano em que se evidenciam o respeito pelas linhas diretoras de Faria da Costa, e os momentos da sua subversão. O caso de estudo analisa as áreas inseridas no Plano correspondentes às primeiras ocupações urbanas no território, o Bairro de baixa densidade residencial da Mina e o Bairro de alta densidade residencial da Venda Nova, com uma pequena abordagem ao Bairro operário adjacente. Serão estes os pontos notáveis do Plano, afetados pelo panorama crítico da proliferação populacional, e desenvolvimentos urbanos por processos de adição desarticulada. No entanto, são os que melhor nos permitem fazer uma leitura das reminiscências do Plano de Faria da Costa, que apesar de atingidos por interesses construtivos privados, não abdicaram da morfologia formal do urbanista.

2. EVOLUÇÃO URBANA DA AMADORA - DE ALDEIA A CIDADE

2.1. ARTE COLECTIVA DE FAZER CIDADE - TRÊS CENÁRIOS.

Da obra romântica de Ítalo Calvino¹, “*Le città invisibili*” 2002, relembremos um excerto da descrição que Marco Polo faz sobre a cidade Zaira, ao imperador Kublai Kan, isto porque, será também nosso desejo, descrever a cidade da Amadora através de uma leitura diacrónica sobre a constituição urbana do território.

[...] inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever-te a cidade de Zaira de altos bastiões. Poderia dizer-te de quantos degraus são as ruas em escadinhas, como são as aberturas dos arcos dos pórticos, de quantas lâminas de zinco são cobertos os telhados; mas já sei que seria o mesmo que não te dizer nada. Não é disto que é feita a cidade, mas sim das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado [...] a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas. (Calvino, 2015, p.26)

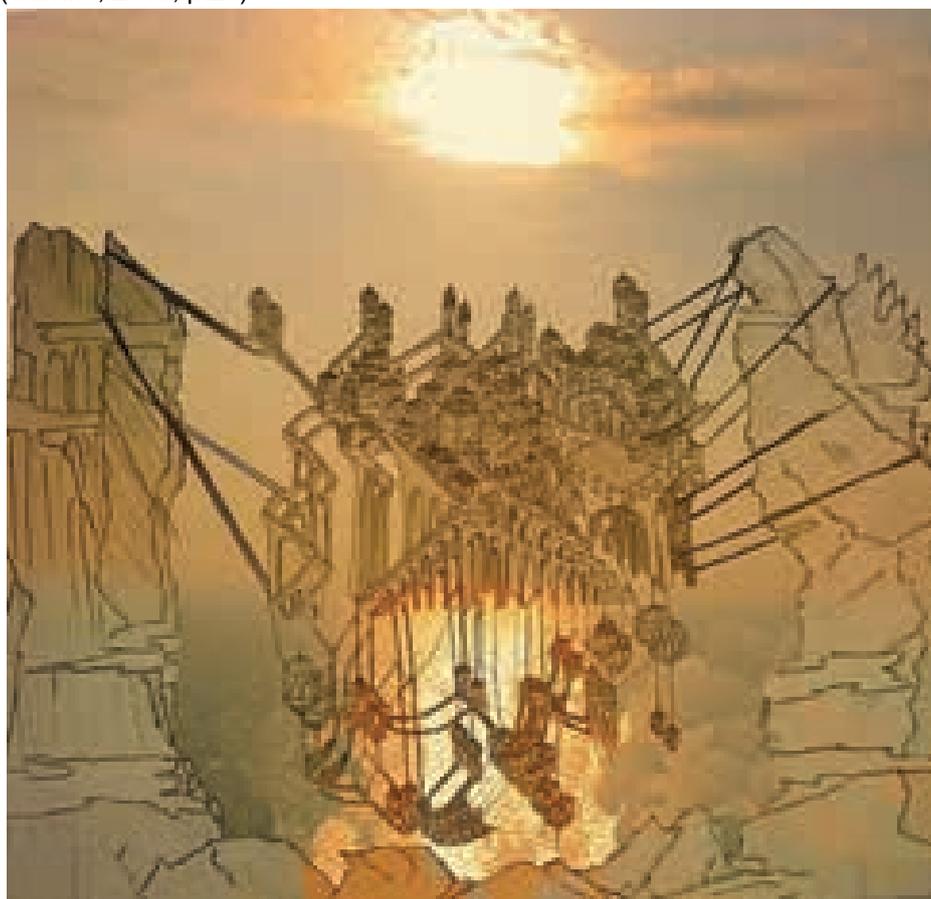


Ilustração 1 - *Invisible Cities*, s.d.. (Pirini, 2009)

¹ **Ítalo Calvino** (1923-1985): Escritor nascido num subúrbio em Havana, Cuba vive quase toda a sua vida adulta em Itália, onde escreve dezenas de obras literárias. Frequentou a Faculdade de Artes, integrando uma vida política e cultural.

Serão “[...] a mais coletiva das manifestações artísticas [...]” (Dias, 2017, p. 209). Como tal, de agora em diante, a descrição realizada será alusiva à população que ocupa o território desde o séc. XVI, num percurso primeiro, rural, depois burguês e por fim, fabril. Uma sequência, determinante, na formação urbana da cidade.

A arte de fazer cidade. A mais coletiva das manifestações artísticas. Realiza-se por gerações e recolhe dos sucessivos autores contributos que se identificam com a sua própria vida. Arte perene que se materializa em suportes quase eternos, de pedra, tijolo, ferro. Arte efémera que se esgota e se renova constantemente no vestuário, nas cores ou no comportamento de quem anda na rua. Cénica porque é palco onde se representam peças que não tem início nem fim e em que todos, são simultaneamente atores e espectadores. Teatral, portanto. (Dias, 2017, p. 209).

2.1.1. O CENÁRIO RURAL

A história dos transportes, dos longos trajetos percorridos, é também, a história do homem, do homem e da sua capacidade de ir mais longe, na busca do que mais lhe convém. Os meios de transporte mais ancestrais despertaram as mentalidades e os costumes de cada época, a pé, ou a cavalo, fizeram-se os encontros entre homens construindo histórias de si mesmos. Dito isto, é pertinente fazer a primeira referência a respeito da génese da cidade, dedicada a um especial lugarejo apelidado de Porcalhota. A Porcalhota, foi o primeiro núcleo rural do território, que envolvia a Estrada Real - espinha dorsal da expansão urbana da cidade.



Ilustração 2 – Primeiros núcleos – Porcalhota, Falagueira e Amadora e Estrada Real Lisboa / Sintra. Carta dos Arredores de Lisboa, retificada em 1911. ([Adaptado a partir de:] Portugal. Estado Maior do Exército, 1911).

A ligação entre Lisboa e Sintra, antes da construção do caminho-de-ferro em 1887 fazia-se por estrada e, quem por ela transitou, viu nascer as primeiras manifestações arquitectónicas de um território predominantemente agrário. As antigas estradas reais, faziam-se reconhecer pela sua composição humilde em terra batida, destinadas ao tráfego de cavalos, muares e carros puxados por diversos animais, para fins quase sempre comerciais. Desde o início do século XVIII incentivado pela construção do Convento e Paço de Mafra, vê-se o primeiro fenómeno ocupacional do território, num constante movimento sobre a Estrada Real, e outros eixos de comunicação que ligavam Sintra à capital. A Estrada Real que atualmente a toponímia designa como Rua Elias Garcia uniu-se à Rua Gonçalves Ramos, rumo ao palácio de Queluz, percorrido muitas vezes pela própria família Real nas suas férias de veraneio, mas sobretudo, pela corte, marcando fortemente este trajeto, através de circuitos lúdicos, registados em carta dos arredores de Lisboa, desde 1911;



Ilustração 3 - Carta dos arredores de Lisboa, última retificação em 1911. ([Adaptado a partir de:] Portugal. Estado Maior do Exército, 1911).

Também esta estrada, se destinava a Mafra e Pêro Pinheiro com o objectivo de realizar trocas comerciais de matérias primas da região, como pedras para cantaria de

palacetes fixados na capital. Os grandes materiais de suporte construtivo foram, deste modo, transportados pelas estradas reais com destino a Lisboa que, na época, se encontrava em fase de reconstrução, vítima da destruição provocada pelo Terramoto de 1755.

Nesse sentido, conclui-se, que grande parte da reconstrução da cidade capital foi suportada pela matéria prima nascida em Mafra, transportada arduamente pelos caminhos de terra, que, com o tempo viriam a deixar a sua marca perene sob forma de estrada, hoje - Rua Elias Garcia com término nas Portas de Benfica. Além dos caminhos em terra batida demarcados pelo homem, são também representativas desta época, as quintas e casas apalaçadas, que a aristocracia da corte desfrutava como habitação de férias, tendo por hábito sair da capital e fugir dos calores de verão, abrigoando-se nos bons ares da região. (Xavier, 2008, p. 13). Formou-se deste modo, a Rua Elias Garcia, composta por histórias descritas no seu património arquitectónico, de carácter rural, à margem desta extensa estrada.



Ilustração 4 – Porcalhota, Estrada Real, s.d. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).



Ilustração 5 – Amadora em 1970. (Cunha², 1970).

A Vila de Sintra também se revelou neste período um destino de tendência, para passeios e refúgio de uma crescente burguesia lisboeta, que atravessaram a Porcalhota, até à Sintra Romântica, mas que implicava uma longa viagem por estrada;

[...] para lá da área construída, de forma mais ou menos continua, estendiam-se territórios que abasteciam a cidade em viveres ou matérias-primas e eram também utilizados para lazer dos lisboetas. O Campo Grande era um lugar para passeios ao domingo; Moscavide, Belém, Benfica e Montijo tinham quintas de férias; Pedrouços, Algés e Paço de Arcos ofereciam as praias desde o fim do século XIX. A Porcalhota (Amadora) era pouco importante, simples paragem no caminho para Sintra.” (Salgueiro, 1992, p. 84.)

² **Alfredo Cunha** (1953 -): Fotógrafo; Em 1970 inicia a sua carreira profissional em fotografia publicitária e comercial e no ano seguinte, em 1971, a sua carreira de fotoperjornalista no "Notícias da Amadora", chegando a colaborar com o jornal "O Século" e "O Século Ilustrado". Trabalhou no Jornal "Público" como fotoperjornalista e editor-chefe entre 1989 e 1997, e integrou o grupo Edipresse como fotoperjornalista-chefe.

A referência utilizada por Barata Salgueiro, não nos parece suficiente, para uma descrição justa, deste que foi, o mais célebre percurso entre dois territórios, que sobreviveu com o passar dos anos, exposto a inúmeras ameaças urbanas, perpetuando-se até aos tempos atuais, sob forma de rede viária. A exígua expressão, “[...] simples paragem [...]” (Salgueiro, 1992, p. 84.), não nos parece um vocabulário que corresponda, à análise que aqui pretendemos expor - desde Os Maias de Eça de Queiroz (1888) até ao Plano Urbano do ilustre arquitecto Faria da Costa (1949).

A Porcalhota surge na cartografia no início do século XVII, marcada por uma povoação que cresceu ao longo da Estrada Real e em função desta, como um prolongamento natural da aldeia rual que evolui segundo o acentuado tráfego, comércio e estruturas de apoio a viajantes. A alteração do nome desta região iniciou-se num processo por via legislativa a 28 de Outubro de 1907, em que “[...] D. Carlos I estabiliza numa só designação os lugares antes denominados por Porcalhota, Amadora e Venteira. Com fixação do topónimo Amadora [...]” (Nunes, 2005 p.178). Deste modo, começou-se a apagar o nome Porcalhota e a encorajar o novo topónimo- Amadora.

As manifestações que vieram a surgir à margem desta estrada³ de maneira espontânea, transportam-nos no tempo⁴, até ao séc.XIX, com casas apalaçadas, de quintas e habitações populares saloias, características de um meio puramente rural, de *chalets* e edifícios com fachadas decoradas a azulejo, de gosto mais requintado. Além dos elementos pitorescos, o fio da tradição é completado também por edifícios que se erguem à margem desta via desempenhando funções fundamentais para o desenvolvimento e quotidiano da população; como tabernas, estábulos, habitações saloias escolas primárias, Quartel de Bombeiros e o primeiro Quartel da Guarda Nacional Republicana da cidade. Os principais concelhos que beneficiavam desta ligação, Lisboa, Oeiras e Sintra, decidem então homenagear o célebre oficial da engenharia, José Elias Garcia⁵ com a atribuição do nome à via de circulação mais popular do território. (Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, 2008, P.17)

[...] no nosso país, se quisermos apreciar os processos aplicados na construção de estradas nos seculos passados, já poucos vestígios encontramos das velhas estradas reais. As novas rodovias, servindo-se a maioria das vezes dos antigos traçados, têm

³ Rua Elias Garcia: antiga estrada real considerada a artéria estrutural para o desenvolvimento urbano da cidade da Amadora.

⁴ Ainda que se registre, referências feitas à Rua Elias Garcia datadas desde o início de 1912, sendo que a sua designação anterior seria - Estrada Distrital Nº151, também conhecida por Estrada Lisboa a Sintra.

⁵ **José Elias Garcia** (1830-1891): Oficial de Engenharia, Político e Jornalista, participou como fundador do Partido Republicano. Iniciou a primeira publicação do Jornal Republicano em 1854 como jornalista, e mais tarde, deputado e líder republicano. Era o Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa, e em 23 de Abril de 1911 decorreu em Lisboa, manifestações em sua honra sendo um dos republicanos mais homenageados no novo regime, como a toponímia da estrada que fazia a ligação Lisboa-Sintra.

levado ao sacrifício dessas características calçadas por onde rodava a coche, a leiteira ou a mala-posta [...] (Calixto, 1987, p. 29)



Ilustração 6 - Habitações saloias da Falagueira ca. 1940. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca. 1940).



Ilustração 7 - Moradia Neorromântica na rua Elias Garcia, ca. 1940. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca. 1940).



Ilustração 8 - Núcleos rurais da Porcalhota – Capela da Nossa Senhora da Lapa, Falagueira, s.d. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).

Também alusivo a este período rural, relembramos a Moradia Neorromântica, ainda que devoluta, consegue descrever as tipologias pontuais do tipo moradia nobre,

inserida no cenário histórico da rua Elias Garcia, fruto do circuito lúdico aristocrático e burguês rumo a Sintra. (Nunes, 2011, p.179). Trata-se de um edifício de planta quadrangular, contendo dois pisos e águas furtadas, construída entre 1910 e 1911, cuja fachada principal se destaca das restantes, pela ornamentação em pedra e frisos de azulejo de padrão. Sabe-se muito pouco sobre este Imóvel de Interesse Patrimonial, no entanto, regista-se que tenha sido projectado e construído pelo mestre de obras Guilherme Eduardo Gomes. (Xavier, 2009, p. 36)

A razão pela qual, destacamos a Estrada Real neste subcapítulo importa para que se compreenda a constituição morfológica preexistente na cidade objeto de estudo, e em especial, realçar o quanto esta se manteve quase inalterável com o passar dos tempos apesar de eventuais intervenções de arruamentos e infraestruturas a que cidade foi sujeita posteriormente. Os primeiros desenhos da morfologia urbana, foram projetados pela mão do homem rural, daquele que se via obrigado a deslocar-se, e mais tarde pela classe burguesa, que neste campo escolhe residir.

Os primeiros gestos de urbanismo na Amadora nasceram de um exercício empírico da população rural, que não teria como desejo modernizar ou criar um célebre modelo de cidade, mas apenas suprir necessidades básicas do seu quotidiano que tanto dependiam do trajeto. As gentes do campo, ou melhor, os saloios da Porcalhota, foram de facto, os primeiros a contribuir para a subsistência urbana da cidade de que hoje ainda beneficiamos. Tal como referiu, em tempos, Raul Lino, os primeiros passos do urbanismo foram sempre modestos, mas dependentes do “[...] esforço humano através dos tempos para tornar a vida mais aceitável ou menos penosa, porque outra não é, não deve ser, a missão do urbanismo.” (Lino, 1945, p.12).

Finalizando, esta síntese descritiva do cenário rural da Amadora, relembramos a presença de inúmeros moinhos de vento na sua paisagem. A Amadora sempre foi reconhecida por ser “terra de bons ares”, e fez parte integrante da cintura moageira da capital, com vestígios monológicos que se registam desde a Idade Média, uma característica familiar da paisagem urbana da cidade que nos remete à memória do seu espírito rural e agrícola. O fenómeno das moagens e do comércio nos pontos altos do território serviam como resposta às necessidades da população que crescia cada vez mais na cidade Lisboa, onde a capacidade de resposta na produção se demonstrava insuficiente. Na cintura envolvente à capital, surgem pequenos lugarejos como fontes de produtos hortícolas tradicionais, e comercializados na capital, pela sua proximidade e pelas qualidades naturais dos ventos a Norte-Noroeste, como o exemplo de Loures e Oeiras, também estas denominadas em tempos como regiões saloias.

[...] os laços que ligam os Amadorenses aos seus moinhos, mais do que uma simples empatia ou imaginário popular e coletivo, são laços de maternidade e, têm um significado histórico de que poucos de nós suspeitariam [...] Assim, numa Amadora fortemente associada à mudança e ao desenvolvimento económico, os velhos moinhos impõe-se como espaços de tradições, mas também como memórias de um tempo em que a organização industrial da produção ensaiava os seus primeiros passos em Portugal.” (Eng.º Guerreiro de Almeida *apud* Coelho 1982).



Ilustração 9 - Moinhos da Amadora, s.d.. ([Adaptado a partir de:] Coelho, s.d.).



Ilustração 10 - Amadora Rural, ca. 1912/1915. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca. 1912/1915).

Tudo indica que a paisagem rural estivesse já marcada por culturas de vocação comercial, devido sobretudo à crescente pressão demográfica. São esses fatores que se revelaram também fatores demográficos promovidos pelo mercado, que explicam em grande parte a propriedade rural à volta de Lisboa e do seu porto comercial ativo. No caso da Amadora, pela sua posição geográfica arrabalde a Lisboa, a tendência era para um regime de exploração de moinhos de vento em que vários núcleos moageiros se fizeram fixar nos cimos de montes com a finalidade de melhorar a ligação com os centros consumidores de farinha; “[...] os moinhos foram os elementos mais importantes na indústria de farinhação [...] na Amadora. Talvez jamais tenha existido terra no país onde houvesse tantos moinhos.” (Coelho, 1982, p. 35)

Sintetizando, o *habitat de fisionomia rural* (Pelletier, 2000, p. 67), refere-se a uma simples transposição das explorações agrícolas dentro da cidade, na Amadora ainda permanecem vestígios de casas rurais, um panorama comum nas periferias, mas cedo, se deixa absorver pelo urbanismo liberal, passando a adoptar uma forma de *habitat de fisionomia citadino*. (Pelletier, 2000, p. 67)



Ilustração 11 - Localização de edifícios do Património Classificado, Amadora década de quarenta; 1-Casa Roque Gameiro ; 2- Recreios da Amadora ; Fábrica Santos Mattos ; Casa Aprígio Gomes/Galeria Artur Bual ; 5- Moradia Neorromântica ; 6- Capela da Nossa Senhora da Lapa, Falagueira ; 7- Quinta do Assentista. ([Adaptado a partir de:] Portugal. Direcção Geral do Território, 1944 e Amadora. Câmara Municipal, Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca 1930-1940).

2.1.2. O CENÁRIO BURGUÊS.

Importa destacar, a forma como a paisagem rural da região da Porcalhota se transformou ao longo das décadas, diluindo a paisagem predominantemente rural transformando-se cada vez mais, através de meios tecnológicos, numa paisagem mais urbana. Foi, no entanto, um processo relativamente apressado, a transição de aldeia rural – Porcalhota, para mais tarde - Amadora, cidade, resultante de uma era distinta da história, - da concentração urbanística. Nos antigos terrenos agrícolas, a progressiva ocupação urbana era feita a norte e a sul, fomentando o aparecimento de novos bairros, como o caso único do Bairro-Parque da Mina⁶.

A primeira personalidade a manifestar interesses em impulsionar para este lugar, foi António Cardoso Lopes, um aristocrata de carácter urbanista e figura muito interveniente no processo de modernização da cidade. Tinha como propósito construir um belo e elegante bairro residencial, agradável e aprazível;

⁶ Bairro da Mina: Bairro da autoria de António Cardoso Lopes, proprietário dos antigos terrenos agrícolas ocupados agora pelo bairro residencial;

[...] os ares, por estes sítios, tinham fama de serem puros e livres. Muitos médicos os recomendavam a pessoas doentes, que deles careciam. Com estas recomendações, para cá se transferiram muitas famílias com pessoas doentes; assim como para cá vieram, em definitivo, uns atrás dos outros, muitos dos proprietários de moradias, que as tinham feito unicamente para passar o verão. Assim, lentamente, a Amadora ia-se desenvolvendo [...] (Coelho, 1982, p. 48)

Foram, portanto, nos campos rurais e descritos de maneira modesta, que os nobres e burgueses escolheram fixar-se, escolhendo os ares salubres dos altos amadorenses para residir ou passar momentos de lazer, invés de investir na reconstrução de habitações e palacetes de Lisboa, destruída pelo grande terramoto⁷. Neste contexto, e sob investimento por parte do executivo da Liga dos Melhoramentos da Amadora, viram-se nascer conseqüentemente casas apalaçadas e algumas quintas - testemunhos arquitetónicos do quotidiano da época. Muitos⁸, ainda hoje persistem e compõem o cenário burguês da história da cidade dispersos no território. A concentração mais humilde, ergue-se nas margens da estrada real anteriormente descrita, composta por; solares, quintas e algumas casas apalaçadas. Deste novo contexto económico e finalmente, urbano, surge o marco na história da formação da futura cidade, com a criação da tão desejada Freguesia.⁹ (Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, 2008, p.8)

O papel das personalidades - Não podemos esquecer o papel dos indivíduos na construção urbana [...]. Dificilmente se poderá negar o papel dos responsáveis políticos. Um grande número de cidades surgiram por vontade de um monarca, de um chefe de partido ou de um ditador. (Pelletier, 2000, p. 109)

2.1.2.1. A QUINTA DO ASSENTISTA.

A Quinta do Assentista localiza-se na antiga Estrada Real, rumo a Sintra, garantido a ligação entre Lisboa e o Palácio de Queluz. Ao percorrer a estrada, contemplamos um conjunto numeroso de testemunhos arquitetónicos representativos desta época, que por sorte ou salvaguarda, resistiram às vicissitudes do tempo. A Quinta do Assentista é especial no que diz respeito ao seu valor patrimonial, essencial como suporte narrativo da história da cidade, transportando-nos no tempo, à data de 1746. Suspeita-

⁷ Ocorrido a 1 de Novembro de 1755.

⁸ Palácio dos Condes da Lousã, na Damaia; Palácio da Porcalhota, na Mina de Água. Quinta do Outeiro, Encosta do Sol; Quinta de São Miguel na Falagueira-Venda Nova.

⁹ Na sessão da Câmara dos Deputados de 2 de Abril de 1914, a comissão conseguiu que o deputado Aníbal Lúcio de Azevedo apresentasse um projecto nesse sentido, precedido de uma longa e exaustiva documentação. A comissão de Administração Pública da Câmara de Deputados, deu o seu parecer favorável em 8 de Fevereiro de 1916. A freguesia foi finalmente criada por decreto publicado no diário da república, nº 75, de 17 de Abril de 1916. A sede era na Amadora, Concelho de Oeiras. Com a criação da Junta de Freguesia, a Liga dos Melhoramentos extinguiu-se dando início a uma nova etapa no desenvolvimento da Amadora que iria até 1937, ano em que foi elevada à categoria de vila, e, na presença do presidente Óscar Carmona se inaugurou o Jardim-Parque da Amadora. (Amadora Câmara Municipal, 2017)

se, que o nome da quinta - 'Assentista' derive das duas passadas funções, ao estar fixada à margem da estrada. Esta servia como posto de fornecimento de mantimentos para as tropas, segundo quantias e condições estipuladas. Assentista seria, portanto, aquele que fornecesse mantimentos a tropas de passagem, mediante quantia assente. A casa apresenta uma fachada central ao comprimento e é resguardada por um muro de pátio ao qual se acede por um portão sendo este o ex-líbris da casa que se ergue na margem de uma das artérias de comunicação mais importantes do território. (Xavier, 2009, p. 25).



Ilustração 12 - Desfile da Festa da árvore 13 de Abril de 1913. (Adaptado a partir de: Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, 1913).

Ilustração 13 - Quinta do Assentista, s.d. (Adaptado a partir de: Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).

[...] o seu majestoso portal que ostenta a data de 1746 e onde se pode observar um nicho com uma pequena imagem de Nossa Senhora da Saúde. O portão dá acesso a um pátio interior, com o chão em calçada portuguesa. A partir deste pátio, tem-se acesso à residência dos proprietários, aos jardins e ao pomar. A habitação da família mais importante da terra, desenvolve-se num edifício de dois pisos, e no piso superior, encontram-se algumas divisões decoradas com delicados frescos pintados durante remodelações que ocorreram no século XIX. A Quinta do Assentista conserva ainda o seu jardim, um dos raros exemplares destas áreas de recreio características das quintas dos arredores de Lisboa [...] (Xavier, 2013, p. 24)

A Quinta é mais um elemento arquitetónico ilustrativo deste gênero de casas que se vieram a construir nos arredores de Lisboa, com requinte e refinado gosto. À margem da Estrada Real, foi uma espectadora de festejos e cortejos, durante o período áureo da Porcalhota.¹⁰

O tipo vivenda. Podemos dizer que é uma caricatura do espaço rural. A sua criação, transformação ou conservação de espaços verdes corresponde a uma vontade de reencontrar o campo dentro da cidade, ou pelo menos, aspectos naturais de verdura com dimensão artificial [...] Até ao século XIX, tratava-se de um fenómeno reservado aos ricos, políticos ou financeiros [...] (Pelletier, 2000, p. 67)

¹⁰ Em 1907 foi publicado o diploma legal que decretou que os lugares, até então designados por Porcalhota, Amadora e Venteira, passassem a ter a denominação comum de Amadora. (MMA, catalogo pela Estrada da Porcalhota. P,5)

2.1.2.2. A CASA APRÍGIO GOMES

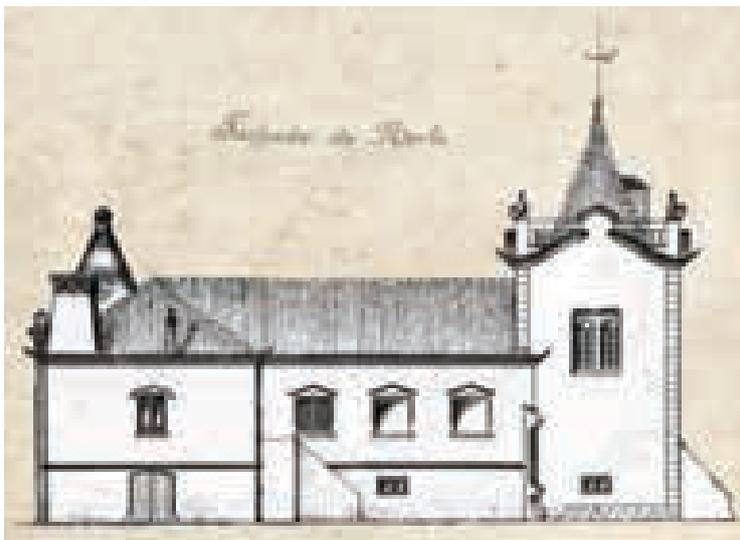


Ilustração 14 - Alçado da Casa Aprígio Gomes, 1903. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1903).



Ilustração 15 - Desenhos da Casa Aprígio Gomes, Fachada Sul, 1903. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1903).

A casa Aprígio Gomes constitui um dos exemplares de casas apalaçadas construídas no início do séc. XX no território da Amadora, fazendo parte integrante de um pequeno conjunto populacional que consistiu em moradias unifamiliares, com jardins envolventes às habitações. O proprietário foi um abastado comerciante de Lisboa, de gosto nobre e pitoresco. António Aprígio Gomes, além de proprietário da casa, participou ativamente na vida associativa e cultural da cidade, sendo sócio benemérito dos Bombeiros Voluntários da Amadora e membro da Liga de Melhoramentos da Amadora¹¹ associação que funcionou entre 1910 e 1918. A moradia¹², no entanto, foi projetada em 1903 e construída dois anos mais tarde pelo Mestre de obras Guilherme Eduardo Gomes¹³. (Xavier, 2009, p.32). Trata-se de uma moradia unifamiliar, de composição eclética onde predomina o torreão que incorpora o acesso entre os pisos, a varanda que lhe é contínua. O seu interesse deve-se ao seu significado, como testemunha da formação do centro cívico da Amadora, enquadramento urbano, equilíbrio volumétrico e pela sua qualidade arquitetónica em geral, celebrando-se como imóvel de interesse Municipal¹⁴ mais tarde, dotado de outras funções pelas “[...]características de centralidade do edifício consideraram-se ideais para a instalação de um equipamento cultural, substituindo a sua função original de habitação pela

¹¹ Liga de Melhoramentos da Amadora: Elemento organizativo a nível cultural de papel fundamental para a revitalização da região, antes de esta de tornar sede de freguesia e mais tarde, concelho. Composto por várias figuras ilustres da época como António Cardoso Lopes. (Xavier, 2014, p. 11)

¹² Em 1999 passou a designar-se Galeria Municipal Artur Bual, em homenagem a este pintor, introdutor do gestualismo em Portugal.

¹³ Guilherme Eduardo Gomes: também autor de construção da Moradia Neorromântica.

¹⁴ Boletim Municipal de 17 de Abril de 2006.

função actual de Centro de ciência viva [...]” (Amadora. Câmara Municipal. Museu Municipal de Arqueologia, 2009, p 32).

[...] de forma estranha, a verdade é que a arquitectura é uma coisa inacabada, porque embora o edifício esteja concluído, ele assume uma nova vida. Ele torna-se parte de uma nova dinâmica: a forma como as pessoas irão ocupá-lo, usá-lo, pensar sobre ele. (Libeskind *apud* Dushkes, 2014 p.138).

Com este objectivo, a Câmara Municipal da Amadora adquire o edifício e promove as necessárias obras de conservação, favorecendo o funcionamento da Galeria como um pólo atrativo, artístico e criativo disponível para a população local. Importa, neste sentido, relembrar as palavras eloquentes do Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Moreira Raposo, (2009) naquele que foi o período mais decisivo para o começo das iniciativas de reabilitação urbana na cidade, realçando a dimensão da responsabilidade da preservação do vasto património de importância histórico-cultural e arquitectónico;

[...] esse património é hoje uma herança que temos obrigação de proteger, e para isso temos trabalhado, através de um estudo exaustivo e detalhado que nos permite preservar, não apenas um grande monumento, mas também a simples fachada de um edifício. No entanto, perguntamo-nos: porquê nos preocuparmos em apenas preservar o passado? É por isso que lançámos um desafio aos proprietários de determinadas zonas habitacionais, para que fossem realizadas obras de conservação nas suas residências. Talvez seja uma forma de também nós, todos os que vivemos e amamos esta cidade, deixarmos um legado importante às gerações futuras. (Raposo, 2009, p. 7)



Ilustração 16 - Galeria Artur Bual, 2017. (Ilustração nossa, 2017)

2.1.2.3. A CASA ROQUE GAMEIRO

O projecto inicial da casa Roque Gameiro foi da autoria do seu proprietário, em 1898, Alfredo Roque Gameiro, para sua residência permanente, sendo que mais tarde foi sujeita a uma ampliação pela mão do arquitecto Raul Lino¹⁵ que confere à casa, a sua imagem exterior atual, além dos elementos decorativos e peças de mobiliário, referentes à corrente artística tradicional do arquitecto inscritos nas teorias de A Casa Portuguesa, (1929).

O pintor e aguarelista construiu a sua moradia entre os anos de 1898 e 1901 num alto desafogado na Venteira com uma vista privilegiada sobre o centro da cidade e os campos lavrados envolventes, sendo esta residência permanente da sua família de artistas até meados séc. XX. A casa além de habitação serviu também como atelier do artista e da restante família. O interior da sala de jantar, está revestido de azulejos desenhados por Rafael Bordalo Pinheiro¹⁶ com temas naturalistas sendo que actualmente funciona como uma Casa Museu, aberta ao público com várias exposições temporárias. A casa, de gosto singular, foi classificada como Monumento de Interesse Público pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, tornando-se numa das maiores referências arquitectónicas do património histórico e cultural do concelho. (Xavier, 2009, p. 22)

[...] uma década mais tarde, com a criação do Município da Amadora, a nova autarquia herdou o edifício e promoveu a recuperação da casa e sua reutilização para fins culturais. Estas obras obedeceram a um projecto da responsabilidade de técnicos da autarquia e tiveram como princípio base o respeito pelo legado histórico e artístico que se mantinha preservado. A imagem exterior do edifício permaneceu igual à de 1900 e os pisos e divisões, correspondentes à antiga habitação de Roque Gameiro. (Xavier, 2009, p. 23)

À semelhança da Casa Aprígio Gomes, ou até da Quinta do Assentista, a Casa Roque Gameiro pertence, naturalmente, ao conjunto de edifícios de que se destacam da sistematização urbana, mais comum da cidade, pela sua importância histórica, pelo valor patrimonial, mas sobretudo, pelo aspeto formal. Mas cabe-nos lembrar que os edifícios que descrevemos neste subcapítulo, desempenham um papel determinante naquela que entendemos ser a verdadeira missão da arquitectura - expressar o espírito da época e do sítio.

¹⁵ **Raul Lino** (1879–1974): Arquitecto moderno português, célebre pela sua corrente tradicional, autor de uma vasta obra arquitectónica e teórica.

¹⁶ **Rafael Bordalo Pinheiro** (1846-1905): Artista dedicado à ilustração, desenho, aguarela, decoração e caricaturas e jornalismo.

[...] os monumentos barrocos e neoclássicos ganharam novas interpretações urbanas na cidade [...] Este foi o meio encontrado pelas políticas urbanas de tranquilizar as consciências e não deixar cair em ruína aqueles monumentos que já não emitiam significados ou recordações recetíveis pela memória coletiva. (Grande, 2002. p. 74)



Ilustração 17 - Casa Roque Gameiro, s.d. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).

2.1.2.4. OS RECREIOS DESPORTIVOS DA AMADORA E A FÁBRICA SANTOS MATTOS

O edifício dos Recreios Desportivos da Amadora, também da autoria do mestre de obras, Guilherme Eduardo Gomes¹⁷, serviu desde o séc. XIX como pólo cultural e berço do espírito associativo da cidade. O edifício que retratamos, foi construído por iniciativa dos proprietários da Fábrica dos Espartilhos Santos Mattos & C^a em 1913, e inaugurado a 17 de Agosto de 1914, destinando-se sobretudo à realização de festas, peças de teatro e, mais tarde, exibição de cinema; no seu exterior, a instituição estava equipada com campo de ténis, ringue de patinagem e campo de futebol. Ainda que, ao longo do tempo, tenha sofrido “[...] várias alterações, a primeira teve lugar 30 anos mais tarde, quando a irmã Santos Mattos vendeu o edifício [...]”. (Xavier, 2009, p. 50)

Actualmente, representa-se como Património Classificado de Interesse Municipal¹⁸ (Amadora. Câmara Municipal, 2017), devidamente reabilitado promovendo diversos eventos de interesse público que, simultaneamente preserva a memória histórica do edifício, agora dignificado, pela sua reutilização para programas culturais

¹⁷ **Guilherme Eduardo Gomes** (s.d.): autor e construtor da Moradia Neorromântica, s.d., da Casa Aprígio Gomes, s.d., e dos Recreios Desportivos da Amadora, 1913.

¹⁸ Património Classificado da Amadora- Aviso de 17 de Abril de 2006, publicado em Boletim Municipal de 17 de Abril de 2006. (Amadora, Câmara Municipal, 2017).

[...] em 1987, correspondendo aos apelos da imprensa local e de inúmeros habitantes da Amadora, a Câmara Municipal adquiriu o imóvel. Em 1997 o edifício reabriu ao público, após uma profunda intervenção de reformulação e ampliação em que, praticamente, só a fachada principal e parte das laterais foram preservadas. (Xavier, 2009, p. 51)

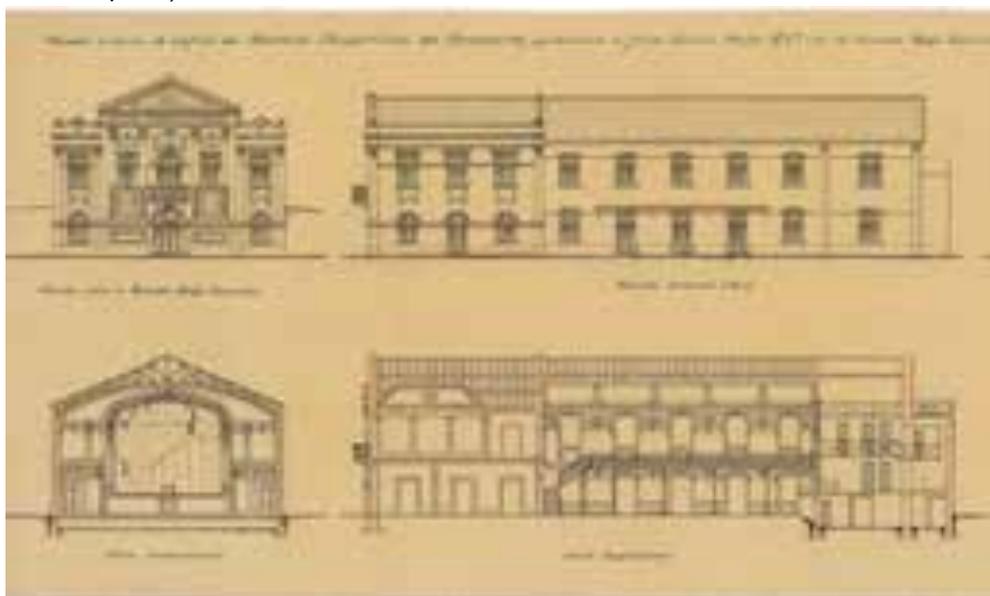


Ilustração 18 - Alçados e cortes do edifício Recreios Desportivos da Amadora, s.d. (Amadora. Câmara Municipal, s.d.).

Segundo a descrição da Câmara Municipal da Amadora, a fachada sofreu, ao longo dos anos, diversas alterações, diluindo, em certa parte, os elementos requintados de decoração sobre os vãos, e do jardim rodeado por elegante gradeamento. No andar nobre, ainda é possível observar um pano central rasgado por janelão de arco de volta perfeita que dá acesso a um varandim. Tratava-se, portanto, de uma obra vincadamente “[...] neoclássica composta por um frontão triangular[...]” (Xavier, 2009, p. 36). Regista-se, que a sua maior reforma tenha sido resultado da intervenção nos anos quarenta, época em que o edifício se converte em sala de cinema. (Xavier, 2009, p. 36)

No entanto, para o desagrado da população local, anos mais tarde, o antigo cinema da velha sala dos Recreios sofreu uma alteração por parte dos seus novos arrendatários, que, sem qualquer demora, alteram o nome do edifício para “Plaza”, para muitos, uma infeliz ideia; “[...] simplesmente uma ideia “luminosa” de gente nova, estranha à Amadora, que a gente antiga, e gente da Amadora, consentiu que se concretizasse [...]” (Calixto¹⁹, 1987, p.163).

A alteração do nome custou a crer à população local, provocando uma enorme revolta em várias publicações nos jornais da região, indignados com a alteração do nome

¹⁹ **Vasco Calixto** (1925 -): Jornalista e escritor, dedicado a várias áreas da cultura portuguesa, escreve dezenas de obras sobre temas da cidade da Amadora e viagens, como a obra de 1974 “A aviação na Amadora” e “Os Primeiros Aviadores Portugueses em Macau” em 1999.

daquele que era, na época, o edifício mais popular da cidade, cuja toponímia já o acompanhava há mais de meio século. Alterar o nome do edifício seria alterar de certa forma, a própria identidade do edifício, como reclamou o jornalista local; “[...] o antigo cinema da Amadora para se transformar na acolhedora e confortável sala que hoje é, não precisava de mudar de nome, como não mudou de aspeto exterior [...]” (Calixto, 1987, p. 163).

No entanto, a identidade dos Recreios Desportivos da Amadora, retorna às suas origens, quando o edifício é adquirido pela Câmara Municipal que devolve a sua singularidade, constituindo “[...] um dos maiores valores patrimoniais e culturais de referência [...] testemunho vivo da história social e desportiva do Município [...]” (Amadora. Câmara Municipal 2017). Além das obras de reabilitação do edifício, os Recreios, são hoje parte integrante na paisagem urbana da cidade, relembrando os bons costumes e práticas sociais de época.

Em muito se deve ao edifício e às figuras beneméritas da cidade, sobretudo no que diz respeito, à disponibilização de um espaço recreativo e lúdico, para a classe média trabalhadora. Neste período, contrastam-se dois tipos de população predominante no território, numa dicotomia entre a classe operária e classe burguesa.

Não resta menor duvida de que foi a fabrica dos espartilhos de Santos Mattos & C.^a que desenvolveu e fez progredir o insignificante lugarejo que era a Porcalhota, e que é hoje a ridente Amadora, que tanto se recomenda e que, se for ajudada pelos poderes públicos, se tornará em breve uma importante villa. (Portuguesa, 1911, p. 607)

Na vizinhança dos Recreios Desportivos, junto à linha de caminho de ferro, fixa-se primeira grande Fábrica da cidade, sendo uma das mais modernas da região equipada com várias máquinas a vapor e maquinaria de costura avançada, na maioria manuseada por dezenas operárias. Para que se compreenda a dimensão da Fábrica no seu contexto urbano, em 1912 a Fábrica dos Espartilhos Santos Matos “[...] era considerada a maior da península no ramo, empregando cerca de 300 operários, na sua maioria mulheres e tinha uma produção anual de 80.000 espartilhos [...]” (Xavier, 2008, p. 17). Os famosos espartilhos da “*Fábrica da Amadora*”, como a população lhes chamava, eram comercializados em todo o país²⁰ e ilhas dispoendo uma loja na Rua do Ouro. (Xavier, 2008, p. 17)

²⁰ Além da forte comercialização em solo nacional, os espartilhos eram também exportados para muitas colónias portuguesas no Mundo.



Ilustração 19 – Loja “Casa dos Espartilhos”, 1911. Casa dos espartilhos ornamentada para o IV Congresso Internacional de Turismo. (Benoiel, 1911).



Ilustração 20 – Localização da Loja “Casa dos Espartilhos” na Rua do Ouro, Lisboa. 1911. (Benoiel, 1911).



Ilustração 21 - Casa dos espartilhos ornamentada para o IV Congresso Internacional de Turismo 12 de Maio de 1911. (Benoiel²¹, 1911).

²¹ **Joshua Benoiel** (1873-1932): considerado o pioneiro da fotorreportagem em Portugal. Benoiel colabora com o Jornal O Século



Ilustração 22 - Recreios Desportivos da Amadora, ringue de patinagem e campo de ténis ca.1914 [(Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca.1914).

Antes da industrialização e instalação de maquinaria, os espartilhos eram criados pelas mãos de costureiras de primeira, que se deslocavam múltiplas vezes a palácios ou às nobres casas de clientes. Eram, portanto, peças únicas e exclusivamente produzidas como moda²² feminina da corte. As *espartilheiras*, começam a generalizar este tipo de trabalho durante o séc. XVIII fazendo uma forte concorrência à importação de França, desfilando no Passeio Público. Em 1911 registou-se, que a fábrica acolhia

²² Os espartilhos de Santos Mattos, chegaram a ser premiados em 1900 com a Medalha de Ouro numa célebre exposição de moda em Paris, e em 1904 no Rio de Janeiro.

mais de duzentas operárias do sexo feminino, e produzia cerca de 75.000 espartilhos. (Portuguesa, 1911, p. 604).

O exemplo da Fábrica dos Espartilhos, tornou-se célebre para muitas operárias finalmente, femininas. Pouco a pouco, em torno desta primeira grande unidade fabril, localizada perto da estação ferroviária, constituem-se os primeiros destinos residências, próximos de Lisboa, mas sobretudo tudo, próximos de um núcleo promissor de novas indústrias. Novamente, um convívio directo e aproximado, entre população de várias classes sociais.

[...] a Amadora nasceu e fez-se gente com a patinagem! O velho rinque dos Recreios, em dolorosa hora desaparecido e substituído por um mastodonte de cimento armado, foi durante cerca de quarenta anos o verdadeiro coração da Amadora [...] a Amadora era conhecida em todo o país e de Lisboa e arredores vinha-se patinar à Amadora. O rinque era a grande atração, onde se vivia uma tarde ou uma noite plena de animação. (Calixto, 1987, p. 115)



Ilustração 23 - Ala das máquinas de Costura. Fábrica dos Espartilhos Santos Mattos, 1930. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, 1930).



Ilustração 24 - Catálogo dos Espartilhos vendidos na Rua do Ouro s.d. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).



Ilustração 25 - Funcionárias da Fábrica Santos Mattos, s.d. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).



Ilustração 26 - Costureiras da Fábrica Santos Mattos. s.d. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.)

2.1.3. O CENÁRIO FABRIL

Seria negligente, dedicar o capítulo que retrata a população da cidade objeto de estudo, sem concluir com o terceiro cenário urbano, o mais predominante e caracterizador da Amadora – o contributo do espírito operário da Venda Nova. A Falagueira e a Venda Nova, foram as localizações eleitas para a fixação de inúmeras fábricas no concelho, tornando-se num pólo económico e atrativo para residentes se fixarem nas freguesias. Acreditamos, que deste modo se possa reunir, ainda que sucintamente, elementos que ilustrem a população operária e o actual papel da arquitectura como instrumento de subsistência, da memória cultural do homem, através de um processo descritivo, que se ocupará em eleger as principais fábricas do parque industrial, Cometna e Sorefame. A narrativa sobre este período, será apoiada pela arquitectura industrial do Parque Industrial da Venda Nova, que nos transportará até aos tempos mais áureos da cidade, quando o pólo industrial ainda se encontrava ativo, uma vez que a sua constituição acompanhou o início do processo do primeiro plano urbano da cidade²³.



Ilustração 27 - Operários da fábrica Sorefame, 1975. (Cunha, 1975).

²³ Plano de Urbanização e Extensão da Amadora, 1949, do Arquitecto João Guilherme Faria da Costa.

Recordar o parque Industrial da Venda Nova, pode traduzir-se numa tarefa difícil, sendo que as principais fábricas não sobreviveram às imposições económicas, e sofrerem um precoce desmantelamento. Recuperar as reminiscências deste núcleo fabril, suportará algumas conclusões a respeito do primeiro plano urbano da cidade, na década de quarenta, que constituía bairros operários para a população residente, nas margens do Parque.

Uma das primeiras manifestações que surge em Lisboa, com a preocupação de reunir o maior volume de informação a respeito das Indústrias Desativadas e levantamento do Património Industrial,²⁴ realizou-se por iniciativa da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL), entre 1980 e 1986, originando, por essa data, a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI)²⁵. Deste processo, surgem os primeiros catálogos do “[...] património industrial de vários concelhos industriais como o Montijo, Amadora e Vila Franca de Xira [...]” (Ângelo, p,279).

A década de oitenta, marca o período industrial, ao proceder às primeiras experiências nacionais, estimulando novas considerações na opinião pública, sobre as grandes indústrias desativadas nas cidades, algumas, já em estado de ruína, exigindo, finalmente, devida classificação patrimonial. Em Lisboa, ocorre a organização da Exposição da Arqueologia Industrial com o título- Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender²⁶, outro, por iniciativa dos países da Europa central com o 25º Aniversário do Ano Europeu da Conservação Arquitectónica, no âmbito da campanha de governos representados no Conselho da Europa intitulada- “*Europe- Un Patrimoine comum*” (1999-2000), com o objectivo de estimular o conhecimento e a defesa do património cultural no seio da sociedade Europeia. (Ângelo, 2012, p. 207)

Se nos for permitido determinar, o Parque Industrial da Venda Nova como um Parque Industrial cuja riqueza confere valores patrimoniais²⁷ parece-nos então, oportuno, realçar os aspetos que o dignifica. Importa, para este trabalho, retratar memórias que não poderiam nunca ser nossas, mas comunicado através da arquitectura, para que

²⁴A caracterização aprofundada do perfil industrial do Município foi assumida pelos estudos de Estatísticas Industriais em 1987, promovendo indicadores que permitissem uma aproximação da estrutura produtiva do Município em relação a outros Municípios da AML. (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 84)

²⁵No Porto - Associação Portuguesa do Património Industrial (APPI).

²⁶Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender, entre Maio e Dezembro de 1985, no edifício da Central Tejo.

²⁷Ainda que se apresentem posteriormente, outros núcleos industriais como o caso da Zona Industrial/Serviços de Alfragide/EN117, no entanto, este, não se representa de igual valor patrimonial, nem considerado no Plano Urbano de 1949.

se possa finalmente, projetar um futuro, baseado em memórias do passado, como diria John Ruskin.²⁸ (Ruskin *apud* Ângelo 2012, p. 432)



Ilustração 28 - Amadora, Cometna, 1975. (Cunha, 1975).



Ilustração 29 - Portas de Benfica ca. 1970. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca.1970).

Este, também é o período, da mais intensa expansão urbanística, presenciada no território, um fenómeno que, de certo modo, implicou o cumprimento de diretrizes indicadas no primeiro Plano (1949), excedendo os limites impostos por Faria da Costa. A Venda Nova só ‘conheceu’ urbanismo com a chegada do arquitecto em 1949, e ainda assim, o urbanista não previu que o parque tomasse proporções tão acentuadas, nem que abrigasse fábricas emissoras de ruído e de poluição, o que comprometeria, logo num primeiro ponto, o perímetro de salubridade proposto no Plano. Fator, mais do que suficiente, para o desempenho da constituição morfológica da Venda Nova, culminando num processo de expansão disforme, pouco articulado com a sua envolvente urbana.

As primeiras fábricas, ganharam forma nos anos trinta, e na década de sessenta, registou-se um aumento populacional sem precedentes; “[...] entre 1950 e 1960, o volume de residentes passa de aproximadamente 18.700 a 47.400 habitantes, crescendo 152%, para em 1970 atingir os 112.200 habitantes [...]” (Nunes, 2011, p.188). A tradução urbana destes dados, resultou numa “floresta de cimento armado” (Nunes, 2011), de edifícios habitacionais amontoados, confinantes ao Parque. No entanto, o presente subcapítulo, pretende apenas dedicar-se a aspetos positivos e

²⁸ **John Ruskin** (1819-1900) Escritor inglês reconhecido por ensaios sobre Arquitectura e Arte. Pintor e poeta vinculado ao Romantismo marcante da era Vitoriana.

determinantes para apreciação histórica, artística, e conservação, para que não se dissolvam na história da cidade, e sobretudo no tempo.

O Plano de Faria da Costa vê-se, pela primeira vez, afetado pelas peripécias urbanas a que a cidade desde cedo se viu sujeita, nomeadamente, o célere processo de descaracterização do tecido, na emergente necessidade de alojar. Por esta ser a concentração fabril mais antiga da cidade da Amadora, afetou desde muito cedo a “[...] paisagem ambiental e cultural que é o território habitado pelos cidadãos de hoje”. (Ângelo, 2012 p,177)

[...] no caso da Amadora, duas grandes modalidades de triagem e fixação de diferenças populacionais no território parecem ter-se combinado. [...] a pequena-burguesia e, mais tarde, o plural e heterogéneo grupo socioeconómico dos empregados se instala na Amadora e nos seus bairros vizinhos. [...] tudo indica ter-se constituído um território residencial especializado oferecendo não apenas alojamento suburbano em conta, como um rápido e económico acesso á zona central de Lisboa. (Nunes, 2011, p. 193)

Começou por surgir nos anos quarenta, em solos agrícolas às portas de Lisboa, a ocupação de um cenário fabril, protagonista no papel de transformação na paisagem urbana, e consequentes tipologias habitacionais, edificadas década após década. A primeira fábrica constituinte deste panorama surgiu na década de trinta; “[...] em 1931 inaugura a primeira unidade industrial na Venda Nova (Borrachas Industriais, S.A), zona que posteriormente virá a ser ocupada pelo conjunto industrial ali existente [...]” (Amadora. Câmara Municipal, 1990 p.146). A área industrial acaba por se alargar entre entre 1939 e 1943, instalando-se então as grandes unidades industriais que destacaremos seguidamente, como a Cometna²⁹, Celcat e Sorefame entre outras. (Amadora. Câmara Municipal, 1990 p.146). Lamentavelmente, a pressão económica incide num inevitável processo de desmantelamento destas pequenas e grandes indústrias, “[...] como o a BIS, Cometna, Nobre e Silva, Cel-Cat e a Legrand, empresas que tendo feito a história deste “parque” pertencem agora á sua memória”. (Custódio, 1996, p.30)

A análise que propomos seguidamente, dedica-se a uma pequena seleção de apenas duas das quarenta unidades industriais que constituíam o parque industrial responsáveis pelas maiores taxas de empregabilidade e produção da cidade. A recolha de dados acerca da constituição do parque surge por iniciativa da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, que desenvolve em Portugal um modelo de

²⁹ Indústria que desenvolveu técnicas inovadoras de metalúrgica- indústria que transforma os metais, quer por fundição, quer por trabalho mecânico “série de indústrias que tratando os metais como matéria-prima, os transformam por operações simples para a sua utilização corrente” (Custódio, 1996, p. 181)

ficha aplicada a inventários³⁰ de carácter sistemático disponível aos concelhos nacionais. O Concelho da Amadora, conclui o levantamento para efeitos de inventário em 1994-1995, com a colaboração e apoio técnico de membros³¹ da Câmara Municipal da Amadora. A metodologia de trabalho utilizada para o levantamento do inventário conclusivo sobre a constituição do parque passou por vários instrumentos³² de análise, de modo a reunir dados precisos, sobre as primeiras implantações fabris, até ao atrofiamiento presenciado. (Custódio, 1996, p. 32)

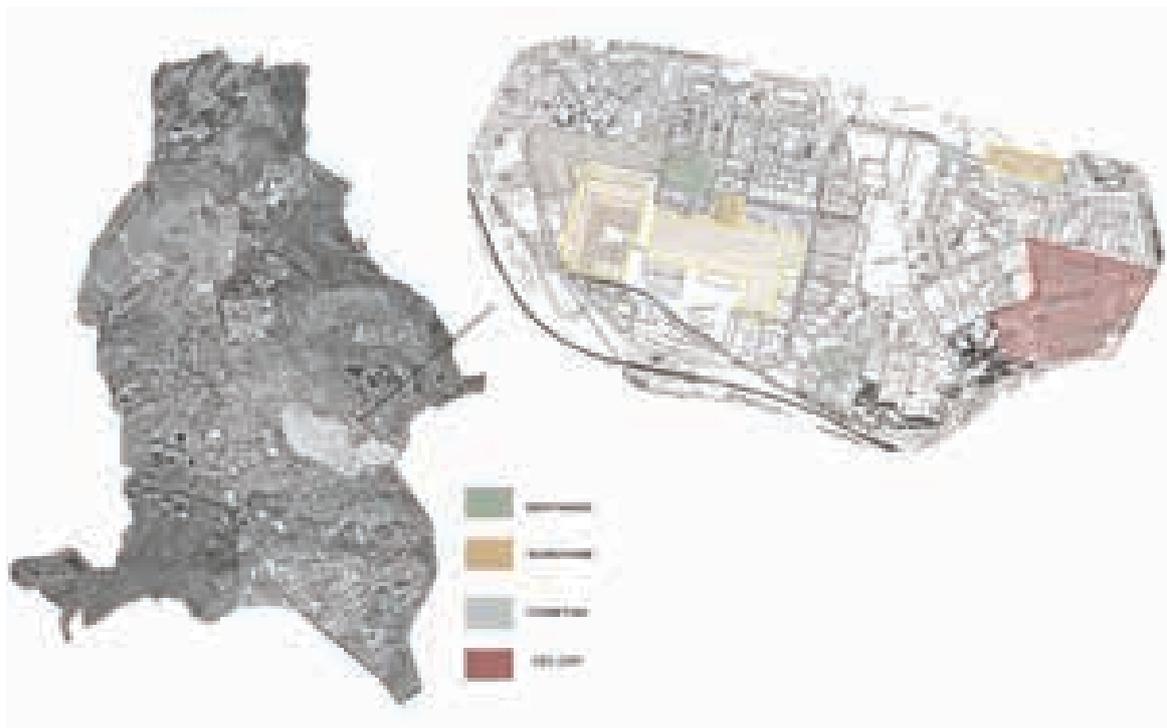


Ilustração 30 - Planta do Parque Industrial da Venda Nova- Localização da Fábrica Bertrand, Sorefame e Cel-Cat, 1996. ([Adaptado a partir de:] Recenseamento e Estudo Sumário do Parque Industrial da Venda Nova, 1996).

Relembremos um texto de Françoise Choay³³ na sua obra de título original- “Le Patrimoine en questions. Anthologie pour un combat³⁴” (2009), cujas questões expressas, poderão traduzir o espírito do presente subcapítulo:

O que pensamos ser civilização leva-nos no século XIX, a abrir ruas largas e a bordejâ-las de casas de aspeto uniforme. Assim, as nossas cidades tornam-se desertos para o pensamento, têm a monotonia fatigante da solidão sem ter grandeza. Através destes imensos tabuleiros de rua, que recordação vos emociona? Onde está o repouso para o

³⁰ Título: “Recenseamento e estudo sumário do parque industrial da Venda Nova”.

³¹ Coordenação: Jorge Custódio (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial); Apoio técnico da Câmara Municipal da Amadora, por Gabriela Xavier.

³² Cartas à escala 1/2000; Registos fotográficos de exteriores e levantamentos fotográficos aéreos cedidos pela Direcção Geral do Território; Levantamentos do arquivo do Departamento de Administração Urbanística, processos de obras e fotografias aéreas compreendidas entre os anos quarenta e oitenta.

³³ **Françoise Choay** (1925): Historiadora Francesa e professora de urbanismo, arte e arquitectura na Université de Paris VIII. Primeira mulher a receber o grau de Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Arquitectura a 28 de Junho de 2017, e a segunda pela Universidade de Lisboa. A atribuição do grau deriva da sua determinante contribuição para a teoria e a crítica da arquitectura e do urbanismo desde a década de sessenta.

³⁴ Patrimônio em questões. Antologia para um combate, 2009.

espírito aturdido? Onde parar? Quem nos diz que centenas de gerações pisaram este chão antes de nós? Não que tenha nostalgia nas ruas infectas e tortuosas das nossas velhas cidades [...] mas pelo menos no seu caos encontrava-se a marca do homem, do seu labor, das suas recordações, da sua história, qualquer coisa superior à marca do seu interesse material do presente. (Choay, 2009, p. 188)

2.1.3.1. A COMETNA



Ilustração 31 - Operário da Fábrica Cometna, 1975. (Cunha, 1975).

Provavelmente, foi uma das indústrias mais célebres da cidade da Amadora, instalando-se no território em 1943, sofrendo a sua desativação em 1991/1992. As matérias-primas que invadiam diariamente esta indústria, surgiam de sucatas e lingotes de ligas ferrosas, sendo responsável, nos anos sessenta, pela fabricação de muitas peças em ferro fundido, aço, produção e comércio de máquinas, peças para a indústria do cimento, acessórios para os caminhos de ferro e estruturas para elétricos; “Nos anos 60 a Cometna produzia peças e maquinaria para as várias empresas do grupo Champalimaud, nomeadamente de cimentos e Siderurgia Nacional chegando a fornecer materiais vazados para os cimentos e caminhos de ferro de Angola e Moçambique. (Custódio, 1996, p. 49)

A fábrica, pela altura da década de sessenta, segundo dados do Inventário do Património Industrial da Amadora, reunia cerca de 250 trabalhadores, aumentando para 950 trabalhadores na década de oitenta, dispondo de dois refeitórios, serviços sociais e posto médico. No entanto, os problemas agravaram-se nos anos oitenta, levando a administração a propor em 1988, a mudança das instalações para outra cidade, decisão levada a cabo na década seguinte; “[...] entre 1991 e 1992 as

instalações da Venda Nova foram, de facto, encerradas e a produção concentrada nas instalações fabris de Palmela e Famões.” (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 50)

Esta, à semelhança de outras, foi mais uma unidade fabril, precocemente desmantelada, mas antes, impulsionadora da construção do conjunto edificado residencial, que alojava centenas de operários, nas imediações do parque industrial. Neste registo, se formou a Venda Nova, enquanto que no resto da Europa, o panorama de bairros residenciais operários se traduzia bastante semelhante;

Surgem em primeiro lugar enquanto manifestação de uma preocupação social a fim de evitar aos operários as más condições de higiene e conforto, a exploração por proprietários abusivos. Foi a conjugação do paternalismo de do higienismo [...] que estabeleceu as diversas organizações privadas municipais, departamentais, governamentais encarregadas da construção de cidades. (Pelletier, 2000, p. 70)

2.1.3.2. A SOREFAME



Ilustração 32 - Fábrica Sorefame ca. 1970. (Novais, ca.1970).

A “Sociedades Reunidas de Fabricação Metálica, S.A” - Sorefame, instala-se no parque industrial da Venda Nova em 1943³⁵, dedicada ao fabrico de material para barragens, centrais, equipamentos para construção de grandes pontes metálicas, entre outros equipamentos industriais de grande dimensão. A Sorefame dava resposta à procura de equipamentos metalomecânicos das grandes cidades, e na contribuição de equipamentos para barragens destinadas à produção de energia e até de turbinas hidráulicas para centrais elétricas. Mas consideramos que a sua produção mais dominante, fosse dedicada à produção de equipamentos para os caminhos de ferro. Em 1952, a Sorefame ganha dois concursos referentes ao fornecimento de veículos sobre carris destinados ao transporte de pessoas e bens, para o efeito, envia técnicos

³⁵ Fundada por Ângelo Fortes e Henrique Araújo Sommer.

para os Estados Unidos da América a fim de reunir conhecimentos suficientes para o desenvolvimento de tecnologia própria.

Em Abril de 1955 começaram a produzir-se as primeiras peças [...] contudo a primeira grande encomenda surge em virtude do crescimento do tráfego na linha de Sintra. No sentido de aumentar a capacidade de transporte, a C.P abre um concurso internacional para a eletrificação da linha e a Sorefame fica com uma encomenda de setenta e cinco veículos, o que lhe conferiu definitivamente o estatuto de fabricante de material circulante. (Custódio, 1996, p. 60)

Segundo os dados sociais a respeito desta grande indústria no auge da sua produção, em 1992 ocupava cerca de 151 300m², articulando diversos programas destinados ao apoio de centenas de funcionários, como o “Clube Sorefame” com actividades ligadas ao atletismo, futebol onze, pesca, ténis de mesa, refeitório e centro médico.

O crescimento da Sorefame ao longo do seu período de actividade de 52 anos, traduziu-se em cerca de trinta ampliações e novas construções³⁶, sendo que, no início da sua produção, em 1944, acumulava cerca de 120 trabalhadores, evoluindo para 4.100 trabalhadores na década de setenta, com as exigências das construções dos vagões para os caminhos de ferro. Em muitos casos, as indústrias iniciavam a sua produção ocupando espaços provisórios até as instalações definitivas estarem concluídas, uma boa tradução de alguns processos de adição disforme, que constituíam o tecido do Parque.

No entanto, a multiplicação dos espaços da Sorefame ao longo das décadas, influenciou de certo modo, a fragmentação e desordem nas imediações do parque industrial, próximo do perímetro urbano envolvente, sem que os limites se tornassem bem definidos. Desde cedo, que pela sua dimensão física, fez parte integrante da paisagem urbana da cidade da Amadora, pela proeminência do volume inserido no tecido envolvente, uma circunstância que se já nos parece bastante familiar, por estarem “[...] localizados na periferia imediata dos aglomerados urbanos consolidados.” (Portas, 2007, p.163).

³⁶ Construções mais significativas: 1943 - constituição das oficinas das máquinas; 1949-Construção do edifício sede; 1955-Construção da oficina de carruagens; 1972-Construção de 2 pavilhões destinados á fábrica de vagões e “bogies”; 1976 Construção da oficina de bobinas e anexos. 1978- Construção do banco de ensaios de locomotivas.



Ilustração 33 - Sorefame, processo de montagem de vagões de comboio. (Novais, ca.1970).



Ilustração 34 - Sorefame, processo de montagem de vagões de comboio. (Novais, ca.1970).

Quando falamos de transformações no cenário urbano, falamos na eventual degeneração das tipologias habitacionais saloias características desta região, que acabam por vir a ser substituídas pelos novos residentes da cidade - operários, que não se fixavam na periferia motivados pelos campos de cultivo, mas sim, por constituir família e adquirir um lar próximo da zona de trabalho.

Foram escassos, os anos de plenitude do Parque Industrial da Venda Nova, mas suficientes para alterar toda uma dinâmica construtiva na sua proximidade urbana, no entanto, constata-se que a instabilidade económica e as estratégias capitalistas, não sacrificaram a cidade apenas no seu contexto habitacional. O próprio parque industrial, também é afligido pela aquisição de algumas fábricas por parte de grandes empresas competidoras do mesmo sector. A Bombardier Transportation,³⁷ adquire a Sorefame em 2001, subtraindo milhares de postos de trabalho, desmantelando a fábrica, e até a própria capacidade produtiva da cidade.

³⁷ Bombardier: fundada em 1974, é a maior empresa do mundo, na produção de equipamentos de transportes ferroviários, com sedes na Alemanha, Canadá e Brasil.



Ilustração 35 - Fábrica Sorefame, ca.1970. (Novais, ca.1970).

2.2. LEITURA E COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO

O Parque Industrial da Venda Nova, ganhou forma quando a Amadora ainda se constituía Freguesia do Concelho de Oeiras, no entanto, ganha uma maior expressão quando esta sobe a cidade. Em 1980, o parque ocupava cerca de 33 hectares de justaposição de unidades fabris, num percurso sem qualquer disciplina de organização, herdando anos de constituição irregular e desacompanhada de instrumentos de regulação. A disposição dos armazéns e fábricas “[...] não obedeceu a qualquer planeamento, nem à existência de um promotor industrial imobiliário, como mais tarde ocorrerá em Portugal, quer com a criação de uma Empresa Pública de Parques Industriais (1973).” (APAI,1992-1994 p.18)

Atualmente, acreditamos, que da ruína deste parque industrial esquecido, nos espere uma verdadeira quimera, a aguardar intervenção. Este, será um período expectante em processos de valorização deste género de edifícios, retidos nos interiores de parques industriais, sendo este, o único benefício que se retira, do seu inevitável desmantelamento. Nesse sentido, “[...] surgem estas novas arquiteturas disponíveis [...]” (Ângelo, 2012, p. 424), uma oportunidade para novas iniciativas e propostas de reutilização, valorizando novamente, os múltiplos espaços e equipamentos que o Parque dispõe.

A triste decadência dos espaços industriais englobados no antigo Parque da Venda Nova, deve agora manifestar-se como provocação para o arquitecto. Ou num cenário mais aprazível, como um “convite”, a novas operações atraídas pela reabilitação de cenários pouco comuns do quotidiano, como o caso dos parques industriais. Desta maneira, pretendemos lançar o desafio, a inquietude, o atrevimento, por acreditarmos que a Amadora, pela sua génese, é dotada de qualidades singulares, que trabalhadas, poderão combater os estigmas e preconceitos a respeito deste território, relembrando, que não se encontra ainda, concluído. Estamos, portanto, numa fase de combate. De enfrentar uma realidade urbana de forma consciente, sem que por isso, seja enfrentada com menor ímpeto - de um “[...] urbanismo de regulação [...]” (Bourdin, 2011, p. 107).

A Amadora perdeu uma das mais significativas capacidades produtivas, com o desmantelamento ou inativação de fábricas industriais, como é exemplo a Sorefame, o que provocou uma grande perda de sinergias no meio local, sacrificada em função de jogos de poder económico. Mas parte da sua evolução urbana, estará sempre indissociável da evolução repentina do Parque;

A cidade burguesa que se desenvolve depois da revolução industrial é, sem duvida, diferente de todos os modelos precedentes, sobretudo pelas suas características mensuráveis: as quantidades em jogo (número de habitantes, número de casas, quilómetros de estradas, número e variedade dos serviços e dos equipamentos) e a velocidade das transformações; a soma das diversidades quantitativas produz uma diversidade qualitativa; (Benevolo, 2017, p. 24)

O presente subcapítulo, será dedicado à expressão e desenvolvimento morfológico da cidade objeto de estudo – Amadora; de acordo com a terminologia de Ressano Garcia Lamas, quando refere morfologia - como a configuração da estrutura exterior do objeto, ou o estudo das formas, relacionado com os fenómenos que deram origem. (Lamas, 2007, p. 37)

Sempre que possível, serão apresentados argumentos que ilustrem as condicionantes que dificultaram o cumprimento dos dispostos urbanos de acordo com o primeiro Plano de Urbanização³⁸ da cidade. Isto, porque a Amadora não poderá ser considerada excepção no que diz respeito a desvios das linhas diretoras, previstas nos planos urbanos, sendo que nos referimos à década de quarenta, período notável no início de Planos Urbanos. Bastaria apenas recordar que; “[...] não é necessário percorrer Portugal de norte a sul para perceber que algo de errado se passou (e ainda passa) na forma como construímos as nossas cidades [...]” (Rodrigues, 2011 p. 15).

³⁸ Capítulo IV: dedicado ao Plano Urbano da cidade da Amadora em 1949, pelo Arquitecto João Guilherme Faria da Costa.

A cidade da Amadora, que sempre foi sujeita a estigmas e exposta a constrangimentos poderá ser agora objeto de uma nova leitura como nos recorda Fernando Távora³⁹, as cidades são de facto, a maior criação física do Homem, e uma das mais significativas criações do seu espírito (Távora, 1969 p. 9). E a criação urbana da cidade da Amadora, remonta a uma população residente desde os anos trinta, muito antes da chegada do urbanista Faria da Costa ao território.

A cidade da Amadora poderá, compreensivelmente, ser lida como uma “manta de retalhos”. O termo, refere-se no seu *lato sensu*, a um discurso mal-alinhavado, ou conjunto formado por elementos heterogéneos ou díspares⁴⁰. Uma condição que se aplica muito bem à constituição e processo de formação do tecido urbano da Amadora, que se constituiu a partir de inúmeros processos de adição desagregados, descosidos entre si. Mas importa afirmar, que o meio urbano pode ser objeto de múltiplas leituras, e será esse o objectivo, lembrando os vários fenómenos que deram origem ao território.

[...] A leitura disciplinar, se bem que rica de conteúdos e esclarecimentos sobre o objeto, não o explicará totalmente, quer na sua configuração quer no seu processo de formação. Só o cruzamento de diferentes leituras e informações poderá explicar um objeto tão complexo como a cidade [...] (Lamas, 2007 p. 37)

São, de facto poucas, ou quase nenhuma, cidades que constituam uma massa continua e uniforme. Uma vez sujeitas a transformações no seu passado histórico, correspondem agora, a um estado expectável, de vários tecidos heterogéneos lado a lado, à espera de uma cicatrização, que lhes confira um novo sentido de unidade, e de coerência. O que procuramos é na verdade, compreender a cidade aceitando-a como objeto de extrema complexidade, nem que para esse efeito seja necessário realçar como e quando esta se articula entre as suas diferentes partes.

A consequente concepção da cidade da Amadora, poderá de facto, ter resultado da célere proliferação populacional na década de quarenta de forma prematura e desarticulada com o primeiro desenho urbano proposto para o território, este, que entendemos ser, o único instrumento orientador e metodológico do processo de formação de uma cidade. Um desenho, que não se limitou apenas à escala do desenho do edifício, mas sim um desenho de estrutura urbana, que relaciona os diferentes elementos morfológicos ou as diferentes partes da cidade, mas que chega com pouca imposição à cidade da Amadora. (Lamas, 2007 p.125),

³⁹ **Fernando Távora** (1923-2007): Arquitecto moderno português, formado da Escola Superior de Belas-Artes do Porto.

⁴⁰ Definição Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2016.

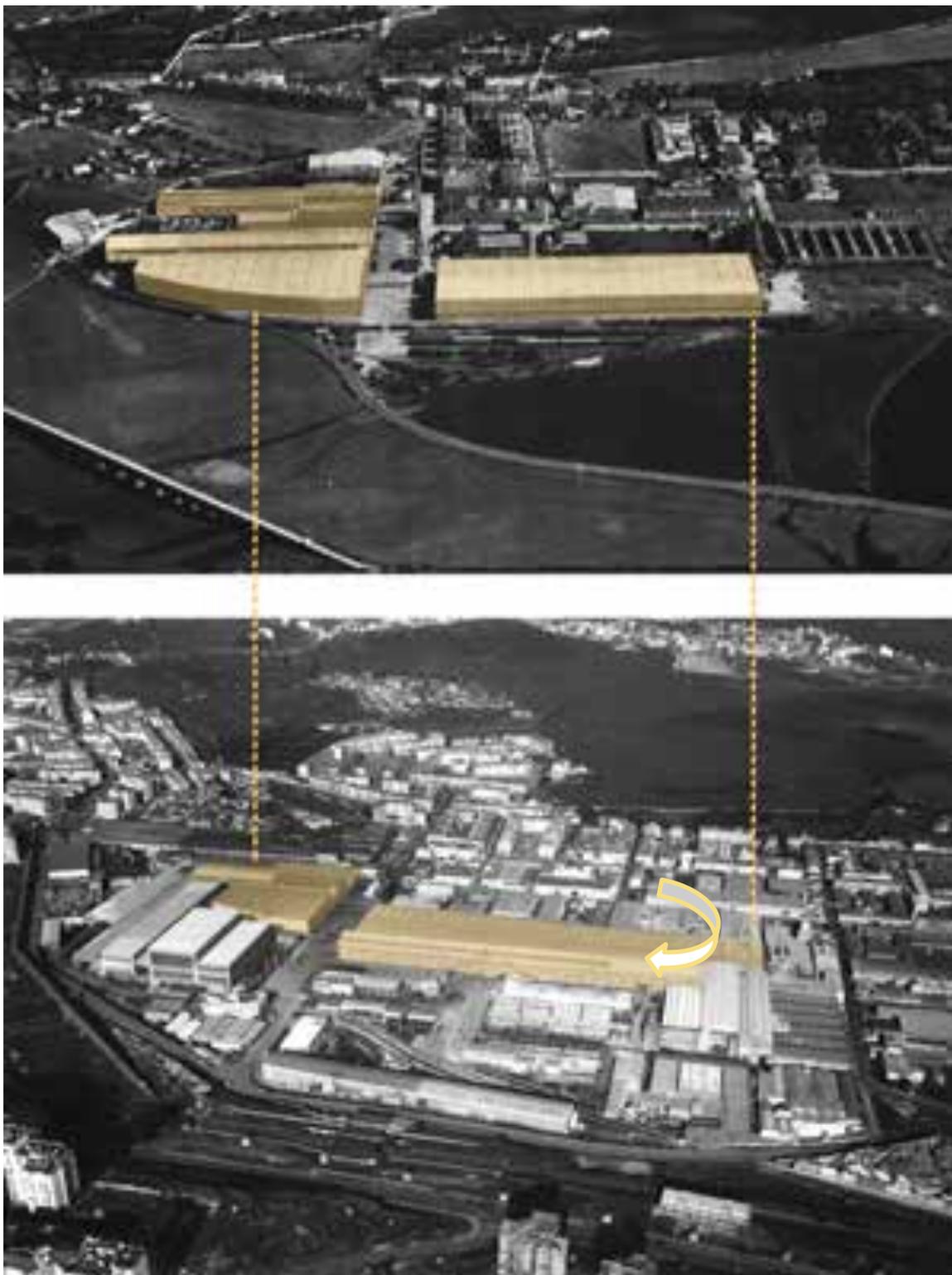


Ilustração 36 - Evolução do Parque Industrial entre a década de quarenta e sessenta. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca.1940 e ca.1960.)

Propomos relembrar mais um excerto da obra de Ítalo Calvino, quando Marco Polo descreve as cidades que visita em missão, ao imperador Kublai Kan, e no fim de contemplar, aquelas que seriam as cidades das trocas, as cidades subtis e as do desejo, conclui:

O inferno dos vivos não é uma coisa que virá a existir; se houver um, é o que já está aqui, o inferno que habitamos todos os dias, que nós formamos ao estarmos juntos. Há dois modos para não o sofrermos. O primeiro torna-se fácil para muita gente: aceitar o inferno e fazer parte dele a ponto de já não o vermos. O segundo é arriscado e exige uma atenção e uma aprendizagem contínua: tentar e saber reconhecer, no meio do inferno, quem e o que não é inferno, e fazê-lo viver, e dar-lhe lugar [...] (Calvino, 1972, p. 170)

Neste caso, reconhecemos a ausência do urbanismo como domínio disciplinar sobre a gestão do território em constante formação do crescimento urbano da cidade da Amadora, pela eventual influência da década de sessenta, que marca Portugal de norte a sul pela progressiva desarticulação do Planeamento urbano com os processos de urbanização. Mas a história sobre a constituição urbana da cidade, será descrita de modo a que se reconheça a explicação para a sua expressão morfológica. No cenário urbano da Amadora, não consideramos que a cidade tenha escapado de tais inoperâncias, uma vez que também ganhou forma com poucos elementos reguladores. Hoje, faz parte do conjunto de cidades modernas formadas através de um desenho morfológico dividido em células autónomas, que de maneira inevitável, resultam num tecido composto por sistemas de adição e segregado, que constituirá um desafio de harmonização no seu futuro. (Grande, 2002 p.95)

2.2.1. RAILROAD SUBURB

Retomemos então, ao objectivo a que nos propomos; compreender a cidade, através de uma leitura diacrónica dos seus aspetos determinantes, partindo de uma utopia social (representada no primeiro subcapítulo) à sua distopia formal. Os primeiros passos, anteriores à década de quarente, foram considerados como referências no Relatório Geral de 1949 de Faria da Costa⁴¹, o primeiro documento fidedigno que também descreveu o território na sua geografia física, demografia e estado económico.

Como foi referido anteriormente, a Amadora deve a sua origem à aldeia da Porcalhota, apesar de ser a região mais popular do território, a Porcalhota perde a sua notoriedade para a freguesia da Amadora com a construção dos caminhos de ferro, que por imposições topográficas se localizaram mais distante do centro da aldeia, o que levou a uma maior dispersão na ocupação na freguesia. (Costa, 1949, p.1). Aquele que ainda constituía, no final do séc. XIX, um território dominado por campos agrícolas e núcleos rurais, renasce com “[...] a inauguração em 1887 da linha de caminho de ferro para Sintra [...]” (Amadora,1990. p.145), responsável pela nova uma mancha

⁴¹ Relatório Geral Câmara Municipal de Oeiras. “Plano de Arranjo e Extensão da Freguesia da Amadora-1949”, Faria da Costa, Urbanista.

ocupacional concentrada em torno da artéria ferroviária que penetrou os campos agrícolas. (Amadora,1990. p.145)

Antes da chegada do caminho de ferro, o território da Amadora era composto por uma aprazível superfície verde de campos rurais, mas a necessidade de encurtar a distância à cidade de Lisboa era crucial para o desenvolvimento económico e para reduzir a mobilidade dos trabalhadores operários, residentes em Oeiras e em Benfica. Uma cidade - *hinterland*⁴², que se vem a modernizar, década após década, cada vez mais independente do centro urbano da capital.

No entanto, não foi apenas a artéria que corresponde ao caminho de ferro, que desperta o desenvolvimento do território; a estrada mais memorial da cidade, a antiga Estrada Real- Rua Elias Garcia, também atua neste cenário com o seu papel influenciador na ocupação linear da cidade, ainda antes da chegada do caminho de ferro. Parece-nos existirem duas personagens principais neste cenário, agora urbano, o dos conjuntos residenciais de ocupação linear nas margens da estrada real, em contraste com casas saloias e quintas, e a dos conjuntos residenciais dos grandes capitalistas adjacentes ao caminho de ferro: a dicotomia inegável entre rural e urbano, que fará sempre parte da expressão morfológica da cidade da Amadora.

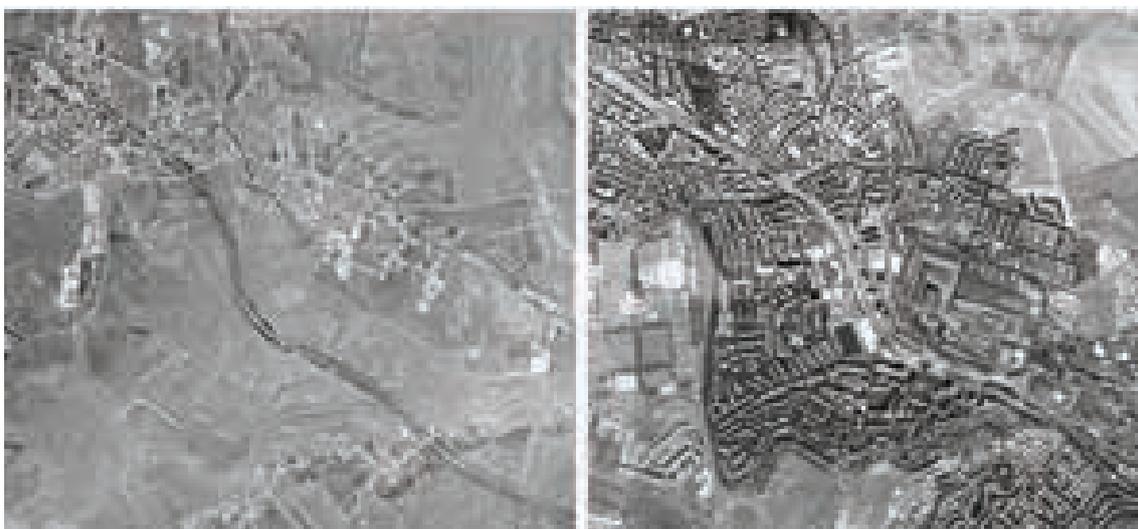


Ilustração 37 – Território e ferrovia: Amadora na década de quarenta, e Amadora na década de sessenta ([Adaptado a partir de:] Direcção Geral do Território, 1944, ca.1965).

Os primeiros grandes conjuntos habitacionais ganham expressão, na década de quarenta, ainda que de modo pontual, em especial, nas margens das vias de comunicação principais, e no centro urbano da cidade próximo da estação ferroviária. Por esta altura, a tendência para a Amadora resultar num subúrbio residencial da

⁴² *Hinterland*: expressão Alemã, cujo significado literal significa: terra de trás. Também remete para a designação da parte menos desenvolvida de um país. De acordo com Bill Bryson: “*The area economically dependent on a town or a city [...] In: “The Dictionary of Urbanisme” 2005, p. 181.*

capital, já seria expectável. (Nunes, 2011, p.177). A dependência do caminho de ferro para Lisboa, é decisiva para fomentar as primeiras ocupações⁴³ residenciais, fruto da instalação, entre 1939 e 1943, das mais recentes unidades industriais do Parque Industrial da Venda Nova provocando, neste período, o primeiro surto urbano, alguma vez testemunhado. (Amadora,1990, p. 146)

Perante o primeiro surto urbano, Faria da Costa, encara a mancha ocupacional na “[...] suas devidas proporções iguais à de Lisboa [...]” (Faria,1949, p.7). No entanto, tratou-se de um fenómeno impossível de controlar, pela sua rapidez de formação, sucedendo o visível desordenamento morfológico e “[...] crescimento em altura nas zonas menos indicadas para isso [...]” (Faria, 1949, p.9) que persistem na paisagem urbana atual da cidade.



Ilustração 38 – Estação da Porcalhota ca.1930 ([Adaptado a partir de: Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, ca.1930).



Ilustração 39 - Passagem de nível Porcalhota, s.d. ([Adaptado a partir de:] Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).



Ilustração 40 - - Aviso Público á população em 1908. (Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, 1908).

⁴³ Reboleira Norte e Reboleira Sul.

A eletricidade, uma vez chegada às cidades, provocaria uma inevitável explosão urbana, uma corrida vertiginosa, parte da história mundial, que Corbusier intitula de “[...] Acontecimento Mundial” (Corbusier, 2008, p. 23). A Amadora, desde cedo que se expressa como objeto de desejo, por ser um território promissor, e catalisador de novos postos de trabalho. Com a penetração das vias férreas, a Porcalhota vê os campos agrícolas gradualmente consumidos por novos conjuntos residenciais. Uma expansão urbana, essencialmente linear, isto é, à margem das artérias de comunicação quer sob forma de estrada ou pelo rasgo do caminho de ferro, manifestando-se já um tecido urbano consideravelmente consolidado, num primeiro exercício pelo comboio a vapor, e mais tarde, pela sua eletrificação.

[...] quando a velocidade surge, as grandes cidades explodem ou ingurgitam-se, o campo despoeira-se, as províncias vêem-se violadas no coração da sua intimidade. As duas entidades humanas tradicionais (a cidade e a aldeia) atravessam então uma crise terrível. As nossas cidades estendem-se sem forma organizada, duma maneira indefinida [...] – *La ville, cet organisme urbain cohérent, disparaît.* - A cidade, esse organismo urbano coerente, desaparece. (Corbusier, 2008, p.7)

Em muitos pontos, encontramos um possível paralelismo com a cidade linear de Arturo Soria y Mata,⁴⁴ uma proposta alternativa aos processos de desenvolvimento urbano espontâneos ocorrentes nas periferias. “[...] O modelo de cidade proposta por Soria Y Mata é o modelo de uma cidade indiferenciada, sem programa [...]” (Marques, 2012, p.79), concentrando-se principalmente nos bens essenciais para o conforto da população tirando benefício dos novos meios de transporte, da cidade e da natureza. Apesar de ser acusado de ter uma visão algo redutora do conceito de cidade pensada, somente, com base na função residencial, compreende-se a sua finalidade dedicada ao conforto do homem individual, nem que para isso, o resultado fosse uma cidade extensiva de habitações; “[...] a cada família uma casa, em cada casa uma horta e um jardim [...]” (Mata *apud* Marques 2012, p.79).

O caminho de ferro, sinuoso e penetrante no território, transporta, muito além do sentido figurado, centenas de habitantes até ao território da Amadora, provenientes dos meios rurais, responsáveis pela suburbanização dos tecidos periféricos da capital. A tendência sempre foi, de atrair uma massa humana de baixos recursos económicos, que, mais tarde, vem a comprometer o paradigma social das periferias, segregação social e a triste posição de dormitório na coroa periférica. Como Nuno Grande afirma, a questão do aproveitamento desta condição social tem impactos sobre a cidade, e em especial no seu tecido envolvente; “[...] essas periferias tornaram-se rapidamente

⁴⁴ **Arturo Soria y Mata** (1844-1920): Empresário, Político e Urbanista, nascido em Espanha onde desenvolve o conceito teórico da Cidade Linear num artigo publicado em 1882 no jornal “*El Progreso*” de Madrid.

palco de enormes investimentos imobiliários privados que aproveitaram, por um lado, o aumento vertiginoso da população urbana, e por outro, a estandardização da construção em moldes industriais.” (Grande, 2002, p.142)

A questão da radical transformação dos meios rurais em meios urbanos, desde sempre que é matéria de inquietação para os arquitectos, debatendo por múltiplas vezes, se esta transformação do território estaria a ser feita com o devido acompanhamento regulamentar. O crescimento das cidades, para lá dos seus limites, ocupando as periferias rurais de certo modo, é combatido através de medidas de descentralização, privilegiando comunicações por via do caminho de ferro, como o exemplo da Amadora. (Amadora, 1990 p.145)

2.2.2. DA ESTRADA REAL AO CAMINHO DE FERRO

Contextualizando, foi com cerca de “[...] 30 anos de atraso sobre o Reino Unido que o comboio chegou a Portugal, a 28 de outubro de 1856 [...]” (Cardoso, 2017) e a sua chegada à Amadora revelou-se bastante célere com a inauguração da linha de Sintra celebrada em 1887, primeiro com o comboio a vapor, que transportou a classe burguesa para a região, levando a cabo a construção dos primeiros núcleos de forma espontânea, articulados segundo uma estrutura de ocupação linear. (Amadora, 1990, p.145)



Ilustração 41 - Celebração da eletrificação da linha férrea entre Rossio e Sintra, s.d. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).



Ilustração 42 - Bairro da Mina, moradias e os primeiros edifícios desenvolvidos em altura, junto ao caminho de ferro. s.d. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, s.d.).

A relevância do caminho rumo a Sintra, agora por via férrea, chegou a ser mencionada em várias obras literárias, como a do poeta Delfim Guimarães⁴⁵ num texto dedicado à evolução da cidade: “[...] com a abertura dos caminhos-de-ferro de Lisboa a Sintra,

⁴⁵ **Delfim Guimarães** (1872-1933): Poeta, ensaísta, bibliófilo e tradutor. Residente na cidade da Amadora. Homenageado com a atribuição do seu nome ao Parque da cidade, inaugurado pelo Presidente da República, General Óscar Carmona em 1937.

começou a ser procurada a Amadora como um local magnífico para edificações, fora do cerco das barreiras da cidade, em sítio aprazível, banhada pelos ventos [...]” (Guimarães *apud* Carmo, 2014, p.12). A Vila da Amadora, começa, ainda antes de ser cidade, a reconhecer-se pela sua acessibilidade e qualidades residências, procurada pela classe trabalhadora lisboeta.

Com a eletrificação⁴⁶ do caminho de ferro, a mancha urbana no território da Amadora ganha outra expressão, e assiste-se a uma explosão demográfica, a que a cidade se sujeitou com o compromisso de acolher. Nesta fase transitória, entre a década de cinquenta e sessenta, constata-se a Amadora a perder aquilo que era mais seu. As tipologias habitacionais predominantes - moradia, foram subtraídas por edifícios de alojamentos verticais, que sugam a cidade e deformando a paisagem urbana de modo substancial. Os conjuntos residenciais, implementaram-se sobre os campos agrícolas, de maneira pouco criteriosa, e as artérias de circulação mais simbólicas do território perdem a sua relevância histórica e morfológica, asfixiadas pela ocupação urbana ao longo da sua extensão. Muitos relembram o território da Amadora antes do advento da eletrificação do caminho de ferro, descrevendo uma fâcies urbana alusiva ao período que antecedeu a chegada de planos urbanos reguladores;

[...] o crescimento da vila tendia a realizar-se sobretudo a curta distância da estação ou dos locais de trabalho fabril. A compactação e a pedonalidade eram apanágio da forma urbana e da experiência suburbana na Amadora de então... A envolvente da Amadora era uma larga extensão de campo [...] A circulação no interior deste núcleo compacto tendia a realizar-se a pé. A Amadora dos anos 40 era um subúrbio citadino, industrial e residencial [...] (Nunes, 2011, p. 201)

2.2.3. A EXPANSÃO URBANA LINEAR

Hoje, quem escolher partir do Rossio rumo a Sintra, participa de um itinerário arquitectónico onde o cenário predominante, são os edifícios amontoados pela cidade, uns mais altos que outros, sem qualquer disciplina ou critério. Edifícios de habitação dispostos ao longo da extensão da linha férrea, quase que em tom de provocação, uma contestável densidade urbana. Este é o paradigma de quase todos os núcleos urbanos que se encontram na primeira orla periférica das grandes cidades, ligados pelo caminho de ferro;

⁴⁶ Eletrificação da Linha de Sintra foi inaugurada oficialmente em 28 de Abril de 1956, tendo a cerimónia sido integrada nas comemorações do centenário dos caminhos de ferro em Portugal.

Relativamente à linha de Sintra, convirá salientar que se trata de um dos percursos ferroviários com características mais “urbanas” de todo o conjunto nacional. A linha, com início na estação do Rossio, em pleno coração da cidade de Lisboa [...] a seguir; Amadora, dadas as suas características de cidade-residencial, sendo que este troço é de uma grande densidade urbana [...]” (Alves, 2015, p. 551)

A artéria ferroviária, hoje, absorvida pelo tecido urbano da cidade, também constitui um dos elementos contribuidores para a fragmentação do território, neste caso, no seu sentido físico, ao distribuir não só os núcleos residenciais, mas assumindo-se como uma fronteira que atravessa a cidade eliminando pontos de comunicação e relação com as suas duas margens. Entenda-se que a fragmentação a que nos referimos, é no sentido da constituição morfológica da cidade, da forma como esta cresceu e se desenvolveu em torno da charneira ferroviária, e não da fragmentação de uma social diversa, que para tal, resultará de outras circunstâncias, do qual o presente subcapítulo não tem como objectivo analisar.

A cidade, desde muito cedo se constitui pela sua capacidade infraestrutural, pela capacidade de transportar o Homem às suas necessidades e deveres, e a Amadora neste caso, reflete uma suburbanização da cidade de Lisboa atraída pelo caminho de ferro, pelos baixos custos de habitação, pela proximidade a Lisboa e pelo emprego nas unidades fabris da Venda Nova.

A par com o caminho de ferro, consideramos também estruturante na morfologia urbana analisada, a Rua Elias Garcia, como referimos anteriormente, antiga Estrada Real rumo a Sintra. Enquanto que uma das artérias de comunicação se representa pela velocidade do progresso, outra, representa-se pelo espírito revivalista de uma cidade de raízes rurais. Uma dicotomia entre cidade e campo, que a Amadora conterà sempre na sua condição urbana.

A leitura desta ocupação territorial⁴⁷, sugere, que os primeiros conjuntos se ocupem nos terrenos adjacentes às vias de comunicação, neste caso, mais predominante na Estrada Real, que apoiava o trajeto da alta burguesia rumo a Sintra e a Queluz no seu circuito lúdico. Outra tendência, foi a ocupação dos núcleos residências, fixados na proximidade com a Estação ferroviária, onde cresce o primeiro bairro burguês - Bairro da Mina. É, portanto, segundo um processo organizativo linear, acompanhando pela extensão de artérias de circulação, que se define o sistema estrutural, que de forma empírica, veio a organizar os primeiros núcleos urbanos, sequenciados por outros processos de ocupação e adição.

⁴⁷ Ilustração nº43.

Entenda-se que a Amadora, mantém o seu carácter de centro urbano com actividade e vida própria, actualmente, beneficia de um território que respeita conceitos de unidade de vizinhança da escola francesa, fruto do constante desafio, que foi o combate à dependência de Lisboa, por uma cidade autónoma. As artérias rodoviárias e ferroviárias forneceram aos habitantes, capacidade de comunicação, em trajetos rápidos e económicos, conferindo-lhe uma nova característica – de **subúrbio residencial** de Lisboa.



Ilustração 43 - Desenvolvimento da ocupação urbana entre Benfica, Amadora e Queluz, década de Cinquenta. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Câmara Municipal. Arquivo Fotográfico, ca 1950).

É inegável a expressão sólida entre caminho e cidade, ambos relacionados pelo caminho de ferro ou por estrada. Estrutura urbana capaz de organizar cidade, o mesmo se fez com as *Boulevards* de Haussmann⁴⁸ em Paris, as *Chaussées*⁴⁹ na Bélgica e os *Kanalen*⁵⁰ na Holanda. Na Europa, foram vários os casos de expansão urbana que seguiam a direcção informal das vias, ou das artérias de comunicação, que forma empírica desenvolvem toda a estrutura urbana.

As novas artérias, os vastos blocos habitacionais, e as novas indústrias estabelecem-se em todas as zonas. Trabalha-se, é certo, para o bem das populações, proporcionando-lhes maiores comodidades uma vez que se lhes oferecem mais higiénicas condições de habitabilidade. No entanto, e aqui é que está o erro imperdoável, é à sombra do desenvolvimento das povoações e sob a capa protetora do progresso, que se cometem e se deixam cometer os mais sérios e graves atropelos

⁴⁸ **Eugène Haussmann** (1809-1891): responsável pela reforma urbana de Paris determinada por Napoleão III. Tirando partido da sua posição social com o estatuto de barão desenha o centro de Paris em meados do séc XX. propõe amplas Bulevares ladeadas por edifícios regulares neoclássicos.

⁴⁹ *Chaussées*: Estradas.

⁵⁰ *Kanalen*: Canais.

urbanísticos, que não respeitam nem a estética do presente nem testemunhas do passado.” (Amadora. Notícias da Amadora, 1961)

2.2.4. O CAPITALISMO SUBURBANO

Num período de cinquenta anos, compreendido entre 1920 e 1970, a população residente na Amadora evoluiu de 6.900 habitantes para 112.200 habitantes, um dos maiores e mais promissores territórios em expansão, ainda que sem gestão de planeamento adequada, dando na década de sessenta, os primeiros passos para a sua descaracterização urbana e intensa proliferação populacional. (Nunes, 2011, p. 188)

As famílias que chegassem à Amadora procuravam casas, o mais baratas possível onde fosse possível, ou seja, onde restassem terrenos livres, escapando, oportunamente, ao planeamento urbanístico, tornando-se este, num novo cenário predominante na constituição morfológica da cidade – dos bairros de génese ilegal. Na década de sessenta, vivia-se um apogeu da capacidade produtiva, uma vez que a maioria das unidades fabris do parque industrial ainda se encontravam ativas, uma oportunidade de atuação vantajosa para os construtores cuja ânsia seria: “[...] construir mais, a qualquer custo [...]” (Portas, 2007 p.76).

A verdade, é que as estruturas urbanas das cidades não se encontraram preparadas para o fenómeno do êxodo rural, numa dialética entre o passado e o presente, estamos perante trinta anos de avanço depois da publicação da Carta de Atenas⁵¹, e apenas dez anos após a chegada do primeiro⁵² Plano Urbano da cidade, e nem assim, se conseguiu fazer frente aos crimes urbanísticos praticados pelos grandes capitalistas. (Rodrigues, 2011, p. 13)

Importa neste subcapítulo, realçar factos e acontecimentos urbanos, com espírito crítico no sentido de apurar erros cometidos no passado que nos possam, hoje, servir presumindo que a cidade ainda tem pela frente um longo percurso urbano a realizar, com que pela aprendizagem, não se submeterá às mesmas incorreções.

Os primeiros teóricos da arquitectura idealizaram uma alternativa à cidade tradicional, como reacção à primeira Revolução Industrial⁵³. Claramente, isso sucedeu com mais intensidade noutros países da Europa, mas o cenário industrial da cidade da Amadora, atendendo à sua dimensão e repercussões urbanas, também deve ser considerado.

⁵¹ Compromisso determinado em 1931 durante o I Congresso dos CIAM, com o objectivo de esclarecer novos rumos para a cidade moderna e funcional, onde se destaca o arquitecto e urbanista, Le Corbusier.

⁵² Plano de Urbanização da Amadora, 1949.

⁵³ Revolução Industrial: com início no séc. XVIII em Inglaterra, país na frente da mecanização do sistema de produção.

Na realidade, qualquer que fosse o instrumento regulador, na cidade de Lisboa e por consequência, nos arredores periféricos, chegaria com eventual atraso, uma vez que neste período já se faziam expressar manchas ocupacionais de grande densidade. A cidade da Amadora cresceu de maneira repentina, com condições que a levaram a tornar-se numa cidade composta por inquilinos, mero - “[...] subúrbio citadino de Lisboa [...]” (Nunes, 2011, p.235). Quando a construção se espalha, quando o urbano se torna extensivo e fragmentário, quando não se instrui imediatamente um princípio de ordem, chama-se a isso periferia ou subúrbio, e esta será a condição do território da Amadora perante a cidade de Lisboa. (Domingues, 2008, p. 27)

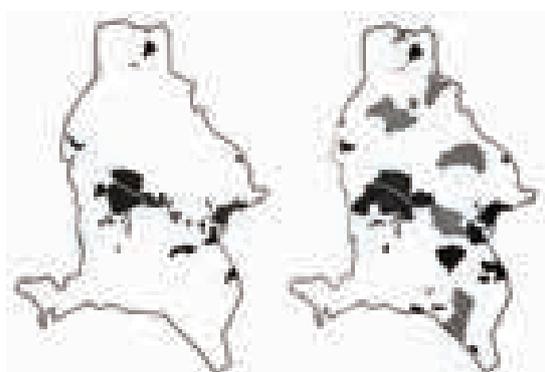


Ilustração 44 - Expansão da ocupação urbana da Amadora em 1955 e 1965. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1990).



Ilustração 45 - Expansão da ocupação urbana da Amadora em 1975 e 1989. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1990).

António Santos Coelho, escritor da época, intitulou os promotores deste período de suburbanização de “[...] patos-bravos [...]” (Coelho, 1960, p. 73), e estes poderão ter sido os verdadeiros responsáveis pela materialização de alguns problemas urbanos, capazes de acomodar habitantes em edifícios vertiginosos, a qualquer custo. Graça Dias denuncia esta época, como a “[...] forma mais desgraçada, perversa e absurda, mas simultaneamente mais popular, de configurar o espaço do Portugal contemporâneo.” (Graça Dias, 2006, p. 33).

O capitalismo da década de sessenta, tornou-se então, o maior protagonista do cenário urbano da cidade, por produzir edifícios em massa e de alta densidade, ocupando uma superfície horizontal e pior ainda, uma superfície vertical consumidora de paisagem.

A população, passa a habitar os edifícios de maneira congestionada, “*arrumados*” em altura, provocando tensões do ponto de vista sociológico e a evidente segregação morfológica do tecido urbano. Deste modo, compôs-se o mosaico que caracteriza o desenho morfológico da cidade, ‘bairros aqui e bairros ali’, sem sensatez ou razoabilidade, mas acolhendo, desde sempre, a necessidade mais básica do homem—

o alojamento, pois sem ele, não poderá ser capaz de conceber nenhuma actividade urbana. (Garnier, 2010, p. 22)

Logo atrás daqueles os “patos bravos” vieram negociantes de maior vulto, apoiados por fortes capitais, que compravam quintas inteiras, bons terrenos de sementeira, contratavam técnicos para fazerem o projecto de casa e de arruamentos, sem obediência de qualquer plano, com o único objectivo de satisfazerem os seus interesses especulativos [...] (Coelho, 1960, p.73)

Somos, de certo modo, coagidos a concordar que o registo de desordem é o que melhor ilustra o estado da cidade na década de sessenta, ainda que se combata esse fenómeno, com o segundo instrumento urbanístico da autoria do arquitecto João Aguiar;⁵⁴ a administração executa um novo instrumento urbanístico que vai abranger toda a freguesia da Amadora- o Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora, elaborado pelo arquitecto João Aguiar e datado de 1960, num combate à descontextualização urbana vivenciada na época. (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 147)

[...] o nosso objeto é a arquitectura da cidade e esta tem sido geralmente mal fundamentada no planeamento urbanístico, certamente pela impotência das administrações locais no controle de operações de terrenos e execução dos empreendimentos. Situação que faz do plano de urbanização o mais ambíguo e desprestigiado instrumento [...] (Portas, 2007, p. 75)

A permanente falta de regulação e incoerência administrativa, foram, sem dúvida, fatores que contribuíram para a expansão desregulada além dos limites do Plano Aguiar. Uma realidade que se vivia em quase todas as cidades do País, mas que na Amadora tem proporções mais preocupantes, pois poderia ter beneficiado de dois planos urbanos de autores idóneos⁵⁵. Se os primeiros planos de cidades importantes foram “[...] solicitados a Etienne De Gröer, que se ocupa de Beja, Braga, Coimbra, Évora, e Lisboa, João Aguiar é, nos anos quarenta, o urbanista da quase totalidade das restantes capitais de distrito⁵⁶ [...]” (Lôbo, 1995, p.159).

Mas, mais uma vez, o capitalismo e a especulação imobiliária, não deram qualquer hipótese às boas soluções urbanas nos territórios nacionais, levando a que a maioria dos Planos não passassem de esboços em papel.

⁵⁴ **João António Aguiar** (n. 1906): foi o mais solicitado urbanista português da década de cinquenta, situação que se mantém até à década de sessenta. Contribuiu como urbanista com a autoria do segundo Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora, em 1961, dando especial continuidade á plano anterior apresentado pelo arquitecto seu contemporâneo, João Faria da Costa de 1949. (Lôbo, 1993, p. 169)

⁵⁵ Num primeiro exercício, na década de quarenta, por Faria da Costa, e na década de sessenta, por João Aguiar.

⁵⁶ Distritos: dos dezoito distritos do continente, o arquitecto João Aguiar ocupa-se dos planos de oito das suas capitais. Castelo Branco, Faro, Guarda, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Em 1948, era o urbanista de mais nove sede de concelho: Albergaria-a-Velha, Arraiolos, Belmonte, Cantanhede, Covilhã, Olhão, Palmela, Vila Viçosa, Vouzela. (Lôbo, 1995)

[...] A primeira imagem que se retém quando se sobrevoa a área metropolitana de Lisboa- e esta é a primeira imagem de quem entra de avião- é a que traduz a presença de um espaço muito pouco estruturado, e no que respeita ao urbanismo e à habitação estamos em presença de uma gigantesca manta de retalhos inacabada, que continua a crescer em extensão e em altura e a colmatar ainda muitos espaços intersticiais [...] (Nuno Soares *apud* Nunes, 2005, p. 21).

A observação do geógrafo Nuno Soares acaba por ser feita no sentido global⁵⁷ da cidade Lisboa, considerando os seus concelhos vizinhos inseridos na sua área metropolitana, constatando, uma realidade urbana que transcende os limites da cidade objeto deste estudo. O paradigma urbano das nossas cidades a que nos referimos, pressupõe que, à semelhança da cidade da Amadora, também padecem de má gestão urbanística, de uma heterogeneidade dos espaços construídos que não se relacionam entre si, mas que, sobretudo, também arcam a responsabilidade de pensar num futuro, assente em bases tão complexas.

A este impasse, ou melhor, a este aspeto irregular de um território, para muitos, confuso, desprovido de medidas de controlo consciente que acompanhassem o seu crescimento, da incerteza de ainda não ser bem “cidade” nem “campo”, nem muito “rural” nem suficientemente urbano, surge um retrato pouco definido. A esta falta de esclarecimento, também sucedeu a falta de identidade ou, em muitos casos, uma classificação menos positiva, que tem vindo a perseguir a cidade, sujeitando-a a referências sempre diminutas e preconceituosas. Parece-nos uma definição bastante redutora, depois de expormos os retratos de época, anteriormente.

[...] diz o dicionário que “subúrbio” é urbano de segunda. Uma subcidade, imperfeita, no limite. Um estigma com derivações pós-modernas como “bairros-críticos” ou “problemáticos”. É preciso, no entanto, recordar que ainda há pouco tempo imensa gente vivia muito mal, e muito se fez, apesar de tudo [...] (Seixas, 2015, p. 132)

Actualmente, a cidade da Amadora, “[...] pela sua realidade socio económica, posição metropolitana e ambição estratégica pretende afirmar-se como uma cidade aberta, competitiva e inclusiva [...]” (Tavares, 2014, p. 2). Sobretudo quando esta se apresenta como o sétimo município mais populoso de Portugal com cerca de 175.136 habitantes, numa área compreendida em 23.78 km²; cerca de 10% representam a população estrangeira residente no município, e 3,8% correspondem à população que ainda habitam em bairros degradados. “[...] E o quinto concelho mais populoso da AML.” (Censos 2011 *apud* Amadora, 2012, p. 21).

⁵⁷ Área geográfica da Amadora: insere-se na geográfica da AMLN (Área Metropolitana de Lisboa Norte), fazendo fronteira terrestre com os Municípios de Lisboa, Odivelas, Sintra e Oeiras. (Amadora, Câmara Municipal, 2017). O concelho da Amadora foi o primeiro a ser criado após o 25 de Abril de 1974, deixando de ser nessa data uma freguesia do Concelho de Oeiras, ao qual pertencia desde 1916.



Ilustração 46 - Amadora e os concelhos vizinhos. ([Adaptado a partir:] Arcgis, 2017).

2.3. UMA CIDADE ENTRE BAIROS

Defendemos que a cidade do futuro, será aquela que está a ser construída hoje. Se assim for verdade, fará agora todo o sentido compreender a forte dialética entre Cidade-Bairro que se faz representar em quase toda a constituição morfológica da cidade da Amadora. O bairro, naquele que é o seu contexto comum, representa-se como um espaço físico com impacto no quotidiano de todos os indivíduos da sociedade, e ainda assim, na maioria das vezes é difícil de fixar o seu limite físico, a sua fronteira, o seu termo. No caso da Amadora, entendemos que não existe qualquer dificuldade em reconhecer esses limites, antes pelo contrário, o território que se compõe pela manta de retalhos anteriormente descrito, exprime-se pelas manchas urbanas pontilhadas espontaneamente no território.

Falemos então de bairro; aquele que, em tempos, foi um território cuja superfície se dominava por um manto verde rural, hoje, representa-se por um tabuleiro de jogo, onde várias peças avançam sobre ele, ganhando forma e domínio sobre a cidade. É a partir da década de sessenta, que a Amadora desencadeia processos de ocupação formal e, por vezes, informal sob expressão de bairros. Os bairros pressupõem uma articulação complexa, entre o recente problema que domina a preocupação dos urbanistas e sociólogos até aos dias de hoje- a questão da segregação social.

A cidade que contém um conjunto vasto de bairros deverá ter consciência, de que esta é mais do a soma dos seus bairros. Isto quando é o elemento bairro que constitui “[...] ligação entre o passado e o presente, [...] onde se ensaia o sentido da memória

coletiva [...]” (Nicolau, 2012, p.35), resultado de intervenções sucessivas, ocorrendo quer por via da natureza quer por via do homem.

Sejamos então justos, Lisboa foi uma cidade formada num espaço compreendido de três mil anos, parece-nos um espaço de tempo favorável para várias experiências, exercícios ou erros, e até mesmo tempo de corrigir esses mesmos erros. A cidade da Amadora evolui num espaço de tempo muito reduzido, com afluência populacional repentina e difícil de controlar de modo saudável. “[...] O tempo do urbano é diferente do tempo do social [...]” (Nicolau, 2012, p.42) isto é, a cidade da Amadora foi crescendo em função dos interesses das suas gentes - o tempo do urbano coincidia com o tempo do social. (Nicolau, 2012, p.42)

No entanto, a década de sessenta disputou uma nova realidade urbana e social, cujas consequências ainda se fazem sentir no território morfológico actual. Mas será com a intenção de tirar partido dessa alteração do paradigma urbano da cidade da Amadora que procuramos fazer uma nova leitura que do seu espaço físico/urbano quer social, defendendo uma cidade cuja narrativa história é fundamental compreender para mais tarde se poder intervir. Será também importante, defender sobre o ponto de vista do Arquitecto Jorge Nicolau⁵⁸, de que estamos perante uma emergente necessidade de reabilitar não só as nossas cidades, mas também reabilitar o termo “bairro” da sua carga negativa.

[...] apenas hoje é que começamos a apreender a especificidade da cidade (dos fenómenos urbanos). A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com a sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes [...]. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto [...] (Lefebvre, 2011, p. 51)

Mas o que é o bairro para a cidade? Segundo a caracterização morfológico-dimensional o bairro exprime-se pela sua forma física, uma área urbana que cresce segundo determinados eixos e direções, com um determinado tamanho e o seu traçado segue, portanto, uma lógica espaço-social. Isto é, o bairro poderá ser uma unidade meramente morfológica espacial assim como uma unidade social. (Crespo, 2012, p.67). Neste caso, poderemos considerar de acordo com a descrição feita, um conjunto de bairros consolidados de habitação vertical que se fazem ocupar sobre a superfície do território mais próxima do caminho de ferro, como ilustraremos na seguinte imagem.

[...] na identificação de um bairro, para a maioria dos habitantes não interessa o seu limite formal, porque se já o identificam físico-cognitivamente, não é importante até onde se estendem as suas fronteiras. Porém, os limites administrativos e os limites

⁵⁸ **Jorge Nicolau** (s.d.): Arquitecto e doutorando em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL).

subjetivos poderão coexistir. Os limites administrativos são necessários porque é a partir deles que uma área é identificada oficialmente e também é gerida ou planeada; e os limites subjetivos são necessários porque é a partir da sua definição que a base social se implementa e o suporte físico o faz único [...]. (Crespo, 2012, p.68).

A cidade à qual dedicamos o estudo é paradigmática do sentido em que desenvolveu uma capacidade que vai para além da resiliência, isto é, na tentativa sistemática de reunir esforços de convivências razoáveis ainda que comporte algumas dificuldades. Por analogia, poderíamos aplicar este esforço “[...] a uma cidade de sucesso, isto é, aquela que consegue interagir razoavelmente com os seus bairros, administrando-os de uma forma dinâmica e integradora [...]”. A resposta à segregação quer social quer urbana, reside na capacidade de a cidade gerir estas condições e demolindo as barreiras; aquele que consegue interagir razoavelmente com os seus bairros, administrando-os de forma dinâmica e integradora, relacionando-os entre si, convivendo com os seus problemas, mas nunca pondo em causa a sua autonomia como espaço de identidade coletiva e multicultural. A questão será, compreender de uma vez por todas, como insiste Jorge Nicolau que os bairros são, de facto, património físico e a sua componente social faz parte integrante das cidades, da sua identidade. (Nicolau, 2012, p.40)

A década de sessenta é, para nós, determinante da constituição morfológica da cidade da Amadora. Aqui, a questão da habitação, dos bairros ou dos conjuntos residenciais, ganha uma outra dimensão, uma dimensão- radical. Começaram-se, portanto, a formar os grandes blocos habitacionais sobre as ruas, ocupando os campos agrícolas e criando alicerces para os migrantes chegados do interior do País em busca de novas oportunidades o que, após, a revolução industrial, o desafio para arquitectos ou pensadores seria o de conjugar todos os fatores desta matéria; o sentido de posse, o hábito, a identidade, o grande número de êxodo rural, etc. Só depois de se compatibilizar todos estes elementos é que se poderá concretizar a questão a que um arquitecto se poderá propor- Fazer cidade.

Aquele que é, o ato de habitar, implica que o Homem se ocupe de uma casa ou de um espaço habitacional inscrito num organismo complexo, numa cadeia de relações organizativas que se expandem da escala do território até á escala do espaço doméstico da intimidade. Entenda-se que o problema da habitação está directamente relacionado com o problema da cidade. [...] pela efemeridade das construções, da transformabilidade e adaptabilidade dos modelos vigentes, e da sua mutação um [...] (Carvalho, 2016, p.18)

Desde a sua génese, que a Amadora se constitui pela atratividade do Parque Industrial da Venda Nova, pelas suas vias de comunicação diretas à capital, e pelo progresso urbanístico paralelo ao crescimento populacional. Claramente que o efeito não se poderá considerar “perfeito” no seu aspeto morfológico, mas a verdade, é que a partir desta cidade se fez uma tomada de consciência sobre o ato de habitar, que na sua essência, se traduz naquele que procura abrigo. A expressão utilizada, não deverá ser entendida no seu sentido lato, até porque habitar significa muito mais do que refugiar; um individuo que habita na cidade, em qualquer condição implica uma partilha de espaço e vida que poderá partir do seu espaço privado, doméstico, a todo o território.

[...] É na cidade burguesa que se localiza a primeira tomada de consciência da crise da sua identidade, em face da reprodutibilidade de edifícios de rendimento muito semelhantes. Essa crise é indissociável das operações urbanísticas que recorriam à repetição e sistematização de elementos de construção em edifícios rendimento. O efeito foi calibrar o desenho das casas, a sua distribuição, a hierarquia vertical, abdicar de elementos decorativos e exercer um efeito disciplinador e higienista sobre toda a cidade [...] (Carvalho, 2016, p. 19)

O tecido urbano, que constitui uma massa ocupacional predominante no território em análise, traduz-se na ilustração apresentada anteriormente, isto é, a expansão descontrolada a que nos temos referido, como resposta a uma necessidade, que os limites da capital não conseguiram compreender, agora traduzida numa manta de retalhos, onde os vários conjuntos se procuram relacionar, peça a peça, fragmento a fragmento, com o desejo de formar uma peça única. A verdade, é que a paisagem urbana é fruto de vários conjuntos de operações, cada uma a levada a cabo a seu tempo, em vez de uma só operação, coordenada e regrada, como se desejaria.

A ilustração representada pela carta 5.1 do PDM⁵⁹ transmite-nos a evolução do tecido urbano do centro da cidade, concentrada, em torno das duas artérias de comunicação principais, onde já se começavam a formar os primeiros conjuntos residenciais, ligados ao caminho de ferro, promovidos pelo Parque Industrial da Venda Nova. Será neste momento que se começam a criar os primeiros limites, as primeiras fronteiras expressas pelos bairros. O tecido urbano inicial deixou-se absorver pela mancha ocupacional actual, sem qualquer tipo de agregação ou desenho urbano, isto é, uma cidade construída por processos de adição e operações urbanísticas sistematizadas, fechadas entre si - conjuntura de bairros. A leitura que poderíamos fazer a respeito da constituição urbana da cidade da Amadora, resume-se a numa sequência que surge de um ponto de partida- a rua, de uma formação- os bairros e da sua dimensão final- cidade.

⁵⁹ Representada à esquerda, na ilustração 47.



Ilustração 47 - Estrutura Urbana Morfológica e Tipologia Urbana, Carta 5.1, 1990. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1990); Fotografias, cores – Bairro 6 de Maio, correspondente às Malhas orgânicas precárias, e a p&b – Bairro do Alto do Moinho, projecto SAAL. (Ilustração nossa, 2017).

Citemos, uma célebre questão imposta por Manuel Graça Dias, num dos seus artigos para o Jornal Expresso, “[...] o que é a cidade? [...]” ou melhor “[...] o que é viver na cidade? [...]” (Dias, 2006, p.84). Se a cidade objeto de estudo, pudesse expressar por palavras em objeção ao que expressa apenas no seu especto visual, provavelmente diria que a cidade é o modo mais solidário que o homem inventou de viver em coletivo. Viver em cidade, é das poucas formas de partilharmos o produto do nosso esforço individual, ao dividir tarefas, conjugando empenhos, encostando casas lado a lado ou sobrepondo-as. Deste modo, partilharemos ainda que de forma simbólica, as mesmas paredes, as mesmas lajes. Viver na cidade, é viver rodeado de oportunidades de trabalho e conforto a todas a minorias, a todas as diferenças. “[...] somos todos iguais perante a lei mas sabemos que nascemos diferentes. A diferença é a nossa especificidade, a nossa riqueza e a riqueza da nossa cidade [...]” (Dias, 2006, p. 84).

Talvez a cidade não seja nada mais, nada menos, que isto, uma composição de múltiplas individualidades que dão corpo a este mosaico diversificado resultante de todos os diferentes cidadãos e vontades, agora postos lado a lado.

[...] O território da negociação é a cidade [...] Cidade múltipla e misturada, então, de raças, classes sociais, gastronomias, idades, sexualidades, profissões, culturas, religiões, sensibilidades, expressões, capacidades físicas ou de resistência, conhecimentos, gostos e manias [...] (Dias, 2006, p.84)

No que diz respeito ao contexto de urbanização da cidade de Lisboa, a década de sessenta distingue-se pelo vasto leque de variedades de formas de crescimento urbano, promovendo todas as condições para a atuação dos interesses privados, que no caso do subúrbio residencial que é a Amadora, neste contexto territorial, vê despertar os primeiros grandes conjuntos residenciais- Bairros.

[...] hoje, a metrópole de Lisboa, cerca de três quartos dos seus dois milhões e quinhentos mil habitantes reside nos concelhos que integram a vizinhança próxima de Lisboa [...] A edificação dos grandes conjuntos residenciais lisboetas ocorre igualmente quando começa a esboçar-se a passagem de uma cidade de inquilinos a uma metrópole de proprietários do alojamento [...] (Nunes, 2011, p. 346)

Ainda assim, a descrição que é feita do “*grand ensemble*” edificado da cidade da Amadora, remete para a importância destas décadas que serviram de palco de atuação de muitos construtores aspirantes a urbanistas. Como é exemplo o plano de edificação da Reboleira Sul, como descreve João Silva Nunes na sua obra Florestas de Cimento Armado, 2011; nesta nova fase de operação da década de sessenta, implicava, em plano, uma alteração substancial da forma urbana – a substituição dos espaços verdes e dos edifícios em banda com quatro pisos por torres de habitação com cerca de uma dezena de pisos – e da organização da construção que ficava a cargo de uma empresa de construção, conjuntos esses, que desqualificam a paisagem urbana da cidade, produzindo um especto massificado, denso, composto maioritariamente por edifícios em altura que sufocam as ruas e os seus habitantes. Um espaço urbano em sombra, sem salubridade, mas com capacidade para muitos alojamentos, argumento vital para qualquer mentalidade capitalista. (Nunes, 2011, p. 350)

Francisco Keil do Amaral, descreve uma passagem pela Amadora, nos anos sessenta, ao que intitula de – Sobre a ganância e o amor. E outros materiais de construção, que nos parece oportuno lembrar, pois o ponto de vista do arquitecto, incide mais uma vez, nos direitos à habitação e às infelizes “[...] manobras especuladoras [...]” (Amaral, 1969, p. 82), que tanto contribuíram, para a descaracterização urbana da cidade;

Faltam-me as palavras e o poder descritivo para evidenciar a espécie de sensações decorrentes do contacto com estes núcleos de criação recente. Não são de pobreza e desleixo [...] todos nós já vimos construções muito mais modestas [...] dum absoluto desamor; construções humildes, por vezes, reduzidas ao essencial, mas honestas e humanas; casas feitas para integrar famílias em comunidades e não apenas ou fundamentalmente – como estas – para negociar. Para auferir lucros. (Amaral, 1969, p. 82)

2.3.1. BRANDOA – O MAIOR BAIRRO DE GÉNESE ILEGAL DA EUROPA



Ilustração 48 - Panorâmica da paisagem urbana da Brandoa, passagem pela CRIL em 2017. (Ilustração nossa, 2017).

Amadora, Queluz, Moscavide, Almada, Odivelas! E a Pontinha, e a Damaia, sem falar na Quinta da Brandoa e noutros núcleos do género! Já passaram por lá ultimamente? [...]. Dum modo geral, tudo aquilo é pobre de qualidade arquitectónica. Pobre de imaginação criadora, mas não despretensioso. De ponta a ponta repetem-se as fórmulas de um modernismo indigente, de quinta ordem [...] e padrões de composição de fachada, que ingenuamente se supõe serem modernos, do nosso tempo. (Amaral, 1969, p. 82)

É importante esclarecer a dimensão dos vários bairros da Amadora através de exemplos práticos. Poderíamos escolher bairros, guetos, ou “bairros de lata”, mas a nossa escolha não pretende salientar aspetos urbanos que constatem o óbvio, antes pelo contrário, será nosso desejo fazer escolhas que esclareçam melhor a identidade até dos pontos menos populares da cidade, que pelo seu contexto urbano, não

poderão nunca ser descurados. Como diria Henri Lefebvre⁶⁰ existem vários tipos de *guetos* além daqueles que estamos habituados a reconhecer pela sua debilidade social, o filósofo francês, diz existirem outros tipos de *gueto*, que talvez não reconheçamos com tanta legitimidade, isto é: “[...] a seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devida às rendas ou ao poder, vêm a se isolar em guetos de riqueza [...]” (Lefebvre, 2011, p. 98).

Com isto queremos realçar, a forte mestiçagem de classes sociais e económicas ao qual a Amadora serviu de palco durante décadas. O mosaico formado a partir de bairros, cada um com a sua identidade própria, será para nós impossível dedicar a todos a mesma atenção, nesse sentido, procurámos salientar aqueles que consideramos mais notórios na caracterização da cidade nesta matéria em particular – os bairros ilegais, atendendo às suas dimensões e pela permanência actual na paisagem urbana da cidade, e constituem grande parte da preocupação por parte da administração do concelho.

Aldo Rossi, por exemplo, tem uma visão diferente do comum ao defender a questão do impacto social dos bairros, como elementos de riqueza pela sua diversidade visual e cultural, reconhecendo que a maioria das cidades concebidas nos interstícios destes núcleos, serão futuramente aceites pela sociedade, como realidade perfeitamente natural atendendo às circunstâncias em que as cidades se formam.

[...] También hay que tener en cuenta aquí que el análisis del barrio como hecho social fundado en la segregación de classes o de razas y en la función económica, o en todo caso en el rango social, corresponde indudablemente al mismo processo de formación de la metrópoli moderna, y ello es tan cierto para la antigua Roma como para las grandes ciudades de hoy [...] (Rossi, 1971, p. 105)

Para traduzir de maneira mais esclarecedora, escolhemos salientar o exemplo da construção do bairro da Quinta da Brandoa, pela sua dimensão, sendo esta “[...] símbolo da construção clandestina [...]” (Nunes, 2011, p. 235), edificando pelas várias lacunas das ruas íngremes, construções de altura acentuadas, com alojamentos destinados a arrendamento “[...] A ocupação daquela quinta resultou da venda de lotes e da edificação sem licença e à margem da infraestruturização das redes de electricidade, de abastecimento de água ou de esgotos [...]” (Nunes, 2011, p. 235).

O bairro da Brandoa é um exemplo característico, do ponto de vista que o subcapítulo pretende ilustrar, que será a caracterização do desempenho urbanístico da cidade da Amadora atendendo a todos os seus contextos e inconvenientes. O bairro da Brandoa

⁶⁰ **Henri Lefebvre** (1901-1991): Filósofo, escritor e sociólogo francês. Autor da grande obra de 1968, “*Le droit à la ville*”, onde defende assumidamente o direito do homem à vida urbana, à qualidade e à habitação condigna.

é escolhido, por oposição a muitos outros, que ficarão por falar, por se representar numa dimensão alarmante e pela barreira que sempre foi, ao condicionar e comprometer a expansão urbana da cidade, mas acima de tudo, pelos contornos realizados de forma a combater um bairro de génese ilegal. À semelhança da caracterização feita por Isabel Raposo⁶¹, urbanista dedicada ao estudo de meios urbanos clandestinos, classifica os territórios de génese ilegal como: “[...] resultantes de um loteamento clandestino em que os proprietários de parcelas em avos construíam a sua habitação sem licença (embora à vista de todos) [...]” que comparativamente ao exercício praticado no bairro da Brandoa consideramos análogo. (Raposo, 2012, p.110).

[...] desde meados do século passado, multiplicou-se exponencialmente a extensão dos bairros ditos informais, que crescem sobretudo nas periferias das cidades. Em 1950, o planeta tinha cerca de 2,5 biliões de habitantes e cerca de 80.000 vivia neste novo tipo de habitat ou seja cerca de 3% da população mundial; este número aumenta exponencialmente, atingindo em apenas cinquenta anos, em 2000, cerca de 1 bilião de habitantes a viver em bairros informais, correspondendo a cerca de 16% da população mundial que contava naquele ano cerca de 6 biliões de humanos. [...] (Davis, *apud* Raposo, 2012, p.110).

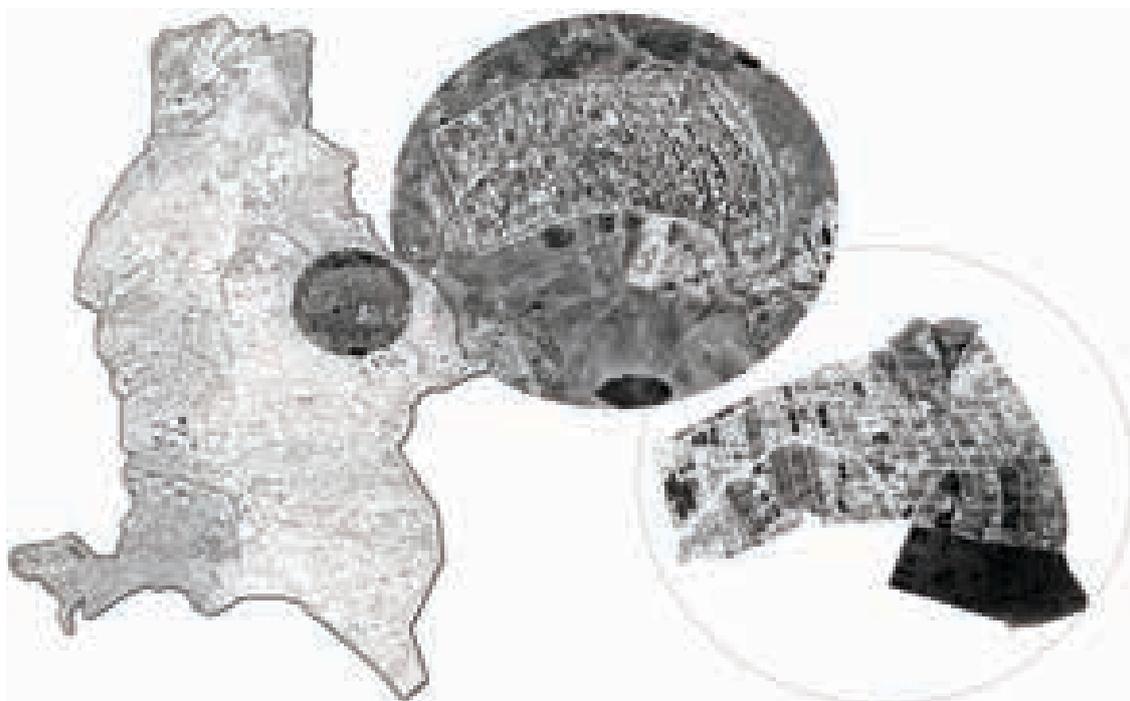


Ilustração 49 - Localização do Bairro da Brandoa, 2012 e planta PROQUAL, Situação dos quarteirões em 2005. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 2012 ; Portas, 2017).

⁶¹ **Isabel Raposo:** Arquitecta-Urbanista, professora associada na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), investigadora-responsável do Grupo de estudos socio-territoriais, urbanos e de acção local (GESTUAL) do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD/FAUTL).

Aos núcleos habitacionais isolados, que tenham resultado da iniciativa de urbanização privada ou espontânea⁶² isto é, à margem da lei, reconhecemos como AUGI- Áreas Urbanas de Génese Ilegal, e o bairro da Brandoa é arquétipo pela intervenção do loteador que se aproveitava da ausência do Estado e promovia [...] habitação de primeira ou segunda residência pelos migrantes rurais recém-chegados à cidade, retalha prédios rurais, em parcelas indivisas, ou avos, que vende como solo urbano a preços acessíveis [...] (Raposo, 2012, p.115). Toda a área é predominantemente submersa por prédios em altura cuja qualidade e segurança são muito questionadas às “[...] características do edificado de génese ilegal que apresenta condições de habitabilidade deficitárias e a ocupação de espaços desadequados para fins habitacionais, nomeadamente sótãos, caves e anexos [...]”. (Amadora, 2007, p. 207)

No entanto, é importante não confundir bairro de génese ilegal⁶³ (AUGI) com bairros informais ou bairros precários, isto porque tem sido a tendência na maioria das classificações por parte da sociedade, no entanto, são bairros de características distintos. Segundo as Nações Unidas os bairros informais seriam aqueles cujos assentamentos urbanos se caracterizam pela ausência de segurança no terreno, acesso a água e saneamento limitados e habitações inadequadas, expostos a riscos. (Raposo, 2012, p.111).

Os conceitos anteriormente mencionados, foram desde muito cedo, bem esclarecedores para a administração do município, que se viu obrigado a combater esta realidade desde a sua formação que data de 1979.

“[...] intervenções projectadas e/ou espontâneas, correspondendo não só a conceitos diferentes de cidade mas também a forma de produção muito diferenciadas [...] Para caracterização morfológica do tecido urbano actual identificam-se [...] Malhas orgânicas precárias constituídas por construções precárias (barracas e de alvenaria) em terrenos ocupados sem aviso prévio parcelamento do solo localizam-se, na sua maioria em terrenos públicos e dispersam-se na área do Município, acompanhando, por vezes, as antigas estradas militares.” (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p.160)

O bairro da Brandoa, à semelhança de muitos outros, constituiu deste modo, uma fácil alternativa à insuficiente resposta pública às necessidades básicas de habitação. A todo este processo de urbanização informal, a cidade da Amadora encara com alguma naturalidade, e este que foi durante anos, “[...] o maior bairro clandestino da Europa.” (Costa, 2008, p.39).

⁶² Como exemplo: Moinhos da Funcheira, Serra da Mira, Cova da Moura, Quinta da Laje entre outros, segundo o PDM, 1990 para a Amadora.

⁶³ *Slum*- Na língua inglesa, o conceito “slum” engloba quase toda a tipologia de bairros, sejam informais, ilegais, clandestinos, irregulares, não planificados etc. No caso nacional, há que fazer essa distinção.

[...] A partir de 1980 passou a pertencer ao município da Amadora, entretanto criado, e é já neste contexto que se inicia a primeira fase de qualificação e reconversão, na qual o bairro foi dividido em 65 quarteirões, preservando uma área significativa destinada a equipamentos [...] (Antunes, 2011, p. 239)

A verdade, é o que recém município pouco ou nada poderia fazer para sustentar este tipo de ocupação ilegal, que pela altura da sua formação, já se encontrava consolidada, podemos sim considerar o bairro da Brandoa constitui um peso de responsabilidade para a administração pública, do qual teve de reunir esforços para restabelecer, neste caso, com a adesão ao Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa- PROQUAL.⁶⁴ O programa definiu para a Brandoa objetivos estratégicos no sentido de combater a marginalização, pobreza, desqualificação social, promovendo um desenvolvimento sustentado e integrado; intervir ao nível do ambiente urbano e do espaço público, educação e equipamentos, empregabilidade, dinamização e segurança estrutural do edificado; mas acima de tudo, a dedicação em matérias de habitabilidade, salubridade, sociabilidade e segurança. Sendo que o que se pretendeu ao promover a integração social da população seria reforçar o sentimento de pertença e identidade local contribuindo para a reconversão destas manchas urbanas de génese ilegal. (Antunes, 2011, p.331)



Ilustração 50 – Conjunto abstrato de edifícios aleatórios, Bairro da Brandoa, 2017. (Ilustração nossa, 2017).

Para compreender o bairro da Brandoa, é também preciso compreender o contexto nacional em que este se insere, ora vejamos, a AML integra o fenómeno de práticas urbanas ilegais numa dimensão claramente alarmante “[...] contando com cerca de 4% do seu território total, mas atingindo nalguns municípios 26% da área total do território

⁶⁴ PROQUAL: abrangeu sete operações na AML, nos concelhos da Amadora (Brandoa), Loures (Sacavém/Prior Velho), Moita (Baixa da Banheira/Vale de Amoreira), Odivelas (núcleo urbano), Oeiras (bairros da Outurela e Portela), Setúbal (bairro da Belavista) e Vila Franca de Xira (bairro do Bom Sucesso/Arcena).

municipal (caso de Odivelas) [...]” (Raposo, 2012, p.115). Actualmente, a Brandoa insere-se numa das Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística, chegando a inverter “[...] no último período inter-censitário, o decréscimo populacional de 1991 a 2001. Depois de São Brás, foi a freguesia com o crescimento percentual mais elevado da Amadora (13,3%) [...]” (EMRU, 2013, p. 22)

Em última análise, saudamos o desempenho urbano da cidade da Amadora, permitindo-nos sintetizar o facto de a cidade ter sido feita a partir da habitação; da emergente necessidade de alojar, na relação entre as várias peças fragmentadas que constituem a manta de retalhos a que nos temos vindo a referir desde o início do capítulo. Contudo, parece-nos evidente, o quanto a arquitetura, ou melhor, o urbanismo está ligada ao ato de habitar, tal como preconizou Schulz “[...] habitação quer então dizer algo mais do que refúgio: implica que os espaços onde a vida se desenvolve sejam lugares no verdadeiro sentido da palavra [...]” relembrando aquela que é a verdadeira tarefa do arquitecto- de “[...] ajudar o homem a habitar [...]”. (Schulz *apud* Carvalho, 2016, p.15).

O Núcleo Urbano da Brandoa tem hoje uma imagem urbana e um conjunto de recursos locais que se traduzem numa crescente remoção do estigma a que esteve associado. O efeito multiplicador induzido no PROQUAL foi fundamental, operando um de revitalização que se materializou, sobretudo, na renovação dos serviços, do comércio, dos novos edifícios habitacionais, na fruição dos espaços públicos e dos equipamentos locais. (Portas, 2011, p. 262)

Se a tarefa do arquitecto reside em proporcionar condições para que o homem comum possa habitar, não poderia deixar de ser natural que a apropriação deste tipo de espaços de modo informal e empírico tenha ganho proporções incontroláveis, ignorando por agora, os engenhos dos interesses privados, e compreendendo que muitos dos exercícios também surgiram das práticas comuns do Homem leigo que apenas procurava suprir uma necessidade e não um prazer- alojar.

[...] as populações argumentam que foram forçadas a um regime de auto-construção e auto-urbanização espontânea, que se desenrolava num ambiente de permissividade explícita das autoridades e contornava processos legais apenas por necessidade premente de habitação, que não era garantida pela oferta existente à data dos actos praticados. Por seu lado, as entidades responsáveis pela regulamentação e controle deste fenómeno invocam a ilegalidade evidente dos loteamentos efetuados e os aproveitamentos abusivos das lacunas dos diversos textos legais para formalizarem as definições de clandestino. (Costa, 2008, p. 4)

Rossi, preconizou que o problema da habitação é o problema da cidade. A formação dos bairros e a sua apresentação determinam relações sociais no meio urbano ao fecharem-se entre si, ao virarem costas à restante cidade, reforçando o sentimento de segregação, que apesar de morfológica não tem por isso, de se traduzir social.

[...] pero aqui se sostiene que estos barrios no están tan subordinados los unos a los otros sino que son partes relativamente autónomas; sus relaciones no son explicables con una simple función de dependencia, sino que deben ser relacionadas con toda la estructura urbana. Sostener que una parte de la ciudad constituye otra ciudad en su interior significa oponerse a otro aspecto de la teoría funcionalista. (Rossi, 1971, p. 105)

A Brandoa, constitui-se deste modo, à semelhança de outros bairros da AML, pelo aumento demográfico do “boom” migratório para Lisboa ou da descolonização. A falta de habitação resultou na construção autónoma de bairros clandestinos, perfeitos dormitórios da capital. O bairro da Brandoa num curto espaço de tempo, torna-se o maior dormitório da capital, e a maior freguesia clandestina a nível Europeu. “[...] fizeram-nos **nº1 na Europa.**” (Morais, 2009, p.121).

2.3.2. A EXPERIÊNCIA DO SAAL

O direito à cidade, reivindicado por Henri Lefebvre, é um facto consumado do qual não temos qualquer dúvida, a verdade em que nem todos os cidadãos adquiriram o direito do mesmo modo no que diz respeito ao direito à habitação⁶⁵. Chegou o momento certo, para finalizarmos o presente capítulo com aquele que foi o cenário mais determinante para o desempenho da cidade da Amadora, naquele que foi o extensivo processo de reconversão urbana, o programa PER. Programa que fez parte da sua história, cuja conclusão ainda está em aberto.

Comecemos então pelo início, o constrangimento de apelidar habitações precárias de *barracas*, será o termo correto? Ou será que se trata de uma questão meramente terminológica? A verdade é que se procurarmos esclarecer esta questão de acordo com as considerações de arquitectos do nosso passado, Nuno Portas também classificou estes objetos criados pela mão do homem de “barracas” durante o período dos projetos SAAL⁶⁶. Vítor Figueiredo, o mentor da habitação social em Portugal, chamou aos futuros residentes dos edifícios por ele desenhados de “[...] queridos [...]” (Figueiredo, 2012, p. 69). Ou seja, para nós a dialética entre o substantivo- barracas e o seu significado pejorativo terá de ficar para outra oportunidade, e num sentido de obter um discurso mais esclarecedor, próximo da linguagem arquetónica do nosso passado recente, referiremos de agora em diante, aos bairros fixados no Programa

⁶⁵ O direito à habitação está consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa. Faz parte dos direitos sociais, juntamente com o direito à segurança social, à saúde e ao ambiente, enquanto o direito à educação e à cultura integram os direitos culturais. O direito à habitação está igualmente consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e na Carta Social Europeia, estando Portugal vinculado a ambas.

⁶⁶ SAAL: Serviço de Apoio Ambulatório Local; Despacho de 1974 em (Diário do Governo de 6 de Agosto de 1974), Pelo Secretário de Estado da Habitação, Nuno Portas.

PER da Amadora, como bairros de barracas. Com toda a aceitação e respeito que lhes é inerente.

Para compreender o PER, devemos compreender a cidade em que este atua. Isto é, compreender o complexo objeto que é a cidade, desde a sua génese até aos seus tempos atuais e nesse sentido iniciámos o ensaio sobre a cidade da Amadora desde a sua génese- anos quarenta, passando pelos seus tempos áureos e aproveitar para relembrar um dos seus maiores contratemplos urbanos- os seus bairros de barracas, que tão fortemente vincularam a aparência e opinião sobre a cidade.

[...] muito se fez, apesar de tudo [...] fez-se, porém com um ordenamento muito distante e muito fingidor [...] E fez-se perante as elites distantes e fechadas sobre si mesmas, que pensam na revitalização do Chiado mas que não fazem a mínima ideia do que é viver de quotidianos de difícil paisagem, sofrível mobilidade e muito pouco emprego. Que não imaginam que é nestes territórios, em suas gentes e seus grandes esforços, que Lisboa em importante medida se sustenta [...]. (Seixas, 2015, p.132)

Aquele que foi o período após a Segunda Grande Guerra Mundial ofereceu o cenário ideal para a Europa se atrever a desenvolver novos princípios de urbanismo Moderno, atendendo como por exemplo à Carta de Atenas⁶⁷ de 1933, que numa das suas recomendações, apelava a destruição de bairros insalubres. No entanto, a realidade de hoje alterou-se perante algumas interpretações feita à primeira Carta; ou seja, a publicação da Nova Carta de Atenas⁶⁸ de 1998-2003 realça o pensamento de uma visão coerente para as cidades europeias e enquadra-se neste novo paradigma articulando-se com novos conceitos de desenvolvimento sustentável, de participação cidadã, de boa governamentação assim como os próprios “[...] resultados das intervenções [...]” (Raposo, 2012, p.115).

No entanto, as chamadas de atenção a respeito do estado actual das cidades modernas, não se realizaram apenas pela Cartas de Atenas, mas também na Declaração Europeia do Direito à Cidade⁶⁹ em 1992, reivindicando os vários direitos dos habitantes das cidades europeias. Em Portugal o documento levantou várias questões e novas tomadas de consciência para os Arquitectos e urbanistas da época como Francisco Silva Dias, que recordou esses mesmos direitos preconizados na Declaração numa das suas mais recentes obras (2017), como também, acreditamos

⁶⁷ Carta de Atenas: Compromisso determinado em 1931 durante o I Congresso dos CIAM, com o objectivo de esclarecer novos rumos para a cidade moderna e funcional, onde se destaca o arquitecto e urbanista, Le Corbusier.

⁶⁸ Em 1998 foi redigido um documento intitulado A Nova Carta de Atenas e em 2003 houve mais uma atualização da autoria do Conselho Europeu de Urbanistas, CEU, a Nova Carta coloca os cidadãos em posição central das tomadas de decisões em relação às cidades.

⁶⁹ O documento foi elaborado e adaptado pela Conferência Permanente dos Poderes Locais em Março de 1992, também conhecido como Congresso do Conselho da Europa onde estão representadas as autoridades locais e regionais dos 47 membros do Conselho da Europa. Sendo esta a única organização internacional que representa politicamente os municípios e regiões da Europa.

que tenha materializado esses mesmos direitos nas suas obras arquitectónicas. Lembrou alguns dos direitos mencionados como o direito ao:

[...] alojamento - ao pode escolher num parque habitacional salubre, com uma oferta suficientemente ampla e a um preço razoável, uma casa que assegure tranquilidade e respeito pela privacidade pessoal e familiar [...] A uma envolvente edificada agradável e estimulante, conseqüente, que de uma arquitectura contemporânea de qualidade quer da conservação e reabilitação cuidadosa do património edificado [...] (Dias, 2017, p. 211)

Na continuação deste espírito conservador de direitos dedicados à Humanidade, realçamos um dos arquitectos que mais e melhor aplicou o propósito dos processos SAAL em Portugal - Francisco Silva Dias.

No entanto, a maior tomada de consciência a respeito da habitação em Portugal, deu-se com a materialização dos processos SAAL- Serviço de Apoio Ambulatório Local, que se realizou com maior sucesso no norte do país, sendo este o maior processo revolucionário pós 25 de Abril visto em Portugal, desenvolvendo um apoio às iniciativas dos moradores de zonas de habitação degradada. Impulsionado por Nuno Portas, em 1974, quando desempenhava funções como Secretário de Estado da Habitação, ainda que, extinto, prematuramente em 1976.

[...] estimava-se em 500.000 fogos o défice habitacional português no princípio de década de 70 do século XX. A sua expressão mais visível eram os bairros de barracas dentro e à volta de Lisboa e Porto. [...] O SAAL baseava-se num modelo inovador de participação activa e organizada dos moradores, apoiados por equipas técnicas locais e financiamento público para autoconstrução ou construção cooperativa [...] (Roseta, 2017)

O SAAL teve impacto de norte a sul do país sendo que se consolidou com maior expressão no Porto, devido às intervenções concentrarem-se no centro histórico. Nuno Portas descreve o processo participativo no norte do país como um período que provocou “[...] tensões geradas pela movimentação popular levaram a reacções violentas, que chegaram aos atentados à bomba contra instalações do SAAL/Norte e os seus dirigentes [...]” (Portas, 2014, p. 6)

Em Lisboa, as operações SAAL tiveram outra expressão na dinâmica social, pela sua sintonia processual mais centrada em cada situação, distantes entre si, e espalhadas pela cidade em ampla expansão desde a década de 1960 em oposição à realidade do Porto, onde os bairros precários da comunidade operária se concentravam no centro histórico da cidade. Os dirigentes dos SAAL, em Lisboa, investiram numa estratégia de acção investindo na tipologia de blocos habitacionais densos com galeria de circulação. Em Lisboa, as populações dos bairros de lata reivindicavam a tipologia do prédio de habitação e de recusa da autoconstrução, assumida esta como continuação da

exploração levando ao procedimento de dezanove intervenções no Concelho de Lisboa em 1976 envolvendo o realojamento de treze mil e quinhentas famílias. (Portas, 2014, p.13)

A chegada dos SAAL à Amadora, foi, no entanto, recebida com outra abordagem, ainda que seja difícil para muitos reconhecer, este território serviu de cenário para um dos melhores exemplos nacionais dos SAAL, ainda que este processo tenha sido desenvolvido no ano de transição da Amadora (vila de Oeiras em 1916) a cidade em 1979.

[...] given the size of the municipality of Oeiras, which until 1979 also included the current municipality of Amadora, and the number of interventions planned for the area, the technical teams created a Zone Council to coordinate the various operations [...] ensuring a greater capacity for negotiating with the local authority and the central government [...] (Costa, 2016, p. 70)

Ao arquitecto Francisco Silva Dias⁷⁰ é então entregue a missão de conceber um bairro SAAL no cimo cabeço do Alto do Moinho integrando no seu discurso arquitectónico o enquadramento de uma ruína do antigo moinho de vento que pontuava aquele território, remetendo à memória da presença saloia na região. O bairro consagrou-se como arquétipo de boas práticas no âmbito dos SAAL, que nem todos os territórios tiveram o prazer de vivenciar, sendo que a sua preservação por parte dos habitantes nos remete a uma memória não experienciada pela nossa geração provando não sendo “[...] arquitectura e urbanismo de vanguarda, tem sobrevivido galhardamente ao tempo e ao uso [...]” (Moniz, 2007, p. 244), preconizando um dos bairros SAAL mais interessantes do património arquitectónico não só da cidade da Amadora, como a nível nacional. (Moniz, 2007, p. 244)

A intenção do Fundo para o Fomento de Habitação foi de alojar o máximo de pessoas possível dos bairros de barracas em vias de erradicação do bairro de Santas Martas e Bairro da Estrada da Circunvalação. Atendendo a esta necessidade Francisco Silva Dias determina na concepção do seu bairro SAAL, o ajustamento às características morfológicas do terreno, um conceito de habitação que promovesse a relação entre espaço interior-espaço livre que remetesse aos hábitos tradicionais de uma população de características rurais provenientes dos bairros precários, e que mais tarde, por sua própria iniciativa, haviam aproveitado os espaços desenhados pelo arquitecto para

⁷⁰ **Francisco Silva Dias** (1930 -): nascido em Lisboa em 1930, Diplomado em arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes (1957); doutorado em planeamento urbano pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (2000). Homenageado recentemente pela OA (2012) pelo seu papel na chamada “geração do meio”, representativa dos arquitectos que mapearam a arquitectura do país do séc. XX. Com o título “Raízes e Perspectivas do Urbanismo Meridional Português”, 2017, Francisco Silva Dias publica a sua mais recente obra literária.

“[...] caldeiras e floreiras aproveitando essas mesmas caldeiras para instalação de pequenas hortas [...]”. (Anouk, Costa, 2014)



Ilustração 51 – Localização do Moinho em Alfragide, 1944. (Direcção Geral do Território, 1944).

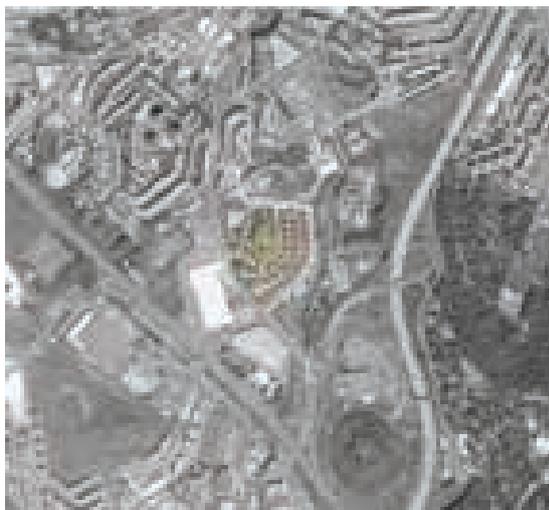


Ilustração 52 - Bairro do Alto do Moinho, 2017. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. Divisão de Informação Geográfica, 2017).

Num processo que sobreviveu aos anos críticos da Revolução, a população do bairro de barracas de Santas Martas em Algés, vê-se então realojada em 1976 num projecto iniciado em 1961. Para Francisco Silva Dias, a encosta de forte pendente ponteadada com a ruína de um moinho era intuitivamente vocacionada para uma ocupação em anfiteatro, virada a sul e às vistas. A emergência seria então tomar medidas para o realojamento de de uma população numerosa num curto prazo de tempo, sem que o Grupo de Trabalho encarregado do Plano Integrado do Zambujal perdesse o seu nobre propósito- contar com a participação activa da população na construção das unidades familiares das casas-pátio de carácter evolutivo que “[...] daí sacou singularidade e história [...]” (Dias, 2017, p. 257).

O bairro, de traçado radial, dispunha de cerca de 240 fogos de habitações unifamiliares evolutivas em banda embora a ocupação dos fogos tenha sido realizada em condições precárias, “[...] do projeto de espaços exteriores apenas tinham sido executados as escadas e espaços de acesso às moradias, faltando concluir os arruamentos, verificou-se um cuidado extremo da população na conservação desses pequenos espaços [...]” (Costa, Anouk 2014). Segundo o autor do projecto, a população organizou-se numa associação de moradores onde foram esclarecidas as diversas fases evolutivas das habitações com o qual contavam com a participação da população “[...] foi colocado um quadro demonstrativo de um possível faseamento da construção desde um núcleo inicial mínimo, cozinha, instalações sanitárias e uma única sala, até ao acréscimo sucessivo de três quartos [...]” (Dias, 2017, p. 258).

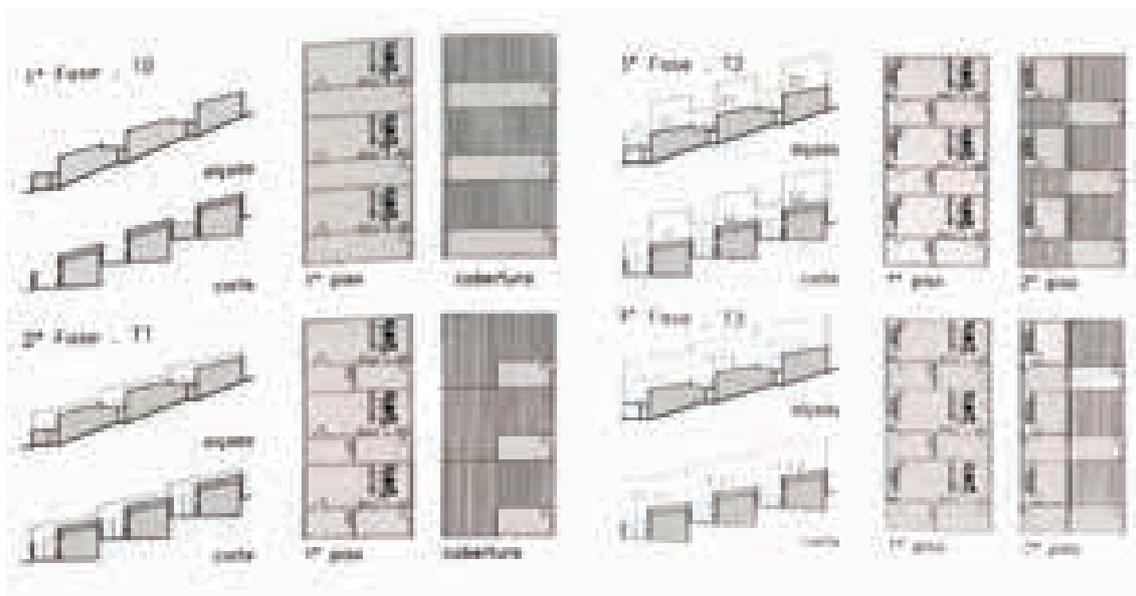


Ilustração 53 - Cortes e Plantas do conjunto habitacional o processo evolutivo. ([Adaptado a partir de:] Dias, 2017).

O Bairro do Alto do Moinho entende-se como um exercício arquetípico de boas praticas urbanísticas, em que é feito um convite ao cidadão e o mote para a sua construção seria invocar o sentido de pertença aos novos habitantes do bairro. O que importava, era oferecer um conforto físico e condições melhoradas em relação às habitações de barracas a que a maioria das populações estava habituada, mas explicando um novo sentido de privacidade, com a possibilidade da construção evolutiva dos quartos. A construção faseada, permitiu ao morador sentir-se participante e ativo na construção do seu abrigo.

É, sem sombra de dúvidas, um bairro muito especial, que conferiu à cidade da Amadora um projecto de qualidade não só ao nível arquitectónico como social, onde a população participa e interage desde a sua concepção. Teria sido muito mais simples encarar os SAAL como projetos urgentes de realojamento, como muitos foram, sem critérios, obedecendo ao ato de concentrar pessoas umas por cima das outras em edifícios de custos controlados, arrancando-as das suas raízes e das suas relações como o solo, forçando-as a novos modos de habitar- agora em altura. O realojamento do programa SAAL na Amadora, pressupõe que os novos habitantes não eram apenas considerados procedimentos administrativos, mas como clientes exclusivos, com desejos e hábitos singulares a considerar. Como disse Portas, “[...] tudo está feito quando os inquilinos chegam. Com o programa SAAL, o inquilino chega antes de qualquer decisão ser tomada [...]” (Portas, 2015, p. 2).

Os 240 fogos que constituem o Plano poder-se-iam ter repartido por 24 prédios de 5 pisos “esquerdo e direito”, 3 blocos com 10 pisos e 8 fogos por piso “em galeria” ou, ainda, já em hipótese absurda, poder-se-iam ter concentrado numa única torre “de núcleo de acessos” com 60 andares e 4 fogos por piso. (Dias, 2017, p. 259)



Ilustração 54 – Rua no Bairro do Alto do Moinho, 2017. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 55 - Habitação no Bairro do Alto do Moinho, 2017. (Ilustração nossa, 2017).

Também com o espírito de construção evolutiva, renunciando ao realojamento em altura em edifícios que se manifestam descosidos com a envolvente da cidade, e de aparência denunciante, isto é, de habitação social, a CMA desenvolveu em 1985 um conjunto de habitações lineares dispostas em três pisos variando entre T2 e T4, com um loteamento reduzido ao mínimo, mas que conferiu às habitações um carácter singular ao desencontro do tipo de construção de custos controlados que se viam edificar na época. Promoveu-se então, a construção de quarenta e três unidades habitacionais, no Caminho de Alfovelos/Brandoa.

Após o destaque das iniciativas dos SAAL, consideramos que a segunda tomada de consciência nacional perante o estado deplorável em que se encontravam as habitações, foi em 1933 com o Programa Especial de Realojamento- PER. Na sequência da presidência de Mário Soares o então governo de Cavaco Silva vê-se obrigado a lançar um programa de erradicação de barracas fixadas na cidade de Lisboa e Porto. Implementado durante as duas décadas seguintes, o programa PER terá sido provavelmente “[...] o maior programa de habitação pública desenvolvido no Portugal democrático.” (Alegra, 2017)

O programa baseava-se nos recenseamentos a levar a cabo pelos municípios, que teriam um financiamento estatal (parte a fundo perdido e parte em crédito) para promover o realojamento integral das famílias recenseadas. O programa sofreu vários ajustamentos e permitiu de facto a erradicação de dezenas de milhares de habitações degradadas, mas era um programa fechado, que foi deixando de fora vários bairros degradados e muitas famílias chegadas após o recenseamento. Por outro lado, os novos bairros de realojamento nem sempre conseguiram uma boa integração socioeconómica e urbanística das famílias realojadas, tendo passado a constituir, com frequência, novos focos de tensão social. (Roseta, 2017)

2.3.3. A EXPERIÊNCIA DO PER

Relembremos uma frase de Vítor Figueiredo, pela forte semelhança entre o seu ponto de vista, e o propósito do presente subcapítulo- que se dedicará ao ensaio sobre o desempenho da cidade no âmbito do programa PER⁷¹.

[...] eu gostaria que aquilo que eu pudesse dizer não fosse entendido como um discurso persuasivo, mas como pistas que são lançadas; não como caminhos ou verdades, mas como vibrações que nos obrigam a pensar num determinado assunto [...] (Figueiredo, 2012)

O PER não deverá ser entendido como um programa com um início e um fim, vejamos, aquele que é o seu propósito -erradicar as barracas das AM de Lisboa e Porto não poderá ser visto como um simples exercício de “limpeza” das áreas urbanas ocupadas informalmente, varrendo as construções de madeira e chapa para fora dos limites da cidade. Pretendemos dar voz e corpo àquele que é o contexto real do programa PER partindo de um objeto de análise que nos é próximo e arquétipo nesta matéria - a cidade da Amadora.



Ilustração 56 – Esquema - trajeto dos cidadãos ao abrigo do programa PER. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 2014).

Vejamos o primeiro impacto da palavra- erradicação, tantas vezes utilizada por quem aborda o tema PER em Portugal. O que significa erradicar? No Dicionário de Língua Portuguesa trata-se de uma definição simples: afastar, eliminar ou excluir. Na prática, o processo de erradicação de centenas de bairros degradados exige por parte das equipas técnicas responsáveis pelo processo, digamos, outra metodologia. Se nos dedicarmos, como cidadãos comuns, a dissecar a verdadeira forma como procedem os vários Programas de Realojamento em Portugal, a conclusão será certamente de que este não é, nem nunca poderia ter sido, processo facilmente exequível.

Talvez pela inexperiência administrativa, talvez pela própria dimensão do problema ou pela pressão social e cultural, não importa a razão pela qual o PER em Portugal é um

⁷¹ PER: Programa Especial de Realojamento, decretado em 1993.

problema difícil agradar a todos, importa sim despertar consciência sobre factos. Obter respostas e matéria suficientemente esclarecedoras sobre todos os aspetos do programa, da sua execução, da dificuldade que lhe é inerente e acima de tudo, não determinar conclusões baseadas em informações fragmentadas, adulteradas ou manipuladas pelo especial toque jornalístico mediático, mas sim de um ponto de vista arquitectónico.

[...] para lá dos castelinhos de Benfica, onde está tanta vida, pouco passa para fora. As vidas são, supostamente banais. Embora os meios de comunicação que reproduzem algo da vida suburbana, mesmo quando o que mostram é quase sempre- e que injustiça- matéria de tabloide e de crime, sejam os que mais vendem. O que se fez até agora nas periferias de Lisboa é notável. Venham ver. (Seixas, 2015, p. 15)

Abordar o processo PER, importa, pois, Faria da Costa chega à periferia rural de Lisboa com o seu Plano de Arranjo e Melhoramentos, jamais pensaria que teria de considerar algo como a presença constante de bairros de barracas pontilhando várias partes do seu desenho da freguesia da Amadora. Razão para nós, mais que suficiente para aprofundar mais sobre o programa PER na cidade da Amadora. Num dos casos de estudo, a área analisada será o desenho do bairro residencial da Venda Nova por Faria da Costa, que graças à erradicação dos bairros precários limítrofes, a sua identidade foi salva. Neste caso em concreto, a resiliência do PER na Amadora evocou-se como uma Fénix da mitologia Grega- aquela que renascia das suas próprias cinzas.



Ilustração 57- Bairro de barracas da Falagueira, 1971. (Cunha, 2017).



Ilustração 58- Bairro da Mina, 1972. (Lisboa. Arquivo Fotográfico Municipal, 2017).



Ilustração 59 – Visita ao Bairro 6 de Maio, 2017. (Ilustração nossa, 2017).

O processo de erradicação de bairros precários pressupõe uma estratégia interventiva no sentido de atuar e simultâneo com a capacidade de resposta. Isto será, naturalmente, proceder à erradicação de uma habitação informal e automaticamente oferecer uma resposta alternativa aos modos habitacionais anteriores. Nem sempre é/foi simples, a questão que se põe muitas vezes, é de como é realizado todo esse processo. Como é que se classificam as habitações? De que modo é realizado o processo de recenseamento das famílias? Enfim, são demasiadas as questões que dizem respeito à execução do PER em Portugal. Talvez o tempo que demoramos a responder a este tipo de questões, se tenha revelado tempo suficiente para se levantarem novos problemas. Relembremos uma memória partilhada por Maximiano Cabral na sua participação do Programa na cidade da Amadora.

[...] começava logo pela manhã, um lápis e uma caneta na mão, e lá ia eu, por entre ruelas estreitas e duvidosas, apreensivo, mas sempre curioso. Não sabia bem até onde me poderiam levar, mas avançava. Procurava portas, janelas, caixas de correio, tudo o que me pudesse indicar - a casa de alguém. Registava, escrevia e desenhava pequenos perímetros na planta correspondente do bairro, uma a uma, começando numa ponta e terminando noutra. Mas na Amadora era assim, quando se terminava numa ponta já tinham construído mais casas na outra. Digamos que uma simples barraca se constrói em poucas horas não é verdade? [...] (Cabral, Fevereiro, 2017)



Ilustração 60 - Bairros de barracas na Amadora, 1973. (Cunha, 2017).

O paradigma deste género de construção, tinha, portanto, esta dimensão - um processo cíclico, difícil de cessar, em que as conclusões não se determinavam com certezas absolutas, devido à constante metamorfose urbana, migrações e imigrações constantes, construções céleres da noite para o dia, falta de documentação e o aproveitamento de áreas menos desenvolvidas no concelho, fixando as habitações em sítios de difícil acesso ou, até mesmo à margem das antigas estradas militares⁷². Felizmente, hoje a AML não contabiliza os mesmos valores de bairros precários de que dispunha na década de noventa, mas prevê-se agora um novo desafio para a cidade enfrentar: a requalificação urbana do parque habitacional público, onde residem as famílias entretanto realojadas. Como alertou Helena Roseta, "[...] hoje já não há barracas, por isso parece que não há urgência em fazer um programa público para resolver os problemas de habitação, mas temos muita carência escondida [...]" (Roseta, 2017).

Nuno Portas relembra a predominante dificuldade social e do ambiente vivido na década de noventa, daqueles que resistiram aos constrangimentos provocados pelos SAAL, agora enfrentavam um novo desafio, as manifestações sociais perante o processo de recenseamento do programa PER. Aqueles que foram em tempos, bairros de lata dominados por comunidades de origem tentaram resistir à natural

⁷² Bairro Estrada Militar da Damaia com um total de 605 agregados.

mestiçagem étnica, mas o confronto durou muito pouco tempo, “[...] os bairros de lata de Lisboa e sua periferia, que eram habitados por famílias brancas, foram pouco a pouco transformados em guetos africanos [...]” (Portas, 2012, p. 153) culminando noutra confrontação interna, isto é, agora dentro dos próprios limites do bairro, em que uns se rejeitavam a outros sob o pretexto de ameaças de drogas ou comportamentos indelicados. Mas, Portas, chama a estes casos fenómenos pontuais e não característicos dos comportamentos sociais dos nossos bairros nacionais.

[...] os portugueses revelaram-se um povo muito aberto aos outros e à mestiçagem. Julgo que esses fenómenos pontuais, muitas vezes injustamente acentuados pelos média, são frequentes em cidades onde a habitação coletiva é expressiva, nas quais o espaço público é mais degradável, do que nas cidades extensivas, devido a uma melhor visibilidade das diferenças [...] (Portas, 2012, p. 153)

No final dos anos cinquenta, Portugal juntava-se à restante Europa na medida em que partilhava dos mesmos problemas inerentes à sociedade industrializada. Perante o ambiente de Pós-Guerra, os graves e complexos problemas sociais, o forte movimento migratório urbano, era difícil garantir as infra-estruturas que lhe dessem resposta. É então que surge, no âmbito nacional, Nuno Portas destacando-se pela sua inigualável importância na estruturação de novas políticas e metodologias de atuação dentro do tema da habitação. Em 1960, o Sindicato Nacional dos Arquitectos agenda um novo colóquio. “*Aspetos sociais na construção do habitat*” foi o nome atribuído a este encontro no qual se alertou para novas consciências, até aí ignoradas ou desprezadas dentro do tema do problema da habitação. O Programa Especial de Realojamento-PER é neste âmbito o maior programa de habitação pública desenvolvido em Portugal em plena democracia, decretado em 1993 e concebido com o objectivo de realojar em habitações sociais os moradores de bairros de barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

[...] Apesar dos indiscutíveis resultados alcançados pelo PER, vários pontos de tensão emergiram ao longo do tempo: a definição do problema das barracas por via da linguagem higienista; a consciência precoce sobre as externalidades negativas associadas a políticas de realojamento de larga escala; o uso problemático de dados censitários para reunir informação sobre a população residente em barracas e regular o acesso ao programa; e finalmente, os resultados mistos das ações PER em termos de consequências sociais e territoriais. [...] (Alegra, 2017)⁷³

No caso Português, foi a AM de Lisboa que mais assistiu ao fenómeno de crescimento massivo da população residente, isto é, nos últimos cinquenta anos fixou-se um aumento de cerca de 90%, atingindo valores em 2010 de 2.849.346 habitantes. Este fenómeno não foi nada mais nada menos, que reflexo da “[...] rápida descolonização

⁷³ EXPERTS: Equipa de Investigação do Projecto “exPERTs” da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, da Universidade de Lisboa.

dos territórios ultramarinos, em sequência da revolução de 1974 e do fim da Guerra Colonial- entre 1974 e 1976 [...]” (Pinto, 2013, p. 23). A proliferação ocupacional dos novos habitantes da cidade, levou a que nos anos oitenta se marcasse o verdadeiro pico da edificação de bairros de construção precária. (Pinto, 2013, p. 23)

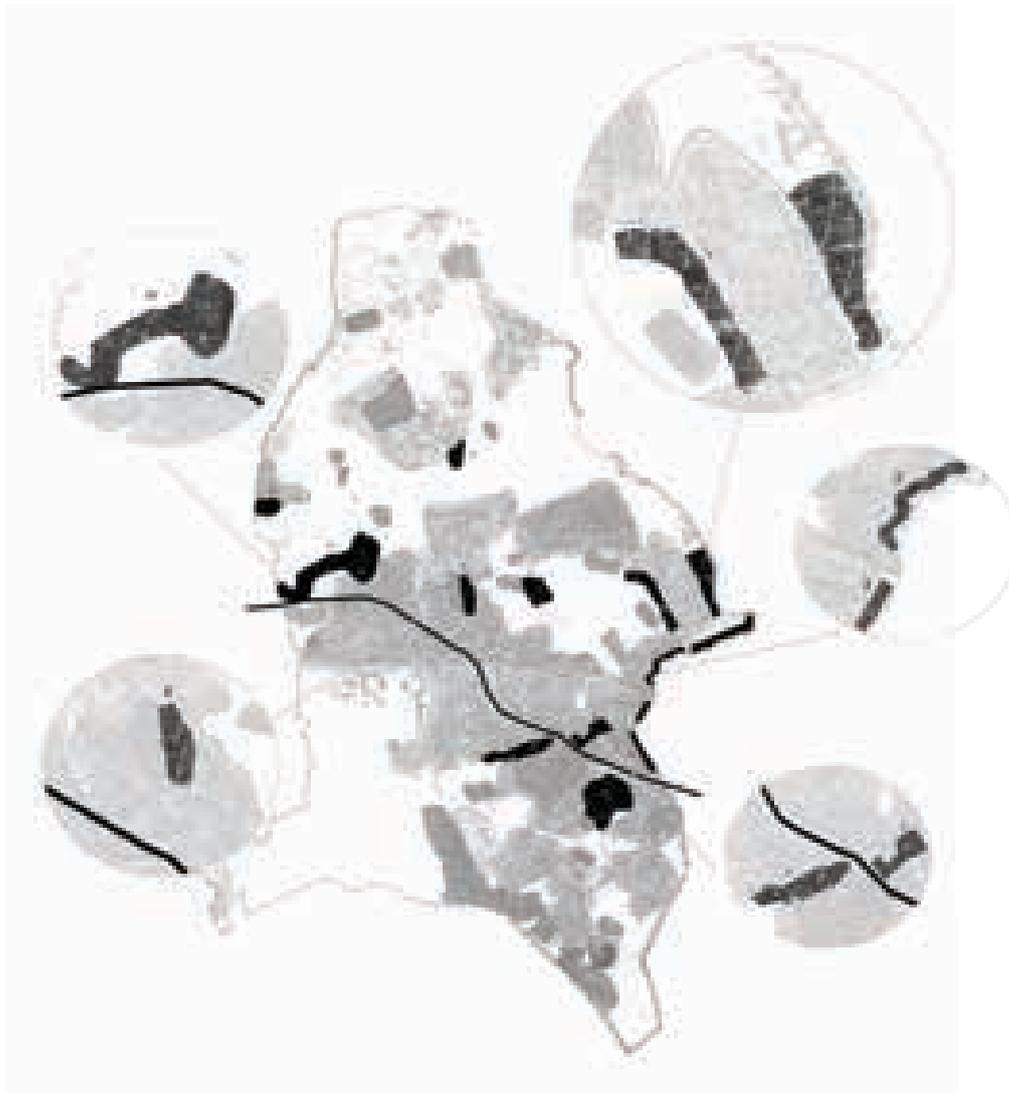


Ilustração 61 - Localização de alguns⁷⁴ Bairros degradados da Amadora- Bairros PER. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal. 2017).

O *direito ao acolhimento* aplica-se a todos os que chegam, tanto aos novos habitantes como aos que apenas estão de passagem [...]. A imigração é hoje examinada através de um debate sobre a identidade nacional. Seria muito mais claro atermo-nos à definição dos diplomas que regem o exercício do direito de acolhimento aos imigrantes e aos que pedem asilo. [...] e não esquecendo que os limites do direito não fazem sentido a não ser que este se exerça efetivamente: nada se pode exigir daqueles a quem nada se oferece. (Bourdin, 2011, p. 88)

⁷⁴ Em destaque: Bairro nº 13- Caminho de Alforneiros; Bairro nº14 Azinhaga dos Bezouros; Bairro nº 2 Bairro Azul Alto dos Trigueiros; Portas de Benfica; Bairro nº3- Fontainhas; Bairro nº 5 Bairro 6 de Maio; Bairro Estrela d'África; Bairro nº 7 Alto da Damaia; Bairro nº9 Ribeira da Falagueira; Bairro nº 10 Estrada Militar da Mina, Encosta Nascente e Santa Filomena.

2.3.4. A CONSTRUÇÃO DA CRIL

[...] de automóvel, passo ao lado das portas de Benfica, castelinhos de brincar num mar de marquises, tudo maciçamente cercado por grandes tentáculos da CRIL. Para muita gente saí de Lisboa. Ideia bastante caduca. Lisboa está aqui, e muito para além daqui Lisboa é uma enorme metrópole cheia de ruas, de prédios e de vidas [...], mas também cheia de imensos espaços atulhados e descosidos [...] (Seixas, 2015, p73).

Relembremos a primeira grande intervenção no concelho que promoveu a execução do PER numa das áreas mais ocupadas informalmente na cidade – a construção do troço da CRIL⁷⁵, que surgiu no enquadramento do Plano Director da Região de Lisboa em 1961, pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização. Atendendo à dimensão⁷⁶ populacional do concelho periférico de Lisboa, a Amadora foi dos territórios que mais beneficiou pelas comunicações promovidas pelo troço. A construção da CRIL “[...] inseria-se numa estratégia que procurava o centralismo da cidade de Lisboa [...]” e de certo modo diluir os efeitos urbanísticos da expansão desordenada da grande maioria dos subúrbios de Lisboa. (Pinto, 2013, p. 23)

A materialização deste sistema infraestrutural promoveu uma nova relação de integração entre a capital e as suas restantes áreas concelhias periféricas, que para o concelho da Amadora, ganhou maior expressão a 16 de Abril de 2011 com a conclusão do troço entre a Pontinha e a Buraca, os 4 últimos quilómetros da CRIL consolidando a via rápida que em arco constante entre os concelhos de Lisboa, Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures, permitia ligação a Algés e Sacavém. A execução do PER pela pressão da construção da CRIL traduziu-se na razão por detrás de da perda de população em certas freguesias, mas um fator que poderá ter amenizado esta perda, foi o reaproveitamento de muitas das áreas agora reconvertidas em espaços públicos. Uma das erradicações mais significativas para o município foram das “[...] famílias residentes no Bairro da Azinhaga dos Besouros, e na proximidade da antiga Estrada Militar [...]” (Pinto, 2013, p.23), que, entretanto, se converteram na passagem do troço da CRIL e reabilitaram não só as portas de Benfica, mas sobretudo a entrada da cidade da Amadora.

[...] para o bem e para o mal, a metrópole é assim. É o resultado de cinco décadas de péssimo planeamento territorial, banca e construção. Mas é também o resultado de uma dinâmica popular que, dia-a-dia, se movimenta por entre mar de prédios e de asfaltos. Algumas paisagens são péssimas. Muitos quotidianos são duros. Mas muito

⁷⁵ CRIL: Circular Regional Interna de Lisboa.

⁷⁶ Em 2011, o Concelho da Amadora apresentava cerca de 175.136 habitantes, sendo a quarta cidade mais populosa de Portugal. (INE, Censos, 2011)

aqui se passa. É grande a complexidade destes territórios. Não são apenas subúrbios, longe disso. As coisas não são a preto e branco [...] (Seixas, 2015, p. 74)

Realçou João Seixas, que os territórios suburbanos de Lisboa são de facto, lugares expectantes, mas a distância compreendida que os separa, isto é, a forte dicotomia entre periferia e centro nem sempre se revela uma questão física, em muitos dos casos a distância tem-se vindo a revelar cultural, como referiu na sua obra;

[...] aqui há variadíssimas comunidades que enfrentam as esperanças de cada presente e as enormes dificuldades que nos caíram em cima. Há escolas, imensas escolas. Há espaço públicos excelentes, há parques e jardins, há mercados, há associações. Sente-se a vida social. Há indubitavelmente, um esforço notável do poder local e da cidadania: das Câmaras, das Juntas de Freguesia, de coletivos vários. Um quotidiano esforçado, que a maioria das elites desconhece por completo, porque não vem e por isso não vê. Tão perto e tão longe [...] (Seixas, 2013, p74)

Em 2012, registam-se 80.8% da execução do PER no concelho, substituindo os alojamentos maioritariamente compostos por edifícios unifamiliares por alojamentos em edifícios plurifamiliares. “[...] refletindo a superação de muitas áreas ocupadas informalmente no concelho com erradicação de vinte e quatro bairros de barracas resultando em 3.094 agregados apoiados [...]” (Amadora. Câmara Municipal 2012, p.45). A cidade da Amadora, não só herdou cem anos de história como herda também o compromisso de solucionar todas as questões do paradigma da habitação precária sem que este interfira com o bem-estar da população nem diminua os seus atributos urbanos. (Amadora. Câmara Municipal 2012, p.45)

Entendemos que este subcapítulo tem maior destaque sobre os anteriores não só pela sua aproximação temporal com a atualidade, mas por se fazerem sentir diariamente os efeitos positivos do realojamento, quando muitos dos espaços destinados a habitação precária se transformam radicalmente em novos espaços públicos, ao dispor de toda uma sociedade. Hoje, a cidade recupera pouco a pouco, das sucessivas [...] *collages* por justaposição de épocas [...] (Portas, 2012, p.223) de migrações que se fixavam umas a seguir às outras.



Ilustração 62 - Sequência da área urbana, década de sessenta e respetivos bairros de lata e fotografia aérea de 2017, com a conclusão do troço da CRIL. ([Adaptado a partir de:] Portugal. Direcção-Geral do Território, 1965 e Amadora. Câmara Municipal, 2017).

3. FARIA DA COSTA – VIDA E OBRA

3.1. O FORMALISMO DA ESCOLA FRANCESA

O arquitecto João Guilherme Faria da Costa, foi sem dúvida, o urbanista mais requisitado pela Câmara Municipal de Lisboa, não só por executar os mais importantes planos no âmbito do Plano de Expansão da cidade de Lisboa (1948) de Étienne De Gröer, como pelo facto de expressar o verdadeiro **espírito da época**. Esta foi a figura mais proeminente da primeira geração⁷⁷ de arquitectos modernos portugueses, e de grande distinção pela sua intensa actividade profissional, de dezenas de Planos urbanos e estudos, num período marcado pela introdução da disciplina em Portugal. (Lôbo, 1995, p.41).

Jovem, e recém-formado pela escola francesa, regressa ao seu país de origem com a missão de renovar a imagem da cidade portuguesa, de materializar e de dar forma ao poder político, e erguer através da arquitectura, um **cenário urbano de orgulho nacional**. Os Planos de Urbanização, foram os fundamentais instrumentos, que o urbanista utilizou para melhorar a expressão da cidade portuguesa, durante a década de quarenta - a década da Obra Pública em Portugal. Para Nuno Grande⁷⁸, existem dois momentos distintos de pensar e de planear a cidade portuguesa; A primeira, é marcada por Duarte Pacheco⁷⁹, sobretudo por esta ter sido a figura responsável pela especialização e formação internacional dos arquitectos portugueses, agilizando o processo de inscrição na escola francesa, subsidiados por bolsas do estado⁸⁰. Este foi o momento de planear o futuro, não só da cidade propriamente dita, como no investimento da formação daqueles que atuariam nela, uma fase de afirmação ideológica do regime do Estado Novo e de grande aposta na modernização. O segundo momento, seria o impacto da morte de Duarte Pacheco, que “[...] constituiu uma fase praticamente inversa da primeira, onde o desejo de inovação deu lugar à inércia burocrática [...]” (Grande, 2002, p. 119).

⁷⁷ A primeira geração de arquitectos portugueses, antes de existirem urbanistas em Portugal: Cristino da Silva (1896-1976), Carlos Ramos (1897-1969), Paulino Montez (1897-1988) e Pardal Monteiro (1897-1857), Cassiano Branco (1897-1970), Conttinelli Telmo (1897-1948), além das figuras internacionais, Donat Alfred Agache (1875-1959) e Étienne de Groër (1882-1959), (Salvatore, 2015 p.125).

⁷⁸ **Nuno Grande** (1966 -): em “O verdadeiro mapa do Universo”, 1998. Prova científica orientada por Gonçalo Byrne, 1997.

⁷⁹ **Duarte Pacheco** (1900-1943): ocupa o cargo de Ministro das Obras Públicas do Estado Novo, quando propõe a bolsa destinada a alunos de arquitectura, para que se especializarem em Urbanismo no Instituto de Paris.

⁸⁰ Faria da Costa, foi o primeiro aluno português que conquistou a bolsa de mérito, que incluía a especialização em urbanismo durante um ano em Paris.

A vasta obra urbana materializada por Faria da Costa, contempla-se nos planos encomendados pelo regime salazarista, um registo que acompanha quase toda a sua carreira profissional como arquitecto camarário. A sua primeira grande contribuição dá-se imediatamente após o seu regresso, já especializado em Urbanismo, e colabora na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas, desde 1937 até 1959. Nesse mesmo ano, faz parte integrante do grupo de arquitectos e engenheiros da CML que constituía o gabinete de estudos de urbanização, responsável pelo Plano Geral de Urbanização e Expansão da Cidade de Lisboa. No âmbito do Plano, Faria da Costa, foi provavelmente o urbanista mais requisitado pelo poder político, responsável por vários planos a pedido de Duarte Pacheco, muitos, desenvolvidos em simultâneo, dificultando ainda mais as nossas conclusões a respeito da ordem cronológica⁸¹ de cada um.

No âmbito do Plano Geral de Urbanização e de Expansão da Cidade de Lisboa, Faria da Costa foi autor de múltiplos⁸² estudos, projetos e intervenções, culminando numa carreira artisticamente vasta, com início no Plano do Bairro do Areeiro, 1938; Plano Geral de Urbanização da Encosta da Ajuda, 1938-1940; Plano de Urbanização da Amadora, 1944-1947; Plano da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, 1945-1947, entre outros mais, mas a que não poderemos dar igual e especial dedicação. (Tereno, 2013)

Como arquiteto urbanista, Faria da Costa deixou uma importante obra para a cidade, abrindo novas perspectivas e pondo em pratica as mais modernas tendências urbanísticas, naquele que foi o seu plano que na época resolveu o problema da habitação e expandiu a cidade para norte. (Lisboa. Câmara Municipal. Arquivo Municipal de Lisboa, 2017.)

Desenvolve nos planos urbanos da cidade de Lisboa, a **matriz cultural das *Beaux-Arts***⁸³ - influência do ano de especialização na escola parisiense, onde cruza conhecimentos com artistas que lhe introduzem conceitos da Cidade-Jardim inglesa, da *City Beautiful Movement* americana e da Carta de Atenas⁸⁴ dos CIAM⁸⁵; entre

⁸¹ A ordem cronológica dos Planos, Projetos e Intervenções de Faria da Costa, serão expostos de acordo com as informações disponibilizadas pelo SIPA, onde se encontra grande parte do espólio pessoal do Arquitecto.

⁸² Começa a sua vasta carreira em 1938, no Gabinete de estudos de urbanização da CML, produzindo dezenas de planos e projetos de arquitectura, chegando a ser distinguido pela moradia unifamiliar do restelo em parceria com Fernando Silva, com o Prémio Valmor Prémio Municipal de Arquitectura em 1952 (Lisboa, Arquivo Municipal. 1952). No entanto, segundo dados facultados pelo SIPA, regista-se a sua última obra em 1966, projecto de arquitectura de um Edifício na Avenida Duque de Ávila.

⁸³ Estilo arquitectónico de ideia Renascentista iniciado em França, na Escola de Belas Artes de Paris, explorando a articulação entre a cultura romana e grega, rica em ornamentos e pragmatismo.

⁸⁴ O documento coletivo resultado do IV CIAM, foi publicado dez anos mais tarde por Le Corbusier, intitulado "La Charte d'Athènes" em 1943. Em Portugal, as teorias da Ville Radieuse corbusiana, são traduzidas por Nuno Teotónio Pereira nas páginas da Revista Técnica - "A Arquitectura e a Engenharia na Construção", na edição de Dezembro de 1943 e na edição nº143 de Janeiro de 1944.

⁸⁵ Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna.

outros grandes manifestos preconizados durante o urbanismo Moderno, que pretendemos destacar nos seguintes subcapítulos, relembrando o ambiente cultural e urbano em que o urbanista se matura.

Faria da Costa foi deste modo, um artista com um percurso profissional iniciado na década de trinta até à década de cinquenta, ingressando como “[...] Arquitecto de 1ª Classe” (Lisboa. Arquivo Municipal, 1939), nos quadros da CML, recém-chegado de Paris, em 1938 - momento em que Portugal dá os primeiros passos na produção de planos-imagem, um processo que decorre em sincronia com a generalidade de outros países europeus. (Rossa, 2008, p. 35)

Partimos para a presente reflexão, sobretudo, motivados pelo pouco estudo dedicado ao Arquitecto urbanista, Faria da Costa, uma vez autor do plano urbano que pretendemos estudar, importa realçar o seu percurso profissional, uma vez que estudado “[...] só em parte, existindo muita documentação inédita. Para além de não existir um estudo monográfico sobre a sua obra, também o trabalho que desenvolve na Câmara Municipal de Lisboa é pouco conhecido.” (Salvatore, 2015, p. 126). No ano em que ingressa no gabinete da Direcção dos Serviços de Urbanização, Faria da Costa, além de primeiro, é o **único** arquitecto português, especializado em Urbanismo, da equipa de arquitectos da Câmara Municipal. (Salvatore, 2015, p. 126).

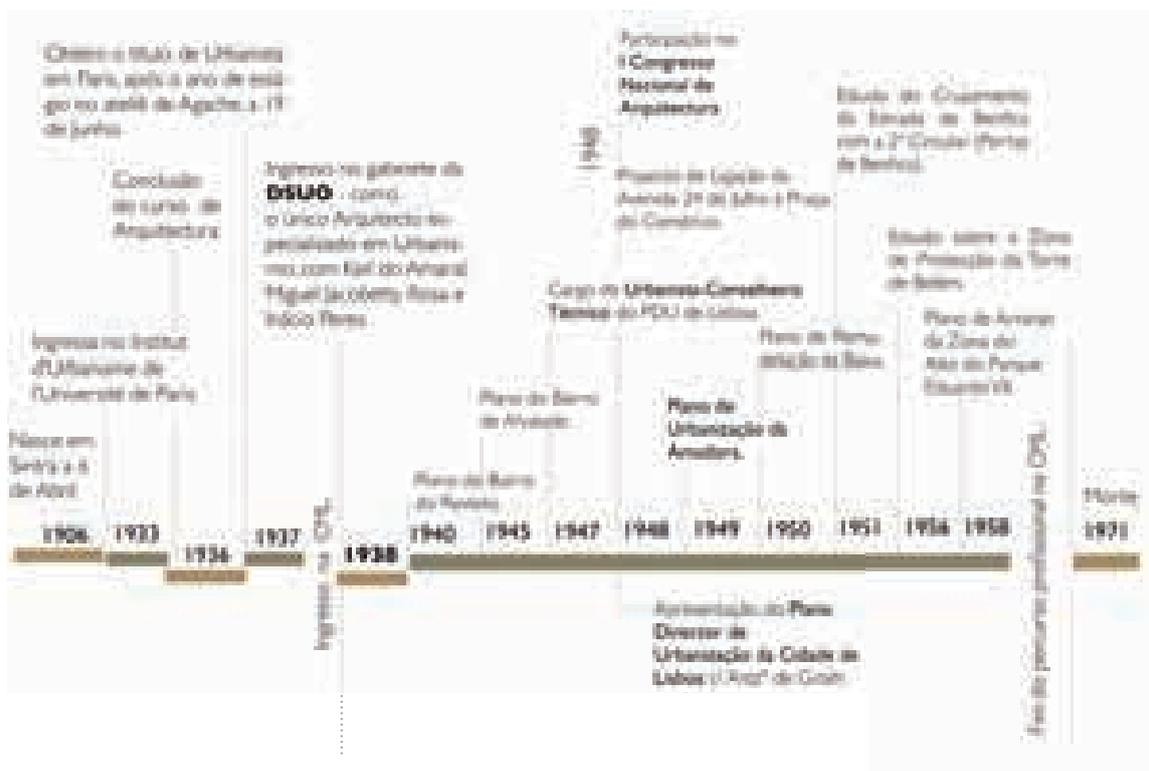


Ilustração 63 – Timeline – Percurso Académico e Profissional de Faria da Costa na Direcção de Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, de 1938 a 1958. ([Adaptado a partir de:] Lôbo, 1993; Lisboa. Arquivo Municipal, 1939 e Salvatore, 2015).

3.2. FORMAÇÃO



Ilustração 64 - Faria da Costa e De Gröer à sua esquerda. Visita à Cova do Vapor e Caparica, ca 1940-45. ([Adaptado a partir de:] Marques, 2015).

João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) – Foi o primeiro arquitecto português a concluir especialização internacional na área do urbanismo, foi desde o seu regresso a Lisboa, uma das figuras mais qualificadas da arquitectura portuguesa. Durante o período do Estado Novo, descreviam-no como “[...] **o urbanista mais qualificado do grupo da Câmara de Lisboa** [...]” (Lôbo, 1995, p.157). Será, portanto, especial propósito deste subcapítulo, dedicar-se a uma síntese analítica do processo de formação pessoal e académica do artista, que tanto contribuiu para a modernização do nosso País;

João Guilherme Faria da Costa, conclui o curso de Arquitectura, em 1936 na Escola de Belas-Artes de Lisboa e obtém o diploma da sua especialização em Urbanismo a 19 de Junho de 1937 na *Université de Paris – Facultés de Droit e des Lettres – Institut d’urbanisme de l’université de Paris*. Este foi, o palco onde o urbanista cruzou conhecimentos com grandes mestres do urbanismo europeu. (Lisboa. Arquivo Municipal, Proc. Individual nº 1657)

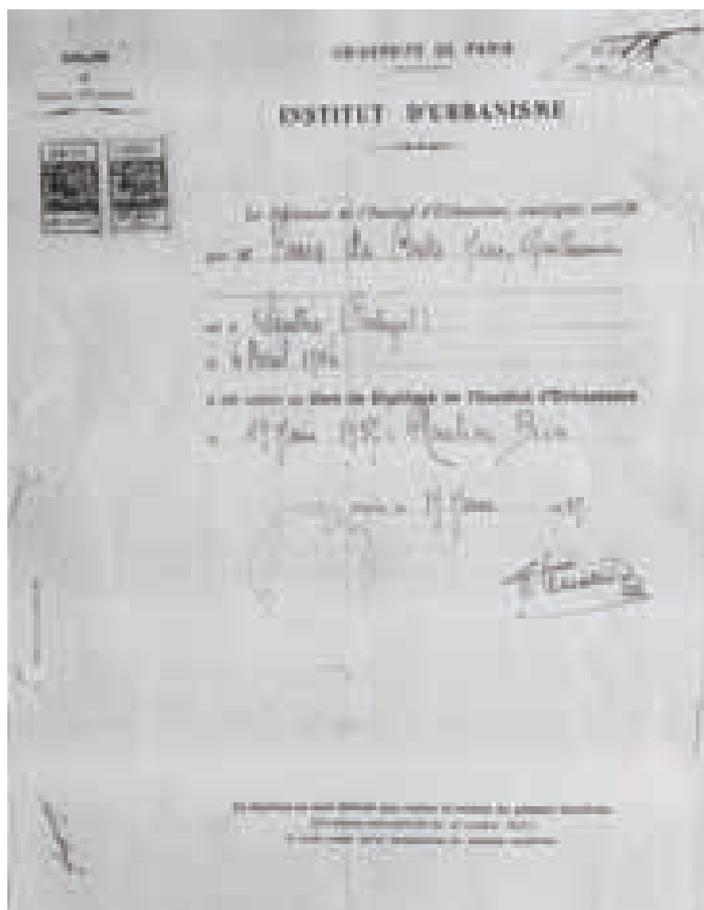


Ilustração 65 - Diploma de Faria da Costa, em 1937 emitido pelo Institut d'Urbanisme de Paris. (Lisboa. Arquivo Municipal, 1937).

Université de Paris - Facultés de Droit e des Lettres – Institut d'Urbanisme de L'Université de Paris

*Après avoir constaté que Monsieur FARIA DA COSTA João Guilherme né à Sintra Portugal, le 6 Avril 1906 a rempli toutes les conditions requises par les règlements, l'avons admis à subir les épreuves de fin d'études. - Attendu qu'il a subi ces à preuves avec succès, Et vu le rapport du jury relatif au mémoire soutenu par lui devant l'assemblée publique des professeurs de l'Institut, l'avons déclaré digne du **DIPLÔME D'ETUDES SPÉCIALES D'URBANISME**. Fait à Paris, le 19 Juin 1937. (Lisboa. Arquivo Municipal, Proc. Individual n° 1657 de 1937).*

Ilustração 66 - Assinatura de Faria da Costa [s.d.] (SIPA, 2013).

A figura que, para nós, se traduz como a mais emblemática do urbanismo nacional, nasce em Sintra em 1906, pertencente a uma família⁸⁶ regrada por princípios muito severos, que impunham a todos os elementos masculinos conhecimentos e práticas de trabalhos físicos, utilizando a perícia e a força de mãos. Como tal, Faria da Costa, ainda muito jovem, frequenta a Escola Afonso Domingues dando o primeiro passo para a sua formação profissional, especializando-se num curso de carpintaria da construção civil, cuja prova de final de curso seria a proposta de uma **peça de mobiliário** em madeira trabalhada pelo autor explorando técnicas de entalhe. (Marques, 2015, p. 45)

na terça-feira regressou de Paris a Sintra o nosso querido amigo, arquitecto João Faria da Costa. Tendo em tempos, feito um distinto curso de carpintaria da construção civil na Escola Afonso Domingues, de Lisboa, dali transitou graças ao esforço e sacrifícios de seus honrados pais, para as Belas Artes. (Coelho, 1937, p. 316)



Ilustração 67 - Escola Industrial Afonso Domingues- Oficinas de trabalho em madeira. Primeira formação de Faria da Costa como carpinteiro, s.d. (Novais, s.d.).

Apesar de se reunir pouca informação concreta a respeito da sua vida do arquitecto, sabe-se que se fez notar por onde transitou, quer pela sua personalidade, quer pelas qualidades como urbanista. Na Figueira da Foz, por exemplo, (cidade que escolhe para tema da sua proposta de tese de final de curso em Paris,⁸⁷) foi descrito como

⁸⁶ **João Guilherme Faria da Costa** (1906-1971): filho de Guilherme Faria da Costa, Carpinteiro e de Maria de Jesus Faria; Casa-se em 1944 com Cristina Maria da Silva. (Lisboa. Arquivo Municipal do Arco do Cego, 1944)

⁸⁷ Faria da Costa defende a sua tese a 19 de Junho de 1937, valendo-se finalmente como urbanista, obtendo a classificação final de dezasseis valores, com o título original: *Plan d'aménagement d'embellissement et d'extension de la ville de Figueira da Foz et sa region.*

figura simples e humilde, durante as constantes visitas; “[...] João Guilherme Faria da Costa, que tem tanto de valoroso quão de modesto [...]” (Coelho, 1936, p. 317), conquistou não só o apreço da população Figueirense como o reconhecimento de Duarte Pacheco, que o convida a ingressar, recém chegado de Paris e sem experiência profissional, nos quadros da Câmara Municipal de Lisboa.

O ponto notável do seu percurso de aprendizagem académica dá-se quando ainda muito jovem, Faria da Costa é premiado por concurso, promovido por Duarte Pacheco, que atribuíra por iniciativa do estado português, uma bolsa de estudo para frequentar o ilustre Instituto de Urbanismo de Paris⁸⁸. Destacam-se com mérito, duas ilustres figuras, entre a dezena de arquitectos que haviam concorrido à bolsa, nomeadamente, Keil do Amaral⁸⁹ e João Guilherme Faria da Costa. Apesar de concluírem a sua formação em arquitectura de forma análoga, só poderia haver um vencedor, sendo Faria da Costa a figura vitoriosa do concurso à bolsa, ao apresentar um projecto de uma moradia de habitação que chegou a ser construída nos anos trinta em Sintra na praia das Maçãs (Marques, 2015, p.47).

No seu trajeto pela cidade de Paris, Faria da Costa traça fortes laços com conceituados professores de urbanismo, deixando-se inspirar e muito provavelmente, influenciar, por princípios de urbanismo inovadores. Grandes figuras e mestres internacionais do urbanismo cruzam o caminho do português, como Marcel Poète⁹⁰, Donat-Alfred Agache⁹¹ e Etienne de Gröer⁹², que acabam por atuar também em solo nacional, na participação e consulta do Plano Director de Lisboa, 1948.

Duarte Pacheco, decide promover a especialização do arquitecto nacional ao invés de empregar um urbanista de outra nacionalidade, já especializado em urbanismo. Mas o talento de Faria da Costa, já havia sido afirmado antes de ingressar para Paris. Após a

⁸⁸ Instituto de Urbanismo de Paris: o instituto é fundado pela iniciativa de Marcel Poète, que no início se apresentou como “*École des Hautes Etudes Urbaines*”/Escola dos Elevados Estudos Urbanos, formada com a urgência de resolver as questões urbanas da cidade de Paris, vitimizada pela I Guerra Mundial. O Instituto foi responsável pela formação dos primeiros urbanistas americanos, e em 1924 é finalmente integrado com a Faculdade de Direito, passando a chamar-se Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Título original: *Université de Paris – Facultés de Droit e des Lettres – Institut d’Urbanisme de L’Université de Paris*.

⁸⁹ **Francisco Keil do Amaral** (1910 - 1975): Arquitecto que marcou grandes obras publicas no período do Estado Novo, contemporâneo de Faria da Costa, incorpora também a equipa de técnicos da Câmara de Lisboa entre 1939 e 1949, onde lhe foram confiados três importantes projetos: o Parque Florestal de Monsanto, o Parque Eduardo VII e a Alameda do Campo Grande.

⁹⁰ **Marcel Poète** (1866 - 1950): Grande teórico Francês do urbanismo, com publicações desde 1904 a 1938, despertando a consciência dos primeiros urbanistas mundiais formados em França.

⁹¹ **Alfred Agache** (1875 - 1959): Arquitecto Urbanista, reconhecido também pelos trabalhos de urbanismo realizados entre 1940 e 1950 no Brasil depois de passar por Lisboa. Também se destaca pelo contributo na fundação da Sociedade Francesas de Urbanismo. Membro da Secção de Higiene Urbana e Rural do Museu Social a partir de 1909.

⁹² **Etienne De Gröer** (1882 - s.d.): Arquitecto urbanista professor no Instituto de Urbanismo de Paris onde se relaciona com Faria da Costa, convidando-o a lecionar no Instituto. Em 1938 é convidado por Duarte Pacheco a fixar-se em Lisboa onde desenvolve vários planos de urbanização para o país.

conclusão da sua especialização, em 1937, apresentando a sua tese sobre a Figueira da Foz onde havia passado férias em jovem, relatou-se na revista “Álbum Figueirense – 1937” por João de Oliveira Coelho que: “[...] Portugal possui, pois, desde há dias, o seu **primeiro e único urbanista** diplomado pela primeira escola europeia da especialidade [...]” (Coelho, 1936, p.316).

A população da Figueira da Foz, foi sobretudo, a população que mais se dedicou a salientar o nome de Faria da Costa em muitas publicação, jornais e revistas da cidade, maravilhados com o facto do urbanista ter escolhido aquele território como tema da tese de mestrado defendido em Paris, embora apenas documento académico, este fez-se notar na história apresentando o título: “Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão da Cidade da Figueira da Foz e sua Região”. Reconhecendo a bravura do aspirante a urbanista em determinar esta cidade em particular como proposta apresentada em solo internacional- no grandioso Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris, um dos cronistas do Álbum Figueirense elogia o trabalho de Faria da Costa, que sempre conclui as suas apresentações, com mérito e distinção; em oito anos tirou, brilhantemente, o curso de arquitectura, sempre com destacadas classificações. Tão destacadas, que o Estado lhe concedeu, como prémio, bolsa para frequentar o Instituto para a Alta Cultura, em Paris, para onde marchou à 3 anos.” (Coelho, 1937, p. 316).

“[...] Guilherme Faria da Costa, o primeiro português a obter o diploma na área específica de urbanismo [...]” (Pires, 2012, p. 120), passa a encarregar-se desde muito cedo, com apenas, trinta e dois anos de idade, de Planos e dos Projetos, mais paradigmáticos do urbanismo moderno nacional.

3.2.1. A PRIMEIRA GERAÇÃO NACIONAL

Como prática social generalizada, o urbanismo surge na década de trinta com o papel determinante de Duarte Pacheco, que contribuiu com a ideia de que a formação internacional especializada em urbanismo para arquitectos nacionais seria inevitável e urgente. O ministro das obras públicas⁹³ pretendia transformar a imagem urbana da cidade de acordo com a exigências proclamadas pelo regime. Com a subida de António de Oliveira Salazar⁹⁴ ao poder como Chefe de Governo, instauram-se novas ideologias transversais a quase todo o território nacional invocando a necessidade de criar elementos que fizessem o país afirmar-se nacional e internacionalmente.

⁹³ **Duarte Pacheco** (1900-1943): a convite de Oliveira Salazar em 1932 aceita o cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, com apenas 32 anos de idade.

⁹⁴ **António Oliveira Salazar** (1889-1970): Presidente do Conselho de Ministros do Governo Ditatorial do Estado Novo (1933-1968); Político e Professor Universitário.

A verdade é que nesta época eram inexistentes técnicos qualificados que exercessem o urbanismo que o engenheiro idealizava para o país o que o obrigará a “[...] socorrer-se de urbanistas franceses e italianos para o lançamento dos principais Planos de Urbanização e para a formação de quadros no nosso país [...]” (Grande, 2002, p.125).

Neste âmbito surge então, a 17 de Janeiro de 1938, o ingresso de Faria da Costa nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa já formado de Paris, para a elaboração de **estudos de urbanização**, que Duarte Pacheco havia sugerido como condição após a conclusão da bolsa que lhe foi destinada. Numa atitude visionária do Ministro das Obras Públicas, valorizou-se pela primeira vez o investimento na formação de arquitectos nacionais ao invés de continuar a fazer convites a urbanistas de outras nacionalidades. Faria da Costa, torna-se, neste contexto, o primeiro, e com muito pouca experiência profissional, com apenas trinta e dois anos de idade, a assumir cargos de alta responsabilidade nos gabinetes da Câmara de Lisboa, durante o mandato de Duarte Pacheco. (Marques, 2015, p. 51)

O regresso a Portugal do arquitecto-urbanista, foi muito esperado, o seu primeiro plano de acção seria integrar a **equipa técnica da Câmara Municipal de Lisboa**, condição previamente acordada com Duarte Pacheco, e sê-lo-á durante o processo de planeamentos realizados na repartição da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Obras (GGSU/MOP). É neste ambiente que o recém-formado jovem arquitecto, cruza conhecimentos e divide funções com as figuras mais notáveis da arquitectura moderna do século XX. De todo o escol de artistas camarários, Faria da Costa, é o arquitecto promovido a Consultor Técnico Urbanista, em 1951, e em 1954, cria o GEU - Gabinete de Estudos de Urbanização com a finalidade de rever o Plano Director Municipal, o Plano de Remodelação da Baixa e outros estudos de urbanização nas novas zonas da cidade. (Salvatore, 2015, p.135).

Faria da Costa tem um percurso profissional intenso, dedicado inteiramente a encomendas de carácter público da CML, onde é autor de planos desde 1938, ano do seu ingresso, até 1959, ano em que finalmente se retira da repartição da CML, e constitui gabinete⁹⁵ próprio. Figuras conceituadas, como Keil do Amaral⁹⁶, David Moreira da Silva⁹⁷, Carlos Ramos⁹⁸ e João António Aguiar⁹⁹ contribuem para o leque

⁹⁵ Após a saída do gabinete da CML partilha atelier com mais arquitectos a título individual até 1971, e após a sua morte é substituído pelo seu filho José João Faria da Costa.

⁹⁶ **Keil do Amaral** (1910-1975) : arquitecto do Estado Novo, trabalha em atelier com Carlos Ramos.

⁹⁷ **David Moreira da Silva** (1909-2002): arquitecto pela Escola de Belas-Artes do Porto; colabora com de Gröer no antepiano de urbanização da cidade de Luanda.

⁹⁸ **Carlos Ramos** (1897-1969): nascido no Porto, mas forma-se arquitecto em Lisboa em Belas-Artes (1920), onde é colega de Cottineli Telmo e Pardal Monteiro.

de amizades de Faria da Costa, além de também participarem em projetos e intervenções em simultâneo com os de Faria da Costa, os mais célebres; Plano Geral de Urbanização da Encosta da Ajuda (1938-1940) e o Plano da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro mais conhecido como Plano de Alvalade (1945), ambos integrados no âmbito do Plano Geral de Urbanização e Expansão da Cidade de Lisboa. (Tereno, 2013)

No entanto, de todas as figuras deste círculo de artistas da vida profissional de Faria da Costa, identificamos uma, em especial, que nos parece ter sido a mais presente no percurso profissional do artista; Francisco Keil do Amaral, que jamais poderá ser dissociado da vida e da obra de Faria da Costa, tal como Duarte Pacheco, isto, porque, além de arquitectos colegas, ingressarem no mesmo ano, na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, (ano letivo de 1929-1930), ambos disputam o desafio à bolsa de estudo promovida pelo Ministro das Obras Públicas; Faria da Costa sai vitorioso, e aquando da sua chegada em Fevereiro de 1938 a Lisboa, são as duas figuras que Duarte Pacheco convida directamente para os quadros da CML. Ainda que, ambos, desempenhassem funções na categoria de funcionários municipais, a estes dinâmicos e jovens arquitectos, é confiada a autoria de grandiosos planos, Faria da Costa como urbanista consultor de A. Agache, na produção do Plano de Urbanização e Expansão de Lisboa, e Keil do Amaral¹⁰⁰, com o Parque Florestal de Monsanto, estruturas e equipamentos do Parque Eduardo VII e Alameda do Campo Grande. (Moita, 1993, p.30)

Deste modo, afirmam-se perante Duarte Pacheco, que os nomeia com mais regularidade, na construção da nova capital lisboeta, sendo que colocamos a hipótese de que o ministro tenha considerado as diferentes índoles e formação culturais. A Faria da Costa, como por exemplo, atribuiu “[...] trabalhos de carácter mais “formal”, mais ligado às massas de construção... e Keil do Amaral os de carácter menos “formal” e mais ligados à paisagem e aos espaços livres [...]” (Silva, 1993, p. 72), apesar dessa distinção, os jovens arquitectos mantiveram-se próximos e íntimos, algo que podemos assumir pelo saudoso texto, onde Keil relembra o colega;

⁹⁹ **João António Aguiar** (s.d.): Arquitecto contemporâneo de Faria da Costa na Câmara Municipal de Lisboa, dirige em 1947 o Gabinete de Urbanização Colonial, e mais tarde dedica-se à continuidade do Plano de Faria da Costa para a freguesia da Amadora na década de sessenta.

¹⁰⁰ Keil do Amaral e Faria da Costa, vinculam ainda mais a sua amizade na participação do projecto das suas próprias moradias, no Bairro dos Arquitectos, situado no Rodízio em Sintra. As casas, foram projetadas numa experiência provocada pelo fenómeno da procura de casa de fim-de-semana, para férias de veraneio, nos anos quarenta.

Ainda hoje estou para saber ao certo quais os motivos que levaram o engenheiro Duarte Pacheco a recorrer com tanta frequência às “luzes” do arquitecto Faria da Costa e às minhas, quando da sua passagem pela presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Éramos ainda uns rapazes crescidos, com mais irreverência do que experiência; mas para a apreciação ou a resolução de muitos dos problemas da cidade não deixava de nos chamar, de nos ouvir, ou de nos incumbir de tarefas para as quais, em verdade, nos faltava o arcaboço técnico ou o calo profissional duma longa vida de trabalho nas matérias em causa. (Amaral *apud* Marques, 2015, p. 53)



Ilustração 68 – Arquitectos da primeira geração moderna nacional e internacional, do percurso profissional de Faria da Costa; Keil do Amaral, Cristino da Silva; David Moreira da Silva; Étienne de Groër, Carlos Ramos e Cottinelli Telmo. ([Adaptado a partir de:] Arquivo Municipal de Lisboa).

Os encontros dos arquitectos e artistas do Português Suave, como muitos popularizaram a expressão aplicada aos artistas do Estado Novo, celebravam-se no famoso Café Monumental, que proporcionava um ambiente propício a colóquios e debates culturais, mas acima de tudo, como ponto de encontro do quotidiano dos arquitectos lisboetas. Numa descrição do funcionamento do atelier de Keil do Amaral, foi descrito o seu horário habitual, sobretudo o trabalho em atelier que era feito na maioria das vezes, da parte da tarde. As manhãs, eram ocupadas com visitas às obras e à popular bica no Café Monumental, um ambiente lúdico e recreativo, natural da época;

Ali se juntava habitualmente com Faria da Costa, Peres Fernandes e outros, mais ou menos certos. E ali havia um empregado a quem, um dia, Faria da Costa, com a sua conhecida desenvoltura, perguntou: “Porque é que nos trata por Sr. Eng. ou Sr. Dr., quando nós domos arquitectos!?”, ao que o empregado respondeu: “São instruções do gerente: clientes com óculos são tratados por Dr.; sem óculos, por Eng. (Silva, 1994, p. 94)

3.3. O ESTADO NOVO E A OBRA PÚBLICA.

Se a Faria da Costa, dedicamos o presente capítulo, seria um grande lapso, retratar a época do desenvolvimento da arquitectura portuguesa, sem considerar o ambiente político, cultural e económico, em que os planos urbanos foram encetados. A década de quarenta, será sempre lembrada como a década da Obra Pública, centrada num objectivo simples – criar uma nova imagem da cidade portuguesa de acordo com o **vocabulário tradicionalista** defendido pelo regime. Um espírito historicista, regionalista ou, como resume muito bem Ana Tostões,¹⁰¹ “[...] apostado numa narrativa de raiz clássica próxima dos modelos nazis e fascistas da época.” (Tostões, 2004, p.118)

O advento do modernismo em Portugal, surge, portanto, neste contexto político - de um regime totalitário, responsável pelas encomendas de Planos Urbanos, mas sobretudo, responsável por um **minucioso controlo e fiscalização de cada proposta** desenvolvida pelos arquitectos. Acreditamos, que Faria da Costa, não poderá ter escapado deste domínio das expressões artísticas ditadas pelo regime, desenvolvendo a grande generalidade de planos urbanos da sua carreira, envolvido num **asfixiante cerco político e cultural do regime de Salazar**. Sugerimos ilustrar, numa declaração assinada pelo mesmo, durante o seu processo de admissão aos serviços do Ministério das Obras Públicas de Duarte Pacheco;

Nos termos do art.º 1º do Decreto-Lei nº 27003, publicado no Diário do Governo nº 218, 1ª Série de 14 de Setembro de 1936:

Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela constituição política de 1933, com activo repúdio do Comunismo e de todas as ideias subversivas. João Guilherme Faria da Costa. (Costa, 1939, Processo Individual nº1657).

¹⁰¹ **Ana Tostões** (1959 -): Arquitecta, Historiadora de Arte e especialista em história da Arquitectura Contemporânea.

Enquanto efetivo nos quadros da Câmara Municipal de Lisboa, Faria da Costa é convidado pelo arquitecto Luís Alexandre da Cunha, Director da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, em 1945, a lecionar uma cadeira do curso de Arquitectura, sendo que seria obrigado a acumular funções¹⁰², entre os serviços do gabinete de estudos urbanos, e as aulas da ESBAL. (Lisboa, Arquivo Municipal, 1945).

O ambiente que retratamos, perdura até à celebração do I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948. Finalmente, os urbanistas da geração seguinte, manifestam o momento de viragem, na reconquista da sua liberdade de expressão, afirmando o desejo de uma arquitectura modernista. Reivindicaram por fim, o papel do Arquitecto – capaz de solucionar questões sobre a cidade, especialmente na resolução das questões habitacionais, finalmente libertos do asfixiante controlo político.



Ilustração 69 – Membros do Governo e António de Oliveira Salazar, 1951. Cerimónia fúnebre da Rainha Dona Amélia, Largo de São Vicente. Lisboa. ([Adaptado a partir de:] Costa, 1951).

António de Oliveira Salazar¹⁰³, terá sido o estadista que mais tempo governou Portugal, num regime autoritário e ditatorial, numa era em que os regimes de carácter fascista dominavam quase toda a Europa. O fenómeno a que estamos habituados a

¹⁰² Faria da Costa, passaria então a receber o vencimento no valor de 2.750\$00, prestando serviço na CML das 11:00h às 17:00h. (Lisboa, Arquivo Municipal, 1944)

¹⁰³ **António de Oliveira Salazar** (1889-1970): licenciado em direito em 1914, pela Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, e após exercer durante três anos na categoria de professor universitário, atinge então o grau de Professor Catedrático. Inicia a vida política em 1926 como Ministro das Finanças, e em 1932 como Primeiro-Ministro O seu afastamento do poder deveu-se por motivos de saúde, após um Acidente Vascular Cerebral, em 1968 que por essa altura vem a ser substituído por Marcelo Caetano.

chamar de “Movimento Moderno”, afirma-se no âmbito da arquitectura, no período pós-guerra (1936-1945) em pleno século XX. Enquanto que na Europa, ainda se lutava pela derrota dos regimes fascistas¹⁰⁴, em Portugal, beneficiou-se da diplomacia de Salazar afim de evitar envolvimento na II Guerra Mundial, fator que determina, de certo modo, a chegada do movimento moderno a solo nacional.

A urgência de novos conceitos modernos escapou a Portugal, que felizmente não necessitou reconstruir-se das ruínas, no entanto, reconhece-se uma forte expressão modernista, ainda que ao tom do regime, na arquitectura de proclamação de orgulho nacional, durante o espetáculo da **Exposição do Mundo Português**¹⁰⁵, celebrado em 1940, liderada pelo coronel Arnaldo Ressano Garcia¹⁰⁶, onde se celebra pela primeira vez em Portugal, a conjuntura ideológica e política tradicional dos anos quarenta, como acontecimento nacional e artístico.

O vasto espetáculo da Exposição do Mundo Português (1940) concentrou a pulsão celebrativa do regime e das suas realizações, constituindo o laboratório da viragem protagonizada pelos mesmos autores, onde vestígios modernistas andam a par da afirmação da nova fase nacionalista. (Tostões, 2004, p. 118)

Na exposição são celebrados três temas principais impostos pelo regime; A **História** de Portugal, a **Área Colonial** e a **Etnográfica**. É em Belém, em plena Praça do Império, que se fez erguer o mítico conjunto monumental dedicado à capital portuguesa, encenando arquitetonicamente os ambientes que remetessem à memória e ao orgulho nacional de grandes feitos. Pouco se representou sobre o futuro do país nesta exposição. A intenção era enaltecer o passado, recordar o revivalismo nacional e as conquistas pelo Mundo, na reconstrução cénica de aldeias populares portuguesas, símbolo do orgulho e do tradicionalismo português, que Salazar jamais descurou. (Leite, 2012).

Embora a Exposição do Mundo Português tenha sido construída de modo efémero, este exercício comemorativo determinou as doutrinas de acordo com as exigências do regime, que fiscalizaria sempre todas as obras artísticas de arquitectos, que sob esta visão viessem a trabalhar, neste caso, Faria da Costa, cujas obras constituem dos primeiros exemplos da nova expressão do urbanismo moderno nacional, numa

¹⁰⁴ Regimes dominantes em países como Alemanha, França, Espanha, Holanda.

¹⁰⁵ Exposição do Mundo Português em 1940, também associado ao Centenário da Fundação e da Restauração.

¹⁰⁶ **Arnaldo Ressano Garcia** (1880-1947): na qualidade de Presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes; Amante das teorias estéticas nazis e que se opunha vigorosamente aos artistas modernos e à arte moderna.

primeira experiência com o Plano do Areeiro¹⁰⁷ (1938) – paradigma da arquitectura do regime. (Santana, 1994, p.319).



Ilustração 70 – Exposição do Mundo Português, 1940. Do lado ocidental, o Pavilhão dos Portugueses no Mundo do arquitecto Cottinelli Telmo. (Guedes, 1940).



Ilustração 71 – Comemorações do Duplo Centenário – Exposição do Mundo Português, 1940. Do lado oriental, o Pavilhão de Honra e da Cidade de Lisboa, do arquitecto Cristino da Silva. À esquerda, a Porta da Fundação – entrada sul, com os quatro guerreiros medievais. (Portugal, 2017).

¹⁰⁷ Plano do Bairro do Areeiro (1938) - projecto de urbanismo da autoria de Faria da Costa, realizado para a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do Plano Geral de Urbanização e Expansão da Cidade de Lisboa, desenvolvido pelo Gabinete Técnico da CML sob coordenação de Étienne de Groer. O conjunto da Praça do Areeiro já se trata da autoria do arquitecto, Luis Cristino da Silva.

Tratou-se de utilizar a arquitectura como instrumento de propaganda ideológica, de tal modo que condicionava todo o tipo de intervenção ou expressão plástica dos artistas do regime, numa intenção obsessiva, de promover a arte de exclusividade nacional dedicando a exposição apenas a temas de ordem familiar, da terra, e de orgulho na nação.

Numa postura de oposição ao modernismo progressista, e recusa do internacionalismo, será em pleno Estado Novo que se faz expressar o **modernismo de carácter nacionalista**, capaz de promover o espírito da época, e mais tarde, vem a desencadear vários modelos culturais adaptados pelos artistas modernos. Surgem, então, os modelos destinados a prédios de rendimento de características classicizantes como se constata no Areeiro; os modelos clássicos da moradia unifamiliar burguesa, como no Restelo; modelos de casas de renda económica da Ajuda e os célebres modelos dos edifícios destinados a funções públicas. (Rodolfo, 2002, p.101)

A ideologia do regime definia-se pelo orgulho do espírito Português, e, deste modo, se fez propaganda política, e influências artísticas, como Cristino da Silva, e claramente, Faria da Costa, mas será Cottinelli Telmo, que melhor se exprime relativamente à sua posição cultural, isto é, no período marcado pelo modernismo, este, não deixou de se considerar, de raízes tradicionais;

[...] tornemo-nos independentes das fórmulas arquitetónicas preconcebidas e tenhamos a coragem de ser indiferentes a uma crítica internacional que nunca compreenderia nem sentiria as razões sentimentais e estéticas da nossa orientação. Por isso a arquitectura da Exposição é o que é: portuguesa e de 1940. (Telmo, 1939, p. 17)



Ilustração 72 – Composição abstrata das figuras do contributo moderno e do Estado Novo, Arquitecto João Guilherme Faria da Costa, Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco, Presidente da Republica General Óscar Carmona e por fim, Presidente do Conselho de Ministros António Oliveira Salazar, ca 1940. (Ilustração nossa, 2018).

3.3.1. DUARTE PACHECO – A CONSTRUÇÃO DA NOVA IMAGEM DA CIDADE

Sem sombra de dúvida, o Estado Novo foi o grande autor dos contributos positivos, ainda que, por vezes, limitadores, para a modernização e desenvolvimento do País, principalmente sob o ponto de vista da resolução de questões relacionadas com os problemas da habitação económica, algo que será analisado de forma mais aprofundada, nos subcapítulos seguintes. Ainda assim, procuramos ressaltar a importância do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco para todo este contexto urbano que nos dedicamos a ilustrar, este que foi o ministro utópico, capaz de conciliar programas de arquitectura modernista, à realidade lisboeta. (Tostões, 2018 p. 58)

O engenheiro tem um período curto, mas intenso, de governação interpretando paralelamente dois papéis neste cenário urbano e pioneiro, isto é, dividido entre o Ministério das Obras Públicas e a presidência da Câmara Municipal de Lisboa (1938). Foi a figura que melhor expressou o seu desejo de “[...] modernizar o sistema urbanístico português, reformulando por completo a legislação¹⁰⁸ sobre o Planeamento urbano e métodos da sua aplicação e que procurou estender a praticamente todos os municípios do país [...]” (Grande, 2002, p.122)

Salazar descreveu Duarte Pacheco num extenso comunicado dedicado ao ministro, anos após a sua morte, lembrando-o como um homem de discursos raros e curtos, “[...] falava pouquíssimo em público (para ele a vida era acção) [...]” (Salazar *apud* Henriques, 2010, p.229) e nessa acção, o ministro não se contentava apenas com a força da obra pública como instrumento de mera propaganda do regime, Duarte Pacheco desenvolveu em Portugal, regiões mais desfavorecidas, servindo não apenas a população, mas uma nação. Não só apostou na formação académica especializada de Faria da Costa, como lhe **confia os mais prestigiosos planos urbanos**, nos pontos mais determinantes da cidade, ainda que este fosse jovem e sem qualquer experiência profissional. Foi, de todas, a maior figura de participação da vida de Faria de Costa e do Estado Novo, não só como dirigente, mas como figura de opiniões afirmadas, intervindo com conceitos próprios em todas as propostas que lhe eram apresentadas. Assim descreve a historiadora responsável pela bibliografia do Ministro, afirmando que este fazia muitos “rabiscos” nos desenhos que lhe expunham. (Almeida, 1996, p.6)

¹⁰⁸ Dec. Lei 24 802, de 1934 que estabelecia os Planos Gerais de Urbanização e a sua determinação a sua execução em Concelhos com mais de 25 00 habitantes.

[...] além do facto de lhes dar previamente todas as diretivas sobre a arquitectura das obras pretendidas, o que provocou uma enorme crítica por parte dos historiadores de Arte e de Arquitectura. Quando os projetos lhe eram entregues e agradavam, Duarte Pacheco dizia: "Está bem! É isto mesmo que eu sonhava!..." ou então arrumava-os imediatamente, dizendo "Não vale nada!". (Almeida, 1996, p. 6)



Ilustração 73 - Duarte Pacheco, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 1938. Assinatura do projecto do Parque Florestal de Monsanto, juntamente com General Carmona. (Adaptado a partir de:] Lisboa. Câmara Municipal. Arquivo Municipal de Lisboa, 1938).

Tal como descreve Margarida Souza Lôbo, à figura de Duarte Pacheco podemos **agradecer a implementação de Planos Urbanos em Portugal**, responsabilidade, agora, assumida pelo município, através de mecanismos legais, como a formalização da legislação em 1934.

Duarte Pacheco, que fora o promotor original dos planos gerais de urbanização, tinha outra visão política. Queria intervir na transformação do território, urbanizado, na dupla acepção da palavra, não só instalando infra-estruturas e construindo equipamentos, mas também transformando pequenos aglomerados de crescimento orgânico em aglomerados urbanos. (Lôbo, 1993, p. 49)

No entanto não se tratou apenas de criar uma metodologia que regresse as cidades do país, outro grande contributo de Duarte Pacheco foi a promoção de Casas Económicas, um regime criado em 1933, em que Faria da Costa se dedica a

materializar, quer no bairro do Restelo, como em Alvalade¹⁰⁹. As palavras do arquitecto Nuno Teotónio Pereira caracterizam este regime promovido pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, além de Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, como um conceito¹¹⁰ altamente inovador para a época, capaz de responder às necessidades da população mais fragilizada, sem por isso, condicionar uma proposta urbana digna, impondo um sentido de igualdade social baseada e justificada no orgulho nacional que o regime emanava.

A casa económica, a casa modesta, foi pensada por Duarte Pacheco com bases do tradicionalismo português; “para uma casa, um quintal.” E o sucesso destas casas económicas, revê-se na sua simplicidade, mais uma vez, onde a população desenvolve um sentido de pertença mais forte, do que em edifícios de rendimento, um desfecho que se observou nas décadas posteriores. (Pereira, 1969, p.89). De todas as figuras anteriormente mencionadas, resta-nos mencionar Donat Alfred Agache e Étienne de Groër como ilustres figuras do urbanismo internacional, que também participam no percurso profissional do jovem arquitecto, Faria da Costa, e juntos, promovem uma síntese original do urbanismo português. O urbanista francês contribui em solo nacional com o desenvolvimento urbano da região de Lisboa, no “Estudo preliminar de urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e a Cascais”, que, mais tarde, de Groër desenvolve e intitula de “Plano da Costa do Sol”. (Brito, 2007, p.183).

A união entre as duas figuras icónicas do urbanismo europeu, deu-se em Paris quando Faria da Costa termina a sua formação em 1936/1937 e decide “[...] estagiar no ateliê de Donat-Alfred Agache [...]” (Pires, 2012, p.66), de forma a preparar-se para a defesa do seu trabalho de fim de curso, o Plano Urbano da Figueira da Foz, que apresenta no ano seguinte. Foi, portanto, em Paris, que se cruzaram os primeiros laços de amizade entre Faria da Costa e Agache, graças à passagem destes artistas no grande *Institut* parisiense, importam novos conceitos e doutrinas, para que Duarte Pacheco possa, então, introduzir no urbanismo nacional. (Pires, 2012, p.120)

Faria da Costa, frequentou o *Institut d’Urbanisme de L’Université de Paris*, num período áureo, de fortes relações com artistas da *Société Française d’Urbanistes* (SFU) - momento em que desenvolve novos conceitos culturais debatidos nos colóquios parisienses, onde se celebraram os grandes debates sobre a arquitectura moderna. Mais tarde, em solo nacional, e sob diretrizes de Duarte Pacheco, começa a

¹⁰⁹ Em Alvalade, Faria da Costa integra mais do que um regime, desde as Casas de Renda Económica financiadas pela Previdência e Casa de Renda Limitada e de renda livre.

¹¹⁰ Outros programas: como as Casas para Famílias Pobres e as Casas de Renda Económica em 1945, os Casais Agrícolas e as Casas para Pescadores em 1946 e por fim as Casas de Renda Limitada em 1947. Ainda que, as duas primeiramente referidas tenham tido uma expressão mais abundante nomeadamente entre a 600 a 500 fogos por ano contruídos entre 1949 e 1967.

aplicar-se a nova decisão política, de forma a que o planeamento urbano fosse utilizado a favor da cidade e da população. Ainda que, em Portugal não se sentisse a mesma emergência na reconstrução das cidades uma vez potência neutral, não constituía cidades vitimizadas pela guerra, no entanto, não deixou de ser um país com dificuldades de aceder a riquezas culturais internacionais. (Croft, 2001, p.69)

O contacto internacional, passa a fazer-se deste modo, com o convite de Duarte Pacheco a figuras do urbanismo internacional, e será Alfred Agache que introduz matérias a respeito da morfologia urbana a arquitectos nacionais, especialmente conceitos da corrente *City Beautiful*,¹¹¹ no exercício, do Plano da Costa do Sol. (Lôbo, 1995, p.51)

O plano proposto por de Gröer distingue-se do de Agache. Este era mais formal, de caracter mais urbano, individualizando de forma mais marcada a composição de cada aglomerado. A proposta de de Gröer adopta de forma generalizada o desenho da cidade-jardim. O Plano da Costa do Sol constitui assim o exemplo mais extenso e acabado de uma influencia que se manifesta de forma fragmentada em muitos outros planos feitos nesta época no país. (Lôbo, 1995, p. 89)

Mas o panorama governamental do percurso¹¹² político do Ministro das Obras Públicas tem impactos na conclusão e na implementação do plano, isto porque, Duarte Pacheco abandona funções a meio dos estudos de Agache o que implicou o seu regresso ao Brasil, e como consequência desse afastamento, é então substituído por Étienne de Gröer, com o plano aprovado em 1942¹¹³. O afastamento da figura de Duarte Pacheco do poder político, dura pouco tempo, mas teve consequências diretas na conclusão de planos, principalmente dos que surgem por encomenda no seu primeiro mandato, que se via interrompidos. O regresso do engenheiro ao Governo dá-se em 1938 com o objectivo de assegurar as celebrações das Comemorações Centenárias e mais ainda, o poder do Estado. No entanto, por essa altura, Agache já se fixaria no Brasil, sem intenções de regressar ao compromisso promovido pelo Ministro, que é então obrigado a recorrer a outro urbanista igualmente qualificado, e a sua escolha recai, de forma pertinente, sobre Etienne De Gröer¹¹⁴. (Lôbo, 1995, p. 93)

¹¹¹ *City beautiful*: reforma urbana iniciada na América com o objectivo de valorizar especialmente espaços públicos, nos meios urbanos.

¹¹² Duarte Pacheco é afastado do Governo em 1936, quatro anos após a sua entrada no Ministério no período de Oliveira Salazar; regressa ao cargo de Ministro das Obras Publicas em 1938, que já havia assumido desde janeiro desse ano a presidência da Câmara de Lisboa; Incumbido apesar do acumular de funções, de exercer um programa de Melhoramentos para a capital.

¹¹³ Apesar do adiantamento por parte de estudos e desenhos realizados por Agache, a conclusão do Plano para a Costa do Sol arrasta-se pela irregularidade governamental, neste caso, com a ausência e mais tarde o regresso de Duarte Pacheco, mas sobretudo pela falta levantamentos topográficos.

¹¹⁴ **Ettienne De Gröer** (1882 - s.d.): Arquitecto urbanista professor no Instituto de Urbanismo de Paris onde se relaciona com Faria da Costa, convidando-o a lecionar no Instituto. Em 1938 é convidado por Duarte Pacheco a fixar-se em Lisboa onde desenvolve vários planos de urbanização para o país.

No entanto, Agache constituía-se como principal objeto de desejo de Duarte Pacheco, que insistia de forma rígida, em modernizar o sistema urbanístico nacional, algo que também soube fixar legislativamente,¹¹⁵ e através de gabinetes especializados na urbanização da cidade de Lisboa, onde os jovens arquitectos portugueses, pudessem apreender ensinamentos, como vem a recordar Nuno Grande, aquando da realização do Plano da Costa do Sol;

[...] a equipa camarária dirigida por Faria da Costa, ele mesmo um discípulo de Agache e de De Gröer, levou a cabo uma experimentação morfológica em torno do espaço coletivo- traçados viários hierarquizados, criação de diversas praças e centros cívicos, localização de equipamentos e arborização [...] (Grande, 2002, p. 126)



Ilustração 74 - Donat-Alfred Agache na apresentação do Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento do Rio de Janeiro, 1930. (Caixeta, 1930)

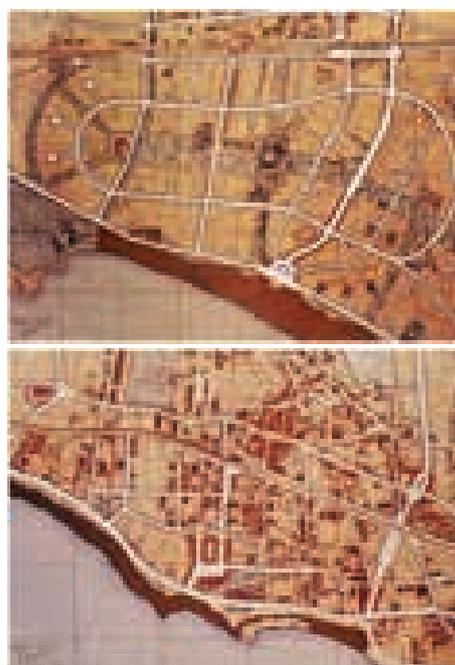


Ilustração 75 - Alfred Agache, Plano de Remodelação de Carcavelos, Cascais e Parede, 1936. (Figueiredo, 1936)

A região Oeste de Lisboa, ou como Agache intitulou na sua obra “*Lisbonne Urbanisation de la Région Ouest*”, compunha-se por textos escritos, desenhos de plano urbano, estudados em vários conjuntos, numa extensão compreendida entre Algés e Cascais, que segundo Lamas, terá sido objectivo principal de Duarte Pacheco-criar uma zona turística internacional na Europa, fruto de uma implementação completa e qualificada pela mão do urbanista francês, de modo tão completo e qualificado que se distinguiria de todas as outras obras, dos últimos cinquenta anos. (Lamas, 2007, p. 281)

¹¹⁵ Decreto-Lei nº24 802 de 21 de Dezembro de 1934 em substituição do antigo diploma relativo aos Planos Gerais de Melhoramentos (Decreto de Lei nº10 de 19 de Janeiro de 1865).

Quando de Gröer assume a continuidade do Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa concluído em 1948, propõe à CML a elaboração de um estudo prévio¹¹⁶ sobre a cidade, de modo a sintetizar matérias relevantes, desconhecidas pelo urbanista. O documento¹¹⁷ traçou um retrato, o mais fiel possível, e conteúdos sobre a cidade de Lisboa nos anos trinta, e funcionou como um estudo prévio ou como um “[...] documento-base sobre o qual Etienne de Gröer trabalhou o Plano Director de Lisboa entre 1938 e 1948 [...]” (Almeida, 2009, p. 290)

Ainda assim, contou também com a participação de Faria da Costa, que “[...] contribui com diversos estudos para o arranjo de espaços¹¹⁸ públicos [...]” (Lôbo, 1993, p. 92) no âmbito do Plano Geral de Urbanização de Lisboa, de 1948, assim como a responsabilidade, de escrever um texto sobre urbanismo para a editora Cosmos, a pedido de De Gröer, pela falta de domínio da língua portuguesa. (Marques, 2015, p. 57).

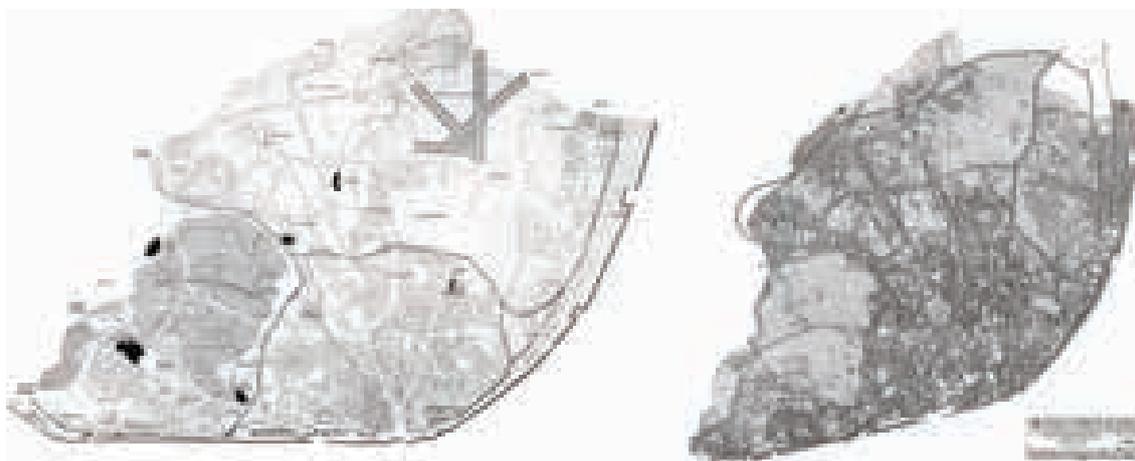


Ilustração 76 - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, 1948 de Étienne de Gröer; Revisão do Plano de Expansão da cidade por Guimarães Lobato, em 1959, de acordo o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU). (Lisboa. Câmara Municipal. 1948-1959).

O Bairro de Alvalade, também conta, de certo modo, com o contributo cultural de Étienne de Groër, uma vez que integrado no Plano Geral de Urbanização e Expansão da Cidade de Lisboa, contemplando; “[...] novos métodos de análise e concepção da cidade, que moldarão a prática urbanística das décadas seguintes.” (Grande, 202, p.128)

¹¹⁶ Estudo prévio realizado pelo engenheiro António Emídio Abrantes com o título: “Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização”; O urbanista encomenda dados a respeito da densidade populacional, divisão administrativa, traço da perspectiva histórica da cidade, quadro médio de habitantes por fogo e levantamentos de equipamentos e serviços, entre muitos outros elementos também complementares pedidos por De Gröer que para ele ainda seriam desconhecidos.

¹¹⁷ Os primeiros planos de De Gröer a serem concluídos em Portugal são os Planos de Urbanização de Coimbra e Luanda em 1940 em que ambos desenvolvem aglomerados satélite relativos ao conjunto do plano.

¹¹⁸ Nomeadamente o desenho da Alameda central de Miratorres, arranjo da zona fronteira ao mar em Paço d’Arcos, e um estudo para a zona de Santo Amaro de Oeiras, próximo à estação.

Será, portanto, numa articulação entre os Planos Urbanos de Faria da Costa introduzidos no grande Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa de de Groër que se começam tomar com exemplo, conceitos e doutrinas aplicadas nas cidades inglesas de Howard,¹¹⁹ - A introdução das estratégias das cidades-jardim inglesas afim de solucionar a expansão de grandes cidades, seria agora, base metodológica para o plano de urbanização nacional. A influência de Howard é introduzida a Faria da Costa, por de Groër, que por feliz coincidência, chegou mesmo a receber o convite por parte de um professor do *Institut d'Urbanisme de L'Université de Paris* a “[...] ocupar a sua cátedra, ali passando a dirigir os cursos sobre a teoria urbana de Ebenezer Howard e das cidades-jardim [...]” (Almeida, 2009, p. 290)

Étienne de Gröer juntamente com os serviços técnicos municipais desenvolve algumas linhas principais de força como a “[...] criação de uma rede viária radiocêntrica a partir de um eixo construído pela Av. A. Augusto de Aguiar e o seu prolongamento até à estrada Lisboa-Porto; organizar densidades populacionais decrescentes do centro para a periferia [...]” (Lisboa. Câmara Municipal, 2017), sendo que para nós, o que melhor se afirma como atitude *hawordiana* será a cintura verde interpretada pelo Parque de Monsanto – “[...] uma zona verde em torno da cidade [...]” (Lisboa. Câmara Municipal, 2017). O principal instrumento do plano foi sem sombra de dúvida o *zoning*, que dividia o espaço em áreas de diferentes usos, defendendo que a estratégia será o elemento mais facilitador da vida da cidade. (Pires, 2012, p. 307)

no último século, período de rápido crescimento das cidades, a experiência provou que toda a cidade, cujo desenvolvimento não está dirigido, não pode vir a ser senão um grande caos. O conjunto de forças cegas e de iniciativas particulares, movidas unicamente por considerações de interesse pessoal ou pela fantasia de cada um, pode apenas trazer uma perfeita desorganização e perdas financeiras. (de Gröer *apud* Lôbo, 1993, p.47)

O *zoning*¹²⁰ que Étienne de Gröer define no Plano Director de Lisboa, é contrário ao “*zoning espontâneo*” que muitas cidades apresentam. Neste caso o *zoning* revela uma medida organizativa racional que ordena a cidade de acordo com alguma hierarquia e coerência, que se assume como estrutura urbana prévia. Faria da Costa, também se revelou um urbanista adepto desta medida de intervenção. De acordo com o Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, publicado pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, é dedicado um capítulo à relevância da técnica do *zoning* como sistema organizativo das cidades modernas, reunindo o “[...] conjunto das leis

¹¹⁹ **Ebenezer Howard** (1850-1928): pioneiro do movimento moderno na descentralização da cidade industrial, autor da obra de 1898 intitulada “Tomorrow : A Peaceful Path to the Real Reform”, onde expõe ideias sobre a cidade-jardim através de diagramas.

¹²⁰ *Zoning*: organização distributiva das actividades e os respetivos equipamentos. (Lamas, 1993, p.244)

que dividem uma cidade em zonas com carácter diferente e que impõem a cada uma destas um modo de construção especial [...]” (Gröer, 1946, p. 32)

O exame do zonamento natural da cidade leva-nos às conclusões seguintes: Os quarteirões de Lisboa estão na sua maior parte constituídos por prédios de rendimento onde se encontram, no rés-do-chão, lojas de venda, oficinas e mesmo fábricas. A tudo isto acrescentam-se, segundo o capricho do acaso, moradias com jardins, perdidas entre as altas paredes dos grandes imóveis. [...] É mesmo a negação do urbanismo.

A instituição do zonamento moderno tem a maior urgência, para que possa acabar com esta desorganização urbana [...] (Étienne de Gröer *apud* Brito, 2007, p. 185)

Celebrou-se assim em Portugal, em tom de inauguração, uma nova metodologia urbana que se tornou corrente nas práticas urbanísticas portuguesas, influenciando directamente Faria da Costa nos seus planos mais relevantes para a cidade, como o da Ajuda, Alvalade e por fim, da Amadora.

3.3.2. TRADIÇÃO E RUTURA - PRAÇA DO MARTIM MONIZ E PRAÇA DO AREIRO

Assim começa a crescer a nova Lisboa – produzida através de múltiplas intervenções de espírito Salazarista, na tentativa de coser o território de uma cidade morfológicamente fragmentada. Para a proposta de um tecido urbano mais modernizado, a escolha recaiu, logicamente, sobre o arquitecto chegado da escola francesa, Faria da Costa. Para se construir a nova capital do império, havia que solucionar questões de saneamento, redes viárias e espaço público, uma preocupação que surge na cidade de Lisboa a par com as novas técnicas construtivas como a exploração da arquitectura do ferro. Sumariamente, o ambiente urbano em Faria da Costa aprimora-se enquanto vive em constante debate, entre o **desejo de modernização** apoiado na potência da máquina, e na **nostalgia do passado**, que se via ameaçado pela presente evolução.

A década de quarenta é a década do plano urbano de Faria da Costa - uma época de transição e ao mesmo tempo de confronto entre duas correntes, o espírito revivalista por oposição ao espírito progressista, que tanto definem os artistas da segunda metade do séc. XX. O exemplo do Plano de Remodelação da Baixa, da autoria do prestigiado urbanista, Faria da Costa, é concluído em 1950, e representa o término de um extenso percurso profissional do arquitecto camarário, e sobretudo autor da grande generalidade de obras proclamadas pelo Estado Novo.

A **estética monumental encomendada a Faria da Costa**, para a nova capital do império, seria implementada no coração da cidade – no Martim Moniz, esta será a sua proposta urbana de maior expressão moderna. O Plano começa com uma proposta

simples, de alargamento de vias e resolução de acessos, mas com o passar do tempo, o Plano de Remodelação da Baixa, converte-se em muito mais do que simples traçados de ruas. A ideia base para o Martim Moniz, seria resolver, antes de tudo, a questão do tráfego que havia a urgência de desafogar, implicando demolições para o efeito- o que provocou desde logo uma eliminação da tradição popular da Mouraria, havia que, projetar uma nova praça para o vazio urbano que restou. (Almeida, 2016, p. 146)



Ilustração 77 - Plano de Remodelação da Baixa – 1ª Fase, Planta de Apresentação da Praça de D. João I e Rua da Palma. Faria da Costa, 1956-1958. (Almeida, 2016).

Para o Plano de Remodelação da Baixa era necessário criar uma proposta capaz de proporcionar dignidade urbana e arquitetónica para aquele lugar, que antes, era visto como “popular e sujo”, para tal, Faria da Costa apresenta desenhos em perspectiva, de forma a ilustrar a estética monumental, de mais uma praça símbolo do império nacional.

As demolições foram concretizadas, e a praça construída, no entanto o Plano¹²¹ não é implementado, na total expressão. Os grandiosos volumes geométricos perpendiculares à via de circulação, e o brutal conjunto edificado que envolveria a praça, não chegam a ser construídos, apenas o hotel Mundial, poderá de algum modo, corresponder a esta expressão moderna idealizada por Faria da Costa, e assim se confirma num artigo para a revista- Arquitectura;

Em 1948 quando Faria da Costa propunha, com efeito, uma grande Praça retangular [...] que refazia a atribulada e confusa ligação entre a avenida Almirante Reis / rua da Palma e a Baixa / Praça da Figueira, em moldes de grandes edifícios modernos, [...] apenas se executou o Hotel Mundial [...] (Fernandes, 2017, p.82)

¹²¹ José Lamas e Carlos Duarte são os arquitectos escolhidos por concurso pela Câmara Municipal de Lisboa para executar outro Plano para o Martim Moniz. O Plano foi elaborado em 1972 e apenas implementado em 1982, tendo sido concretizado quando a Câmara inicia a revisão do Plano Director da cidade, em 1960.



Ilustração 78 – Plano de Remodelação da Baixa – Planta de prolongamento da rua da Palma, 1950. Faria da Costa; Obras de demolições para a abertura da Praça Martim Moniz, 1947/1951. ([Adaptado a partir de:] Seródio in: Arquivo Municipal de Lisboa, 2018).

A insalubridade subjacente às ocupações urbanas na Mouraria, também se revelou uma questão habitacional a equacionar, neste caso, a combater, sendo que poderia determinar o progresso e execução do plano, além de impedir o escoamento de tráfego, e se representar como ameaça aos princípios higienistas que o regime desejava à população. A Rua da Palma é finalmente alargada para melhor acesso entre a Av. Almirante Reis e à Baixa pombalina, uma morfologia urbana, finalmente, regularizada;

[...] segundo os princípios modernos preconizados pela Carta de Atenas (1933) com grandes blocos de oito pisos sobre pilotis que, a nascente, abaixo do largo Intendente, era ritmado por um troço reentrante formado por pequenas pracetas, entrecortado por um conjunto de cinco blocos de 14 pisos perpendiculares á via [...] (Miranda, 2017, p.175)

O Plano de Faria da Costa é constituído por um **conjunto variado de vontades políticas, e económicas**, que pelas constantes demolições, causou imensos constrangimentos socioculturais, entre a CML a população, e especialmente, entre os comerciantes locais, sem que estes compreendessem a “nova” necessidade de renovar a cidade de características medievais, em prol de uma cidade de boulevards devidamente higienizada. O pretexto que desde sempre justificou a proposta da Praça do Martim Moniz, pendia sempre sobre a emergente redução de tráfego. Mas o proveito desta experiência urbana, ficou á vista de todos; (Almeida, 2016, p.187)

O projecto de Faria da Costa chega com as demolições bem encaminhadas, mas a solução apresentada era de tal forma megalómana que se previa inconcretizável. A solução chega apenas passados quase cinquenta anos, sob forma de dois centros comerciais e uma praça. A Avenida Almirante Reis termina no mesmo sítio que sempre terminou, e o novo Martim Moniz fortalece a tradicional má vida do bairro. (Almeida, 2016, p.187)



Ilustração 79 – Perspectiva da Praça de D. João I. Plano de Remodelação da Baixa, 1948-1950, Faria da Costa. (Lisboa. Arquivo Municipal, 1948-1950).



Ilustração 80 – Perspectiva de uma das Pracetas da Rua da Palma. Plano de Remodelação da Baixa, 1948-1950, Faria da Costa. (Lisboa. Arquivo Municipal, 1948-1950).

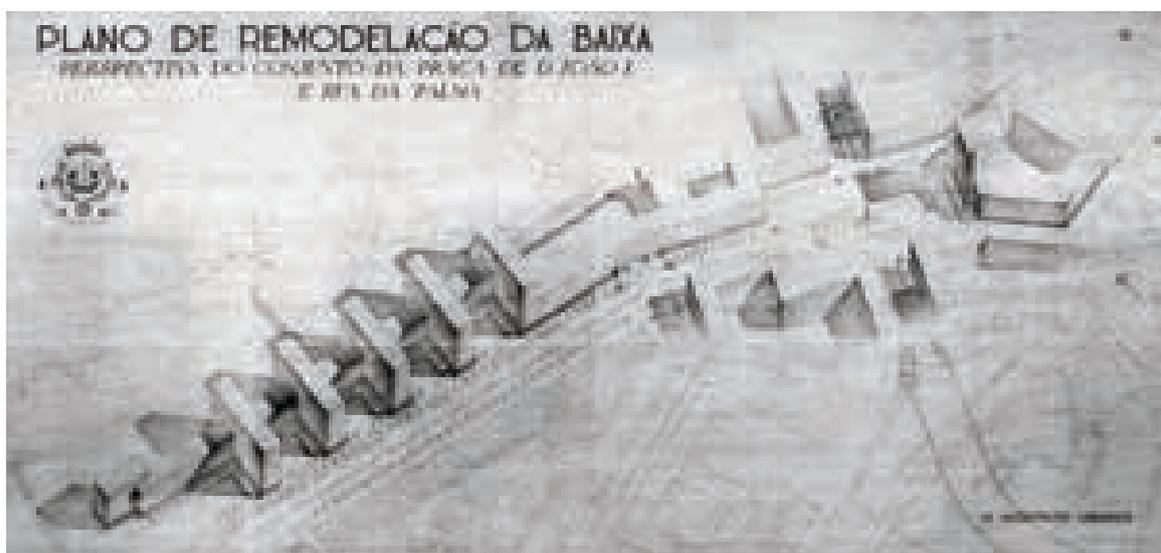


Ilustração 81 – Plano de Remodelação da Baixa. Perspectiva do Conjunto da Praça de D. João I e a Rua da Palma, 1948-1950, apresentado por Faria da Costa. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Arquivo Municipal, 1948-1950).

O plano da Baixa¹²², é o melhor contributo de modernização da cidade, que Faria da Costa nos apresenta, nesse contexto, propõe uma nova centralidade para a cidade de Lisboa, delimitada com um moderno conjunto habitacional, comercial e de serviços, em que “[...] a desejada unidade entre arquitectura e urbanismo era garantida pela tipologia repetitiva dos edifícios [...] ‘dignos de uma capital’ [...]” (Bártolo, 2017, p.175).

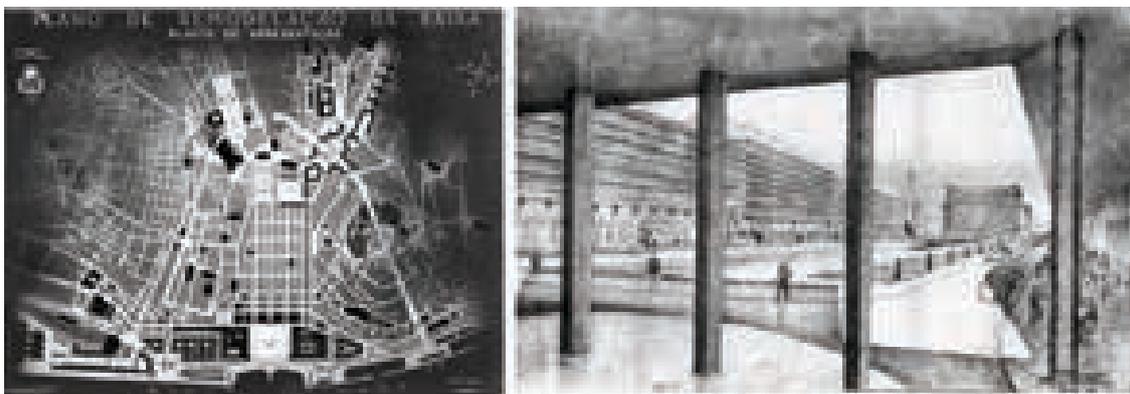


Ilustração 82 - Plano de Remodelação da Baixa, Planta de Apresentação, Desenho da Praça da Figueira. (Fundação Calouste Gulbenkian. Biblioteca de Arte, 1949-1950).

Por oposição, em Alvalade como por exemplo, ponto de partida para o conjunto urbano, surgiria a partir da escala da habitação, o mesmo nos parece acontecer no plano da Ajuda, enquanto que para o Martim Moniz, a expansão da cidade era obtida a partir de **moldes puramente modernos**, rematados com uma nova zona comercial dinamizada e escritórios - uma simbiose perfeita que se pretendia para qualquer Baixa de uma cidade moderna. (Faria da Costa, *apud* Almeida, 2016, p. 134).

Na obra a “Lisboa que teria sido”¹²³, realça-se o volume de projetos e planos idealizados durante o Estado Novo, muitos, não concretizados, mas todos conferem uma linguagem bastante comum, de expressão monumental, tradicionalista e autoritária, sobretudo no que diz respeito às propostas de praças e outros espaços urbanos. A vontade de afirmar um país orgulhoso, rico em praças do império, inspirada em sistemas internacionais, como o das Beaux-Arts francesas e das City Beautiful americanas. (Fernandes, 2017, p.84)

Continuando no espírito da arquitectura de propaganda do regime, resta-nos referir outro paradigma do período que tem vindo a ser descrito, que se dedica à obra pública, neste caso – O Plano do Bairro do Areeiro, 1938. O Plano do Bairro do Areeiro será provavelmente outro grande **paradigma da Lisboa Salazarista**, que

¹²² Maquete do Plano da Baixa, Ilustração 116.

¹²³ “A Lisboa que teria sido” (2017): uma iniciativa do Museu de Lisboa\ Palácio Pimenta e da EGEAC.

contou com o contributo de Faria da Costa e Cristino da Silva¹²⁴, capazes de conceber uma solução baseada numa composição monumental que à semelhança do Plano para a Praça do Martim Moniz anteriormente referido, dignificasse aquele local. Faria da Costa, contribui num primeiro momento, em 1938 no Plano de Urbanização da zona compreendida entre a Alameda D. Afonso Henriques e a Linha Férrea de cintura, ou como expõe mais detalhadamente Patrícia Bento d'Almeida, a zona abrangida pelo plano urbano compreendia apenas cerca de 32 hectares, destinado a 9 000 habitantes distribuídos em 2 680 fogos, correspondendo à primeira fase de construção em 1940. (d'Almeida, 2013, p.38).

Enquanto que Cristino da Silva propõe o **Arranjo Arquitectónico da Praça do Areeiro** em 1943¹²⁵, num registo típico do espírito cidadão lisboeta, torna-se o ex-líbris arquitectónico inserido na proposta urbana da Faria da Costa, situada no extremo norte da Avenida Almirante Reis. O arquitecto justifica, ter levado o orgulho nacional preconizado pelo regime ao extremo, pela “[...] forma da praça simbolicamente em escudo [...]” (Rodolfo, 2002, p117). Quanto ao perímetro da Praça, ao contrário dos volumes maciços propostos por Faria da Costa na Praça consagrativa a D. João I, no Plano da Baixa, Cristino da Silva afirma ter-se baseado num partido arquitectónico monumental, surpreendente pela repetição ordenada de elementos decorativos, argumentando que esta se tornaria metaforicamente, outra “importante entrada da cidade de Lisboa”. (Silva *apud* Rodolfo, 2002, p.118)

Faria da Costa é encarregue de propor uma síntese urbana reguladora para o núcleo urbano do Areeiro, com o Projecto de arruamentos entre a Alameda D. Afonso Henriques, Av. de Roma e Linha férrea de cintura, em 1938, no ano seguinte. Conclui o Projecto final Alameda D. Afonso Henriques, em 1939, e por fim, num último exercício, a Urbanização da zona compreendida entre a Alameda D. Afonso Henriques e Linha férrea de cintura em 1946. Nesta fase de produção urbana, concentrada, Faria da Costa familiariza-se com o conceito de Praça pretendida pelo regime, algo que explora novamente no Plano da Amadora, com mais uma entrada da cidade, nas Portas de Benfica.

¹²⁴ **Luís Cristino da Silva** (1896-1976): Personalidade marcante da Arquitectura Portuguesa do Século XX. Pioneiro do Movimento Moderno na Arquitectura nacional; Professor da cadeira de Arquitectura na Faculdade de Belas-Artes de Lisboa; Autor do Projecto do Cineteatro Capitólio em 1929 e autor do Pavilhão de Honra e do Pavilhão de Lisboa da Exposição do Mundo Português em 1940;

¹²⁵ De acordo com o estudo pormenorizado, do Arquitecto João de Sousa Rodolfo (1961 -) sobre a Praça do Areeiro, no qual refere que o projecto da Praça é de facto, iniciado em 1941 mas que considera a sua extensão/conclusão a 1951, além da alterações posteriores que se prolongam até 1956.

Aí seria definido o estilo de gosto oficial, o amadurecido paradigma da arquitectura do regime, estudada com um desenho austero, clássico, buscando a perenidade num padrão tradicionalista de estilização seiscentista, no sentido de se obter da sua composição máxima **monumentalidade**. (Tostões, 1995, p.525)



Ilustração 83 - Praça do Areeiro; Vista a área da ligação ente a Alameda D. Afonso Henriques e a Praça do Areeiro; Alameda D.Afonso Henriques, ca 1960. ([Adaptado a partir de:] Arquivo Municipal de Lisboa, 1960).

O plano que correspondia à Urbanização da Zona compreendida entre a Alameda e a linha férrea foi desenvolvido ao abrigo da Secção de Estudos de Urbanização da CML, em 1946, “[...] sob a coordenação de Faria da Costa, constitui o projecto definitivo desta zona [...]” (Coelho, 2015, p.22) teria, portanto, que corresponder, aos princípios defendidos por de Groër que se encarregava de dirigir a expansão da cidade de Lisboa. No Areeiro de Faria da Costa, ressaltam-nos estratégias inovadoras de urbanismo como a organização distributiva das funções e equipamentos, hierarquização viária muito bem definida, constituindo um conjunto de avenidas, ruas e caminhos pedonais.

As unidades de vizinhança são deste modo garantidas, através da articulação entre vários elementos, isto é, da combinação entre espaços de cariz público e privado, que pela sua aproximação, constituem uma homogeneidade não só morfológica como social, num núcleo que por muitos era definido por uma população mais sofisticada. No entanto, sobre o Areeiro, é natural, que o contributo da sua majestosa Praça de Cristino da Silva, seja a proposta arquitetónica que mais e melhor simboliza todo o conjunto urbano. Mas importa ressaltar, a participação de Faria da Costa, o papel de

desenho morfológico base, é para nós determinante para o desenvolvimento das propostas seguintes, pois deixa a sugestão do desenho de “[...] artérias luxuosas na cidade, com bairros residenciais, destinados a uma classe burguesa, simbolizando o carácter elitista do regime [...]” (Coelho, 2015, p.14).

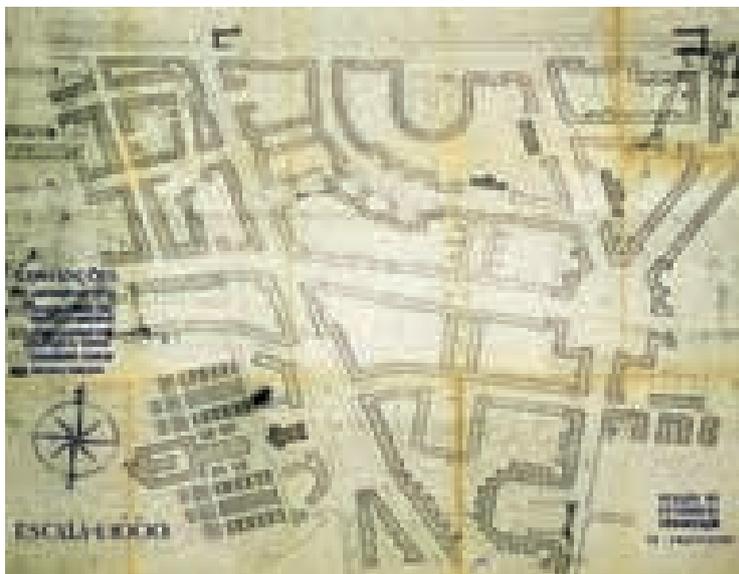


Ilustração 84 – Planta de Urbanização da zona compreendida entre a Alameda D. Afonso Henriques e a Linha Férrea de cintura, Faria da Costa, 1939. ([Adaptado a partir de:] Coelho, 1939).



Ilustração 85 – Planta do Projecto da Alameda D. Afonso Henriques, Faria da Costa, 1939 (Adaptado a partir de:] Coelho, 1939).

3.4. DOIS PLANOS URBANOS DE EXCELÊNCIA DE FARIA DA COSTA

Somos forçados a eleger duas obras que ilustrem o percurso urbano de excelência de um dos artistas mais intervenientes na modernização da cidade de Lisboa - Faria da Costa. Após o ingresso na CML, em 1938, eis que surge, uma nova iminência da competência do estado a solucionar – a **questão da habitação** na cidade de Lisboa. Margarida Souza Lôbo, refere que a cidade da década de trinta, já não poderia ser solucionada com o antigo Plano Geral de Melhoramentos, diploma de 1864, o que se vem a substituir durante o primeiro mandato de Duarte Pacheco como Ministro das

Obras Públicas, pelo decreto-lei de 1934¹²⁶, que constituiu então, os Planos Gerais de Urbanização a nos propomos a descrever em seguida, sintetizando duas obras de Planos Urbanos paradigmáticas de Faria da Costa, sendo este, o arquitecto camarário destacado para materializar as nova medida legislativa, esta mais ambiciosa, nos pontos mais nobres da capital. (Lôbo, 1993, p. 39)

o diploma fixa a obrigatoriedade de as câmaras municipais estabelecerem os planos gerais de urbanização não só para a sede dos seus municípios, mas também para todas as localidades com uma população superior a 2.500 habitantes que apresentassem um crescimento demográfico superior a 10% entre dois recenseamentos consecutivos. (Lôbo, 1993, p.39)

O contexto urbano em que se desenvolvem outras capitais europeias contemporâneas deste período, tiveram como principal causa, a reconstrução das cidades devastadas, tanto pela primeira grande guerra¹²⁷ mundial, como pela segunda, compreendida entre 1939 a 1945. Em Portugal o cenário era evidentemente distinto, a legislação demora mais quinze anos do que o exemplo francês, mas há que considerar a circunstâncias políticas e económicas tão diversas dos países europeus. O urbanismo aflora em Portugal num início disputado na década de trinta, com a autoridade do Estado Novo e a visão vanguardista de Duarte Pacheco, e vai ganhando forma e consistência durante etapas, de acordo com as influências de artistas e movimentos introduzidos por outros países.

Lisboa precisava de intervenções urbanas, muito além das praças e arruamentos no centro da cidade. As periferias por esta altura, já padeciam de melhoramentos urbanos, equipamentos, redes de saneamento básico, habitação, arruamentos urbanos, ajardinamentos e parques. Propostas capazes, além de regar e ordenar o aglomerado urbano, e que correspondessem “[...] a uma imagem urbana com que o regime se identificasse [...]”. (Lôbo, 1993, p.36)

As palavras do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, foram das mais eloquentes ao descrever este, que foi o período em que a arquitectura serviu de instrumento de propaganda política. Em toda a Europa, e Portugal não era excepção, os regimes totalitários, usavam métodos ditatoriais para controlar a produção arquitectónica. O que nos força a questionar; de que forma estaria Faria da Costa envolvido neste controlo político. Como perceber se o seu registo urbanístico é fruto da sua criação enquanto

¹²⁶ Planos Gerais de Urbanização: Decreto-Lei 24.802 de 21 de Dezembro de 1934. (Marques de Almeida, 2003, p. 280)

¹²⁷ I Guerra Mundial (1914-1918) : mote para a construção da primeira legislação urbanística em França, intitulada “Lei de Cornudet” publica em 1919 pelo Museu Social.

artista, ou se num sentido até bastante figurado, poderá ter-se comportado como um mimo¹²⁸, limitando-se a reproduzir a imagem estética moderada pelo regime ?

“devido á influência provocada pelo nazismo na Europa, o Governo de Salazar sofreu um processo de fascização e passou a impor também figurinos estilísticos, proclamando a necessidade de uma arquitectura que exprimisse os grandes valores nacionais [...] **o Estado adotou assim uma arquitectura oficial, aliás bem acolhida pela maioria dos arquitectos da época, e que passou a ser imperativa, não só nas construções oficiais, mas também nas particulares.**” (Pereira, 1996, p.301)

Em tom irónico e apelidado pela população, o período do Português Suave será o ambiente cultural em que Faria da Costa se aprimora, sendo que para nós, importa reconhecer e valorizar, o contexto sociocultural e neste caso, político, em que essa geração de artistas floresceram. A década de trinta é também marcada pela imposição de Hitler nos academismos, sobretudo na formação da arquitectura, vejamos como por exemplo, todo o contexto moderno da Bauhaus¹²⁹. (Pereira, 1996, p.299)

Portugal conhece uma forte vaga de movimento moderno na arquitectura, colocando-o a um nível aproximado dos movimentos vanguardistas que se afirmavam na restante Europa. Em Lisboa, afirmou-se finalmente a arquitectura modernista, e **desenvolveu-se** a partir de meados dos anos vinte, com a institucionalização do Estado Novo, e graças a essa medida regularizadora, a linguagem da produção arquitetónica “[...] é aceite em **atitude neutral, eclética ou moderada** [...]” (Fernandes, 1991, p.10).

Quanto a Faria da Costa, que produz planos urbanos como o da Ajuda e Alvalade, durante a década de quarenta, corresponde ao momento de mudança da linguagem arquitetónica, de sentido mais figurativo, reflexo dos idealismos do regime, de exploração do espírito **revivalista** e em certos pontos, **monumentalista**. Os anos quarenta serão, portanto, o principal ponto de viragem que encerra “[...] por assim dizer o “ciclo modernista” em Portugal.” (Fernandes, 1991, p.10)

¹²⁸ Mimo: do grego *mimos*, “ator; imitador”; A figura do mimo na história do Teatro representava um ser que representava através de gestos e expressões fisionómicas e corporais, sem recorrer à palavra. Na Literatura, era descrito como um género teatral, usado na Antiguidade, em que o ator imitava os caracteres e os costumes da época. A comparação é no entanto, no seu sentido figurado, sem qualquer tom insultuoso para com o arquitecto.

¹²⁹ Bauhaus: criada na Alemanha, a 25 de Abril de 1919 por Walter Gropius, a Bauhaus é uma escola de artes plásticas, design, a primeira do Mundo, e de arquitectura. Em 1932 é movida de Dessau para Berlim, devido à perseguição constante Nazi.



Ilustração 86 – Faria da Costa, s.d. ([Adaptado a partir de :] Património. Direcção-Geral do Património Cultural, s.d.)

3.4.1. PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DA ENCOSTA DA AJUDA - BAIRRO DO RESTELO

Em 1948, de Gröer conclui o célebre Plano Geral de Urbanização de Lisboa, num ato de exploração científica na praxis urbana nacional, e é, neste primeiro momento, que se dá a expansão urbana da cidade de Lisboa para ocidente. Nesta medida, de Gröer ressalta a potencialidade da zona do Restelo por esta ser uma “[...] zona apta à constituição de um bairro habitacional [...]” (Brito, 2007, p.190).

Além do Plano, o Projecto de Casas Económicas, é mais uma vez, da autoria do arquitecto-urbanista João Guilherme Faria da Costa. A tipologia habitacional dominante no perímetro do Plano Urbano do Restelo é a moradia, sendo que esta seria a “[...] tipologia que se sentia falta na cidade [...]” (Santana, 1994, p.777) e nesse sentido, Faria da Costa dá início ao programa de Casas de Renda Económica, para funcionários do estado, articuladas de forma harmoniosa, com as moradias de iniciativa privadas, previstas em projetos anteriores.

Os princípios da Cidade-jardim de Howard, presentes no plano da Encosta da Ajuda ou do Restelo, encontram-se também refletidos no Bairro Económico, inicialmente previsto como área residencial de luxo. A solução encontrada procura uma hierarquia equilibrada, presente na articulação dos eixos principais com os secundários e na implantação das casas económicas, moradias geminadas e unifamiliares, valorizando o bairro como unidade de vizinhança. (Costa, 2013)

A primeira geração de bairros sociais¹³⁰ da I República, surge por decreto-lei em 1919, sendo uma das primeiras iniciativas deste tipo de construção o Bairro da Ajuda e o Bairro do Arco do Cego¹³¹, com o objectivo de disponibilizar “[...] às camadas de população menos abastadas, habitações modestas com boas condições de habitabilidade [...] substituindo assim os bairros de barracas que começam a proliferar nas zonas periféricas da cidade. (Ferreira, 1987, p.34). O bairro do Restelo, cresce com linhas modernistas, mas sobretudo como reflexo do discurso do regime- que defendia a construção de núcleos residenciais em zonas isoladas do tecido urbano do centro da cidade, em áreas menos urbanas e mais rurais, de forma a simular “[...] o modelo de aldeia portuguesa [...]” (Ferreira, 1987, p.34).

O Estado Novo defendia assim esta estratégia, de forma a despertar o **sentido de pertença** dos migrantes perante as novas casas, para que a transição do ambiente rural para o urbano, se tornasse mais aceitável e familiar.



Ilustração 87 - Aspeto do Plano Geral de Urbanização de Lisboa, – Encosta da Ajuda, 1938. Lisboa Câmara Municipal. (Fundação Calouste Gulbenkian, Novais. 1938).



Ilustração 88 - Fotografia aérea do bairro da Encosta da Ajuda. 1953. (Abreu Nunes, 1953).

De modo a seguir essa estratégia, Faria da Costa privilegia no Restelo, uma linguagem de **habitação unifamiliar espaçada**, com pequenos jardins na frente e singelos quintais nas traseiras, distribuídas ao longo de uma estrutura radial concêntrica interrompida por alguns impasses, uma estratégia contrastante se compararmos com Alvalade, dividida em oito células, cada uma forma uma unidade de

¹³⁰ Além da Ajuda, outros Bairros Sociais de Promoção Oficial: simulavam uma construção mais tradicional, constituídos por casas unifamiliares com logradouro, simulando a ideia de aldeia portuguesa, como: Encarnação, Alto da Serafina, Alvito, Madre de Deus etc. (Tostões, 2001, p.67).

¹³¹ Sendo a primeira iniciativa progressista da iniciativa do Ministério do Trabalho, mais tarde tutelada pelo Ministério do Comércio e Comunicações, intitulados por vezes, de Bairros Operários, ou Bairros Sociais.

habitação, com o equipamento escolar no meio. Se atendermos à morfologia do Plano da Ajuda, o atributo que mais sobressai, são **os traçados viários sinuosos**, ladeados por vegetação, e as **rectas pronunciadas ao longo da encosta**, sobre a Torre de Belém e o ícone da cidade - o Rio Tejo. No Restelo de Faria da Costa, vive-se uma encenação urbana de contemplação a monumentos históricos da cidade, sendo que as três avenidas principais, são traçadas num primeiro exercício, para as celebrações da Exposição do Mundo Português em 1940, abrindo-se com urgência, as avenidas “da Lisboa de amanhã”, com as infraestruturas devidamente preparadas, faltando apenas construir as edificações propriamente ditas.

No Restelo, Faria da Costa aplica modelos do **movimento City Beautiful** muito comum na Europa, com rasgos propositados de **boulevards** (avenidas) rematadas por edifícios monumentais, também completa a sua intervenção com referências aos modelos cidade-jardim de Howard, propondo uma pequena cidade “autossuficiente” próxima do centro urbano- Lisboa. Na verdade, o Restelo não se traduz num núcleo autónomo, mas num núcleo residencial totalmente dependente da capital. No entanto, há que valorizar a característica do modelo inglês, aplicado no Restelo, pela sua articulação entre cidade/campo, e pela contenção da área residencial, no interior de uma cintura verde (greenbelts) envolvente ao bairro, condicionando o seu eventual crescimento desregular. O plano é desenvolvido numa expansão periférica à cidade de Lisboa, com o cuidado de oferecer melhores condições de vida aos futuros habitantes do bairro, na sua maioria, sócios dos sindicatos nacionais, militares e funcionários civis. (d’Almeida, 2013, p. 51)

No Restelo, Faria da Costa opõe-se aos cânones da cidade antiga, passando a aproveitar o interior dos quarteirões “[...] com espaços verdes, área de recreio ou estacionamento para usufruto da comunidade valorizando as relações de vizinhança [...]” (d’Almeida, 2015, p. 44), rejeitando a tendência mais natural de planos urbanos contemporâneos, conhecidos pela linguagem de malhas reticuladas, e edifícios que formavam múltiplos quarteirões fechados.

Em oposição a essa tendência, o Estado Novo proclamava que a habitação económica teria de abrigar não só o indivíduo, como garantir o bem-estar de toda a família, num desejo quase utópico, como idealizou Salazar; “[...] a posse dum casinha trás à família tranquilidade, amor, [...]” e acima de tudo “[...] sentimento de propriedade.” (Salazar *apud* d’Almeida, 2013 p. 293). Assim se viram, famílias de classes menos abastadas, serem proprietárias das suas próprias casas.¹³²

¹³² Os proprietários das Casas de Renda Económica, eram isentos de contribuições ou de qualquer outra taxa camarária durante os primeiros dez anos.

seria porém lamentável que não legássemos, não digo orgulhosamente um estilo, mas uma maneira bem portuguesa e bem actual, isto é, que através do imenso volume de obras que realizámos não ficasse bem vincado, contrastando com a ameaça materialista, o cunho de uma época e de uma geração de sacrifício e trabalho imenso, impregnada de nacionalismo, e de solidariedade humana e de espiritualidade [...] (Salazar, *apud* Henriques, 2010, p. 207)

O projecto do Bairro de Casas Económicas do Restelo¹³³ é decretado por José Frederico Ulrich¹³⁴ ao arquitecto-urbanista Faria da Costa que encara como maior desafio, a integração entre as casas económicas com o projecto pré-existente da Encosta da Ajuda destinada a uma zona residencial de luxo, onde residia uma população de maior poder económico. A articulação feita entre estas duas realidades, é celebrada de forma harmoniosa, tal como em Alvalade, num **exercício experimental na cidade moderna**, relacionando várias classes sociais no mesmo território. O arquitecto tem a responsabilidade de produzir uma linguagem arquitetónica quase imperceptível do ponto de vista estético, entre dois tipos de habitação em simultâneo no mesmo plano. As de renda económica apenas se diferenciavam por se implantarem em banda, enquanto que as casas de iniciativa privada eram espaçadas com largos jardins nas frentes de fachada.

Casa económica não quer dizer casa que custe pouco dinheiro e que dispense de um projecto cuidado, mas antes casa em que todas as suas disposições são muito bem aproveitadas e onde não existe desperdício nem material nem de espaço utilizável. Mais custa às vezes por isso delinear uma construção destas do que a de outra categoria [...] (Lino, 1992, p.12)

O Bairro é inaugurado cinco anos após a sua encomenda, a 28 de Maio de 1952, e é descrito em várias publicações como **um bairro residencial moderno**, de casas **continuamente edificadas, iguais, e alinhadas**, tirando o melhor partido do sentido estético que as identifica. Por oposição às moradias isoladas, Faria da Costa apenas interrompe as casas em banda, com estreitos arruamentos que se ligariam às artérias principais, servindo os pequenos grupos habitacionais. A organização do bairro, é feita de modo a que todos os habitantes se sintam parte integrante daquele território independentemente da sua condição económica, e “[...] para isso, orientou cada tipo de casa no mesmo sentido[...]” (d’Almeida, 2015, p.66) ainda que se possa reconhecer, ruas mais nobres que outras, como o exemplo da Rua Soldados da Índia, Duarte Pacheco Pereira e a Rua de Pedrouços, em que as próprias moradias, também

¹³³ Título: “Estudo do Projecto do Aglomerado de Casas Económicas da Encosta da Ajuda”

¹³⁴ **José Frederico Ulrich** (1905-1982): engenheiro Civil e Professor Universitário. Político do Estado Novo que substituiu Duarte Pacheco após a sua trágica morte em 1943, como Ministro das Obras Públicas. Delega o projecto de Casas Económicas a Faria da Costa, dando continuidade ao proferido pelo antigo Ministro e pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

se classificavam por outro tipo¹³⁵, destinadas a outra classe social. A Rua Duarte Pacheco Pereira, como por exemplo, representa-se, como a única via do Bairro Económico com zona comercial desenvolvida, sendo esta a única que poderia suportar as necessidades básicas do Bairro, ou pelo menos, dos que não poderiam deslocar-se livremente a Lisboa, de automóvel particular. (d'Almeida, 2015, p.66)



Ilustração 89 – Início da Construção do Bairro da Ajuda, fotografia aérea, ca. 1950. (Benoliel, ca. 1950).



Ilustração 90 - Fotografia aérea da Encosta da Ajuda. Limite aproximado da construção do aglomerado de casas económicas em 1953. ([Adaptado a partir de:] Abreu Nunes, 1953).

Numa perfeita articulação social, Faria da Costa constrói um plano urbano capaz de receber **simultaneamente várias classes sociais** expressas em várias tipologias habitacionais, mas pertencentes ao mesmo conjunto morfológico, dentro do perímetro urbano que desenvolve. O Restelo era ocupado, em maioria, por famílias com baixo rendimento¹³⁶ o que nos leva a compreender, mais uma vez, que o Estado Novo pretendia isso mesmo, uma relação harmoniosa entre várias classes sociais, em que o Plano Urbano se afirmasse, como regra aplicada a todos, de igual modo, no entanto, as metamorfoses a que o Bairro se sujeitou com o passar do tempo, quebrou em parte, o espírito nacionalista da época.

Como resultado natural, os proprietários destas moradias alternam-se ao longo dos tempos, assim como o volume de habitantes, superior ao estipulado pelo arquitecto-urbanista, transformando-se num bairro desejado pelos que ansiavam habitação com jardim próxima da capital. O desenho urbano e o projecto de Casas de Renda Económica de Faria da Costa, obedecia a uma continuidade formal¹³⁷, repetitiva e

¹³⁵ O Bairro de Casas de Renda Económica de Faria da Costa, é composto por moradias de dois tipos, tipo C e tipo D, destinadas a funcionários das Forças Armadas, e de Ministérios; eram pensadas com a possibilidade de serem ampliadas, como o exemplo da moradia nº14 da Rua Duarte Pacheco Pereira, projecto de ampliação da autoria de Faria da Costa.

¹³⁶ Ou que pelo menos, um membro da família desempenhasse funções como funcionário do Estado.

¹³⁷ Valendo-lhe em 1952, um Prémio Municipal, pela autoria em parceria com o arquitecto Fernando Silva (1948-1951), do projecto de uma moradia localizada na Rua Duarte Pacheco Pereira nº58, atual Avenida do Restelo nº 31. Moradia residencial, do seu proprietário, Engenheiro América Queiroz. (d'Almeida, 2013, p. 323).

igual, uma **monotonia propositada pelo artista**, de forma a assegurar as mesmas condições a todos os moradores. Mas hoje o bairro do Restelo é reflexo de anos e anos de transformações promovidas pela especulação imobiliária, mais uma vez, protagonista, pela descaracterização gradual deste tipo de bairros, onde se alimentaram transações milionárias por construções económicas, de tal modo alteradas, umas ampliadas, outras transformadas estruturalmente, que pouco deixa reconhecer o espírito rural e simplista que tanto caracterizava o Restelo do Estado Novo.



Ilustração 91 - Casas económicas, Encosta da Ajuda, ca. 1940. (Pinto Kurt, ca. 1940).



Ilustração 92 - Casas económicas, Encosta da Ajuda. s.d. (Lisboa. Câmara Municipal. Arquivo Municipal de Lisboa, s.d.).



Ilustração 93 – Bairro de Casas de Renda Económicas no Restelo, 1963. (Artur Bastos, 1963).

3.4.2. PLANO DA ZONA A SUL DA AVENIDA ALFERES MALHEIRO - BAIRRO DE ALVALADE

Jamais se poderia ilustrar a vida e obra de um artista tão marcante como Faria da Costa, sem mencionar aquele que foi o Plano mais paradigmático da sua carreira, o Bairro de Alvalade, ainda hoje, um exemplo de distinção. O Plano de Alvalade nasce com a promessa de criar uma **nova cidade dentro da cidade**, respeitando a escala humana como matriz do seu trabalho. O arquitecto municipal João Guilherme Faria da Costa projeta o Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro entre o período de 1940 e 1945, no âmbito da expansão da cidade para Norte¹³⁸ que, por feliz coincidência, tratou-se também ao período em que o urbanista desenvolve o Plano de Urbanização da Amadora aos serviços da DGSU/MOP¹³⁹. O Plano do bairro de Alvalade, surge como a **obra mais icónica do urbanista português** demonstrando a capacidade de se celebrar numa extensão de 230 ha, alojando mais de 45 000 pessoas, a **relação harmoniosa entre vários estratos sociais**, eliminando fronteiras e preconceitos através do instrumento que melhor dominava - o Urbanismo. (Lisboa. Câmara Municipal, 2013, p. 2). A construção do Bairro foi acompanhada pelos lisboetas, e após um ano de trabalho a Câmara Municipal de Lisboa “[...] atribuiu oficialmente o nome de Alvalade à urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, justificando a sua escolha pela antiguidade do tradicional topónimo do sítio [...]” (Lisboa. Câmara Municipal, 2013, p. 4).

Alvalade apresentava-se como uma cidade nova que reuniria nas suas células pessoas das mais variadas proveniências sociais, em edifícios novos, funcionais e arejados, rodeados de logradouros comuns, de arruamentos aprazíveis e de equipamentos públicos. Passados 60 anos, o Bairro continua uno na sua diversidade, moderno nas suas construções mais antigas, integrado na cidade e integrador da sua população. (Lisboa. Câmara Municipal, 2013, p. 4)

Alvalade, será sempre uma das primeiras manifestações do urbanismo moderno português pela mão de Faria da Costa que tão bem “[...] soube interligar diversas influências da cidade tradicional, da Cidade-Jardim inglesa e americana, do Movimento Moderno [...]” (Marques, 2012, p. 39) expressando a clara separação entre desenho urbano e o desenho de edifícios. Faria da Costa confere ao plano proposto para Alvalade a materialização de várias unidades habitacionais no interior da cidade existente que de Gröer pretendia implementar na proposta do Plano Director de Lisboa.

¹³⁸ Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, 1948 da autoria do urbanista De Gröer.

¹³⁹ Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas.

No caso isolado de Alvalade, se compararmos com o restante tecido urbano envolvente, destaca-se a pronunciadamente o conceito de “[...] unidade de vizinhança [...]” (Carvalho, 2016, p.150) e de relação com “[...] experiências da **cidade-jardim**, em que se hierarquizava a escala de vias de comunicação do mais pequeno *footway*, passando pelo intermédio *lane*, até à ligação rodoviária do *parkway* [...]” (Carvalho, 2016, p.151).



Ilustração 94 - Ilustração 95 - Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, Planta de apresentação, 1945. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Câmara Municipal, 1945).

A verdadeira intenção do bairro de Alvalade seria a amenização das questões habitacionais que preocupavam o gabinete de Duarte Pacheco. Nesse sentido, o então ministro das Obras Públicas encarrega a Faria da Costa a responsabilidade de criar uma base urbanística de raízes formalmente tradicionalistas. Nesta moderna intervenção a questão habitacional económica¹⁴⁰ é reinventada e regrada pela descentralização, evitando que a maioria das populações se fixasse nas periferias. O grandioso plano é realizado numa primeira fase em 1945 e concluído em 1947, o que

¹⁴⁰ Bairro de Alvalade, acolheu cerca de 45 000 habitantes em 12 000 alojamentos numa área total de 230 hectares. Tal como o Areeiro, Alvalade tinha também como função acolher a população provenientes de reconversão urbana como exemplo do Martin Moniz, que é demolido no início dos anos quarenta. (Lamas, 2007, p.284).

nos leva a suspeitar que o Plano Urbano da Amadora (1944/1947) tenha sido desenvolvido de modo substancial em simultâneo com o Plano de Alvalade. O bairro de Alvalade apresentava-se como **paradigma equilibrado** relacionando a cidade de desejos **tradicionais** com as **visões urbanísticas modernas** das escolas de Paris. (Lamas, 2007, p.284).

3.4.2.1. O QUARTEIRÃO

O quarteirão evidencia-se no papel instrumental do urbanismo moderno, a sua concepção é também um momento no desenho urbano de estruturação, que Faria da Costa utiliza em Alvalade de modo sistemático. O papel do quarteirão em Alvalade assume-se numa dimensão substancial, sendo que enriqueceu o próprio desenho de composições diversas capaz de corresponder a diferentes conjuntos tipo com diversidade ao nível de edifícios habitacionais que dessas malhas reticuladas surgem até à década de sessenta, quando se dá a verdadeira conclusão da construção do bairro. Uma das mais reconhecidas modificações do desenho de quarteirão, são como por exemplo, as propostas do Bairro da Estacas, e no lado norte da Avenida dos Estados Unidos da América.¹⁴¹

A questão que aqui importa ressaltar, no que diz respeito à importância do quarteirão no Plano, é o seu **papel de expressão tradicional**, além de estruturante para a organização viária. No entanto, se nos dedicarmos a realizar uma leitura comparativa entre o traçado de Faria da Costa, que data de um plano realizado em 1945 e o traçado actual do bairro de Alvalade, a morfologia do quarteirão é na sua generalidade de clara leitura.¹⁴² As propostas posteriores à de Faria da Costa, de arquitectos modernos, tomam como base, a morfologia urbana de raízes tradicionais.

[...] a forma do quarteirão caracteriza-se, de um modo geral, por uma ocupação em “U’s”, o externo e o impasse, fechados no topo e determinando um espaço de logradouro. [...] Cada um dos elementos “U” (externo e impasse) é constituído por três frentes edificadas, cada qual gerada pela repetição de prédios-tipo, agrupados pelo encosto das suas empenas [...] (Costa, 2010, p.164)

A verdadeira essência da introdução da forma em “U” do quarteirão seria o potencial reaproveitamento destes espaços no interior dos logradouros para fins de uso comunitário. Como o exemplo da abertura de um dos quarteirões negando as tendências formais mais tradicionais redefinindo um novo uso para o espaço celebrou-se uma experiência na célula II, onde se construiu um equipamento desportivo. Na verdade, os interiores dos quarteirões de Alvalade não chegaram a ser devidamente

¹⁴¹ Ilustração 101.

¹⁴² Ilustração 97.

explorados, considerando as suas potencialidades, como desabafa João Costa o “[...] Bairro de Alvalade, poderia ter sido explorado em mais profundidade, antes de se passar à sua abertura total nas propostas mais próximas dos ideais do movimento moderno- Bairro das Estacas etc. [...]” (Costa, 2010, p. 164). Mas a realidade é que, gradualmente, o quarteirão vem a sofrer alterações significativas. Actualmente é possível apreciar o processo evolutivo dos mesmos que transitaram de um espaço absolutamente privado, como um quintal para um espaço de todos, público e afeto a exercícios de lazer¹⁴³. (Costa, 2010, p. 164)

o quarteirão constituiu um “problema organizado” central e de potencial acrescido. Observar, compreender e questionar o quarteirão ganha força como metodologia projectual no (re)desenho da cidade, uma vez que, apoiado na cultura disciplinar, constituiu um elemento morfológico que se presta ao experimentalismo na cidade contemporânea. (Costa, 2015, p. 144)



Ilustração 96 – Fotografia aérea sobre Alvalade, 1953. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Câmara Municipal, 1953).

Pela sua diversidade, o Bairro de Alvalade, pode referir-se a um bairro de desenho composto por um grande **ecletismo formal**, capaz de se exprimir de múltiplas maneiras sem perder a sua noção de conjunto, de coerência e de unidade. Nos estudos realizados por João Pedro Costa¹⁴⁴ dedicados exclusivamente à constituição do Bairro de Alvalade, identifica através de uma leitura comparativa entre os traçados iniciais de 1945 e os traçados atuais, uma clareza nas formas dos quarteirões preconizados por Faria da Costa. A morfologia heterogénea dos quarteirões, permite

¹⁴³ Contrariamente aos logradouros da zona comercial da célula nº 3, que se apresentam totalmente fechados para exterior, servindo única e exclusivamente os prédios mistros envolventes.

¹⁴⁴ **João Pedro Costa** (1970 -): Arquitecto, Doutorado em Urbanismo pela *Universitat Politècnica de Catalunya*; docente da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa; membro do grupo de investigação FORMA URBIS Lab. Autor da obra *Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português*.

ressaltar três conjuntos tipológicos concretizados em Alvalade; “[...] O quarteirão regular, que vai desde o quarteirão retangular fechado, previsto no plano para as células III e VIII, ao mesmo quarteirão em forma de “U” [...]” (Costa, 2015, p.127), passando pelo quarteirão eclético que combina frentes de rua fechadas com impasses e um sistema de caminhos pedonais, que pode ser observado, por exemplo, nas células V e VIII (Costa, 2015, p.127). E por fim, o terceiro conjunto tipológico que este autor designa por “[...] **quarteirão de inspiração modernista**, dispondo do bloco habitacional perpendicular à via e, simultaneamente, abrindo o logradouro ao público mas protegendo-o do automóvel [...]” (Costa, 2015, p.127).

No exercício urbano de Alvalade, Faria da Costa deixa bem clara a sua mensagem, “[...] de que **a cidade não pode abdicar do processo de desenho** [...]” (Costa, 2015, p.130), e, neste caso em concreto, o quarteirão pode ser olhado enquanto elemento essencial da morfologia urbana e do desenho da cidade, sendo que o nível do quarteirão se distingue do nível do projecto de arquitectura. (Costa, 2015, p.134)

Faria da Costa rejeita a antiga cidade, com os quarteirões de interior desaproveitados. **Propõe outro modelo adaptado à modernidade** – que recorre à utilização da rua tradicional e à continuidade edificada, mas (grande modernidade para Lisboa) acaba com a privatização do miolo dos quarteirões, quer pela disposição dos contínuos construídos quer pela organização interna do quarteirão, destinando-o a locais de recreio, equipamentos, áreas verdes e livres destinadas às relações de vizinhança. (Lamas, 2007, p.286)

Neste sentido, Faria da Costa é então o autor do primeiro conjunto de promoção pública que se destinava essencialmente à diversidade da habitação coletiva, e em especial nas Células I, II e III, de habitação económica, trabalhando para aquele que seria o maior desejo da arquitectura do Estado Novo, promover uma “[...] imagem de uma nova Lisboa [...]” (Almeida, 2009, p. 427). O primeiro momento de construção em Alvalade, partiu do desenho de conjunto dos quarteirões das células I, II e III compreendido entre 1945 e 1948, onde se erguem as primeiras soluções “[...] de compromisso entre princípios do movimento moderno com conceitos de cidade tradicional e de cidade-jardim [...]” (Lisboa, Câmara Municipal. Cadernos do Arquivo Municipal. 2016, p. 330).

Não se tratou apenas do desenho regular do quarteirão nem do zonamento funcional entre células, mas de estratégias elementares de organização do Plano Urbano de Faria da Costa. Assinalou-se em Alvalade, pela primeira vez, um estudo sistematizado partindo do fogo, e da construção de casas em série. Como referiu o Engenheiro e

Director da revista Técnica¹⁴⁵, o urbanista valeu-se do “[...] **recurso sistemático ao fogo tipo como base de desenho da cidade** [...]” (Lobato, 1950, p.334) ainda que de um Plano Urbano se tratasse.

“Subjacente aos princípios, estava a necessidade da redução das áreas de forma a permitir residências a preços comportáveis, mas sem comprometer o nível de qualidade da habitação [...] para se alcançar a economia necessária do custo de obra, dar resposta ao volume de obras e continuidade do plano estabelecido, era fundamental a adoção de novos métodos de produção pré-fabricados que ainda não se praticavam em Portugal.” (Lisboa. Câmara Municipal. Cadernos do Arquivo Municipal. 2016, p. 332).

A prática urbanística que Faria da Costa implementa no exercício de Alvalade acaba por ser revelar uma prática dedicada á forma urbana e a hierarquias estruturais, aos traçados harmoniosos e no estudo de unidades residenciais, constituindo um projecto de síntese de correntes formais do urbanismo europeu, podendo este ter resultado no plano “[...] mais eloquente da política habitacional do regime [...]” (Grande, 2002, p.126) graças a tal exercício, Alvalade ainda hoje se comporta como bairro de referência, onde o experimentalismo morfológico, sob o olhar atento de Faria da Costa se traduziu no primeiro laboratório urbanístico das políticas de Duarte Pacheco, influenciando o desenvolvimento de quase três centenas de planos, naquele que foi o período de maior produção urbanística em Portugal, que Souza Lôbo descreve como; “[...] perfeitamente comparável com a de outros países europeus, mas que entre nós revela características próprias [...]” (Lôbo, 1994, p.219)

Na sequência (sequência nº 7, 8 e 9) ilustrada seguidamente, podemos fazer o exercício de leitura de uma proposta de quarteirão, indicada por Faria da Costa. A alteração morfológica é bastante clara, e intensamente alterada dando lugar ao Bairro das Estacas (1949). De um quarteirão regular, fechado, obtém-se pelos arquitectos Formozinho Sanchez (1922-2004) e Ruy d’Athouguia (1917-2006), um conjunto de quatro blocos perpendiculares ao eixo viário, ocupando-se do quarteirão originalmente tradicional de Faria da Costa, para uma expressão modernista.

O que se pretende com este exemplo, e sobretudo com o presente discurso, é refletir sobre a implementação do Plano de Alvalade, este que se ocupa, de uma forma urbana predominantemente tradicional. No entanto, em vários momentos, existem propostas de cariz tradicional subvertidas por traçados mais racionalistas, verdadeiros reflexos dos novos princípios do Urbanismo Moderno, introduzidos pela Carta de Atenas em Portugal. (Tostões, 2001, p. 69)

¹⁴⁵ Luís Guimarães Lobato (s.d.): Engenheiro Civil e Director da revista de engenharia “Técnica”. Publicação nº N209-210 de Fevereiro-Março de 1951, com o título: “A experiência de Alvalade”.

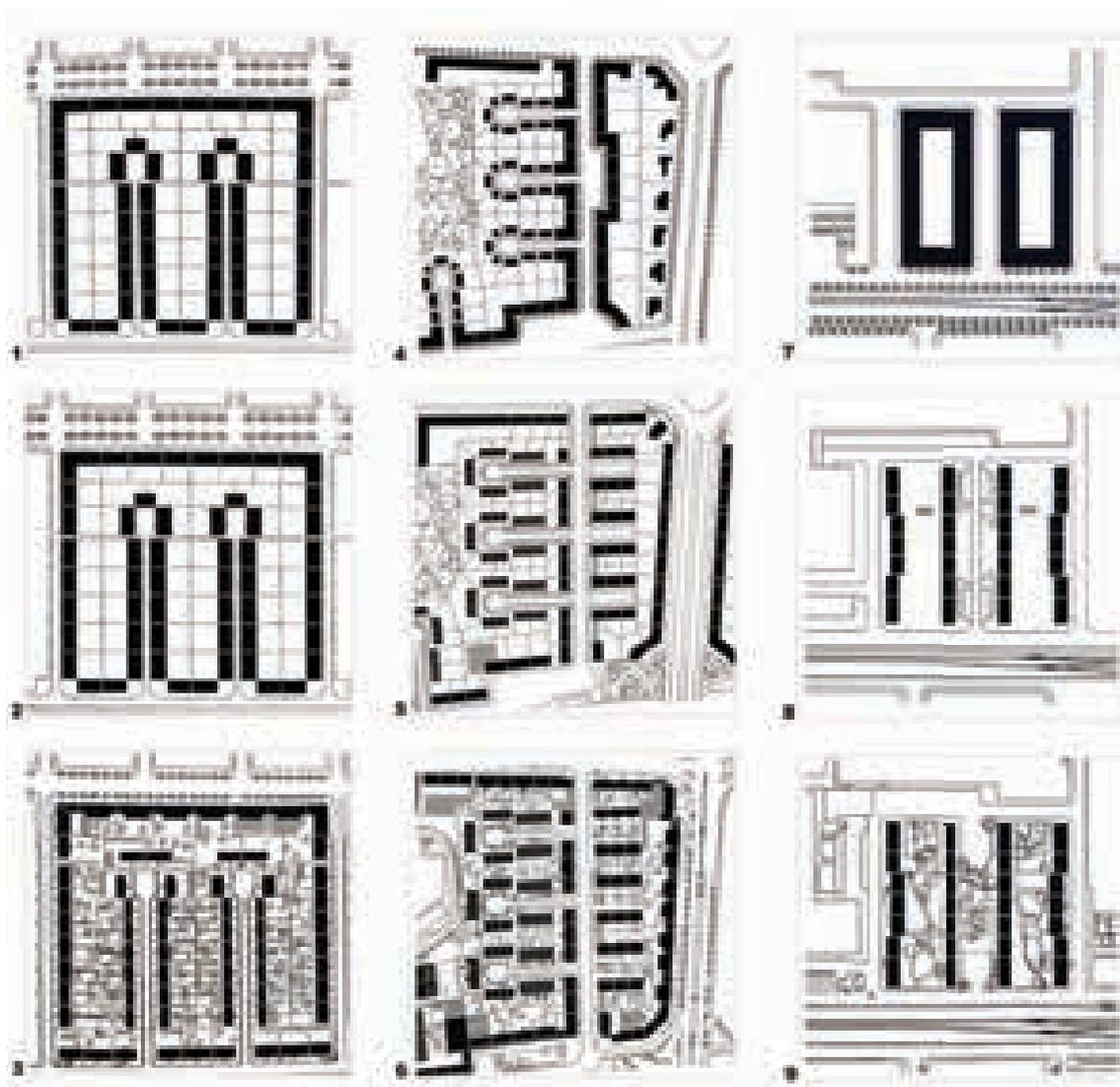


Ilustração 97 - Quarteirões do Bairro de Alvalade – Análise sequencial do quarteirão-tipo da célula V: 1- Proposta de urbanização de Faria da Costa, 1945; 2-proposta do plano de urbanização com a edificação de casas de renda económica de Miguel Jacobetty, 1945; 3- Quarteirão construído em 2007. Análise sequencial do quarteirão-tipo da célula VII: 4- Proposta de urbanização de Faria da Costa, 1945; 5- Proposta do estudo de conjunto, Joaquim Ferreira e Orlando Azevedo, 1949; 6- Quarteirão construído em 2007. Análise sequencial do quarteirão comercial da célula VIII: 7- Proposta de urbanização de Faria da Costa, 1945; 8- Proposta de estudo de conjunto, Ruy d'Atouguia e Formosinho Sanchez, 1949; 9- Quarteirão construído em 2007. [(Adaptado a partir de:] Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da cidade portuguesa, 2015).

O mesmo se poderá dizer, sobre os edifícios da Av. Estados Unidos da América¹⁴⁶, que ocupam a proposta urbana tradicional, pronunciando volumes monolíticos numa espécie de brutalismo moderno nacional, que o urbanista não havia equacionado. O cruzamento das duas importantes avenidas, rompem com com a praça prevista no plano, e constroem-se os grandiosos blocos de treze pisos, uma solução sem dúvidas, inspirada no modelo corbusiano de Marselha¹⁴⁷ de blocos perpendiculares à via assentes sobre pilotis, trespessando espaços verdes e caminho pedonais sob os edifícios. O sétimo piso foi pensado originalmente como espaço comercial e serviços,

¹⁴⁶ Série de Blocos habitacionais da Av. Estados Unidos da América, dos arquitectos: Manuel Laginha (1919-1985), Pedro Cid (1925-1983) e Vasconcelos Esteves (1924-).

¹⁴⁷ *Unité d'Habitation*, 1952. Construída por Le Corbusier, em Marselha, França, construção de grande escala e enorme conjunto habitacional, para alojar habitantes afligidos pela II Guerra Mundial.

tal como na *Unité d'Habitation de Corbusier* (1952), com uma alheta de separação de expressão formal. Pensou-se em galerias interiores, habitações mínimas, duplex e terraços acessíveis. No entanto, os edifícios limitaram-se a um programa exclusivamente habitacional. (Tostões, 2001, p. 70)

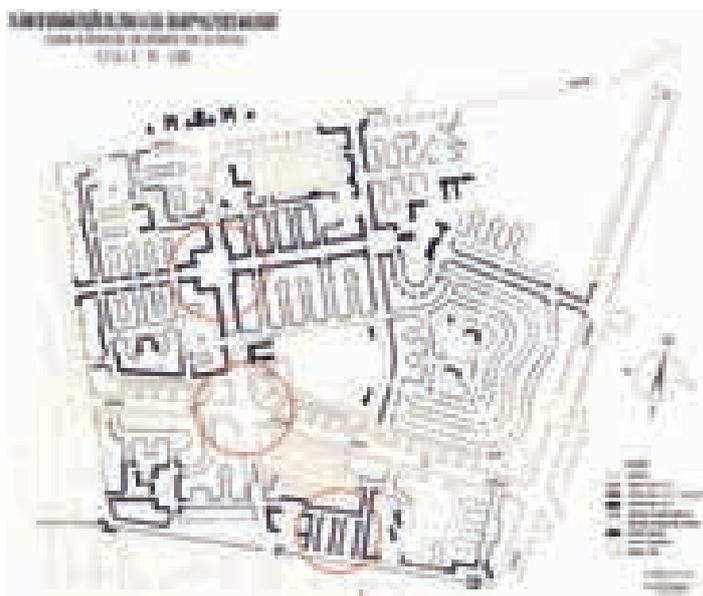


Ilustração 101 - Esquema da Distribuição dos Diferentes Tipos de Edifícios, 1945, Faria da Costa; Localização da Praça de Alvalade, Avenida de Roma com a Avenida Estados Unidos da América e Bairro das Estacas. ([Adaptado a partir de:] Arquivo Municipal de Lisboa, 1945).



Ilustração 98 - Bairro das Estacas, construído na célula 8 do Plano dedicada a edifícios da Série II – tipos 4, 5, e 6, Casas de Renda Económica, 1959. (Seródio,a, 1959).



Ilustração 99 - Bairro das Estacas, construído na célula 8 do Plano dedicada a edifícios da Série II – tipos 4, 5, e 6, Casas de Renda Económica, 1959. (Seródio,b, 1959).



Ilustração 100 - Praça de Alvalade, 1976. (Campeão, 1976).

Com Alvalade (1945), e por fim, com a Amadora (1947), percebemos que Faria da Costa não se cinge apenas às doutrinas da cidade-jardim introduzidas no seu percurso académico pelo Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris. Nos edifícios de habitação coletiva¹⁴⁸ de implantação desvirtuada do plano inicialmente proposto, reconhecemos uma clara “[...] **ligação conceptual às proposta urbanísticas da Carta de Atenas**¹⁴⁹ [...]” (Carvalho, 2016, p.152). Sobre este aspeto, Alvalade é constituído por altimetrias contudo acentuadas na extensão dos eixos principais propondo uma nova visão urbanística, isto é, “[...] uma nova linguagem em que os edifícios se libertam do alinhamento da rua e constituem blocos transversais ao arruamento, que alternam com pequenas praças, disponibilizadas para o livre acesso dos peões [...]” (Lôbo, 1995, p.160)



Ilustração 102 - Unité d'Habitation, Marseille, aerial view, 1945–53, Le Corbusier. (Society of Architectural Historians, 1945-1953).



Ilustração 103 – Avenida de Roma, cruzamento com a Avenida dos Estados Unidos da América, ca 1950 - . (Fernandes, 195-)



Ilustração 104 – Avenida dos Estados Unidos da América, 1963. (Seródio, 1963).

¹⁴⁸ Destinada a Habitação Coletiva Económica, concentrada nas células I e II.

¹⁴⁹ O documento coletivo resultado do IV CIAM, foi publicado dez anos mais tarde por Le Corbusier, intitulado “La Charte d’Athènes” em 1943. Em Portugal, as teorias da Ville Radieuse corbusiana, são traduzidas por Nuno Teotónio Pereira nas páginas da Revista Técnica - “A Arquitectura e a Engenharia na Construção”, na edição de Dezembro de 1943 e na edição nº143 de Janeiro de 1944.

3.4.2.2. DIVISÃO POR CÉLULAS

O Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro é aprovado pelo Governo em 1945, desenhado pelo jovem urbanista regressado a Portugal em pleno período de consolidação do Estado Novo. Este período é marcado pela sede de tornar Lisboa a expressão urbana do poder político, uma Lisboa moderna e desenvolvida, por oposição aos contextos rurais de crescimento lento e limitado, sem presença de planos nem de regulamentos.



Ilustração 105 - Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro: Planta de divisão em células; Localização do centro escolar da célula IV, 1945, Faria da Costa. ([Adaptado a partir de]: Lisboa. Câmara Municipal, 1945).

A urbanização do Bairro de Alvalade, consolida-se após a morte de Duarte Pacheco mas sobre a visão de António Oliveira Salazar que por esta altura já havia despertado consciências a respeito da carência da habitação em Portugal, solicitando a Faria da Costa, que desenvolvesse experiências dedicadas a modelos de casas de renda económica através de edifícios plurifamiliares **até quatro pisos**.

Faria da Costa desenvolveu o projecto em 8 células centradas cada uma delas num equipamento escolar. A tipologia das habitações variava segundo oito modelos, em função do número do agregado familiar. A existência de edifícios uni e plurifamiliares, de renda limitada, e não limitada, a par de fogos sociais, conseguiu reunir nas suas fronteiras, de forma harmoniosa, população de vários estratos sociais. (Lisboa, Câmara Municipal, 2013, p.1).

A forma “[...] harmoniosa [...]” (Lisboa, Câmara Municipal, 2013, p.1) que Faria da Costa encontra de modo a estruturar uma malha urbana assente em bases sólidas, foi expressa na divisão a partir dos quatros eixos viários principais, neste caso a Avenida dos Estados Unidos da América e a Avenida da Igreja, ambas no sentido poente-nascente e a Avenida de Roma e Avenida Rio de Janeiro, no sentido Norte-Sul. Na ilustração seguinte, reconhece-se o traçado dos quatro eixos principais que subdividem a área abrangida pelo Plano resultando num total de oito células cujo o

tráfego passa a ser interdito, sendo que estas novas unidades de urbanização têm como ponto central a escola primária de fácil acesso e equidistante a quase todos os habitantes, promovendo caminhos pedonais. (Lôbo, 1995, p.161)

As soluções de desenho que o urbanista propõe para cada célula são distintas entre si, conferindo a cada uma a sua **própria individualidade**. Podemos ver células com quarteirões mais fechados sobre si próprios numa configuração mais tradicional assim como também podemos analisar células de desenho mais livre ou orgânico, de configurações menos rígidas, conferindo ao Plano uma riqueza na diversidade social capaz de suprir as quatro funções principais de uma cidade funcionalista ou como Ressano Garcia Lamas refere as “[...] (chaves do urbanismo) – habitar, trabalhar, recrear-se e circular [...]” (Lamas, 2007, p.345).

Faria da Costa assume-se por vezes, como arquitecto moderno, sem se deixar cair na **banalidade da urbanística operacional dos anos sessenta**, pela adaptação dos modelos de cidade tradicional com novos modelos de organização de espaço urbano, não fosse ele, um urbanista da escola francesa e do urbanismo moderno. “[...] O urbanismo moderno é de início um urbanismo habitacional [...] até à invenção de novas tipologias construtivas: o bloco, a torre, o conjunto. (Lamas, 2007, p.300)



Ilustração 106 – Zona de Habitação para rendas Moderadas, 1945, Faria da Costa. ([Adaptado a partir de:] Arquivo Municipal de Lisboa, 1945).

A unidade urbana do Bairro de Alvalade ainda que dividido, organizado, em várias células,¹⁵⁰ distingue-se pela vida comunitária e social. As células não procuravam fragmentar o bairro, apenas organiza-lo através de uma nova disciplina que Faria da Costa explora pela técnica de zonamento, que se regrava sobre aspetos de organização distributiva das funções e dos equipamentos. As células a que nos referimos, são distintas e separadas entre si por vias de circulação, todas elas organizadas em torno de um equipamento escolar. (Costa, 2010, p.31)

¹⁵⁰ Faria da Costa considerou para o limite de cada célula um máximo de quinhentos metros de distância entre a habitação e a escola que se localizaria no seu centro, admitindo cerca de 4.000 a 5.000 habitantes por célula. (Costa, 2010, p.31).



Ilustração 107 - Fotografia aérea sobre o bairro de Alvalade, 1950. Construção das primeiras células, I, II e II e infraestruturação. (Lisboa. Câmara Municipal. Arquivo Municipal, 1950).



Ilustração 108 - Construção da avenida dos Estados Unidos da América, década de cinquenta. (Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa, 1950).



Ilustração 109 - Construção da avenida dos Estados Unidos da América, década de cinquenta. (Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa, 1950).



Ilustração 110 - Construção da avenida dos Estados Unidos da América, década de cinquenta. (Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa, 1950).

ainda que o objectivo do conjunto da operação seja a construção de casas de renda moderada, dois fatores aconselham a inclusão de fogos de renda livre. Pretende-se conseguir logo à partida uma grande mistura social, à semelhança da cidade existente, onde diferentes categorias sociais coexistem no mesmo território. (Lôbo, 1995, p.163)

Sintetizando a estrutura do edificado no Bairro de Alvalade, já referimos várias soluções, no entanto, destacaremos o exemplo das células I e II destinadas a **Zona de Casas de Renda Económica**¹⁵¹ promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa como resposta às carências habitacionais da cidade. Da autoria do arquitecto camarário Miguel Jacobetty (1901-1970), cerca de 156 edifícios são erguidos na célula I como ilustraremos seguidamente através do registo fotográfico aéreo. Para estas células, são desenhados nove tipos de casas de renda económica de dimensões variadas

¹⁵¹ Financiadas por fundos da Federação das Caixas de Previdência.

correspondendo a um total de 302 edifícios dispendo de dois mil fogos aproximadamente. (Costa, 2010, p.46)

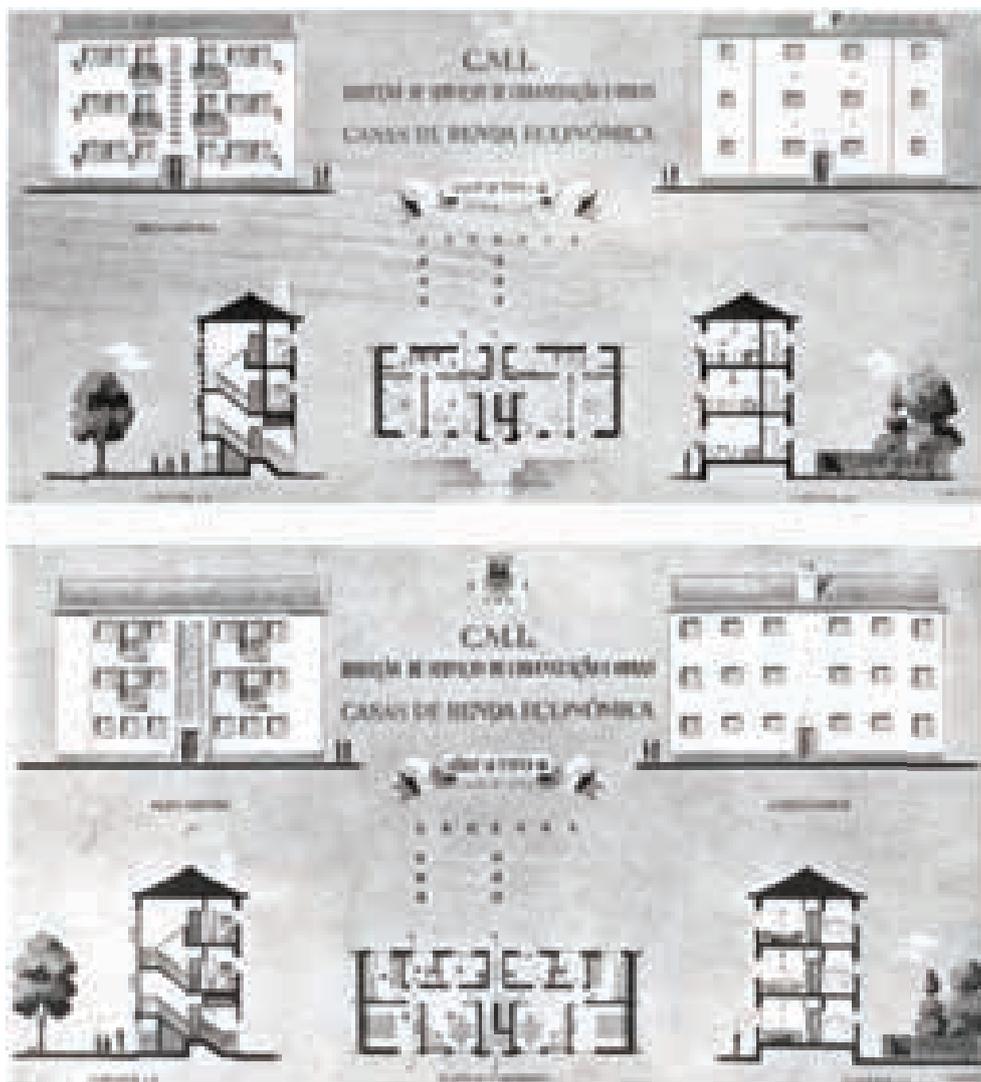


Ilustração 111 - Casas de Renda Económica, exemplos do tipo 1 e tipo 2 da célula I, Anteprojecto, Arqº Miguel Jacobetty, 1945. ([adaptado a partir de:] Lisboa: Câmara Municipal, 1945).

O bairro de Alvalade, reúne pela sua riqueza, “[...] vida própria [...]” (Lamas, 2007, p.290), conquistada pela complementaridade de funções, pela harmonia na densidade populacional e pela oferta de equipamentos e serviços justamente distribuídos, uma espécie de **democracia urbana**, a que Faria da Costa, nos acostuma. (Portas, 2011, p.84). A experiência do bairro de Alvalade foi paradigmática no conjunto de obras preconizadas por Faria da Costa, e rapidamente se tornou num exercício exemplar para outros bairros e planos dedicados a uma estrutura de habitação mista.

Em 1948 celebra-se o I Congresso Nacional de Arquitectura¹⁵² onde o Plano de Alvalade é apresentado, ilustrando a técnica do urbanista pela **divisão do Plano em oito células sociais**, ainda que constituintes de um **tecido urbano legível** e capaz de **resistir a variações tipológicas habitacionais**, sem perder urbanidade.

O Congresso reuniu vários arquitectos portugueses modernos onde os temas apresentados assentavam sobre aspetos relacionados essencialmente com o problema da habitação em Portugal. A resolução das questões habitacionais de renda económica foi tema de várias revistas e jornais, como o exemplo da Revista Técnica, que dedicou várias publicações à experiência no bairro de Alvalade, sendo este um exemplo a seguir, como referiu o Engenheiro Civil e Director da revista, Luís Guimarães Lobato:

procurou-se estabelecer, no Sítio de Alvalade, o tipo de casa tão moderada quanto possível e capaz de satisfazer as necessidades das diversas categorias de rendimentos da população. Não se estabeleceu a segregação de casas de tipo determinado [...] **assim se procurou o justo equilíbrio, social estético, de todas as condições desejáveis num aglomerado urbano** [...] (Lobato, 1951, p.330)

Hoje o bairro manifesta-se pela sua coerência, pela qualidade no sistema de vias de comunicação, pelo quarteirão como peça complementar da estrutura urbana, pelos edifícios aptos a acolher todas as classes sociais e económicas, pelos espaços públicos e mobiliário urbano, uma verdadeira expressão de urbanismo democrático, em que a obra urbana de Faria da Costa “[...] se constituiu suporte entre as décadas de 40 e 60 [...]” (Figueiredo, 2010).

O bairro de Alvalade de Faria da Costa, é sem sombra de dúvida, a sua obra mais emblemática, num exercício exemplar que ganhou forma partindo de um atelier experimental, com múltiplas propostas de habitação e espaços públicos conservando, apesar de tudo, a sua coerência enquanto conjunto urbano. Uma urbanização implementada por partes, e que ao longo de quase trinta anos, evolui em torno de novas soluções e múltiplos autores. (Lisboa. Câmara Municipal. Cadernos do Arquivo Municipal. 2016, p. 333).

¹⁵² Organizado pelo Sindicato dos Arquitectos e teve lugar na Sociedade Nacional de Belas Artes. Faria da Costa participa na comissão executiva com o papel de Tesoureiro, Cottinelli Telmo como Presidente e Pardal Monteiro como Vogal.

4. EXPRESSÃO MODERNA PARADOXAL

4.1. EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS INTERNACIONAIS DO PÓS-GUERRA

O Movimento Moderno na arquitectura portuguesa é teorizado e praticado com maior intensidade, nos anos quarenta e cinquenta. Chega-nos de maneira tardia, motivado pelos países que mais sofreram o rescaldo do pós-guerra, que em Portugal, influencia fortemente a nova geração de arquitectos¹⁵³ do círculo de Faria da Costa. Estes, eram, os novos sucessores do modernismo em Portugal, da sociedade do progresso, da frente de luta e de sentimentos revolucionários por oposição ao regime vigente, na busca de uma nova expressão urbana finalmente, antiautoritária. (Tostões, 1997, p.202).

Face ao Plano Urbano da Amadora de 1949 – objeto de estudo, é importante enquadrar o artista, no contexto cultural, social e político em que produz a maioria dos planos de urbanização nacionais. O discurso que faremos, seguidamente, destacará o artista inserido e comparado com experiências urbanísticas do pós-guerra e internacionais. A constante **posição culturalista de Faria da Costa** perante a morfologia urbana da cidade, será de agora em diante, sublinhada sobre um olhar mais atento, procurando evidenciar, contrastes mais evidentes, do formalismo da escola francesa de Faria da Costa, poo oposição ao brutalismo moderno de Le Corbusier.

Enquanto que na década de quarenta, em Portugal se **consolida o espírito tradicionalista na praxis urbana**, pela Europa já se faziam sentir, os trabalhos dos urbanistas da disciplina moderna, - do espírito progressista. Faria da Costa, não parece, identificar-se com este quadro de luta da nova expressão arquitetónica moderna, antes pelo contrário, foi um homem do seu tempo, como não poderia deixar de o ser, descendente da escola francesa, onde se especializa em urbanismo, movido pelos valores da **temporalidade** e da **tradição**;

- **Melhorar sem revolucionar** - [...] não é impossível. Se examinarmos o que se tem feito nos diferentes países para a solução deste problema, constatamos que se pode perfeitamente respeitar o passado, numa larga medida, sem prejudicar sob o ponto de vista da higiene, o presente e o futuro. (Costa, s.d. p. 235)

¹⁵³ Arquitectos contemporâneos de Faria da Costa: Keil do Amaral (1910-1975), David Moreira da Silva (1909-2002), Étienne de Groer (1882- -), Carlos Ramos (1897-1969), Cottinelli Telmo (1897-1948), Cristino da Silva (1896-1976).

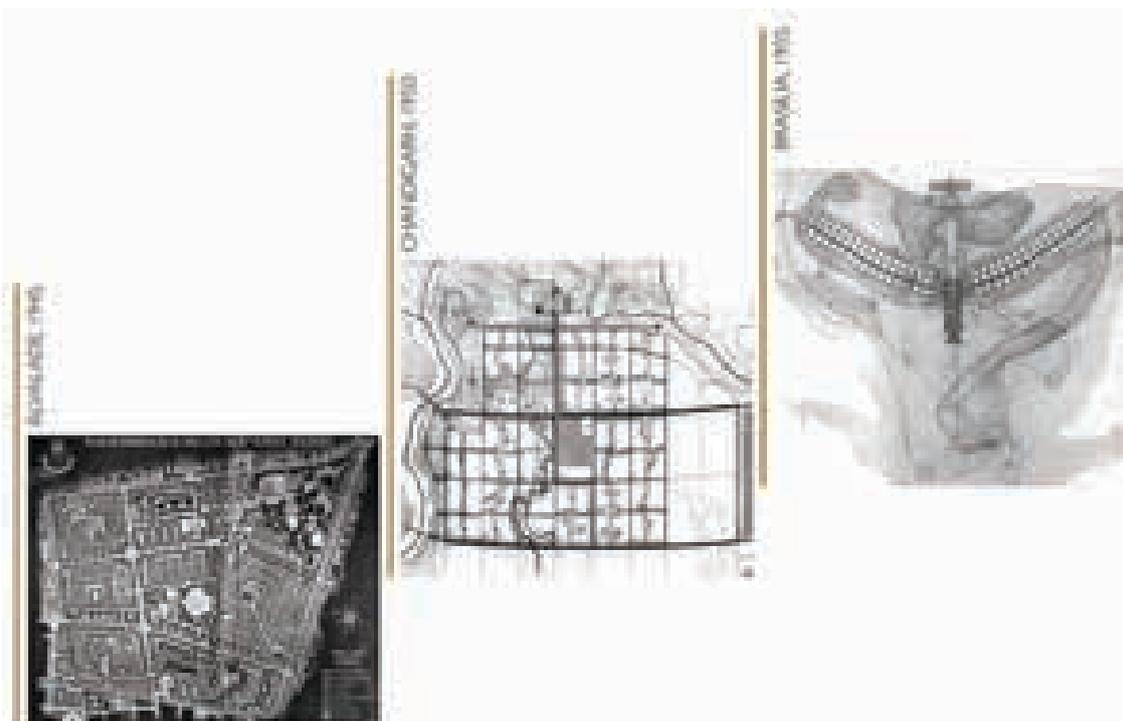


Ilustração 112 – Experiências urbanas nacionais/internacionais; Lisboa - Alvalade 1945, Chandigarh, 1950 e Brasília, 1955. (Adaptado a partir de:] Lisboa. Arquivo Municipal).

Para levar a cabo a reflexão sobre a produção urbanística de Faria da Costa, torna-se relevante, refletir sobre planos urbanos contemporâneos, e neste caso, internacionais. Em Alvalade (1945), Faria da Costa é encarregue de solucionar a questão habitacional que preocupava o Estado Novo. Na Amadora, (1947-49) é movido pelas novas medidas legislativas impostas por Duarte Pacheco, que submetia as áreas periféricas de Lisboa, com acentuado crescimento populacional, a realizar Planos de Urbanização. Mas os impulsos urbanísticos das cidades de Chandigarh e Brasília, surgem de uma natureza diferente dos paradigmas urbanos nacionais. Chandigarh, desejava afirmar-se finalmente, como a nova capital do império, encarregando Le Corbusier a criar o *“Planning Advisor of the Punjabe Government of the creation of its new Capital”*, focada na monumentalidade do complexo do Capitólio. Brasília, num desejo semelhante, no entanto, focada na questão habitacional, desenvolve-se a partir de promoção política, com a primeira Constituição da República brasileira, construindo uma cidade nova, sem precedentes – Plano Piloto de 1957, numa atitude modernista de tábua rasa com o passado.

O modelo modernista, surge em Portugal sob forma de protesto, com a **Carta de Atenas**¹⁵⁴, determinando novas medidas no campo da arquitectura e do urbanismo,

¹⁵⁴ O documento coletivo resultado do IV CIAM, foi publicado dez anos mais tarde por Le Corbusier, intitulado *“La Charte d’Athènes”* em 1943. Em Portugal, as teorias da *Ville Radieuse* corbusiana, são traduzidas por Nuno Teotónio Pereira nas páginas da *Revista Técnica - “A Arquitectura e a Engenharia na Construção”*, na edição de Dezembro de 1943 e na edição nº143 de Janeiro de 1944.

passando a ser vista como um guião de futuras intervenções urbanas. O **I Congresso Nacional de Arquitectura**¹⁵⁵, foi o momento em que a mais recente geração de arquitectos, começa a esboçar novas tendências, opondo-se às instruções do regime de Duarte Pacheco e Salazar. Advoga-se, que para resolver o problema da habitação,¹⁵⁶ a solução estaria na forma radiosa corbusiana, (*Ville Radieuse*, 1933), ou nas orientações da Carta de Atenas - o que implicaria construção em massa construção em altura, segregação viária, estilização da forma, e, por fim, zonamento rígido. (Rodolfo, 2002, p.175)

No entanto, o que nos parece merecer maior crítica, além da construção em altura que Faria da Costa contestava, é a prontidão com que estes “novos arquitectos”, se dispõem a demolir aglomerados urbanos antigos, para que os seus modernos planos urbanos tomem lugar. Se colocássemos a hipótese de que Faria da Costa, concordar com a tábua rasa corbusiana da *Ville Radieuse* (1933), pouco sobraria das reminiscências rurais que a Amadora herdou, na produção do Plano Urbano (1949).

É, essencialmente, nestes comportamentos, que **re vemos muito da tradição parisiense**, da escola francesa, **legada a Faria da Costa**, um modelo de urbanística formal, que consagra à cidade uma estrutura física, segundo uma imagem visual. Até à II Guerra Mundial, esta foi a **corrente artística que dominou a arquitectura** no campo do urbanismo, uma praxis urbana puramente formal e, sobretudo, tradicional. É a escola **francesa que domina os academismos na Europa**, popularizada pelos exercícios *haussmannianos*¹⁵⁷ – contributo disciplinar para os artistas em formação, como Lamas relembra: “[...] Foi a escola francesa quem mais profundamente marcou a urbanística formal, tanto pelo ensino do urbanismo como pelas influências internacionais que obteve, “exportando” urbanistas que realizaram planos das principais cidades do mundo [...]” (Lamas, 1993, p.234).

No plano nacional, a afirmação moderna reivindicada pela nova geração de urbanistas era expectável, como frente de luta às imposições artísticas e culturais do regime, a par com esta confrontação, moveram-se outros defensores internacionais do modernismo, como na Alemanha e em Itália, que também se aproximavam aos contextos políticos portugueses, subjugados a regimes totalitários. Os artistas portugueses tinham finalmente em vista, uma nova oportunidade de atuação

¹⁵⁵ I Congresso Nacional dos Arquitectos Portugueses, em 1948 realizado por ocasião da Exposição Comemorativa das Obras do Regime, intitulada “Quinze anos de Obras Públicas”, em Lisboa na Sociedade Nacional de Belas-Artes. Membros da Comissão Executiva: Faria da Costa (Tesoureiro), Cottinelli Telmo (Presidente), Paulo de Carvalho Cunha (Secretário-Geral), Porfírio Pardal Monteiro e Jacobetty Rosa (Vogais).

¹⁵⁶ Com os temas: “A Arquitectura no Plano Nacional” e “O Problema Português da Habitação”.

¹⁵⁷ Heugène Hassmann (1809-1891): Barão francês, popularmente conhecido como o “artista demolidor”, principal responsável pela reforma urbana de Paris, a pedido do Napoleão III.

revolucionária, libertadora, até mesmo democrática, ao tom do estilo que mais se identificavam. Com a reclamação de novos ideais modernos, os artistas das décadas posteriores, desprendem-se lentamente da tradição arquitetónica portuguesa, suscitando várias críticas, como reclama Mário de Oliveira;¹⁵⁸ “[...] em vez de se preocuparem a imitar os Wrights, os Corbusiers, etc., deviam antes tentar estudar uma arquitectura portuguesa, procurando estilizar os nossos elementos construtivos tradicionais [...]” (Rodeia, 2008).

A faceta modernista de Faria da Costa, concentrada nos anos cinquenta, é provavelmente, o seu período menos documentado, com a excepção do Plano de Remodelação da Baixa, (1948-1950), que ilustramos de modo a demonstrar o seu **dualismo formal**. Neste exercício, é encarregue de demolir o tecido urbano antigo do Martim Moniz, em função de uma nova praça de consagração. Eis que surgem os primeiros volumes do brutalismo moderno, numa evidente “[...] **permeabilidade às evoluções da disciplina do urbanismo** no contexto internacional [...]” (Salvatore, 2015, p. 126)

O tradicionalismo português vê-se abafado pela euforia Moderna, no anos cinquenta, principalmente, pelos novos meios de comunicação e novos difusores culturais, como os congressos ou as revistas de arquitectura. Lamentavelmente, os temas mais debatidos nestas plataformas publicitavam com mais relevo as novidades que despertariam maior curiosidade por parte da nova geração de artistas, atentos às temáticas modernas que dominavam a Europa, ao invés de manterem vivo o gosto pelos aspetos do passado que poderiam, de algum modo, criar uma imagem urbana portuguesa identificável.

Progressivamente, a urbanística formal a par com os urbanistas tradicionais da escola francesa, afastam-se dos tópicos de interesse dos meios artísticos, e caem lentamente num modelo de pouco interesse. O modelo que na década de transição dos anos cinquenta / sessenta desperta maior interesse pelos artistas, são os modelos habitacionais de dimensões coletivistas, muito próximas do modelo das *Unités d’Habitation* de Corbusier, basta lembrar o caso nacional de Olivais e Chelas.¹⁵⁹ (Grande, 2002, p. 144).

¹⁵⁸ **Mário de Oliveira** (1914-2013): Arquitecto do sistema colonial ao serviço do Ministério do Ultramar, de produções urbanísticas e arquitectónicas quase sempre de promoção pública. Ingressa no Gabinete de Urbanização de Ultramar em 1947; autor de edifícios e planos urbanos para as regiões do império colonial português, mais tarde, entre 1959 e 1969 desempenha o papel de crítico de arte na revista *Colóquio Artes e Letras* da Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁵⁹ Plano dos Olivais 1962 no âmbito do Gabinete Técnico da Habitação de Lisboa, Plano de Rafael Botelho e Carlos Duarte. Plano de Chelas 1966, Gabinete Técnico da Habitação de Lisboa, Plano de Rafael Botelho e Silva Dias.

Curiosamente, os arquitectos ou engenheiros de formação mais tradicional ainda se ocuparam das expansões das periferias mais próximas do centro (Benfica, Amadora, Almada...), mas o **novo cânone modernista vingou por entre o tradicionalismo cultural** do último Estado Novo, cada vez mais incapaz de sustentar os ventos europeus. (Salgado, 2006. p. 14)

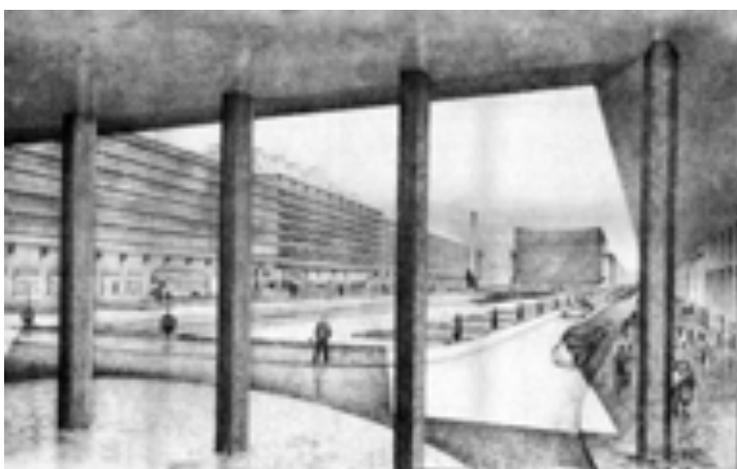


Ilustração 113 - Plano de Remodelação da Baixa, Planta de Apresentação, Desenho da Praça da Figueira e Perspectiva da Praça D. João I, 1949-1950. Faria da Costa. [(Adaptado a partir de:] Fundação Calouste Gulbenkian. Biblioteca de Arte, 1949-1950).

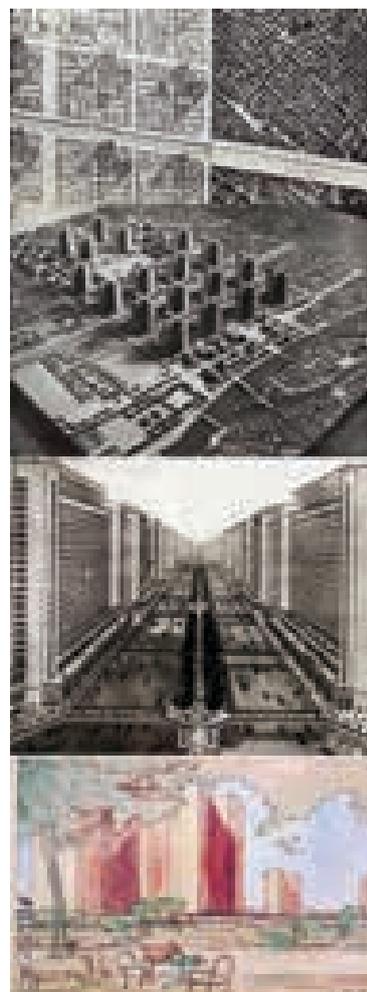


Ilustração 114 - *Ville Radieuse*, Le Corbusier, 1933. [(Adaptado a partir de:] Merin, 1933).

4.1.1. CHANDIGARH

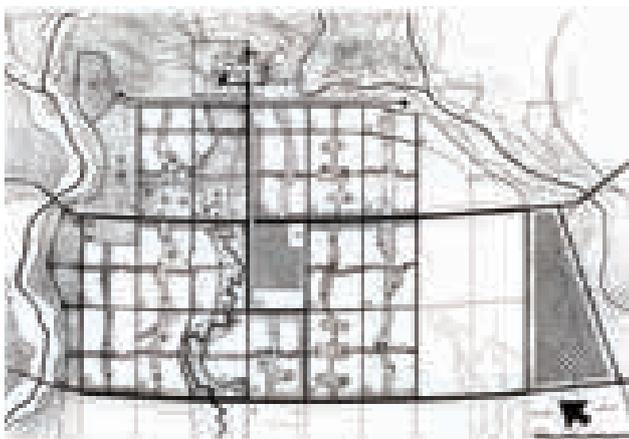


Ilustração 115 - Plano Urbano de Chandigarh, Índia. Le Corbusier, 1950 – 1965. ([Adaptado a partir de:] Gris, 1950).

O Plano Urbano de Chandigarh¹⁶⁰ manifesta uma das maiores propostas paradigmáticas dos traços ‘corbusianos’, e como é claro, alvo de controvérsia – poderá este plano ter sido demasiado ambicioso, na tentativa de promover uma cidade símbolo de orgulho nacional? A verdade é que o contributo de Le Corbusier vem dar voz a uma nova Índia, uma Índia que finalmente se liberta da administração inglesa apresentando-se renovada ao Mundo. (Carvalho, 2012)

O convite foi feito primeiramente em 1950 a Le Corbusier que ocuparia o cargo de **conselheiro** do “*Planning Advisor of the Punjabe Government of the creation of its new Capital*” que o governo indiano promove na construção de uma cidade com bases sólidas. No entanto, a questão da controvérsia sobre os aspetos de Chandigarh recaem na dimensão monumental da cidade, que para muitos, não passou despercebida, Os 150.000¹⁶¹ habitantes que Corbusier organiza em várias unidades habitacionais numa primeira etapa do projecto, transforma-se numa das obras mais contrastante do urbanismo moderno;

to some, it signifies progressive, socialist planning and a necessary step towards decent living standards in a country whose overpopulated cities notoriously suffer from poverty, lack of hygienic infrastructure and high infant mortality. To others, it is no more than a symbol of arrogant Western planning ideology ruthlessly inflicted upon the Third World. (Hall, 2009, p. 212)

¹⁶⁰ **Jawaharlal Nehru**: Primeiro-Ministro que convida em 1951 o arquitecto Le Corbusier para a realização do Plano Urbano da cidade do estado de Punjabe na Índia, concluído em 1966.

¹⁶¹ A capacidade populacional do plano oscilava entre 150.000 a 500.000 habitantes, consoante a sua expansão.

George Hall, numa síntese de breves palavras define o arquitecto na frente do movimento moderno europeu, Le Corbusier¹⁶² pela sua importância no espaço e no tempo, fatores que nos parecem determinantes nas oportunidades de intervir na cidade; “[...] **Le Corbusier ‘happened’ to be the right man at the right moment** [...]” (Hall, 2009, p.219), o que poderá isto querer dizer? ou sequer interessar-nos? A escola francesa foi o berço de formação de muitos urbanistas modernos, no entanto, o papel de Le Corbusier também se considera uma das maiores influências não só pelo processo de formação de artistas, assim como no resultado de muitas produções artísticas, dos poucos que felizmente, tiveram oportunidade de atuar nas cidades que se erguiam das cinzas da II Guerra Mundial.

Como Rossi refere múltiplas vezes, “[...] a cidade somente pode ser definida referindo-a precisamente ao espaço e ao tempo, e só assim podemos compreender de que facto urbano estamos a tratar.” (Rossi, 1977, p.189) e na cidade que destacamos, importa refletir sobre o facto de Chandigarh se erguer na constante emergência de se afirmar como capital da nação finalmente modernizada e liberta de anos de submissão política do governo colonial inglês.

A cidade é desenhada partindo de uma rede rodoviária ortogonal e funcional, rica em espaços públicos naturais e parques urbanos organizados de forma linear – aquele que foi o esquema urbano mais prezado do arquitecto conferiu-lhe a obra de maior dimensão da sua carreira. Começou pela proposta da malha reticulada onde organizaria as habitações dentro dos limites do plano, aplicando o seu conceito de **Unité d’Habitation**, isto é, os edifícios residenciais destinados a funcionários do governo, dentro da malha regular, sob a forma de edifício modular vertical¹⁶³. (Fiederer, 2017).

Os edifícios mais emblemáticos da cidade, concentram-se no sector do **Complexo do Capitólio**, quatro edifícios públicos, todos de valor simbólico, dispostos nos pontos mais altos da cidade, acentuando ainda mais a sua relevância. Inicialmente foram desenhados quatro edifícios que se agrupavam em redor da praça cerimonial ainda que um deles, o Palácio do Governador não tenha sido construído, os edifícios do Secretariado, da Assembleia e do Palácio da Justiça, conferem a Chandigarh uma

¹⁶² **Le Corbusier** (1887–1965): Arquitecto, Urbanista, Pintor e Escultor, Franco-Suíço.

¹⁶³ No entanto, o governo local recusa a proposta brutalista de Corbusier e delega a autoria das unidades residenciais aos arquitectos Pierre Jeanneret, Maxwell Fry e Jane Drew, que formam atelier com Le Corbusier durante o plano urbano, que se inicia em 1951 e a Le Corbusier, a construção do Complexo do Capitólio, que hoje confere á cidade uma expressão claramente corbusiana – composta por edifícios verticais paradigmáticos do brutalismo moderno em betão colorido, e algumas peças escultóricas de grande dimensão (Fiederer, 2017).

qualidade arquitetónica ao estilo corbusiano, de volumes majestosos coloridos, agrupando famílias e serviços em disposições verticais.

A evidente **disciplina funcional** de Chandigarh demonstra uma abordagem às questões da habitação, absolutamente oposta à de Faria da Costa, pelo que gostamos de sempre recordar, opta por intervir nas cidades nacionais com uma postura mais recatada, comparativamente ao brutalismo europeu que se experienciavam no mesmo período. Apenas podemos afirmar um brutalismo aproximado ao de Le Corbusier, na proposta da nova Praça do Martim Moniz, mas mais uma vez, parece-nos que a expressão plástica de Faria da Costa, no Plano da Baixa, resultasse das incumbências exigidas pelo regime.

O Plano desenvolvido pelo mestre suíço situava-se numa vasta extensão, relativamente plana, entre dois rios representando-se agora como a capital dos estados de Punjabe e Haryana a uma distância de 270 km em linha férrea de Nova Deli. Uma nova cidade, formada por um **vasto tecido residencial**, com equipamentos e serviços do quotidiano, mas distante do recinto do Capitólio – centro de todas as actividades do governo; “[...] es difícil comprender la pasión que los diseñadores de Chandigarh tenían por los automóviles y su fracaso al no comprender el significado del transporte público en un país pobre [...]” (Beinart apud Trevisan, 2009, p.91).

“[...] Chandigarh revela uma cidade planeada por arquitectos e urbanistas com alguma dificuldade em integrar soluções de domesticidade no meio urbano e acentuar o carácter de intimidade da arquitectura [...]” (Trevisan, 2009, p.90) pelo que nos leva a reconhecer que a cidade não poderá ser apreciada apenas pelo complexo do Capitólio mas também pelas questões habitacionais. O desenho de cidade, que surge da sectorização de quarteirões acarreta graves consequências, os bairros residências, tornaram-se demasiado distantes entre si, exigindo deslocações pedonais excessivas. Os sectores que dividem as classes habitacionais “[...] transformaram-se em áreas monovalentes, não havendo praticamente qualquer lugar de trabalho [...] pouco permeáveis, criando um certo atrito à interação entre comunidades.” (Trevisan, 2009, p.91).

O princípio da escala é, de facto, o elemento que melhor traduz a experiência em Chandigarh, quer seja a escala dos edifícios, quer seja a escala das peças escultóricas produzidas por Le Corbusier.¹⁶⁴ Hoje, Chandigarh é uma cidade totalmente dependente do automóvel, de várias classes sociais, pouco integradas e quase nada relacionadas; “[...] *the rejection of traditional forms of political*

¹⁶⁴ *Open Hand*: escultura de 26 metros de altura, que simboliza, uma mão aberta, “aquela que recebe e aquela que dá”.

representation in buildings has been one of the key themes of Le Corbusier's institutional architecture [...] no entanto, incapaz de solucionar as questões de mobilidade e sobretudo, de unidade de vizinhança. (Hall, 2009, p. 253)

At Chandigarh the symbolism of the hand transcended private mythology and was turned into a public monument. As such, it now dominates the entire Capitol Complex [...] it had become a trademark of the city of Chandigarh and the values it set out to represent long before construction began. The sign can be said to stand for the fiction of the state art with no state religion behind. (Hall, 2009, p. 289)

4.1.2. BRASÍLIA

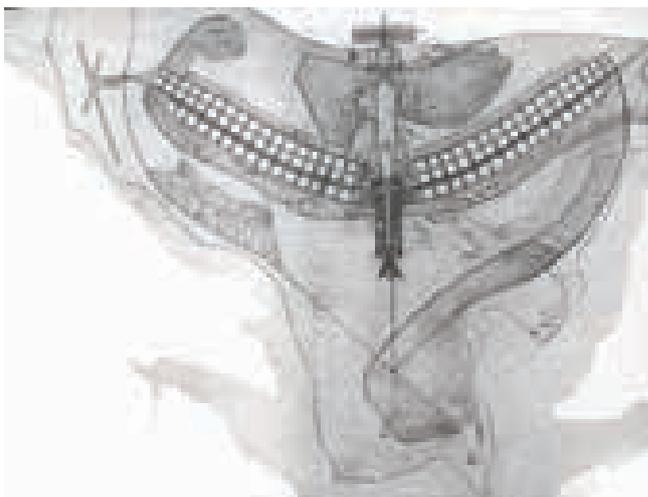


Ilustração 116 - Brasília, Planta da cidade segundo o Plano Piloto de máxima expansão, 1955. (Brasília. Museu Virtual, 1955).

À semelhança de Chandigarh, o Plano de Brasília também se desenvolve por promoção política, com a primeira Constituição da República brasileira em 1981, em que o primeiro plano de acção seria a construção da **nova imagem da capital**, que teria lugar no Planalto Central, inaugurada oficialmente em Abril de 1960. Enquanto que Chandigarh deve a Le Corbusier o seu monumental Complexo do Capitólio, Brasília deve a sua Praça dos três Poderes a Oscar Niemeyer¹⁶⁵, situado no extremo este do Plano Piloto (1955), em pleno campo aberto, onde apenas os edifícios¹⁶⁶ do governo se fazem pronunciar como uma proposta plástica ao tom de Niemeyer, sobretudo pela monumentalidade formal do célebre edifício do Congresso Nacional (1960) – ícone arquitectónico da cidade. Enquanto que em Portugal, os exercícios paralelos ao de Brasília – de construção de **Praças símbolos do império português**,

¹⁶⁵ **Oscar Niemeyer** (1907-1012): Arquitecto Moderno, autor do projecto A Praça dos Três Poderes, representava os poderes Legislativos, Executivos e Judiciários nacionais, com a constituição de outros edifícios, apesar de não tão pronunciados como o edifício do Congresso, conhecidos como o Palácio do Executivo, a Câmara, o Senado e o Supremo Tribunal Federal.

eram **definidas pelo Regime Totalitário** vigente, os edifícios brasileiros símbolos da legislação, são entregues a Niemeyer que “[...] desfrutou de carta branca sobre a tomada de decisão artística na criação dos principais monumentos da cidade [...]” (Jaimes, 20017)

O arquitecto Lúcio da Costa¹⁶⁷, convida Le Corbusier para o cargo de consultor da equipa do Plano Piloto para Brasília de 1955 e, em 1956, com a participação de Óscar Niemeyer na posição de Director do Departamento de Arquitectura, constroem a nova imagem da cidade moderna brasileira, inaugurada em 1960. A participação de Le Corbusier poderá ter influenciado, conceitos através da *Ville Radieuse*, sistema hierarquizado de vias de comunicação, e vias destinadas a pedestres e outras exclusivas a veículos, tal como os princípios do urbanismo moderno preconizava. O plano integra “[...] um sistema de circulação, ortogonal ou diagonal, estruturado através da malha complexa, com intersecções e cruzamentos que eliminam a ideia da rua-corredor [...]”. (Machado, 2016, p.8)

Surpreendem as dimensões extraordinariamente grandes dessa cidade que contará com cerca de 500 mil habitantes. O eixo norte-sul, onde ficarão as superquadras residenciais, estende-se por aproximadamente 10km; O Eixo Monumental, mais curto, tem mais de 6km. Essas dimensões são quase assustadoras (Giedion, 1960).

As “superquadras” (Dias, 2001, p.14), desenhavam quadras¹⁶⁸ ortogonais envolvidas por corredores verdes arborizados, onde os blocos habitacionais espreitam, e desse modo, Lúcio Costa atingiu o equilíbrio que pretendia - entre os edifícios monolíticos da Praça dos Três Poderes e os blocos envolvidos por corredores verdes, de forma a proteger as habitações das circulações do automóvel. A imagem geral de Brasília, em muito se pode comparar com o exemplo dos Olivais, uma crítica muito comum do século XX, ambas expressavam uma espécie de maquete surrealista, em tamanho real. (Dias, 2001, p.14).

São definidos oito quarteirões em fileira em torno do eixo central, com ruas internas e um tecido arbóreo forte envolvente aos edifícios de habitação, por oposição ao quarteirão regular tradicional. No entanto, o momento onde mais se reconhece Le Corbusier no plano de Brasília, é na expressão de blocos habitacionais monolíticos **sobre pilotis**, que flutuam sobre a superfície verde. Os quarteirões tornam-se deste modo, o suporte, de uma nova forma de pensar o acto de habitar, partindo da **escala coletiva**. Faria da Costa, é também, um artista de relações modernistas, sobretudo na narrativa de raiz clássica próxima dos modelos fascistas da época, o melhor exemplo

¹⁶⁷ **Lúcio Costa** (1902-1998): vence o concurso por unanimidade, lançado pelo Presidente Juscelino Kubitschek em 1957.

¹⁶⁸ As unidades residenciais eram autossuficientes e desenvolvidas em quarteirões alternativos aos tradicionais, com capacidade de acolher cerca de 3.000 a 4.000 habitantes

dessa dualidade, entre a natureza mais tradicional da escola francesa e o novo manifesto urbano modernista, é sem sombra de dúvida, o exemplo do Plano da Baixa. (Tostões, 2018.)

Em Portugal, o modernismo também começa a ganhar forma na arquitectura e claramente, no urbanismo, ainda que adaptado à realidade lisboeta. Porém, toma as suas próprias medidas e proporções, a primeira geração de arquitectos modernistas, começa a criar em Lisboa, como relembra Keil do Amaral, “[...] modernos padrões de urbanização e de empreendimentos [...] (Amaral, 1969, p. 91), mas de forma própria, dentro dos moldes nacionais e estadistas – “[...] tudo leva a crer que rapidamente lhe vão imprimir uma feição peculiar.” (Amaral, 1969, p. 91). Em vários momentos, o modernismo é alvo de inquietações, sobretudo por parte de arquitectos, que alertavam para o cuidado e preservação da tradição da cidade, agora em mutação; “[...] Lucrariamos estou certo, se em vez de nos preocuparmos em prolongar artificialmente aspetos superficiais das Lisboas antigas, tentássemos preservar e prolongar algo do seu espírito [...]” (Amaral, 1969, p. 151). Havia então que, além de sabedoria, ter a adaptabilidade aos moldes internacionais, por não haverem como é claro duas cidades iguais;

O traçado retilíneo das ruas, cruzados por outras ruas tanto quanto possível perpendiculares àquelas e de igual importância, pouco tem que ver com as nossas tradições válidas e os relevos da Cidade; A construção maciça de prédios, rigorosamente alinhados e encostados. Também não passa de uma banalidade convencional [...]. É certo que fizemos a Baixa pombalina; mas em condições anormais...” (Amaral, 1969, p. 151)

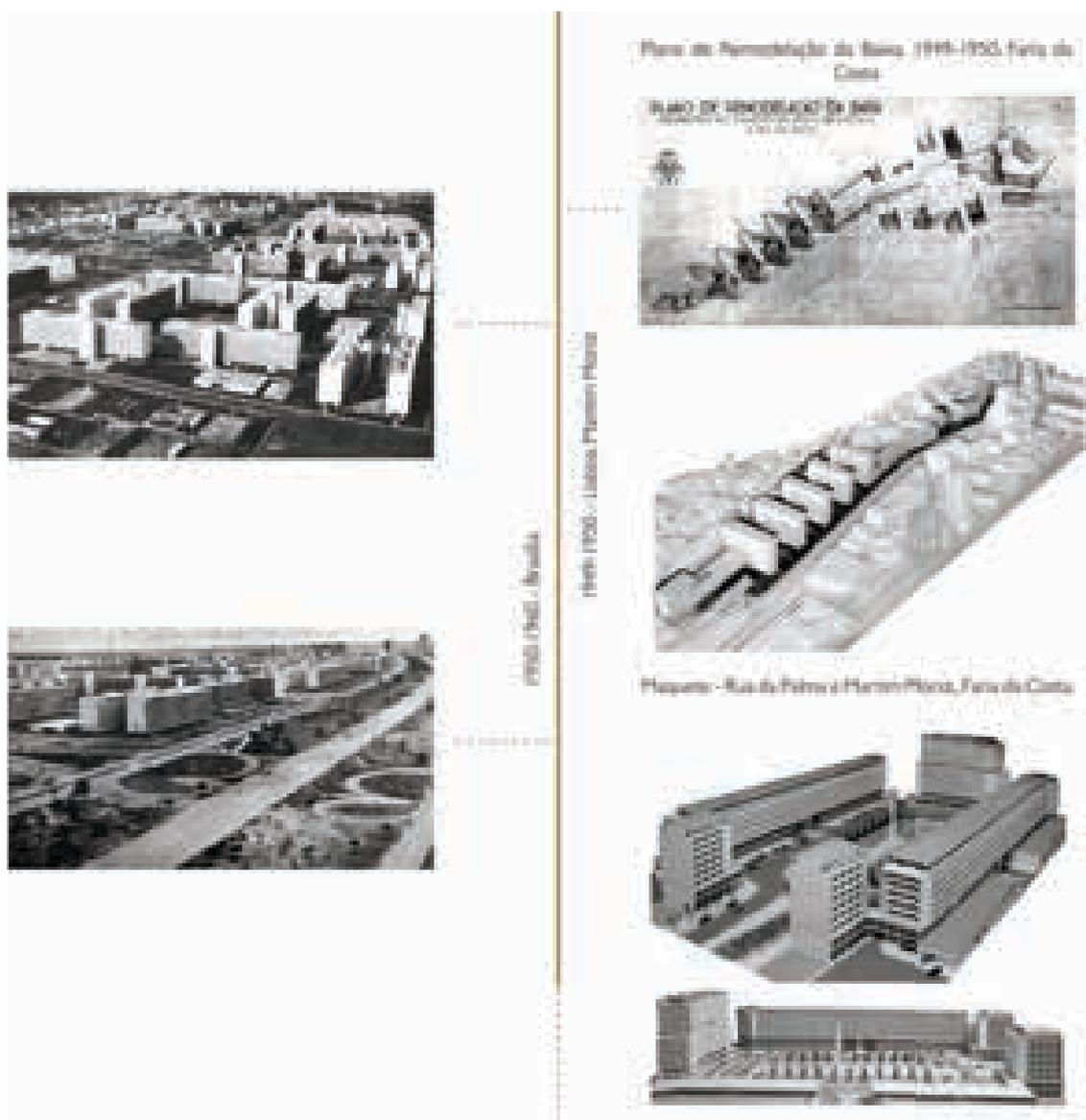


Ilustração 117 – Expressão Urbana Moderna de Brasília e a Praça do Martim Moniz, de Faria da Costa. ([Adaptado a partir de:] Fracalossi, 1960, Chaparro, 1960 ; Lisboa. Arquivo Municipal, 1950).

4.2. O PLANO DE URBANIZAÇÃO DA AMADORA DE FARIA DA COSTA.

O Plano de Urbanização da Amadora pressupõe por parte do seu autor, Faria da Costa, um inegável **compromisso com a boa forma da cidade**. O período em que desenvolve o Plano, corresponde à fase de maior amadurecimento do arquitecto-urbanista, conseqüente da sua experiência pós-parisiense. Inicia-se com o seu projecto de maior dimensão no exercício urbano do Bairro de Alvalade (1945), passando pela participação no I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948. Em 1949, conclui o Plano para a Amadora (Relatório Geral, 1949), a ocupar o cargo de **Urbanista-Conselheiro Técnico** da CML¹⁶⁹. Após a conclusão do Plano, o urbanista ocupa-se da revisão Plano de Remodelação da Baixa (1950) e novamente, em 1951, a pedido da CML, do **Estudo do Cruzamento da Estrada de Benfica com a 2ª Circular (Portas de Benfica)**, no quadro do novo interesse do gabinete da DGSUO, em estudar novas zonas periféricas da cidade. (Salvatore, Tostões, Guarda, 2015, p. 135).

No modo de produção da cidade da Amadora¹⁷⁰, Faria da Costa mantém o **espírito revivalista, historicista** e de gosto **Beaux-Arts**, presente nos desenhos urbanos que nos apresenta. A exígua freguesia de Oeiras, vê-se, pela primeira vez, designada ao progresso, pela mão do urbanista mais requisitado e que mais planos urbanos produz durante a década da Obra Pública¹⁷¹ nos quadros da Câmara Municipal de Lisboa, sobretudo por dominar um talento tão precioso, como o desenho. A partir dele, constrói “[...] a mais complexa criação do homem – a **Cidade**.” (Dias, 2001, p.10)

Para levar a cabo a extraordinária tarefa de planeamento urbano da cidade da Amadora dentro dos moldes nacionais do regime, Faria da Costa, coloca em prática técnicas do **academismo parisiense**, de **filiação estética, conceptual** e sobretudo **formal**, ao confrontar-se com complexidades urbanas e rurais do território. A cidade da Amadora leva mais de sessenta anos de avanço desde a produção do primeiro Plano do território, que ainda hoje se apresenta como um **vasto material de reflexão**, até porque, arriscamos dizer, a maioria das questões levantadas pelo urbanista, ainda se constituem questões da atualidade.

¹⁶⁹ Urbanista-Conselheiro Técnico: cargo que ocupa para o acompanhamento do Plano Director de Urbanização da cidade de Lisboa, 1948 de Étienne de Gröer.

¹⁷⁰ Amadora será referida, de agora em diante, de acordo com o Relatório Geral do Plano de Faria da Costa, 1949, para a Câmara Municipal de Oeiras, enquanto sua Freguesia.

¹⁷¹ Plano de Urbanização da década de trinta e quarenta, eram da estreita observância e supervisão do MOPC de Duarte Pacheco. Aos particulares, retirou-se os meios de livre atuação fundiária, subordinando-os às regras da administração, expressas no Diploma de 21 de Dezembro de 1934; que instruíra a realização do Planos de Urbanização a localidades com mais de 2. 500 habitantes. (Marques de Almeida, 2003, p. 280).

Reconhecem-se regras de composição, de clareza e simplicidade, desprovido de qualquer linguagem exibicionista, em o que o principal mote do Plano seria a tão desejada **unidade de conjunto**. Em muitos aspetos, que em seguida pretendemos expor, consideramos a metodologia do desenho urbano, de fácil compreensão, “[...] permitindo o controlo do crescimento urbano e a clara definição das regras de integração de cada edifício [...]” (Lamas, 1993, p.516).

Sobretudo, no que diz respeito à disposição de equipamentos, unidades de vizinhança, densidade habitacional, equipamentos, e redes viárias; todos estes, e mais alguns aspetos que se aproximam, tanto dos **modelos tradicionais** como dos **modelos modernos**. Uma dialética formal onde Faria da Costa se posiciona sem grande afirmação, constituindo-se desde modo, pela sua adaptabilidade, um urbanista de **expressão eclética**, como a maioria dos artistas da sua geração; “Em Portugal os arquitectos desta geração continuam a trabalhar num registo estritamente formal, aplicando quer uma expressão modernista e internacional, quer uma expressão **eclético-historicista e regionalista**.” (Tostões, 2009, p.25).

Classificar Faria da Costa parece-nos um desafio pouco conclusivo, por vezes, apresenta-se como adepto dos modelos de referência do regime, por outras, flexível às novas propostas modernistas. Na Amadora, nada nos sugere ter rejeitado o **tradicionalismo corrente**, uma vez que se afirma artista descendente da corrente cultural europeia – dominada pelas *Beaux-Arts*. (Tostões, 2009, p.14). Importante será, realçar, a adaptabilidade nas produções de Faria da Costa, aos modelos modernos que começam a ser debatidos no I Congresso Nacional de Arquitectura em 1948, do qual suspeitamos, marcar-se como ponto de viragem nas suas propostas. Daí em diante, começamos a reconhecer uma linguagem mais fluída, retirando vantagens a cada modelo urbanístico, e que melhor poderiam servir os seus interesses, fosse esse de cariz tradicional ou moderno. Durante o Congresso, levanta-se a questão do “portuguesismo” na obra de Arquitectura, que a nova geração procurava contrariar, e uma vez que anterior ao Plano objeto de estudo, será para nós muito útil, de modo a locar a posição de Faria da Costa, perante estas questões.

O “[...] maior urbanísta português nestes últimos cinquenta anos [...]” (Lamas, 1993, p.284), Faria da Costa, distingue-se do escol de arquitectos modernos dos quadros da CML, primeiramente, por ser o único arquitecto da equipa técnica de Duarte Pacheco com especialização em Urbanismo. (Tostões, 2015, p. 125).

A relação com a escola francesa é inegável, (Institut d'Urbanisme de L'Université de Paris, 1937) onde se demonstra adepto da urbanística formal de vínculos tradicionais, mas será em Portugal, que a sua **linguagem urbana**¹⁷² **se ramifica entre os dois modelos dominantes** deste período, - o modernista e o culturalista. O Bairro de Alvalade, outro grande paradigma urbano, que também mereceu a nossa reflexão, simboliza uma união equilibrada entre postulados modernos e a cidade tradicional. Uma interessante referência, para o futuro, e para a posição artística do Arquitecto-Urbanista, sem qualquer monotonia de vínculos formais. (Lamas, 1993, p.290)

A urbanística formal filtra e integra diversas análises e contributos de outras áreas disciplinas que possam melhorar a cidade, e integra também experiências desenvolvidas pelo Movimento Moderno. Assim, não é de estranhar que em Agache ou Faria da Costa (e outros da mesma escola) surjam ideias relacionadas com a unidade de vizinhança, alguns princípios funcionalistas na organização distributiva das actividades e equipamentos - o *zoning* e a observação de regras de urbanismo, higiene e salubridade - compartilhadas com os arquitectos modernos. (Lamas, 1993, p.244)

O que podemos, no entanto, interpretar sobre a obra urbana de Faria da Costa, é que esta se desenvolve em torno de **três momentos principais**. O primeiro marcado com pelo impulso de Duarte Pacheco, que o encarrega da concretização dos principais¹⁷³ planos de extensão da cidade de Lisboa, inseridos no Plano Director de Urbanização de Lisboa (1938-1948) de Etienne de Gröer. O segundo, poderemos dizer, que se constituiu pelos contactos com os modelos internacionais, potenciados não só pelos seus mentores e colegas convidados, Etienne de Gröer e Agache, para quem trabalhara em Paris, como pela participação no I Congresso Nacional de Arquitectura, 1948. Por fim, sugerimos que Faria da Costa termine num momento marcado pela mudança, determinado entre 1948 e o fim do seu percurso no Gabinete da CML em 1958. Neste último momento, são suficientemente claras, as ligações ao urbanismo do movimento moderno. (Tostões, 2015, p. 136)

¹⁷² Arriscamos dar como exemplo, o Plano de Remodelação da Baixa, concluído em 1950, posterior ao I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, onde visualizamos uma clara adoção ao modelo urbano moderno, de uma Praça monumental, remodelada à imagem do regime.

¹⁷³ Principais Planos de Faria da Costa: 1938 – Plano da Faixa Marginal do Tejo, Moscavide a Vila Franca de Xira; 1938- Plano do Bairro do Areeiro, desenvolvido no gabinete técnico de da CML sob coordenação de Étienne de Groer; 1938-1940- Plano Geral de Urbanização da Encosta da Ajuda; 1939-1945: Bairro de Casas Económicas do Vale de Alcântara; 1940: Estrada Marginal Lisboa/Cascais, acesso ao Estádio do Jamor, Oeiras; 1946: Bairro dos Pescadores da Costa da Caparica; 1946-1953: Plano de Urbanização do Agrupamento Costa da Caparica, Trafaria, Cova do Vapor, Almada: coautor, com Étienne de Groer; 1947-1953: Bairro da Encosta da Ajuda/Bairro do Restelo: Autor dos projetos de urbanismo e do conjunto de moradias unifamiliares de habitação económica, 452 habitações; 1948: Plano de Urbanização da Figueira da Foz; 1949: Plano de Remodelação da Baixa Pombalina; 1949-1955: Piscina para a Praia das Maçãs; 1958-1959: Plano de Urbanização do Funchal, coautor com Jacobetty Rosa.



Ilustração 118 - Perspectiva da Praça D. João I, 1949-1950. Faria da Costa. (Gulbenkian. Fundação Calouste. Biblioteca de Arte, 1949-1950).

No entanto, voltaremos atrás, na questão da tradição arquitetónica portuguesa, contestada no I Congresso de 1948; qual a imagem desejada para Portugal, que Regime Salazarista encomendava aos arquitectos do Português Suave? A nova geração de arquitectos já havia manifestado por várias vezes, que não concordariam com a **subordinação a estilos arquitectónico impostas** por Organismos Oficiais;

[...] que o “portuguesismo” da obra de Arquitectura não continue a impor-se através da imitação de elementos do passado, pois a época que atravessamos deve ficar caracterizada em relação às outras com a diferenciação que entre elas existe. Torna-se, pois, necessário corrigir os conceitos de tradição e regionalismo, fomentado a aplicação de novas técnicas. (Atas do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, 1948, p.38)

Faria da Costa, a nosso ver, é um urbanista de **vínculos tradicionais**, a sua formação académica baseia-se nas doutrinas de artistas revivalistas, como Marcel Poéte¹⁷⁴, não obstante, de que este rejeite automaticamente os novos ideias modernos, que se fazem chegar a Portugal, durante o período da sua sua maior produção urbanística. O Plano objeto de estudo, para a Amadora, é concluído em 1949, o que nos permitiu recorrer, à análise de outros planos do autor¹⁷⁵, para melhor compreensão da sua linguagem formal. O Plano de Urbanização da Amadora, apresenta-se como um

¹⁷⁴ **Marcel Poéte** (1866- 1950): Grande teórico Francês de urbanismo, com publicações desde 1904 a 1938, despertando a consciência dos primeiros urbanistas mundiais formados em França.

¹⁷⁵ Planos anteriores - Plano do Bairro do Areeiro, 1938; Plano Geral de Urbanização da Encosta da Ajuda, 1938-1940; Plano da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, 1945-1947. Planos Posteriores - Plano de Remodelação da Baixa, 1950.

exercício de desenho urbano de grande ecletismo formal, sem compromissos demasiado modernos, nem retenções demasiado tradicionais.

Uma resolução urbana muito interessante, quer do ponto vista estético, quer funcional - com a finalidade de **modernizar** o território rural a par com o restante país. Agora, pela competência de arquitectos nacionais, como desejava Duarte Pacheco;

A maior parte dos indivíduos que se apresentam como «projectistas» não têm, repito, competência para o ser, e então apresentam aquilo a que se pode chamar uns bonecos à aprovação da Câmara. Mas a Câmara tem o dever de não aprovar tais criações [...]. É necessário velar pela estética da Cidade, entregando a quem de direito, aos arquitectos, a orientação geral das construções. (Pacheco, 1938, p.5)

4.2.1. ECLETISMO FORMAL

O desenho é coisa mental, terá dito Leonardo da Vinci. O que significa que do olhar à mão se interpõe o cérebro. Mão que regista tanto o que a visão lhe fornece, como o que a visão lhe ordena. Enleiam-se, assim, os **três parceiros da criatividade** – a **visão**, o **cérebro** e a **mão**. Ver, pensar, **desenhar**. Pensar, desenhar, **ver**. Desenhar, ver, **pensar**. (Dias, 2001, p. 10)



Ilustração 119 – Amadora centro, primeiro núcleo urbano próximo à estação ferroviária, 1938. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1938).

Perante o desejo de inovar a Amadora, sem que esta perdesse a sua tradição centenária, Faria da Costa conjuga vários sistemas de regulação, mas **incluindo as preexistências urbanas**, como as quintas da população rural e os conjuntos habitacionais da classe burguesa¹⁷⁶, faziam agora parte integrante do novo Plano; Uma característica operativa, muito comum, dos urbanistas tradicionais, por oposição ao brutalismo da tábua rasa, que, “[...] em diversos aspetos, não abona em nosso favor, [...]” (França, 2000, p.36). Traduzindo esta característica de preservação dos tecidos consolidados da cidade, além valor para a população local, devem para todos os cidadãos, constituir “[...] fonte de legítimo orgulho.” (França, 2000, p.36)

O orgulho pelo passado e pelas tradições, foram estímulos introduzidos a artistas do século XX, em parte, pela propaganda do Estado Novo, que incitava ao sentimento de orgulho nacional. Bastaria lembrar, por exemplo, os esforços implicados na construção efémera, do pavilhão das Aldeias Portuguesas (1940), na celebração da Exposição do Mundo Português¹⁷⁷, 1940. O regime promove um convite e uma viagem na cidade de dupla dimensão – histórica e pedagógica, convidando arquitectos do regime a montar os nobres pavilhões símbolos do império português no Mundo, enaltecendo as raízes nacionais das aldeias rurais e sobretudo das profissões tradicionais. (Martins, 2012, p. 273).

O **espírito revivalista** de Faria da Costa afirma-se pela aposta de um **cenário urbano diverso**, mas **equilibrado, na sua unidade de conjunto, de linguagem clara e coerente**, entre a nova malha de expansão e a preservação de núcleos já existentes,¹⁷⁸ ao qual intitula de **“Preservação das ruas pitorescas da parte velha da Amadora”**, que; “[...] sobre o ponto de vista pitoresco [...] **têm quase mais interesse do que os bairros modernos**”. (Costa, 1949, p.25)

Apesar do núcleo do centro da Amadora ser relativamente recente, formando-se entre 1920 e 1940, na década de quarenta, Faria da Costa depara-se com a aldeia da Porcalhota, que, além de popular e adorada pela população local, foi a aldeia encarregue da primeira ocupação de habitantes no território. A génese urbana, deve-se muito à população agrícola fixada nas margens da antiga Estrada Real rumo a Sintra. Nesse sentido, o urbanista decide **recuperar o espírito pitoresco deste núcleo**, que se diluía dia após dia, devido ao tráfego e aos tempos modernos, referindo-se não só à Porcalhota, como à Damaia e à Falagueira:

¹⁷⁶ Classe burguesa motivada pelo circuito lúdico a Sintra e ao Palácio de Queluz - Subcapítulo 2.1.1 Cenário burguês.

¹⁷⁷ Exposição do Mundo Português, 1940: Capítulo 3.2 – O Estado Novo e a Obra Pública.

¹⁷⁸ Ver Ilustração 119 e 123, relativamente ao conjunto habitacional consolidado, no centro da Amadora, (mais à esquerda) antes da conclusão do Plano Urbano.

São estas as principais zonas de interesse e com os quais não interferiremos porque consideramos possível conciliar as condições de ordem higiénica com as características do velho burgo mediante uma obra de saneamento [...] na parte recente do aglomerado há muitas anomalias que se torna necessário remediar, mas isto só com o tempo se conseguirá, visto ser impraticável a solução das expropriações. (Costa, 1949, p.25).

O novo plano de modernização da Amadora não se impunha como um valor absoluto, o objectivo de Faria da Costa seria ao invés de uma “[...] execução policial [...]” (Costa, 1949, p.25), uma flexibilidade entre as disposições do Plano e os interesses e bem-estar da população local, não alterando drasticamente a **fácies urbana da cidade** precedente ao plano. Faria da Costa, como bom descendente das *Beaux Arts* parisienses, designa uma nova imagem em tons de progresso, mas de espírito regionalista e historicista. Uma intenção que descreve firmemente, em memória descritiva (Relatório Geral, 1949), de modo a optar sempre pelas soluções, que melhor se ajustem, quer ao momento, quer às circunstâncias locais. (Costa, 1949, p.11).

A base conceptual do Plano de Faria da Costa baseia-se num Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão,¹⁷⁹ não pressupunha, um Plano de Execução mas sim, um Plano Director;

Com esta afirmação quer-se apenas frisar que **o que interessa neste estudo são os princípios diretores**. O traçado de arruamentos, localização de edifícios públicos, parcelamentos etc. [...] não devem ser tomados como elementos rígidos, mas antes interpretados como **linhas de rumo**.” (Costa, 1949, p.10).

Faria da Costa, reconhece também, que existiam **idealismos de impossível realização**. A imposição forçada dos mesmos, de modo imperativo e rejeitando a realidade do que é, “[...] por aquilo que se entende que deveria ser, é o mesmo que impor que todos tenham um gosto igual ao seu, necessidades semelhantes às suas, ou que a cor amarelo seja a cor por todos preferida.” (Costa, 1949, p.11).

A identidade de Faria da Costa, parece-nos cada vez mais paradoxal, nas medidas disciplinares e higienistas prescritas à cidade, isto porque, recorre a uma operação urbanística que rejeita a repetição sistematizada, própria do modelo modernista, a favor de uma plasticidade linguística, de raízes culturalistas. Recorre várias vezes à rua-canal, a edifícios hierarquizados, a praças e sobretudo a unidades de vizinhança. Trata-se mais de um plano **polissémico do urbanista**¹⁸⁰, num discurso urbano e

¹⁷⁹ Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão da Freguesia da Amadora, 1949, Faria da Costa. (Costa, 1949).

¹⁸⁰ À semelhança do Bairro de Alvalade, 1945; Subcapítulo 3.3 - Dois Planos Urbanos de Excelência de Faria da Costa.

arquitectónico distanciado da Carta de Atenas, substancialmente entregue a um modelo erudito da tradição historicista; (Tostões, 2009, p49)

A “política de espírito” tende a repor uma certa história, balizada entre um Império e um Portugal rural, folclórico, entendido na superficialidade da sua doçura como virtude de resistência à degeneração dos tempos modernos. E, procurando exaltar a mais profunda “alma” portuguesa, ancora as referências culturais num pátrio passado heroico. (Acciaiuoli, apud Tostões, 2009, p49)



Ilustração 120 – Centro urbano da Amadora, s.d. Exemplo de uma rua canal. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, s.d.).



Ilustração 121 – Rua da localoção do edifício dos Recreios Desportivos da Amadora, s.d.. Atual Av. Santos Mattos. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1949).



Ilustração 122 – Centro urbano da Amadora, próximo à estação de caminho de ferro ca. 1949; ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1949).

4.2.1.1. PLANO E CONCEITO DE UNIDADE DE VIZINHANÇA

A Amadora dos anos trinta, era constituída por um pequeno centro urbano, próximo da estação ferroviária, resultado do **primeiro fenómeno de urbanização da cidade**, praticado por uma pequena classe burguesa. A habitação predominante era a **moradia unifamiliar** de gosto pitoresco. Esta **ocupação espontânea** concentrou a população da Amadora neste pequeno núcleo durante toda a década de quarenta e cinquenta, e para a sua extensão, Faria da Costa projeta, sob forma de mimetismo designando uma nova - **Zona de Extensão de Moradias**, ou seja, propõe a construção de várias moradias de maneira a ocuparem a encosta da Mina, numa solução que variava entre Habitação Económica e Habitação Unifamiliar espaçada. Enquanto que, próximo às Portas de Benfica, na Venda Nova, propõe um programa de habitações económicas; na Venda Nova, sob forma de bairros operários, na proximidade com a nova Praça. Perante estas diferenças entre classes económicas a ocuparem simultaneamente o mesmo território, Faria da Costa mantém como resposta urbana, a articulação entre várias classes sociais, como faz no Bairro do Restelo (1938-1940) sendo que no exercício para a Amadora nos parece com melhor resultado, pois assegura uma melhor - **unidade de vizinhança**¹⁸¹.

Aos autores que teorizaram os conceitos de “unidade de vizinhança”, interessavam mais **questões sociais** e a **organização funcional da cidade** [...] quer pela clareza de conceitos, quer pelos resultados das primeiras experimentações, conheceu um inegável sucesso e influenciou a organização das áreas habitacionais a partir dos anos vinte. (Lamas, 1993, p.318)

O experimentalismo urbano da Amadora, poderá constituir-se, agora, como um estímulo no debate urbano que Faria da Costa nos apresenta - Uma proposta urbana de **vínculos tradicionais**, entregue ao revivalismo urbano da cidade, como forma de reger a sua expansão; dedicou-se em **umentar o numero de equipamentos**, de **reestruturar as redes viárias, zonificação, complementaridade de funções de serviços, centro cívico e cultural, indústrias e comércio**, mas sobretudo, **limitar a densidade habitacional**. (Costa, 1949 p. 12)

Tudo isto, conceitos e medidas que fariam da cidade da Amadora, uma cidade autónoma, funcional e articulada, com a finalidade de não se traduzir num bairro-dormitório de Lisboa. A unidade de vizinhança é teorizada nos anos vinte, pelo arquitecto e urbanista americano Clarence Artur Perry¹⁸² numa reflexão crítica às

181 Unidade de vizinhança: teorizada inicialmente por sociólogos americanos; Robert Park, Ernest Burges, Charles Horton Cooley e Robert Woods, e Artur Perry durante o início do séc. XX.

182 Clarence Artur Perry (1872-1944): “*The neighbourhood Unit: A scheme of arrangement of the family-life community*” in: *Vol. VII of Regional Servery of New York and its Environs, New York, 1929, dedicando-se aos problemas urbanos de Manhattan.*

relações sociais e comunitárias entre habitantes de cidades modernas de rápida expansão. O conceito de unidade de vizinhança de C. Perry e Faria da Costa, arquitectos contemporâneos, parece-nos interessante abordar, ainda que tratem cidades absolutamente distintas. No exercício de descentralização no bairro Alvalade¹⁸³ (1945) demonstra-se adepto desta medida, o mesmo fará na Amadora, que já dispunha de um núcleo residencial próximo à estação ferroviária, – o consagrado Bairro da Mina, que o urbanista amplia, numa continuidade aos esforços dos poderes locais, que constituíram o bairro, num primeiro exercício, no início do séc.XX.



Ilustração 123 - Primeiras ocupações urbanas na Amadora, concentrada no Bairro da Mina, e junto à Estação ferroviária, ca.1944. (Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, ca. 1944).

¹⁸³ Plano de Urbanização a Sul da Avenida Alferes Malheiro, 1945, Faria da Costa. O Bairro de Alvalade, ocupou 230 hectares, 12. 000 alojamentos para cerca de 45.000 habitantes, realojando em parte, habitantes das demolições do Martim Moniz, (Plano de Faria da Costa, não concretizado).

O processo de urbanização do bairro da Mina, partiu da iniciativa do seu proprietário, António Cardoso Lopes¹⁸⁴, que nos antigos terrenos agrícolas em torno de uma mina de água, de **forma empírica** - ergue um conjunto residencial destinado a reduzida classe aristocrata. Inaugurado a 13 de Abril de **1913**, o Bairro Parque da Mina¹⁸⁵, implementa-se na Amadora criando a par com os núcleos operários da Venda Nova, um **dos primeiros fenómenos de ocupação urbana**, que Faria da Costa integra, na sua proposta de expansão da cidade em 1949.

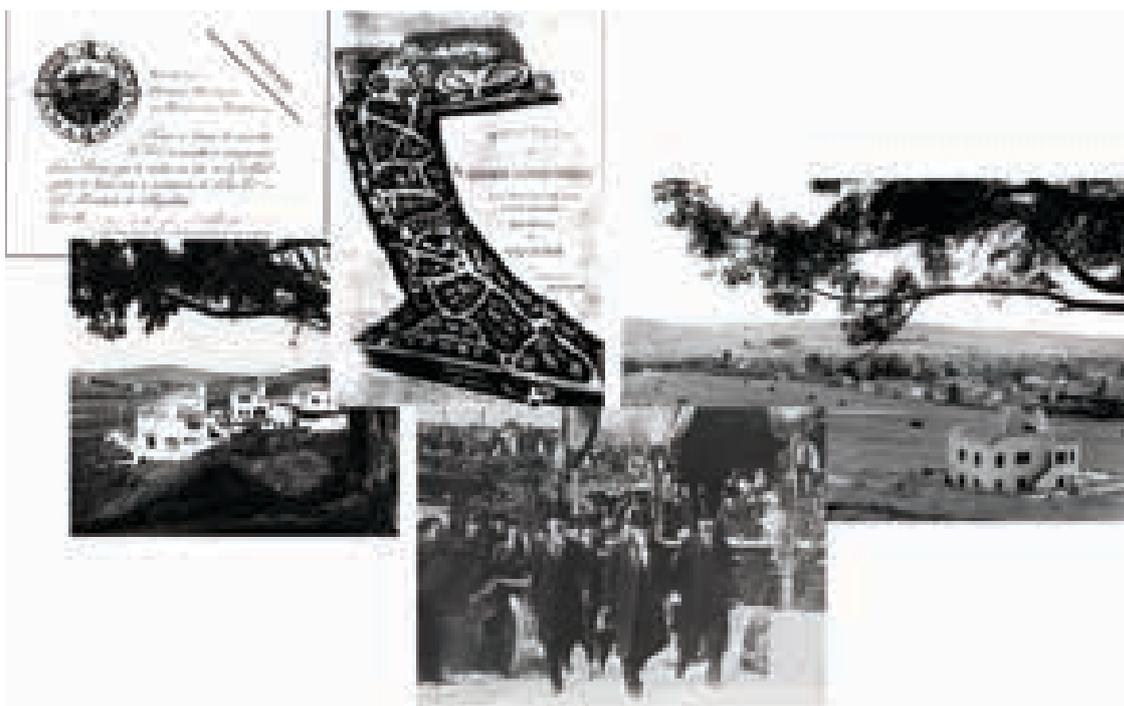


Ilustração 124 - António Cardoso Lopes, s.d.; Projecto do Grande Bairro-Parque da Mina na Amadora, 1913; Inauguração do Bairro da Mina com a visita do Presidente Manuel de Arriaga, 1913. Desenho de perspectiva de habitação no Bairro da Mina, s.d.; Convite para a inauguração do Grande Bairro-Parque da Mina na Amadora, 13 de Abril de 1913. ([Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 1913).

O conceito americano de unidade de vizinhança, é integrado no Plano da Amadora, pelo razoável controlo do número de habitantes, para que durante a sua expansão, não se percam as relações diretas entre habitantes locais, uma tendência que a cidade moderna não foi capaz de travar. Para tal, havia que conceder à cidade uma distribuição harmoniosa de equipamentos e serviços, que motivasse relações espontâneas entre habitantes, assim como a articulação entre várias classes sociais no mesmo território. Uma utopia urbana, que Faria da Costa preconiza em Alvalade 1945, e logo a seguir, na Amadora 1949.

¹⁸⁴ **António Cardoso Lopes** (1864-1944): Vereador da Câmara de Oeiras, Empresário e Urbanizador do Bairro da Mina.

¹⁸⁵ Bairro da Mina: Bairro da autoria de António Cardoso Lopes, proprietário dos antigos terrenos agrícolas.

O urbanista regista na década de quarenta, um total aproximado de 13.300 habitantes, e dentro dos princípios diretores do plano urbano, a expansão da Amadora havia de ser devidamente regulada, respeitando o principal critério de expansão do urbanista, que se resumia a melhorar o panorama arquitectónico e urbano da cidade, mas **nunca aumentar**;

se quisermos que ele conserve o seu carácter arrabaldino, há que estabelecer princípios e normas [...] O critério que seguimos foi o de planificar a freguesia da Amadora como um todo definitivo constituindo um aglomerado urbano auto-suficiente e, uma vez completado, haveria que melhorar, mas não aumentar. (Costa, 1949, p. 49)



Ilustração 125 – Plano de Urbanização da Amadora, Plano de Apresentação, 1949, Faria da Costa. – Marcação das áreas de estudo, Mina e Venda Nova. ([Adaptadp a partir de:] Direção-Geral do Património Cultural, 1949).

Para a modernização urbanística do território arrabaldino de Lisboa, havia que facultar todas as condições condignas ao serviço do dia a dia da classe trabalhadora, dentro e “fora de portas”¹⁸⁶. Faria da Costa preconiza um **aglomerado urbano autossuficiente**, procurando a independência de Lisboa, e caso este se ampliasse de forma significativa, havia que então que “[...] encaminhá-lo no sentido doutro aglomerado satélite independente deste [...]” (Costa, 1949, p.5).

Os conteúdos programáticos variavam desde a habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares, centro cívico, centro cultural, centro de desportos e igrejas,

¹⁸⁶ Referência às Portas de Benfica.

uma vez que o contacto directo com Lisboa não se traduzia sustentável, havia que fazer da Amadora, pelo seu potencial crescimento, uma cidade-satélite. Não resistimos, no entanto, a comparar a experiência urbana de Faria da Costa no Bairro do Restelo¹⁸⁷ (1938-1940), um bairro de combinações entre vários estratos sociais, o modelo de aldeia portuguesa, articulada com o modelo de cidade-campo inglês, mas o bairro do Restelo não se traduziu num núcleo autónomo, este é mais um bairro inteiramente dependente de Lisboa. (Costa, 1949, p.7).

Quanto ao comércio, é destinado, principalmente, às necessidades locais porque o contacto directo diário com Lisboa não lhe consente um desenvolvimento que vá além do comércio a retalho [...]. Estas zonas são constituídas por pequenos núcleos estando o principal localizado junto da Estação do Caminho de Ferro e entendendo-se até à Rua Elias Garcia. (Costa, 1949, p. 6,19)

Faria da Costa, parte exatamente do mesmo conceito defendido por Perry, referindo a importância da **proximidade dos equipamentos com as habitações**, o alicerce para as relações sociais e comunitárias. Na obra *“The neighbourhood Unit”*¹⁸⁸ (1929), afirma que as relações e trajetos da vida social só se concretizam graças às utilizações de serviços comuns, que a organização funcional da cidade, deveria dispor a distâncias percorriéis, num ambiente cómodo e agradável. A vida social e coletiva polariza-se essencialmente segundo os equipamentos disponíveis, formando pequenas unidades autónomas, cada vez maiores. (Lamas, 1993, p.320)

Our investigations showed that residential communities, when they meet the universal needs of a family life, have similar parts performing similar functions. In the neighborhood-unit system those parts have been put together as an organic whole. (Perry, 1929, p.488)

Parte das teorias de unidade de vizinhança foram adaptadas à urbanística formal de Faria da Costa. Tal como em Alvalade, na Amadora é visível o seu método de planificação dos equipamentos distribuídos em vários pontos do perímetro do plano urbano, num processo racionalizado, lógico e económico de forma a “[...] igualizar a oferta e o acesso aos serviços para toda a população [...] compatíveis com as preocupações morfológicas.” (Lamas, 1993, p.322). - Faria da Costa, apresenta no desenho de Plano Urbano para a Amadora, o desejo de implementar, equipamentos como cinemas, centros culturais e recreativos, três novas igrejas e o novo centro cívico da cidade. (Costa, 1949, p.22).

Residents may be unhappy with the neighbourhood in a great city if they do not dare let their children play outside because of fast-moving traffic, their children cannot get to school without crossing a freeway, there is no convenience store nearby to buy groceries, or they not have access to parks and playgrounds. (Perry, 1929, p.486)

¹⁸⁷ Plano Geral de Urbanização da Encosta da Ajuda. 1938-1940, Faria da Costa; Bairro do Restelo.

¹⁸⁸ *“The neighbourhood Unit: A scheme of arrangement of the family-life community”*, 1929.

Onde se dedica com maior intensidade, é na **distribuição dos equipamentos escolares**. Em Alvalade, distribuía as escolas nos interiores de cada célula habitacional, para que os habitantes se deslocassem a uma distância fixada em 500 metros, (Lisboa. Câmara Municipal, 1948, p.11).

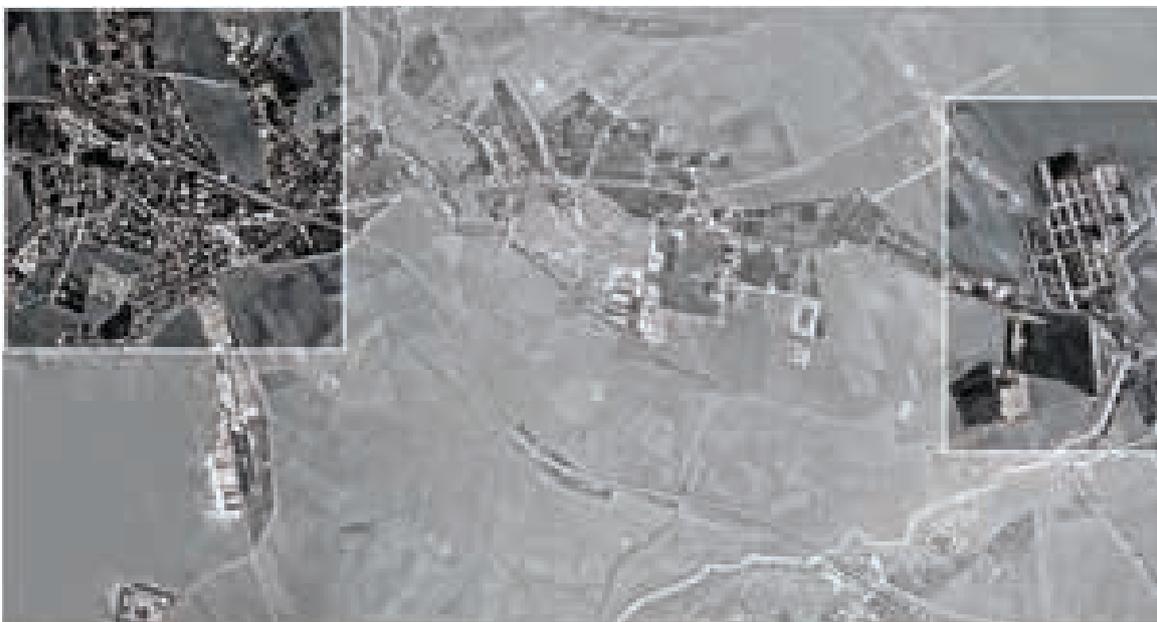


Ilustração 126 – Centro urbano consolidado na Amadora, mais à esquerda, Bairro da Mina, e à direita, Bairro operário da Venda Nova,- levantamento aéreo de 1944. (Adaptado a partir de:] Direcção Geral do Território, 1944).

Na Amadora, propõe duas novas Escolas de Ensino Secundário, e oito novos grupos escolares, dispostos no território, acessíveis a toda a população, seguindo a experiência do equipamento escolar como unidade organizativa, de Clarence Perry; “[...] **neighbourhood units should be built around schools.**” (Perry, 1929, p.486);

[...] the primary school was the central institution to which nuclear families with young children related. The quality of the school was the most important factor in deciding which school district to live in and the location of a house in relation to school affected home-buying choices. (Perry, 1929, p.486)

Mas o período áureo da Amadora, não se estende até ao século XXI - as ocupações urbanas, correspondia em grande parte, à pequena burguesia, que se ocuparia do Bairro da Mina, enquanto que os restantes habitantes, como os funcionários do Parque Industrial, passam a ocupar paulatinamente os bairros vizinhos contribuindo para uma descaracterização territorial, mas sobretudo para um tecido urbano denso. O resultado, é uma paisagem urbana plural e heterogénea, de vários grupos socioeconómicos. (Nunes, 2011, p.193)

4.2.1. METAMORFOSE URBANA

Já se havia alertado, que a arquitectura da década de quarenta e cinquenta, ultrapassaria o quadro meramente estético, “[...] apontando para uma resolução social e política do “problema da habitação.” (Tostões, 1997, p.87), e será nesse contexto que Faria da Costa é convidado a realizar o Plano Urbano da Amadora, iniciado em 1944, e concluído em 1949.¹⁸⁹

Com o advento do urbanista no território, procura-se alterar a vida de uma população **predominantemente rural**, da aldeia da Porcalhota, para uma população **predominantemente urbana** - Cidade da Amadora, que num primeiro exercício consideramos uma proposta urbana paradigmática da natureza artística de Faria da Costa, mas que não se traduziu capaz de sobreviver às pressões do aumento populacional, que implicou o incumprimento de alguns preceitos idealizados no Plano;

[...] Logo atrás daqueles os “patos bravos” vieram negociantes de maior vulto, apoiados por fortes capitais, que compravam quintas inteiras, bons terrenos de sementeira, contratavam técnicos para fazerem o projecto de casa e de arruamentos, sem obediência de qualquer plano, com o único objectivo de satisfazerem os seus interesses especulativos [...] (Coelho, 1960, p.73)

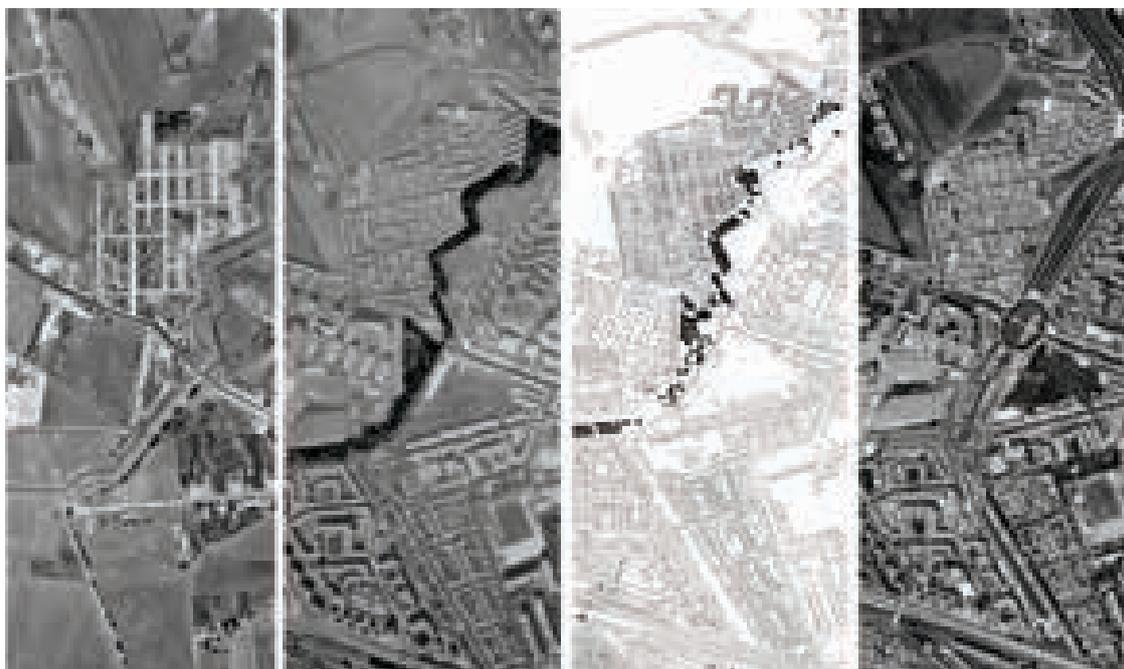


Ilustração 127 – Venda Nova, Portas de Benfica, conjunto progressivo segundo; Levantamento aéreo 1944; Levantamento aéreo 196-; Execução do PER, 2003 e Levantamento aéreo, 2012. (Adaptado a partir de:] Portugal. Direcção Geral do Território, 1944; Portugal. Direcção Geral do Território, 1965 e Amadora. Câmara Municipal, 2012)

As cidades são seres demasiados complexos, e escapam demasiadamente ao nosso controlo, por sua vez, sujeitas a demasiadas variações culturais. São simplesmente, enormes factos da natureza humana, aos quais nos temos de adaptar. Que no caso

¹⁸⁹ Ano da conclusão do Relatório Geral, de acordo com os dados facultados pelo acervo do SIPA.

da cidade objeto de estudo – Amadora, tem o seu início na década de quarenta, num processo de urbanização consideravelmente lento, por oposição à explosão urbana que teve lugar na década.¹⁹⁰ Nos anos quarenta, à semelhança de outros territórios periféricos a Lisboa, a Amadora antes de o ser¹⁹¹ era constituída por uma paisagem meramente campesina, pontuada por núcleos residenciais de veraneio da alta burguesia. Não subsistindo às pressões urbanas da década de sessenta, as moradias e quintas vieram dar lugar ao denso conjunto habitacional que se formou num processo aditivo e pouco articulado.

O caso de estudo que nos propomos ilustrar, representa muito bem as circunstâncias a que os postulados inscritos nos planos urbanos estão infelizmente, sujeitos, uma vez que expostos a condicionantes sociais, culturais e económicas. A chegada de Faria da Costa ao território da Amadora, dá-se na década da Obra Pública, abordando uma periferia de Lisboa, predominantemente rural, mas em riscos de se transfigurar, quer pela proximidade a Lisboa, quer pelo parque industrial, que no território se implementava vigorosamente. (Nunes, 2011 p. 201)

Apoiado nas vias férreas, o maior crescimento populacional da Amadora dá-se aquando da construção do **Parque Industrial da Venda**, descrito no primeiro capítulo, constituindo-se em mais um dos subúrbios, cujo ritmo de crescimento¹⁹², ultrapassava o ritmo da capital lisboeta, de tal modo, que culminou no uso dos solos para fins meramente residenciais. O crescimento da Amadora é desencadeado em dois pontos de orientação, um deles, expresso pela ocupação linear em lotes de terreno ao longo das estradas e dos caminhos rurais, neste caso, da Estrada Real rumo a Sintra, materializada pela atual Rua Elias Garcia. O outro, formou-se a partir das aberturas de ruas secundárias articuladas com o caminho-de-ferro e indústrias. Assim começa a ganhar forma, o subúrbio industrial fora de portas¹⁹³ pela proximidade do novo pólo industrial- Venda Nova.

A Amadora, desde cedo, se constitui como localização industrial atrativa, registando uma das primeiras fábricas do parque, em 1931¹⁹⁴ ano que marca o arranque da actividade do parque, e do cenário fabril característico deste território, durante as décadas seguintes, que dão lugar à nova mancha da fixação humana, fixados nos espaços livres circundantes ao parque industrial; “[...] nos decénios seguintes,

¹⁹⁰ Ao abrigo do Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, 1948 da autoria do urbanista De Gröer, para a CML.

¹⁹¹ Amadora é constituída, cidade a 11 de Setembro de 1979; Lei n.º 45/79, de 11 de Setembro.

¹⁹² A constituição do tecido urbano, será analisado numa leitura diacrónica, através da fotografia aérea e das imagens recolhidas do espólio pessoal do arquitecto-urbanista, cedidas pelo SIPA- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico- Direção-Geral do Património Cultural.

¹⁹³ Junto às Portas de Benfica.

¹⁹⁴ Fábrica da Companhia BIS- Borrachas Industriais, Subcapítulo 2.1.2.

unidades produtivas de escala variável foram compondo as duas mais importantes zonas industriais da Amadora – a **Venda Nova** e a **Falagueira** – e, com elas, apareceram e densificaram-se bairros operários na sua envolvente.” (Nunes, 2011, p.183).

A concentração industrial, vem, deste modo, modelar a própria morfologia urbana da cidade, levando Faria da Costa a produzir novamente, uma **zona do Plano dedicada a residências operárias**, à semelhança do exercício praticado anteriormente na Encosta da Ajuda (1938-1940), ainda que, na Venda Nova, se manifeste em menores dimensões, até porque as habitações económicas, destinavam-se a trabalhadores fabris do parque, e não a funcionários públicos ou militares com isenções financeiras, como as casas económicas do Restelo. (d’Almeida, 2013, p. 288).



Ilustração 128 – Habitação económica, Bairro Operário da Venda Nova, ca. 1950. (Amadora. Câmara Municipal, ca. 1950).

O exemplo das casas económicas que Faria da Costa propõe no Restelo (1940), constituía um núcleo habitacional, totalmente dependente da capital, com apenas um ponto de abastecimento de bens. A ausência de veículos próprios por parte da população, dificultou ainda mais o acesso ao centro de Lisboa, onde poderiam satisfazer as necessidades mais básicas do seu quotidiano. A falta de equipamentos e zonas comerciais, implicou deslocações morosas, e mais uma desarticulação entre centro e periferia. No entanto, o triunfo da unidade de vizinhança, atinge-se nos planos posteriores ao exercício do Restelo, Alvalade, e depois, Amadora. (d’Almeida, 2013, p.211)

A envolvente da Amadora era uma larga extensão de campo. A distância à cidade de Lisboa e à sua mais recente frente urbana era considerável, quer em termos de tempo, quer em termos de custo. A circulação no interior deste núcleo compacto tendia a realizar-se a pé. A Amadora dos anos quarenta era um subúrbio citadino, industrial e residencial. A sua condição face a Lisboa era predominantemente arrabaldina. (Nunes, 2011, p.201).

A Amadora dos anos quarenta, era, de facto, como também descreve João Nunes, um **subúrbio citadino industrial**, e atendendo a este ponto de vista, denotamos alguns cuidados de apetrechar a cidade de equipamentos e vias de acesso favoráveis à população. O plano surge por ímpeto de Duarte Pacheco, que havia exigido enquanto Ministro das Obras Públicas, a aplicação do quadro legislativo¹⁹⁵ a municípios com população superior a 2.500 habitantes¹⁹⁶. A Amadora, enquadrava-se, e bem, nestas características, pela proliferação populacional acentuada num hiato de cinquenta anos, compreendido entre 1920 e 1970, passando de um total de 6.900 habitantes para 112.000 habitantes. (Lôbo, 1995, p. 39)



Ilustração 129 – Amadora rural, ca.1950 e Amadora urbana, 2018. ([Adaptado a partir de:] Lisboa. Arquivo Municipal, ca. 1950; Maps. Google, 2018).

Em primeiro lugar é indispensável que todas as câmaras municipais possuam plantas topográficas, em escalas apropriadas, das zonas urbanas de maior interesse público. Depois, não deverão empreender-se quaisquer trabalhos de urbanização que não estejam subordinados a um plano convenientemente delineado com a previsão do futuro (...) e o Governo confia que as câmaras municipais ponham nisso o seu maior interesse – ficará assegurado que, de futuro, nenhuma obra de urbanização se

¹⁹⁵ Decreto-Lei 24.802 de 21 de Dezembro de 1934: Diploma que fixa a obrigatoriedade de as câmaras municipais exigirem planos gerais de urbanização não só para sedes dos municípios, como para todas as localidades com população superior a 1.500 habitantes, com crescimento demográfico superior a 10% entre dois recenseamentos consecutivos, abrangendo ainda outros centros urbanos designados pelo Governo como zonas de interesse turístico, recreativo, climático, histórico ou artístico. Existia também a obrigatoriedade de finalização do Plano em três anos, uma vez disponível a informação topográfica necessária.

¹⁹⁶ Número consideravelmente inferior à legislação francesa, que por exemplo, estipulava o limite de 10.000 habitantes.

realizará que não seja parte integrante de um plano geral de urbanização devidamente concebido. (Decreto-Lei 24.802 *apud* Lôbo, 1995, p. 39)

Na perspectiva¹⁹⁷ de Faria da Costa, a cidade da Amadora, tem a notável **origem nos tempos modernos**, evoluindo da aldeia da Porcalhota – ponto de paragem dos que se deslocassem rumo a Sintra, para, cidade da Amadora, lugar agora que se via a ser, devidamente, urbanizado. A Venda Nova, é considerada pelo urbanista, numa primeira análise, como um pequeno aglomerado a integrar no Plano a par com a Damaia e a Buraca, e assim a descreveu:

E, assim, a verdadeira história da Amadora começa nos tempos modernos, e, de certo, modo, não é mais do que uma resultante direta do fenómeno urbano da capital [...] Junto às portas de Benfica, este pequeno aglomerado urbano era sítio muito procurado pelos lisboetas para as suas patuscadas de domingo “fora de portas” e para as fugidas noturnas de fidalgotes. (Costa, 1949, p.2)

4.2.2. ZONAMENTO – LINGUAGEM URBANA DA OBRA PÚBLICA

Parece-nos necessário, enquanto refletimos sobre o Plano de Urbanização da Amadora, fazer uma breve alusão ao período da Obra Pública, no presente subcapítulo. Não poderíamos aflorar esta questão, pois este será o contexto cultural em que Faria da Costa se insere, quando é encarregue da realização do Plano. Faria da Costa, é a figura mais paradigmática do urbanismo nacional, recém-chegado de Paris e sem qualquer experiência profissional, é-lhe delegada a responsabilidade de criar o plano do Bairro de Alvalade, de 1945 – Este será o seu primeiro exercício urbano, a materializar-se, efetivamente. De seguida, começa a traçar as primeiras intenções para a Amadora, (1947-1949). Encontramos, pontualmente, algumas práticas e semelhanças entre estes dois planos contemporâneos, sobretudo, nos momentos em que atribui o mesmo discurso na Amadora, relativamente à densidade populacional estipulada, e nas questões da habitação social – operária. Um vocabulário formal ao tom do regime, em que recorre, novamente à estratégia do **zoning**¹⁹⁸ como medida organizativa base de toda a operação.

Foram várias as experiências que Faria da Costa desenvolveu em torno das questões habitacionais, de uma população economicamente fragilizada, mas que representava grande parte da população pelo crescente fenómeno migratório. Numa primeira intervenção camarária, desenvolve no Plano para o Restelo (1938-1940) um conjunto de casas económicas dispostas em banda; em Alvalade, um sistema de oito células de conjuntos habitacionais para vários estratos sociais; e por fim, na Amadora com o

¹⁹⁷ Relatório Geral do Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora, no Concelho de Oeiras, 1949.

¹⁹⁸ *Zoning: the act of deciding, or the decision that has been taken about, what particular use an area should have.*

Bairro de carácter operário situado na Venda Nova – mais um exemplo da perspectiva ideológica do regime, de casas modestas mas cómodas, atribuídas à população migratória próxima dos **modelos de aldeia portuguesa**. (Ferreira, 1987, p.34).

essa obra, variada e multiforme, de majestosos edifícios ou pequenas habitações graciosas, [...] não nasceu por acaso, mas do nosso próprio conceito do Governo e da sociedade portuguesa, ou seja, de uma sociedade hierarquizada sem privilégios, trabalhadora sem servidão, modesta sem miséria, progressiva sem despegar-se do passado que se orgulha. (Salazar, 1948)

O desafio, no Restelo, foi muito semelhante ao desejo para a Venda Nova; a Encosta da Ajuda, era em parte, destinada a uma zona residencial nobre, para uma população de maior poder económico, fixada numa zona privilegiada da cidade.

Na Amadora, a população aristocrática estava concentrada no bairro residencial da Mina, desde 1913, ocupando moradias de gosto pitoresco, assentes sobre os terrenos agrícolas de António Cardoso Lopes. A relação entre o bairro burguês e o bairro operário, é garantida pela expansão do bairro operário da Venda Nova para norte, no sentido da encosta da Mina, uma extensão constituída essencialmente por moradias unifamiliares espaçadas. (Costa, 1949, p. 12)

No domínio do Plano, o tipo de habitação a implementar, seria a moradia unifamiliar, uma vez que esta já dominava o território nos anos quarenta. Mas as tipologias habitacionais de outras orientações, viriam muito provavelmente, predominar sobre aquela. (Costa, 1949, p. 6). Através do zonamento, são definidas áreas funcionais, comerciais e sobretudo habitacionais; concomitantemente pretendia-se a construção de “[...] **habitação coletiva alinhada** [...]” (Costa, 1949, p. 6), moradias, e habitação operária. Sendo que para a primeira;

[...] aos capitalistas, seria de aconselhar em certos casos o tipo de moradia isolada para quatro ou seis famílias, o que, de certo modo, não deixaria de ser um prédio de rendimento e teria a vantagem de conciliar-se aos seus interesses com as características que pretendemos para a Amadora. (Costa, 1949, p. 6)

Da ideologia à prática, o instrumento do *zoning* nem sempre foi bem aceite, ainda que este tenha sido uns dos instrumentos estruturais do planeamento urbano mais explorado por Faria da Costa. No caso de Alvalade, aplica a medida na constituição das oito células que dividem o plano, com um equipamento escolar no seu interior. O mesmo acontece na zona que designa para o Bairro Operário da Venda Nova, que apesar de menor dimensão comparativamente a Alvalade, se poderá constituir como objeto de estudo perfeitamente comparável, uma vez planos contemporâneos. A estratégia do *zoning* teve lugar em vários exercícios de planos urbanos europeus, no entanto, ganhou uma maior expressão na escola francesa de urbanismo, de onde o

artista em questão advém, como prática recorrente. (Lisboa, Câmara Municipal, 2013, p.1).

Relembramos que, Etienne de Gröer, contemporâneo de Faria da Costa, e professor no célebre Instituto de Urbanismo de Paris, onde lecionava teoria urbana sobre as cidades-jardim de Howard, também aplica a estratégia do *zoning* na construção do Plano Director de Lisboa de 1948. A maioria dos trabalhos de arranjo e projetos, contaram com as doutrinas urbanas francesas de Faria da Costa, numa estreita relação com o urbanista russo. (Lôbo, 1993, p.92)

Para regularizar a cidade de Lisboa, de Gröer insiste na utilização do **zonamento** para requalificar a expansão da cidade no sentido norte, cujo princípio de ordem, vai de encontro ao instrumento de urbanização moderno de forma a ordenar a cidade, sob uma **estrutura funcionalista**. Apoiado no princípio do zonamento, de Gröer define diversas áreas do território para várias finalidades, entre **equipamentos, habitação, comércio, e áreas verdes**, de modo a contrariar o “[...] zonamento natural da cidade [...]” (de Gröer, 1948, p. 185);

Sobre toda a superfície da cidade (parte antiga e parte nova) estende-se uma zona mista, sem carácter determinado, nem saudável, nem agradável como lugar de habitação [...] É mesmo a negação do urbanismo. A instituição do zonamento moderno tem a maior urgência, para que se possa acabar com esta desorganização urbana.” (de Gröer, 1948, p. 185).

A construção do Plano estende-se por quase dez anos, e Faria da Costa acompanha o processo, como figura próxima de De Gröer, - os únicos arquitectos da CML especializados em urbanismo – Mas a verdade é que a questão do zonamento, por várias vezes, se torna alvo de controvérsia; Muitos questionavam a lógica de acomodar cidadãos por categorias, algo que Faria da Costa defende não utilizar como instrumento de segregação entre classes económicas, mas como **modo de servir as preferências de cada população**;

o zonamento a fazer não tem por fim criar zonas operárias, de classe média ou abastada, etc., mas sim zonas de condições diferentes para as quais a população se orientará mais pelas suas conveniências do que propriamente pela profissão ou nível de vida [...] (Costa, 1949, p.12)

Este **modelo de produção urbana** triunfa, no vasto conjunto de planos urbanos entregues a Faria da Costa, optando pelo método do zonamento como ponto de partida para o desenho morfológico do Plano. Deste modo, os urbanistas modernos passam por enfrentar o problema da habitação, agora, como um problema organizado, ao serviço da natureza de cada cidadão, um - urbanismo que pressupõe fazer além de cidade, sociedade. (Bourdin, 2011, 83)

É sabido que uma população com forte percentagem de classes trabalhadoras só terá habitação, ou por intermédio dos capitalistas [...] ou através dos bairros económicos [...] O nosso Plano não foi previsto para um prazo determinado de anos, mas sim para uma determinada população a cujas necessidades há que dar satisfação, e é isso que propormos fazer. (Costa, 1949, p.6)

Na Planta de Utilização do Solo (Zonamento) - apresenta a regulação do uso dos solos divididos em sectores. Pela primeira vez no território, faz-se reconhecer uma fórmula urbana esquematizada, de modo a relacionar a eventual expansão urbana idealizada, conjugada com o tecido pré-existente, isto é, nas zonas de moradias promover uma nova zona de expansão de moradias, mas sobretudo determinar a **densidade habitacional em cada zona**. Um processo de expansão por mimetismo, digamos, que denomina “[...] extensão para os aglomerados da Amadora [...]” (Costa, 1949, p. 24)

Havia então, que adequar o novo processo de urbanização – agora regulado - com o anterior processo de crescimento natural da cidade, uma vez que se formou sem se **acompanhar por nenhum instrumento regularizador**, a que chamamos, - **processo espontâneo**.

O *zoning*, por vezes, levado ao extremo, é um processo que a muitos causa desagrado. O próprio termo sugere uma segregação social criteriosa, que alimenta “[...] o isolamento em guetos ordenados [...]” (Lefebvre, 2012, p.104) mas devemos ressaltar, que a separação realizada por Faria da Costa, é, para nós, entendida, como uma forma organizativa de **regulação do crescimento** espontâneo da cidade, que, numa fase inicial, não se fez acompanhar por nenhum instrumento legislativo. Nessa perspectiva, parece-nos que o urbanista, dedica-se mais a questões de organização funcional do que propriamente, social.

Quando o urbanista, menciona o zonamento na memória descritiva do Plano, define dois pontos de especial concentração urbana, a Mina como destino burguês e a Venda Nova, como destino tendencialmente operário. A mesma importância foi dada aos dois estratos sociais, principalmente, no que diz respeito às qualidades urbanas desejadas para o bairro operário; “[...] garantindo-lhe fácil acesso aos eventuais lugares de trabalho e apetrechando os diferentes núcleos com locais de diversão, educação, cultura e desporto [...]” (Costa, 1949, p.12).

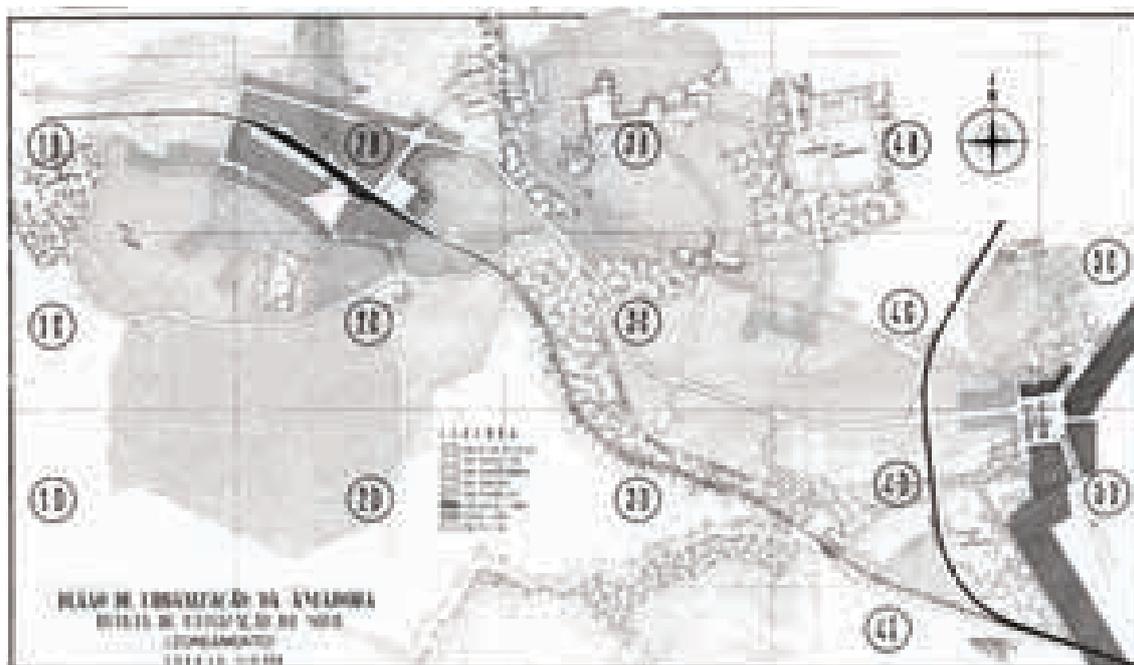


Ilustração 130 – Plano de Urbanização da Amadora; Planta de Utilização do Solo (ZONAMENTO). Distribuição do tipo de habitação, Faria da Costa, 1947. (Direção-Geral do Património Cultural, 1947).

Utiliza uma trama quadricular definindo vários perímetros circunscritos na área do Plano, e decreta, desse modo, as várias tipologias habitacionais formando pequenos conjuntos, para cada trama. O preenchimento diferenciado, relembra-nos a divisão das células em Alvalade, mas, desta vez, liberta-se dos quarteirões tradicionais fechados – em forma de “U”. Para a Amadora, o desejo de Faria da Costa, seria a predominância de moradias espaçadas, dispostas em áreas livres, envolvidas em pequenos jardins. Atrevemo-nos a comparar esta disposição, com o plano da Ajuda, - Bairro do Restelo (1938), uma comparação que não se cinge apenas a tipologia habitacional que é evidentemente, semelhante, mas por também desenvolver o plano adaptando-se à topografia acentuada, primeiro na encosta da Ajuda, e agora na encosta da Mina.



Ilustração 131 – Processo de expansão do Parque Industrial da Venda Nova; ca 1940 ; ca 1960 e 2012. ([Adaptado a partir de: Amadora, Câmara Municipal, 2012).

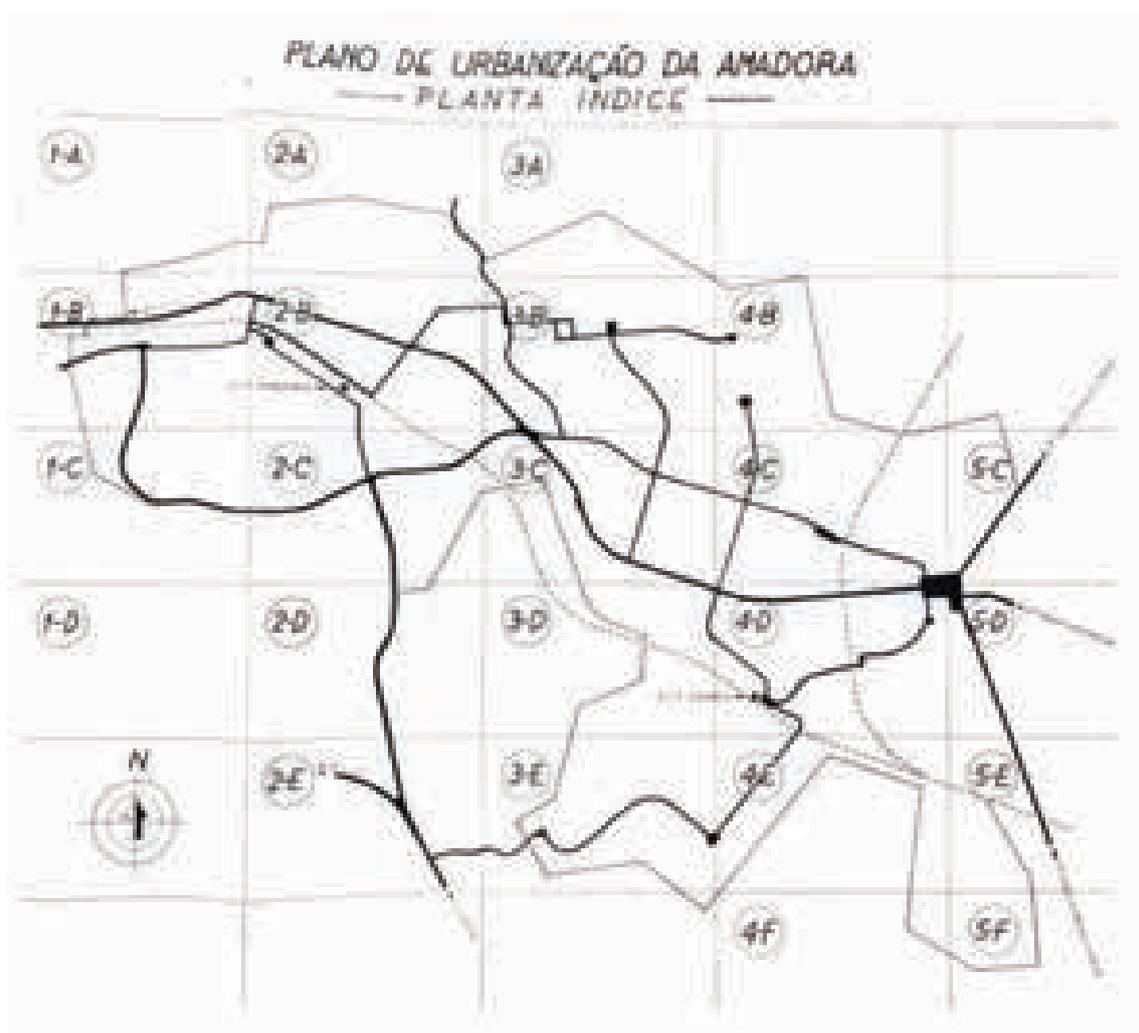


Ilustração 132 – Planta índice, artérias de circulação principais, Faria da Costa, 1949. (Direção-Geral do Património Cultural, 1949).

O crescimento disforme, que florescia em certos pontos do território, seria deste modo disciplinado, num urbanismo moderno, preconizado pelo Estado Novo – que nas cidades com mais de 2.500 habitantes havia de impor, **medidas regularizadoras**. (Lôbo, 1993, p.39)

Deste modo, praticou-se um programa de democracia urbana, materializado por um conjunto habitacional operário, capaz de corresponder às necessidades básicas da sua população; próximo do local de trabalho, da capital (Portas de Benfica), composto por equipamentos, edifícios públicos e zonas verdes. No entanto, parece-nos, que a **ordem urbana** continua a ser uma **recordação do passado**, ou talvez um privilégio de cidades adormecidas, ou num cenário quase impossível - intactas. (Bourdin, 2011, p.106).

A partir do zonamento, definiram-se; zonas destinadas a Edifícios Público, dispondo de: três novas Igrejas, duas escolas de ensino secundário, oito novos grupos escolares, Centros Culturais e Recreativos, e Centros de Assistência. Localizado no

tecido urbano mais antigo do território, junto à Estação de caminho de ferro, um Centro Cívico onde se reuniam os Serviços Administrativos. (Costa, 1949, p.22).

Relativamente ao comércio, e edifícios públicos, Faria da Costa ressalva, a condição¹⁹⁹ de criar obrigatoriamente várias “ [...] **reservas arborizadas** [...] a fim de garantir no futuro, locais próprios para os edifícios de interesse público **agora imprevisíveis** [...]” (Costa, 1949, p.1) as manchas arborizadas, ladeiam quase todos os conjuntos os urbanos dentro do perímetro do plano, contornados pela **green belt**/cintura verde de contenção, de forma a limitar a potencial e indesejada, expansão urbana. [...] Estavam lançadas as premissas funcionalistas do Planeamento urbano português das décadas seguintes- zonificação dos usos, higienização [...] e forte aposta na segregação viária.” (Grande, 2002, p.129).

Enquanto que, no passado se limitava a intervir no território afim de solucionar questões de saneamento e circulação, o advento de urbanistas especializados na escola francesa, permite uma nova visão no urbanismo nacional - que abre finalmente portas para a **interdisciplinaridade** dedicando-se não apenas à função como à imagem da cidade. Para a Amadora, a imagem pretendida, seria a de uma cidade aprazível, com uma oferta de várias tipologias habitacionais, de forma a atender à diversidade económica da população, sobretudo operária, que dominou durante anos, grande parte do território.

Na praxis urbana de 1949, Faria da Costa expressa o planeamento urbano como uma das funções mais nobres, embora, muitas vezes, limitada; neste caso, o meio limitador do projecto, foram as relações socioeconómicas da população como refere o parecer do Ministério das Obras Públicas;

O lugar da Venda Nova foi criado junto às Portas de Benfica com características nítidas de uma área habitacional de agregados familiares de recursos modestos. Este surto é contemporâneo da criação das zonas industriais da Venda Nova e das Fontainhas. (Parecer nº3110, Conselho Superior das Obras Públicas, 1962, p.68)

Neste exercício urbano, foi moderno, no que diz respeito à organização distributiva das funções, equipamentos, e até na libertação do interior dos quarteirões para espaços livres e arborizados. E ao mesmo tempo, tradicional, pela constituição de bairros autónomos, de densidade horizontal, unidade de vizinhança, e sobretudo pela **conservação e expansão da rua corredor / rue-corridor**, que os modernos aboliam.

¹⁹⁹ Definição do Plano de Arranjo e Extensão. Programa de Urbanização - Artº.1.

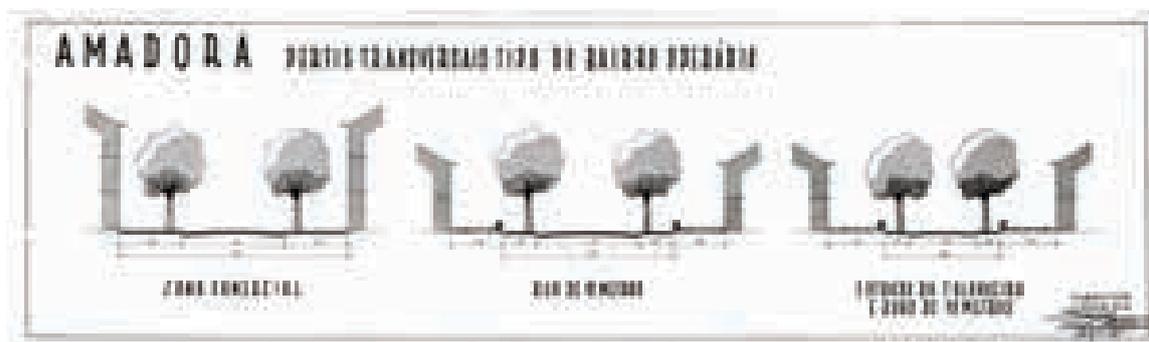


Ilustração 133- Perfis Transversais tipo do Bairro Operário, rua corredor, Faria da Costa, 1949. (Direção-Geral do Património Cultural, 1949).



Ilustração 134 – Bairro da Mina, década de quarenta, cinquenta. Rua corredor na Mina s.d. (Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, s.d.)

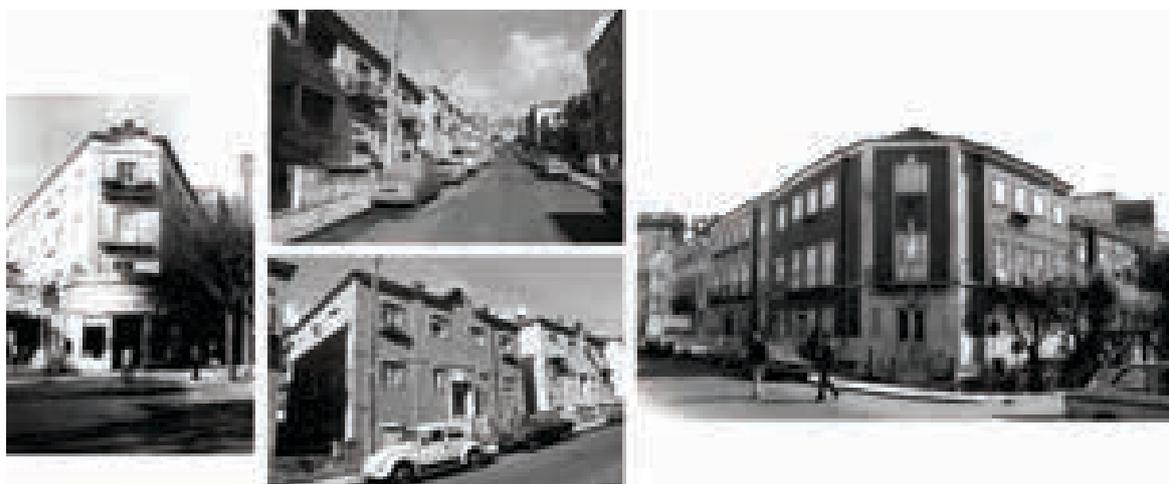


Ilustração 135 – Bairro da Mina, ca. 1950 (Amadora. Câmara Municipal, ca. 1950).

A Amadora viu-se servida muito cedo com o caminho de ferro, inaugurado em 1887, com o advento do comboio a vapor. (Amadora, 1990, p.145) A malha urbana, era,

portanto, ocupada sob estrutura de forma linear, numa ocupação arbitrária e sem critério. Mas se, por um lado, a penetração da artéria do caminho de ferro se representou obstáculo à expansão homogénea do território urbano, por outro, auxiliou uma espécie de organização morfológica, promovendo ocupações lineares na ocupação do solo rural. O contacto com as vias de comunicação, é deste modo, preservado no Plano, de forma a assegurar “[...] uma boa intercomunicação com toda a região.” (Costa, 1949, p.14).

O zonamento do Plano, conta também, com a estudo de novas vias de circulação, variando entre **artérias de circulação principais**, para as quais define um limite mínimo de 12 metros, e para as secundárias de 9 metros. A rua canal, seria, portanto, uma rua arborizada, de vias pedonais para acesso à habitação, e ainda previa o potencial alargamento, das áreas destinadas a comércio e residência coletiva. (Costa, 1949, p.15)

4.2.3. O MODERNISMO NA DISCIPLINA DA CARTA DE ATENAS

A **Carta de Atenas**²⁰⁰ é introduzida em Portugal no período pós-Guerra, com uma nova promessa urbana, discutida e apresentada em Portugal no I Congresso Nacional de Arquitectos em 1948, cuja tradução para o idioma português, se deve ao arquitecto Nuno Teotónio Pereira²⁰¹, (Toussaint, 2016). Na perspectiva ideológica de Le Corbusier, não havia país nenhum no Mundo, que não se visse, de certo modo, atingido pela renovação ideológica proclamada na Carta de Atenas, fruto de um cálculo universal (Corbusier, 2008, p.39).

O que para nós importa ressaltar, neste trabalho, são os traços comuns, entre a base metodológica que revolucionou o urbanismo Moderno Mundial, com a urbanística, quase sempre, formal, do arquitecto Faria da Costa. Como já admitido anteriormente, torna-se desafiante, definir os modelos culturais de Faria da Costa, uma vez que se apresenta por vezes, adepto do brutalismo moderno, mas no que diz respeito ao planeamento urbano, mantem-se normalmente, fiel à expressão tradicionalista.

O impacto da Carta de Atenas, incidiu na consolidação do pensamento moderno da nova geração de arquitectos portugueses, afirmando-se perante o conservadorismo do

²⁰⁰ *La Charte d'Athènes*; a presente Dissertação considera a segunda versão da Carta de Atenas, por Le Corbusier, escrito no âmbito dos CIAM – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, em 1933, a bordo do navio *Patris II*, em Atenas. Em Portugal, as teorias da *Ville Radieuse* corbusiana, são traduzidas por Nuno Teotónio Pereira nas páginas da *Revista Técnica - “A Arquitectura e a Engenharia na Construção”*, na edição de Dezembro de 1943 e na edição nº143 de Janeiro de 1944.

²⁰¹ O documento coletivo resultado do IV CIAM, foi publicado dez anos mais tarde por Le Corbusier, intitulado “*La Charte d'Athènes*” em 1943. Em Portugal, as teorias da *Ville Radieuse* corbusiana, são traduzidas por Nuno Teotónio Pereira nas páginas da *Revista Técnica - “A Arquitectura e a Engenharia na Construção”*, na edição de Dezembro de 1943 e na edição nº143 de Janeiro de 1944.

Estado Novo, celebrado em 1948, **no I Congresso Nacional de Arquitectos**, que contou como é claro, com a ilustre participação²⁰² de Faria da Costa. O afastamento das imposições urbanas do Estado Novo, também tira partido do afastamento precoce de Duarte Pacheco em 1943, após acidente fatal. Abriram-se, finalmente, novas oportunidades para que finalmente, os arquitectos respondessem por si próprios, segundo as suas vontades, libertos dos cânones tradicionais, proclamados pelo regime. (Salvatore, 2015, p. 126)

Que no estudo dos problemas do Urbanismo e da Edificação se encarem objetivamente os princípios expressos da Carta de Atenas, sempre que se apresentem problemas em fases idênticas às que deram origem ao seu enunciado, e **não esquecendo nunca que a sua aplicação deve fazer-se em estreito contacto com as realidades nacionais**. (Atas do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, 1948, p.39)

O Congresso é reduzido ao fascínio pelas teorias dos CIAM²⁰³ que corriam a Europa, centrados debate às soluções habitacionais, de cidades atingidas pela II Guerra Mundial. Uma problemática a que Portugal felizmente se viu alheio, no entanto, o Congresso surge, oportunamente, como modelador multidisciplinar da praxis arquitetónica das décadas posteriores; “A década de 1950 em Portugal será, por isso, um período em que é possível encontrar **propostas com várias géneses**: o modelo das cidades operárias, cidades-jardim ou bairros-jardim, e urbanismo derivado da Carta de Atenas [...]” (Carvalho, 2016, p.155).

Ainda que Portugal, neste período, escape às graves destruições da II Grande Guerra, havia que dar também resposta às questões habitacionais da realidade demográfica e sociocultural de Lisboa, que já registava uma forte proliferação migratória. Na Amadora, o acontecimento que mais contribuiu para o problema da habitação, foi a intensificação e expansão desregulada do Parque Industrial. As migrações proliferavam a olhos vistos, potenciadas pela promessa de novos empregos nas unidades industriais, um aspeto determinante para o cenário urbano e social em que se insere o caso de estudo escolhido, - Venda Nova, que, num hiato entre a década de cinquenta e sessenta **já ultrapassava** substancialmente, os limites populacionais indicados no plano. (Nunes, 2011, p.188)

²⁰² Desempenhou a função de Tesoureiro no I Congresso Nacional de Arquitectos, em 1948.

²⁰³ CIAM: Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna.

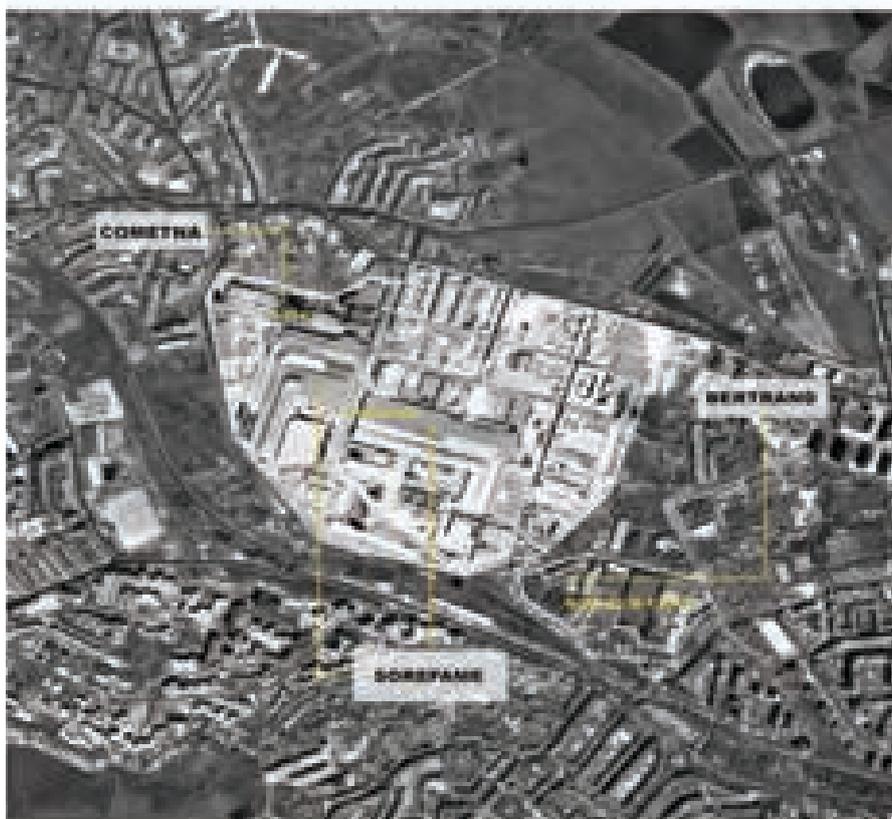


Ilustração 136 - Localização do parque industrial da Venda Nova, 1944; Progresso urbano e expansão do parque industrial da Venda Nova. ([Adaptado a partir de:] Direcção Geral do Território, ca 1944 e Amadora. Câmara Municipal, 1965).

A resposta nacional, para o constante aumento de operários e funcionários do Estado, preocupada o Ministério das Obras Públicas, que recorreu à promoção²⁰⁴ de um programa de habitações económicas²⁰⁵ em 1947, apoiado na Federação de Caixa de Previdência. (d'Almeida, 2013, p. 199)

As casas construídas destinar-se-iam aos chefes de família assalariados operários, membros dos sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis ou militares e operários permanentes dos quadros do Estado e dos municípios. As casas a construir seriam habitações unifamiliares com quintal, com tipologias correspondentes aos agregados familiares (Marques de Almeida, 2009, p. 192)

Queremos, contudo, dizer, que se tratam, naturalmente, de respostas arquitectónicas e urbanas distintas, mas contemporâneas. Le Corbusier em França, opta pelo brutalismo das *Unités* de alta densidade vertical, enquanto que os nossos arquitectos nacionais, tradicionalistas, mas recordando – ao encargo programas habitacionais ditados pelo Regime, optavam por moradias de baixa densidade, normalmente em banda. Uma sistematização horizontal, que Faria da Costa privilegia não só no projecto de Casas Económicas do Restelo²⁰⁶ (1947-1952), como n o Bairro Operário da Venda Nova (1949). (d'Almeida, 2013, p. 53)



Ilustração 137 – Rua Manuel Matos, Venda Nova, 1968. (Goulart, 1968).



Ilustração 138 – Rua Óscar Monteiro Torres, Venda Nova, 1968. (Goulart, 1968).

²⁰⁴ Os programas de apoios e fundos para a construção de casas económicas além de variados, estendem-se desde 1933 até à Revolução de Abril de 1974; o início dá-se em 1933 com a formação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Secção das Casas Económicas. Após 39 anos de vigor, em 1972, a Direcção-Geral é transferida para o Fundo de Fomento à Habitação que vigorou até ao 25 de Abril.

²⁰⁵ Federação de Caixas de Previdência: primeiros projetos propostos para as Células I e II do Bairro de Alvalade.

²⁰⁶ Os projetos de Casas de Renda Económica, do Estado Novo, são apresentados no I Congresso Nacional de Arquitectura, de 1948, com o exemplo das Células I e II de Alvalade, do Plano de Faria da Costa, 1945, enquanto que o arquitecto Jacobetty Rosa, é encarregue do “Estudo de Casas de Renda Económica”, 1945.

Faria da Costa expressa o tradicionalismo da obra pública, na aposta de conjuntos habitacionais horizontais, de baixa densidade. Sugere que os edifícios não ultrapassem os quatro pisos habitáveis, ocupando a superfície do solo com pequenas moradias em banda, por mimetismo da pré-existência, de humildes casas pitorescas, fixadas na Venda Nova. (Costa, 1949, p. 4)

Em contraste com este panorama, faziam-se edificar os grandes blocos residenciais, do brutalismo moderno, por toda a Europa. Le Corbusier, defendia uma visão progressista, que pressupunha a organização da população em **densidades verticais**, como a - *Unité d'Habitation* de Marselha (1952), de centenas de apartamentos²⁰⁷ (Merin, 2016).



Ilustração 139 – Reabilitação e conservação do Bairro operário da Venda Nova, 2018. (Ilustração nossa, 2018)

Deste modo, se faziam alojar as grandes massas de população trabalhadora, fixadas nas coroas urbanas de grandes cidades, sujeitas à divisão funcional entre Habitação – Trabalho – Lazer e Circulação. Parece-nos clara, a adaptação que Faria da Costa faz dos modelos modernistas, de habitats coletivistas em grande escala. Em vários pontos, se reconhece o tradicionalismo formal na morfologia do plano, não se tratando apenas na aposta de baixa densidade habitacional, mas na distribuição e articulação

²⁰⁷ Complexo residencial para 1. 600 moradores.

de equipamentos públicos, prestando a oferta de serviços tanto em áreas mais nobres, como em áreas mais económicas, de forma a que todos os cidadãos se recreassem. (Grande, 2011, p.161)



Ilustração 140 – Esquismo, Le Corbusier. "O dia solar de 24 horas faz uma pausa na actividade dos homens", 1968. ([Adaptado a partir de:] Carta de Atenas, 1968).

C'est l'habitation qui est le centre des préoccupations de l'urbaniste et le jeu distances sera réglé d'après sa position sur le plan urbain en conformité de la journée solaire de vingt-quatre heures qui rythme l'activité des hommes et donne la mesure juste à toutes leurs entreprises. (Corbusier, 1968, p. 79)

À luz do progresso, a nova geração de arquitectos que introduz planos urbanos derivados da Carta de Atenas, servia-se do pragmatismo como unidade de medida, satisfazendo o interesse comum ao invés do particular, através de uma rígida separação de funções, que não se adequou, nem a Paris nem a nenhuma cidade moderna europeia. Pelo que merecem destaque os nossos arquitectos e e urbanistas nacionais, que traçam as linhas diretoras do plano a respeitar, (Costa, 1949, p.11), mas flexíveis quanto à sua rigidez, de acordo com as características de cada território. Assim nos alerta, Keil do Amaral, contemporâneo de Faria da Costa, nos quadros da Câmara Municipal de Lisboa;

A construção maciça de prédios, rigorosamente alinhados e encostados, também não passam de uma banalidade convencional que nos não convém nem ilustra. Em Paris e noutras grandes cidades criaram com esse sistema notáveis conjuntos, pelas perspectivas, sábios enquadramentos; mas nós não somos franceses, nem Lisboa é Paris... Não temos a mesma cultura, nem as mesmas tradições de grandeza e monumentalidade [...] (Amaral, 1969, p. 151)

No quadro nacional, sabe-se que é na década de cinquenta que com as operações urbanas de Olivais e Chelas²⁰⁸, se observa a verdadeira referência de segregação funcional – de vias de circulação, habitação e equipamentos, envolvidos nos blocos residenciais que tomaram a Carta de Atenas como modelo de referência operacional.

²⁰⁸ Plano dos Olivais 1962, no âmbito do Gabinete Técnico da Habitação de Lisboa, Plano de Rafael Botelho e Carlos Duarte. Plano de Chelas 1966, Gabinete Técnico da Habitação de Lisboa, Plano de Rafael Botelho e Silva Dias.

Le cycle des fonctions quotidiennes – O ciclo de funções diárias, é assegurado pelo acesso às artérias de comunicação viária, pedonal e férrea, dispostos no Plano de Faria da Costa, especialmente na preservação da rua canal, à disposição da população operária, mas principalmente, pela localização do Bairro, isto é, na proximidade do Parque Industrial, uma distância que poderia colmatada a pé – economia de tempo – “*l'économie de temps*” é vencido pelo jogo de distâncias. E por fim, “*C'est l'habitation qui est le centre des préoccupations de l'urbaniste*” - a Habitação, como centro das preocupações do urbanista. (Corbusier, 1968, p. 79)

Le cycle des fonctions quotidiennes: Habiter, Travailler, se Récréer (Récupération), sera réglé, par l'urbanisme, dans l'économie de temps la plus stricte, l'habitation étant considérée comme le centre même des préoccupations urbanistiques et le point d'attache de toutes les mesures. Le désir de réintroduire dans la vie quotidienne les « conditions de nature » semble, au premier abord, conseiller une plus grande extension horizontale des villes ; mais la nécessité de régler les diverses activités sur la durée de la course solaire s'oppose à cette conception, dont l'inconvénient est d'imposer des distances sans rapport avec le temps disponible [...] (Corbusier, 1968, p. 79)

Para o bairro de baixa densidade da Venda Nova, recorre novamente à estratégia utilizada no plano de Alvalade - um **equipamento escolar** no interior da célula habitacional. Além da escola, define um equipamento para fins lúdicos – cinema, e mais a norte, na extensão das casas económicas, um edifício de Ensino Técnico, Escola, Centro Cultural e Centro de Desporto. Um vasto conteúdo programático para atender a uma população, em evidente crescimento.

A nova cidade, a cidade do futuro idealizada por Le Corbusier, funcionava como uma “Máquina Viva” de volumes monolíticos, (*Unités* – vila vertical) de alta densidade habitacional, distribuídos sob áreas verdes e organizados numa grelha cartesiana, que formariam um sistema padronizado. As respostas modernas à escassez habitacional do pós-guerra, em Berlim, Moscovo e Paris, são solucionadas pelas *Unités d' Habitation*. Um objeto monumental, totalmente inspirado nas *Unités* da Cidade Radiante, adaptada em vários países. (Merin, 2016)

Mas a *Ville Radieuse* corbusiana, pressupunha, como bem se sabe, uma profunda desarticulação com o passado – **tábua rasa**.

The “Radiant City” was to be a linear and ordered metropolis of the future. It was ambitious, a blueprint not only for a more rational urban environment but also for radical social reform [...] Corbu's approach to his visionary Ville Radieuse was an extension of other conceptual cities he had been working on, including the Ville Contemporaine and Plan Voisin. Notably, the latter of these sparked controversy after Corbu suggested razing historical parts of Paris to build it. (Kohlstedt, 2018).

Le Corbusier, propõe, a destruição integral do centro de Paris para poder criar uma nova cidade - **radiante**, erguida das cinzas, - de forma a **enterrar o passado tradicional** em prol da manifestação do progresso modernista. Neste ponto encontramos, talvez, uma das **maiores distinções** entre estes dois artistas. Referimo-nos pelo menos, à questão da habitação. A habitação é de natureza tradicionalista, em quase toda a extensão do Plano, ignorando a possibilidade de tábua rasa, para melhor eficácia na resolução dos seus problemas; (Costa, 1949, p.3)

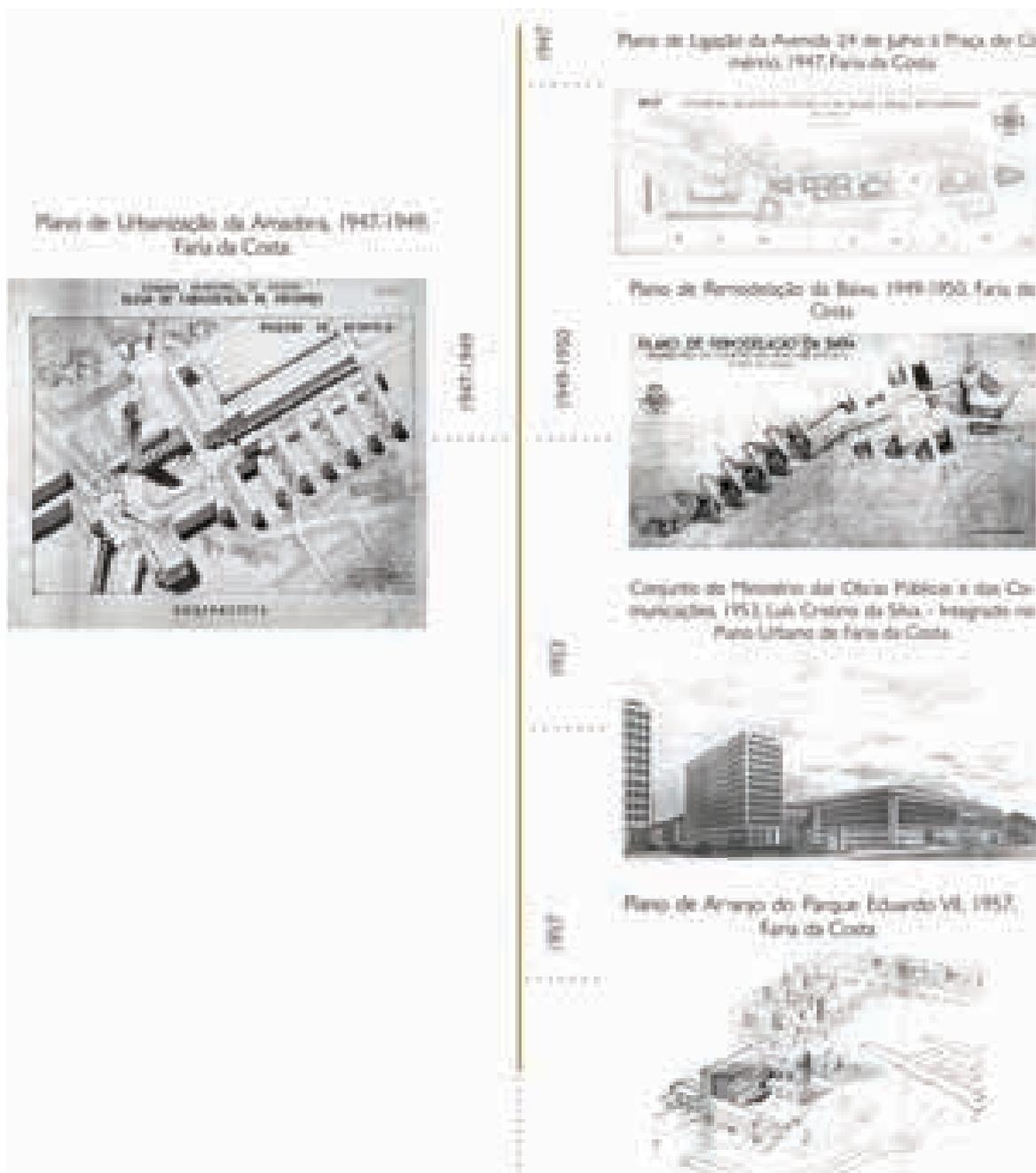


Ilustração 141 - Praças Modernistas de Faria da Costa durante o Estado Novo. Proposta de demolição das Portas de Benfica e Proposta de demolição das habitações do Martim Moniz, para criação da nova Praça. (Adaptado a partir de:] Lisboa. Arquivo Municipal, 1950 e Direção-Geral do Património Cultural, 1949).

O Arquitecto Urbanista, antes de se pronunciar sobre a cidade, faz como um médico o estudo analítico dos antecedentes do indivíduo, ou seja, a sua história [...] É naturalmente o dever do arquitecto urbanista melhorar ao máximo o estado actual da cidade, mas com a máxima prudência e respeito pela sua individualidade porque doutra maneira criaria uma cidade standard [...] (Costa, 2015, p. 239)

Num vocabulário moderno, mas ao mesmo tempo tradicional, as propostas urbanas de Faria da Costa, não se desenvolvem, por via da rutura ou da recusa da cidade existe; as características morfológicas do território, são tomadas como ponto de partida, na matriz do novo plano, uma expansão que segue, portanto, um sentido de continuidade. (Costa, 1949, p.3). O experimentalismo moderno, ganha expressão por Faria da Costa, apenas na proposta da Praça de Entrada da Cidade, (Portas de Benfica). Apenas nesse se ponto, propõe edificar, blocos perpendiculares às principais vias de circulação – Rua Elias Garcia, consumindo por completo, as Portas de Benfica numa atitude de tábua rasa, quase corbusiana, e propondo uma nova Praça de expressão monumental. Na generalidade, não se tem manifestado suficiente moderno, traduzindo-se predominantemente tradicional, no cenário habitacional. No entanto, há que evidenciar, o vasto contributo de projetos e praças de expressão moderna, que propõe a pedido do regime. (Amaral, 1969, p. 153)

De um modo geral e ressalvadas algumas excepções que merecem compreensão e carinho, **temos sido insuficientemente modernos**. Pouco mais fizemos, em Lisboa, quanto a modernizações, do que introduzir em malhas urbanas convencionais, típicas do século XIX, prédios de concepção convencional, apenas vestidos à moderna. (Amaral, 1969, p. 153)

O urbanismo moderno, da Carta de Atenas, pressupunha a **separação de funções** - Habitação, Trabalho, Lazer e Circulação – colocando agora a cidade contemporânea em debate. Se analisarmos superficialmente a estratificação social de cidades provenientes da disciplina moderna, reconhece-se um *habitat* reduzido a segmentos da especulação imobiliária e financeira, de tipologias padronizadas “[...] de uma constrangedora uniformidade [...]” (Grande, 2002, p.170). Quanto a Trabalho e a Lazer, reúnem-se em espaços próprios de centros empresariais e comerciais, as conhecidas – “grandes superfícies”, movidos apenas pela necessidade de consumo. E por fim, analisando a herança da Circulação da cidade moderna, trata-se da função estruturante, dominante da cidade contemporânea, as Circulares de Lisboa como por exemplo, cingem-se a a suportar o contacto, de programas consumidores de grandes extensões e espaços urbanos em acessos “[...] cujos espaços coletivos envolventes se tornam residuais e fragmentados [...]” (Grande, 2002, p. 172).

As conjunturas do urbanismo da cidade moderna, impede a criação de ligações, pela frágil qualidade de espaço urbano que propõe, os habitantes passam deste modo, pelas distâncias de relacionais a coexistir, ou a coabitar em lugares sem identidade, a

que Rem Koolhaas intitula de “Cidade Genérica” - aquela que não contempla memórias ou sedimentação do tempo; (Koolhaas, 2014, p.41)

A cidade genérica, é rigorosamente multirracial... sempre fundada por pessoas por pessoas em trânsito, determinadas a seguir adiante. Isto explica a insubstancialidade das suas fundações [...] A grande originalidade da Cidade Genérica é simplesmente a de abandonar o que não funciona - o que sobreviveu ao seu uso - para romper a capa de asfalto do idealismo os martelos pneumáticos do realismo e aceitar qualquer coisa que cresça no seu lugar [...] A cidade genérica é tudo aquilo que fica do que costumava ser a cidade. (Koolhaas, 2014 p.42)

4.3. PROJECTO E IMPLEMENTAÇÃO

Keil do Amaral, arquitecto contemporâneo e colega de Faria da Costa, já havia alertado, que a corrida frenética da década cinquenta às cidades, colocaria em causa, a implementação substancial de planos urbanos anteriores. Apenas uma década após a conclusão do Plano de Urbanização da Amadora, de 1949 e de muitos outros, no âmbito do Plano Director de Urbanização de Lisboa, de 1938, o crescimento da cidade expressa-se numa **expansão essencialmente suburbana** e presumivelmente, desregulada, consumidora do tradicionalismo local, em prol de densidade urbana. Eloquentes, foram as previsões de Keil do Amaral, que identificou a década em que se iniciou a descortesia com Plano Urbano de Faria da Costa;

Em 1940, a Amadora, por exemplo, contava 9 752 habitantes e ainda não perdera a sua feição **tradicional**. Isso esboçou-se na década seguinte, em que a população subiu para 18 796 pessoas. Mas consumiu-se nos anos ulteriores, até 1960, em que o recenseamento revelou a existência na Amadora de 47 746 habitantes! (Amaral, 1969, p. 20)

As principais linhas de força do Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, de 1938, concluído em 1948, pressupunham iniciativas como a criação do parque de Monsanto, a construção de um aeroporto internacional a norte da cidade, a construção da ponte sobre o Tejo, criação de uma zona industrial na zona oriental da cidade, ligada ao porto, criação de uma rede viária radiocêntrica. Será, no entanto, com a regulação **das densidades populacionais** decrescentes do centro da cidade para a periferia, que o Plano de Urbanização da Amadora é entregue a Faria da Costa, em 1949. (Lisboa. Câmara Municipal, 2017).

Queremos, contudo, apontar o primeiro momento em que se processa o desvirtuamento do Plano de Faria da Costa, e claramente que se deve, ao aumento populacional, ultrapassando drasticamente os limites do Plano. O aumento populacional, motivado pelo caminho de ferro e pelo parque industrial, fez com que a cidade, se resgasse pelas costuras, impondo já na década de sessenta, a necessidade de um segundo instrumento urbanístico²⁰⁹. Ainda assim, Faria da Costa equaciona a probabilidade da população aumentar, e nesse caso, haveria que reunir esforços para para melhorar as condições urbanas, mas não permitir o seu agravado aumento. (Costa, 1949, p. 4, 5).

²⁰⁹ Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora, elaborado pelo arquitecto João Aguiar e datado de 1960. (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 147)

Faria da Costa chega com o compromisso criar o Primeiro Plano de Urbanização de iniciativa da Administração Pública, definindo primeiramente; **áreas de expansão articuladas** com o tecido pré-existente, **traçados de arruamentos** com definição precisa do espaço público e definição do **alinhamentos e números de pisos** para as novas construções. (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 167).

Quanto à sua implementação, com efeito, alguns pontos ficaram naturalmente, por cumprir; pela permissividade perante atuações das décadas de sessenta, setenta e oitenta, traduzindo-se na dislexia formal que hoje contemplamos, no denso manto urbano que cobre o território, quase setenta anos após a conclusão da proposta. A par com este exemplo, consideram-se dezenas de planos urbanos do período da Obra Pública portuguesa, que sofreram diversos obstáculos²¹⁰, colocando em causa, a implementação dos modelos urbanísticos do modernismo nacional.

Claramente que se distingue a morfologia urbana da cidade da Amadora, antes (1944), e após Faria da Costa - da aldeia rural a cidade, saiu-se finalmente do registo autoprodução urbana até à produção urbana regularizadora de 1949. Um plano de conjunto, proposto à cidade que finalmente ao mito, de que não usufruiu de planeamento urbanístico. Sintetizando, o Plano de Faria da Costa participou num extenso jogo de forças, incapaz de vencer, ou melhor, implementar-se, na sua totalidade. No entanto, o verdadeiro fruto do capítulo, será a análise e reflexão dos pontos positivos e concretizados, possíveis de reconhecer no panorama urbano atual, resultado desta natureza, contrariando as tendências mais céticas a respeito do território;

O fenómeno não é de hoje nem de ontem, é de sempre. Nesta época agitada em que vivemos, os aglomerados, sejam cidades, vilas ou aldeias, facilmente se divorciam do passado, para se entregarem de corpo e alma ao futuro. A Amadora de hoje nada tem já de comum com a arrabaldina localidade de há 20 e 30 anos [...] (Calixto, 1987, p.103)

A expressão modernista, no domínio do Plano para a Amadora, é apenas pontual. Faria da Costa, propõe um ensaio dessa natureza esboçando uma nova imagem de expressão classicizante e estilizada – a **Praça da Entrada da Cidade** (Portas de Benfica), onde também é visível a influencia das encomendas mais recentes do regime, para as novas Praças do Império, mas também por observar in loco, que a Amadora não dispunha de “[...] monumentos de interesse artístico, havendo apenas a notar alguns Palácios e Quintas do século XVIII [...]” (Costa, 1949, p.2)

²¹⁰ Obstáculos como a: participação dos agentes económicos, sociais, políticos e administrativos.



Ilustração 142 – Praça de Entrada da Cidade, Portas de Benfica. Faria da Costa, 1949. (Direção-Geral do Património Cultural, 1949).

Vários planos, não passaram de desejos impressos em papel pela mão do arquitecto urbanista, tal como aconteceu com a Praça da Venda Nova. A do Martim Moniz também não se ergueu no seu contributo urbano monumental como aspirou Faria da Costa. De expressão monumental, contrariando a tradição do “[...] “portuguesismo” da obra de Arquitectura [...]” (Arquitectura, Atas do I Congresso, 1948, p.38), permite-se uma expressão ao tom do modernismo europeu, que se sobrepunha, às artérias tradicionais e aos campos agrícolas amadorenses. (Arquitectura, Atas do I Congresso, 1948, p.38).

Mesmo assim, possui o plano nas suas propostas e traçados a força e clareza suficientes para resistir até certo ponto (como têm resistido outras zonas) ao processo de desqualificação a que Lisboa está sujeita. Ainda aqui se revelam as vantagens do plano morfológico e do rigor dos traçados e alinhamentos na própria resistência e mudanças abusivas e descontroladas permitidas por uma administração pouco preocupada com o alcance cultural e qualitativo [...] (Lamas, 1993, p. 478)

O novo conjunto seria de composição edificada majestosa, com volumes monolíticos que formariam a nova Praça de Entrada da Cidade, (Costa, 1949, p.12) construída nas Portas de Benfica.²¹¹ Formaria um cenário monumental, assinando o momento de união entre a Amadora e o concelho de Lisboa. (Costa, 1949, p.13) A Amadora poderia então dispor de um novo espaço cerimonial, mas que se implementaria sobre os antigos torreões das Portas, eliminando significativamente, uma pré-existência centenária do património histórico e cultural do território. As praças, na década de quarenta, representavam-se como uma imagem de progresso, que dignificavam a cidade (à imagem do regime), invocando o espírito da capital do império - como não poderá deixar de ser recordado o exemplo da Praça do Areeiro do arquitecto Cristino da Silva, (1943-1949). Esta seria o novo centro do conjunto, numa encenação urbana que poderia caracterizar a cidade, assim dotada de uma nova imagem, a par com as exigências funcionalistas, e que se destacaria do restante tecido urbano, representado numa densidade mais horizontal.

Nesta nova Praça de Entrada da Cidade, Faria da Costa, à custa da servidão das Portas de Benfica, constituía um programa além de habitacional, de equipamentos e serviços; o arquitecto-urbanista determina sete volumes rígidos de “Construção Alinhada”, (representados à direita do desenho) um edifício de “Serviços Públicos”, uma “Gare Rodoviária” confinante à Praça (representado à esquerda da rotunda circular), um Cinema, (representado pelo volume direita da rotunda circular) e um visível alargamento das artérias de comunicação. Quanto à habitação, o desejo seria que esta se designasse “Zona Habitação Coletiva”, podendo estar sobreposta a uma zona comercial, as habitações coletivas dispostas nos volumes de “construção alinhada” seriam desenvolvidas verticalmente, de acordo com o moderno plano de conjunto, contrariando a tendência habitacional do território, do tipo moradia unifamiliar. (Costa, 1949, p.19)

²¹¹ **Portas de Benfica:** Sistema de controlo das entradas de mercadorias na cidade e de cobrança do imposto de consumo sobre géneros alimentares vendidos na capital, no domínio da Alfândega Municipal, criada em Lisboa, em 1852, para fiscalizar os direitos de trânsito para a cidade; “A circunscrição fiscal foi abolida em 1922, pela lei n.º 1368 de 21 de setembro, que extinguiu o imposto do real de água e os direitos de consumo, que se cobravam nas “barreiras” de Lisboa.” (Amadora. Câmara Municipal, 2018).



Ilustração 143 - Exercício experimental, entre a proposta de Faria da Costa, e o tecido urbano atual, Venda Nova Amadora, 2018. (Adaptado a partir de: Maps. Google, 2018 e Direção-Geral do Património Cultural, 1949).

4.3.1. BAIRRO DA MINA – TECIDO URBANO DE BAIXA DENSIDADE

Can possibly be done to make the country more attractive to a work-a-day people than the town – to make wages, or at least the standard of physical comfort, higher in the country than in the town; to secure, and to make the prospects of advancement for the average man or woman equal, not to say superior, to those enjoyed in our large cities?
(Howard, 1902, p. 7)

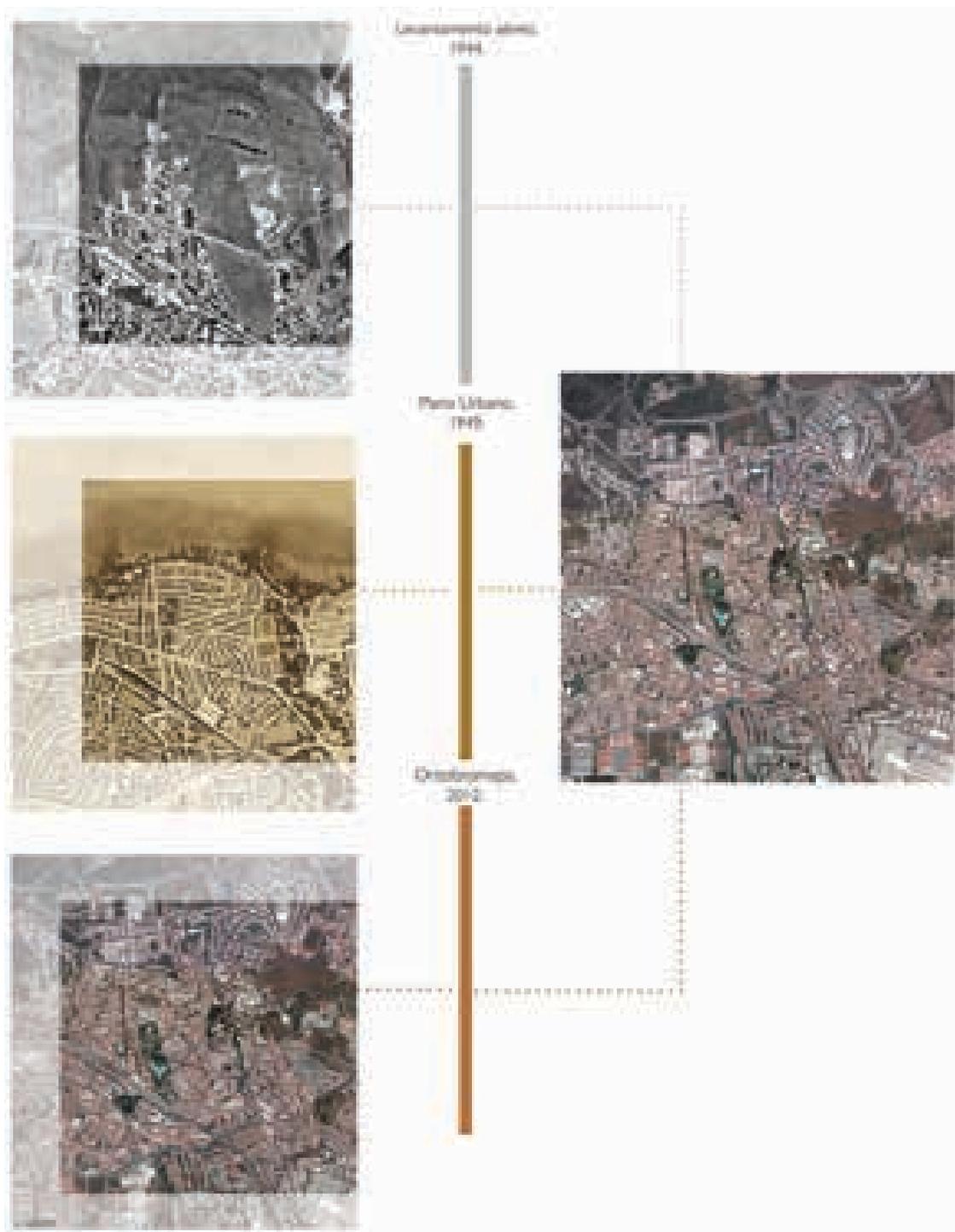


Ilustração 144 – Processo urbano, o plano e a sua implementação. (Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 2018)

No intenso processo de concretização do Plano de Urbanização da cidade da Amadora de 1949, Faria da Costa, para o Bairro da Mina, contempla uma dialética de apropriação das **formas do passado**. O Bairro da Mina já havia iniciado um pequeno processo de urbanização – Plano do Bairro da Fonte da Mina de 1913, por iniciativa do seu proprietário, António Cardoso Lopes. O tecido consolidado antigo, dominava o solo agrícola sob forma de moradias pitorescas, como exposto anteriormente, e é objeto de **valorização** e de reconhecimento **identitário** para o arquitecto Faria da Costa. Como o próprio indica; “[...] sob o ponto de vista pitoresco, as velhas ruas têm quase mais interesse do que os bairros modernos.” (Costa, 1949, p. 25).



Ilustração 145 – Habitação de baixa densidade, Mina, 2018. (Ilustração nossa, 2018).

O Bairro residencial da Mina é composto por um conjunto habitacional de baixa densidade, consolidado já desde os anos trinta, que ocupa zona de acentuada topografia da encosta, sob a forma de moradias. Numa posição tradicionalista, revivalista e sobretudo, formalista, Faria da Costa promove a expansão do Bairro num processo formal mimético, de modo a estender as tipologias habitacionais, a norte da encosta, na defesa da **memória coletiva local**, em cortesia ao - primeiro conjunto residencial da Amadora (Ferreira, 2012, p. 49). A expansão do conjunto residencial da Mina (Plano de 1949), resultou do recurso sistemático do fogo, como base estrutural de desenho da cidade, uma prática urbanística muito recorrente de Faria da Costa. (Lobato, 1950, p. 334)

Dadas as características do terreno [...] contamos como principal zona de habitação unifamiliar toda a meia encosta do Bairro Novo da Mina [...]. O tipo de habitação que responde melhor aos desejos de toda uma população e reúne melhores condições de higiene é o **tipo de casa unifamiliar com jardim**. (Costa, 1949, p. 19, 23)

O bairro residencial burguês, serviu durante décadas, uma classe trabalhadora em Lisboa, que de modo a agilizar deslocações, fixam-se na Mina, próximos da estação ferroviária. Uma ocupação linear, estratégica, que marcou um dos primeiros assentamentos humanos do território. Neste aspeto é evidente o paralelismo da Cidade Linear de Soria y Mata²¹² (1882), concentrado nos bens essenciais e conforto da população, beneficiando dos novos meios de transporte, afins tirar vantagens dos bairros periféricos; “[...] a cada família uma casa, em cada casa uma horta e um jardim [...]” (Soria y Mata *apud* Marques 2012, p. 79)



Ilustração 146 – Habitação de baixa densidade, Mina, 2018. (Ilustração nossa, 2018).

The means of communication that are in use at any given period in history determine the location of human settlements [...] The founding and the development of cities still depends on their location with reference to the means of communication in use and the consequent accessibility of the region. (Park, 1925, p. 177)

É certo que a Mina representa, a par com a Falagueira e a Venda Nova, um dos primeiros conjuntos residenciais a ganhar forma e expressão sobre os campos agrícolas. De maneira empírica, e muito pouco criteriosa, começaram a traçar-se as artérias de comunicação que estruturavam o mais recente aglomerado urbano do território, e ainda se relembra, que a “[...] circulação no interior deste núcleo compacto tendia a realizar-se a pé.” (Nunes, 2011, p. 201)

O Bairro não expressa uma delimitação concreta, o que o distingue dos demais, é a **baixa densidade residencial** e a **preservação da rue corridor/rua corredor arborizada** que os modernistas aboliam, confere referência e distinção ao bairro, em

²¹² **Arturo Soria y Mata** (1844-1920) – Empresário, Político e Urbanista, nascido em Espanha onde desenvolve o conceito teórico da Cidade Linear num artigo publicado em 1882 no jornal “El Progreso” de Madrid.

contraste com o restante tecido urbano da cidade. Faltou implementar a cintura verde/*green belt* que controlaria a sua expansão indesejada, além de servir como reservatório de ar puro para o bairro residencial, uma técnica com que Faria da Costa já se havia familiarizado, influenciado por Etienne de Gröer, na construção do Plano Director de Lisboa, 1948. (Lôbo, 1993, p. 77)

O afastamento físico, e até mental, do centro urbano de referência – Lisboa, permite uma autossuficiência, que também é assegurada por equipamentos e serviços próximos, do centro urbano menor – Amadora. Uma distância que concede ao bairro, condições semelhantes à de Cidade-Jardim. Na perspectiva de Faria da Costa, havia que controlar o crescimento desadequado do bairro – crescimento disforme, indicando limites máximos para a sua expansão, e altura de pisos habitáveis aconselhado. O advento da unidade de vizinhança, de Robert Park e Artur Perry, ganha forma no Bairro da Mina, pela organização funcional do Bairro, e riqueza de equipamentos e serviços. Faria da Costa determina a construção de três novas escolas no interior do Bairro residencial, um centro cívico para prestação de serviços à população, Centro Cultural e um novo Mercado. (Costa, 1949, p. 22). Ainda que, destes desejos, se tenha implementado apenas o bairro residencial.

Na generalidade, o Bairro da Mina, cumpriu substancialmente as indicações de densidade e arruamentos dispostos no Plano do urbanista (1949), sobretudo, no que ao cumprimento da altura dos edifícios contruídos e “[...] **a rua como elemento principal**, da construção da cidade [...]” (Amadora, Câmara Municipal, 1990, p. 147). Se nos interessarmos a comparar, ilustrações do Bairro na década de quarenta, com as atuais, ambas, representadas neste ensaio, contemplamos uma paisagem arquitetónica cultural, que perpetua a memória coletiva, da cidade antiga. (Nicolau, 2012, p. 33)

Desde a década de trinta que o Bairro é objeto de comparação, dadas as características de Cidade-Jardim inglesa; “Os anos da cidade jardim [...] passando pela abertura de parques e avenidas, bem como uma vasta gama de operações de embelezamento [...] fundadas em objetivos funcionais e utilitários e animados por motivações estéticas [...]” (Nunes, 2011, p. 181).

O conceito de *Garden City*²¹³ (1893), movimento preconizado por Ebenezer Howard, não propunha apenas uma cidade em alternativa ao campo, mas sim uma **alternativa à metrópole**, optando por uma distancia relativa aos centros urbanos insalubres. A

²¹³ Garden City em *To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform*, 1898. Ebenezer Haword. O mesmo livro, mas com outro título, será o célebre “*Garden Cities of To-morrow*” de 1902.

Cidade-Jardim, e neste caso, o Bairro-Jardim, havia que respeitar um crescimento limitado – de conexão com a metrópole, mas distânciada dela - cidade-satélite, de maneira a não comprometer o equilíbrio entre cidade e campo, que Howard indicava - equilíbrio entre dois ímanes, o “íman cidade”, e o “íman campo”. (Carvalho, 2016, p. 31)

The two magnets must be made one. As man and woman by their varied gifts and faculties supplement each other, so should town and country. The town is the symbol of society – of mutual help and friendly cooperation [...] of science, art, culture, religion. And the country! The country is the symbol of God's. (Howard, 1902, p. 17)

Como alternativa à concentração dos centros urbanos, os urbanistas da escola francesa, encontram solução nas formas urbanas de baixa densidade concentrados nos subúrbios, na forma de moradias unifamiliares, com pequenos jardins. As habitações eram protegidas dos contactos diretos com os sons da rua, as fachadas dos edifícios, deixam de fazer o seu limite com a estrada, recuando-se de maneira a favorecer pequenos pátios de acesso às habitações (Lamas, 1993, p. 312).

A predominância dos espaços verdes, deve-se à integração entre cidade e campo, que em muito se traduz no exercício urbano da Mina – um modelo alternativo à cidade moderna, no entanto, também se fez impor pela distinção socioeconómica dos seus habitantes; - “[...] este tipo de habitação está apenas ao alcance daqueles, em bem pequeno número, que dispõem de meios próprios para o fazer [...]” (Costa, 1949, p. 23), - culminando num bairro elitista que privilegiava apenas a parte mais abastada da população local;

[...] no caso da Amadora, duas grandes modalidades de triagem e fixação de diferenças populacionais no território parecem ter-se combinado. [...] a **pequena-burguesia** e, mais tarde, o plural e heterogéneo grupo socioeconómico dos empregados (Nunes, 2011, p.193)

Para a expansão do Bairro da Mina, Faria da Costa é claro; no domínio do Plano de 1949, o processo de expansão havia que respeitar, a tipologia habitacional pré-existente – **moradia unifamiliar espapaçada**. Na possibilidade de existirem outras orientações, deixa um conselho;

[...] aos capitalistas, seria de aconselhar em certos casos o tipo de moradia isolada para quatro ou seis famílias, o que, de certo modo, não deixaria de ser um prédio de rendimento e teria a vantagem de conciliar-se aos seus interesses com as características que pretendemos para a Amadora. (Costa, 1949, p. 6)

Faria da Costa, procura uma adaptação dos modelos de cidade antiga – posição tradicionalista, em adaptação a modelos modernistas, (Lamas, 2007, p. 286), equacionando a potencial evolução urbana da cidade, podendo atingir densidades acima do estipulado, no entanto, com uma visão pragmática sobre as metamorfoses

naturais do território, não deixa de exprimir o seu desejo tradicionalista, de criar um **núcleo autossuficiente**, dentro dos limites de densidade estabelecidos.

A cidade-jardim, pode ser considerada a base do urbanismo moderno português, ainda que mais próxima dos modelos alemães - *Siedlungen*²¹⁴ - bairros satélite de grandes cidades. O conceito de cidade-jardim torna-se, rapidamente, conceito de bairro-jardim, uma que vez se transforma numa proposta meramente suburbana – subúrbio-jardim. Os exercícios dos *Siedlungen*, são naturalmente propostas associadas ao Movimento Moderno europeu, (Costa, 2002, p. 143); no entanto, contemplam uma versão **tradicionalista**, pelo recurso de arquitectura de influência vernacular;

[...] a opção pelo bairro-jardim permitia o recurso à baixa densidade e à relação com a paisagem. Ideologicamente, o bairro-jardim, constituído por moradias e por uma comunidade de pequenos proprietários, era também mais apreensível como modelo vocacionado para o contexto português. (Costa, 2002, p. 143)

Além do mais, é importante ressaltar o quanto o Bairro da Mina se enquadra na inspiração ideológica, do discurso do Estado Novo, que encarrega os urbanistas camarários, de criarem conjuntos urbanos, capazes de invocar os valores solidamente tranquilos da ruralidade – o retorno à terra. Faria da Costa, busca visivelmente, referências ao seu mentor Alfred Agache, na proposta de eixos retilíneos adaptada à acentuada topografia da encosta²¹⁵, fazendo remates curvos, quando necessário, numa malha irregular, diferenciada, mas sobretudo hierarquizada. (Tostões, 2018, p. 58)

Do mosaico morfológico inscrito nos limites do Plano, entendemos o Bairro da Mina, como perpetuação urbana do formalismo de Faria de Costa, numa expressão puramente tradicional, e revivalista. O mesmo modelo de expressão tradicionalista portuguesa, aplicara já no plano canónico de Alvalade. Em muitos aspetos podemos comparar estes dois exemplos urbanos; ambos, abandonam o academismo de quarteirões fechados pela composição livre e espaçada, sendo que nos referimos, às células habitacionais de moradias, claramente. Para Faria da Costa, foi muito difícil suster os ventos europeus que faziam chegar o Modernismo ao Plano Urbano, ramificando na Amadora, duas expressões de dois modelos de referência, na Mina vingou o tradicionalismo e por fim, na Venda Nova, vinga um ensaio de tons modernistas. (Salgado, 2006. p. 14)

²¹⁴ *Siedlung*: Termo alemão que designa, conjunto habitacional. A vasta construção de *Siedlungen*, ganha maior expressão em cidades europeias afligidas pela II Guerra Mundial, Berlim, será palco principal de algumas actuações de *Siedlung*, como o *Hufeisensiedlung* no distrito de Britz. (Wittmann, 2016)

²¹⁵ Claras semelhanças com o projecto o Plano Geral de Urbanização da Encosta da Ajuda, 1938.

Além de edifícios destinados a habitação, moradias e edifícios até 4 pisos, contemplamos no Plano a conservação de espaços livres arborizados ou destinados a instalações desportivas, localização de mercados e de outros edifícios de interesse público como Escolas e Igrejas e Centro Cívico. Quanto aos transportes coletivos, o Bairro da Mina vê-se assegurada pelo Caminho de Ferro. Deste modo, celebra-se o contributo de Faria da Costa na Amadora, em especial, no caso de maior objeto de estudo – Bairro da Mina, de 1949. Numa perspectiva modernizadora, no domínio de um Plano de Arranjo e Extensão (Costa, 1949, p. 1), numa perfeita harmonia com o passado, relembrando um bairro, que surgiu num primeiro exercício, a partir do voluntarismo coletivo da sua população;

É mais do que legítimo – é indispensável – aspirarmos a imprimir a marca do nosso tempo às nossas realizações e ao meio. Só assim manteremos vivo o mundo e generosa a nossa permanência nele. Mas não é preciso, para sermos modernos, fazer crer que não tivemos pais nem avós; que nascemos de geração espontânea, em terras sem ancestralidades dignas de consideração. (Amaral, 1969, p. 198)

O Plano Director Municipal (1990) é muito claro, quanto à implementação do Plano de Urbanização de Faria da Costa 1949, a sua realização é **parcial** e em **pequenas intervenções**, “[...] embora tenha definido uma parte significativa do tecido actual da Amadora, (urbanização da Mina, Rua Cândido dos Reis e a zona da Igreja).” (Amadora, Câmara Municipal, 1990, p. 147). No entanto, tem-se reunido esforços, no sentido de reabilitar e preservar o Bairro residencial da Mina, de forma a perpetuar o formalismo das *Beaux-Arts* de Faria da Costa no território, privilegiando a moradia unifamiliar da cidade-jardim e aparecimento posterior, de edifícios multifamiliares de 3 e 4 pisos com jardins fronteiros. (Amadora, Câmara Municipal, 1990, p. 146)

“Modernizar”, para mim (lá vem a subjetividade), não significa fazer tábua rasa de tudo o que não seja actual, ou não esteja em moda, com estulta pretensão de que o progresso é contínuo e irreversível (e nós somos melhores, portanto, e agimos mais acertadamente, do que os antepassados). Modernizar é antes, no meu entender, a necessidade de estabelecermos relações harmoniosas com o mundo em permanente evolução e ao ritmo dela –uma atitude vital de coerência. (Amaral, 1969, p. 198)

4.3.2. BAIRRO DA VENDA NOVA – TECIDO URBANO DE ALTA DENSIDADE

*In considering whether to conserve or build, it is not possible to disregard today's greater consciousness of the role of the past and the effect of one building upon another, for clearly, beauty must be conserved. The only guide is for prejudice to be swept aside and for each situation to be judged on its visual and functional merits. Mistakes will be made - that goes without question - but if a carefully calculated, cultured approach is taken, **damage will be limited** and **progress** will be made towards creating **living cities**.* (Rogers apud Ângelo, 2012, p. 535)

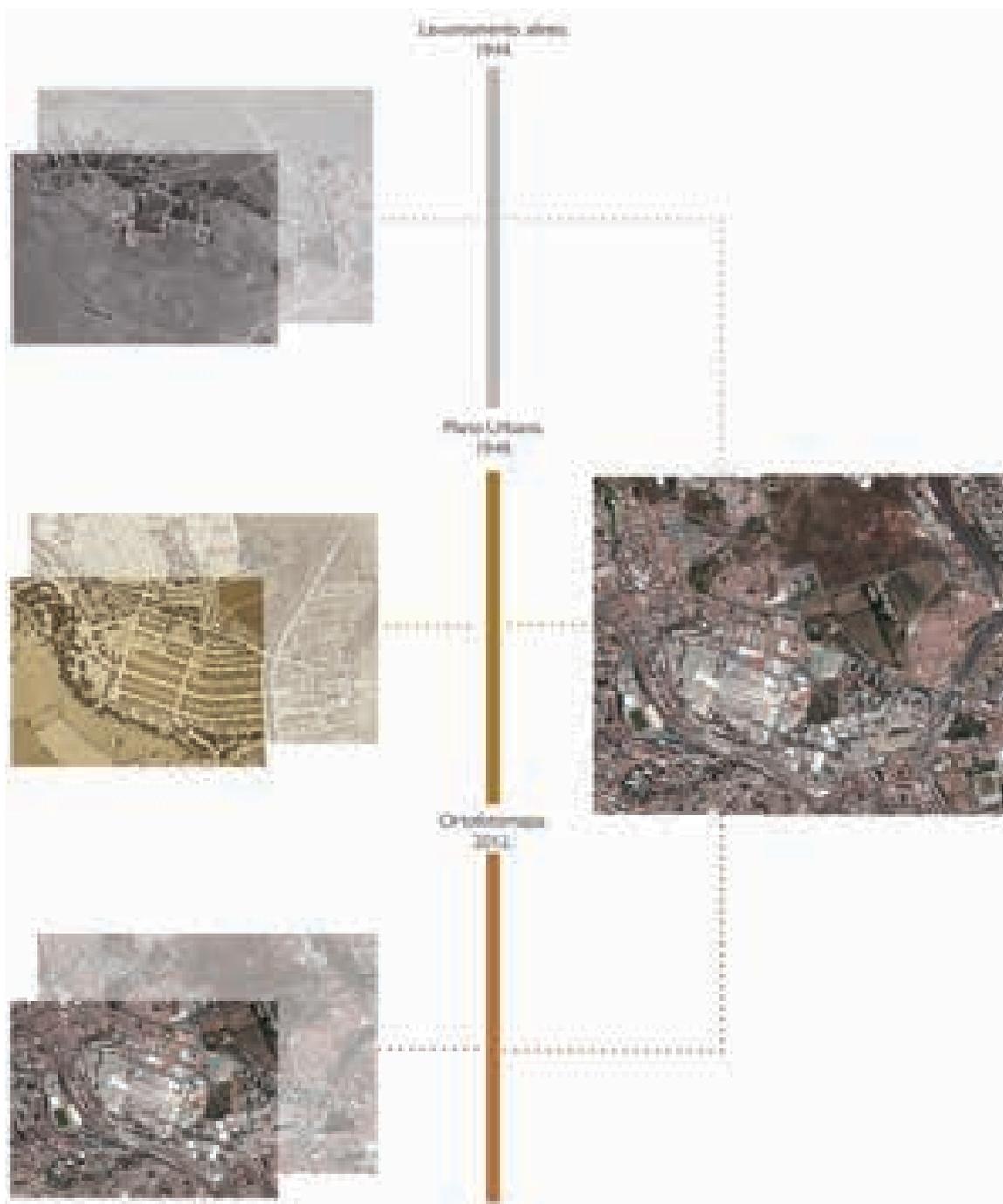


Ilustração 147 - Processo urbano, o plano e a sua implementação. (Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 2018).

A década de quarenta corresponde à década em que o parque industrial da Venda Nova se consolida, e Faria da Costa, **não prevê** de todo, as proporções que a área do parque alcança nas décadas posteriores. A zona industrial, nos domínios do Plano de 1949, seria destinada “[...] apenas a indústrias **consideradas salubres** [...]” (Costa, 1949, p.16) e de menor dimensão, de forma a não representar “[...] eventuais inconvenientes em relação aos aglomerados urbanos que lhe ficam juntos.” (Costa, 1949, p.16).

A década de cinquenta, é a década responsável pela subversão integral das linhas diretoras do Plano do urbanista, as unidades fabris ativas, aumentam substancialmente, o que conduziu ao inevitável surto de ocupação residencial nas proximidades do polo industrial. Começam a ganhar forma, e proporções desmesuradas, os novos conjuntos residenciais nas imediações do parque, de maneira a que os acessos dos operários pudessem ser realizados a pé, a par com este novo panorama ocupacional, também se começam a edificar novos conjuntos na proximidade com o caminho de ferro - “Nos anos ’40, a Amadora era uma vila cuja totalidade do edificado se concentrava ora em redor desse importante equipamento de transporte e comunicação, ora junto das instalações fabris [...]” (Nunes, 2011, p.189).

Consequência da proliferação de indústrias, é o acentuado crescimento demográfico, que, desde 1949, vem paulatinamente a constituir outra degeneração do Plano (1949), ultrapassando os **limites populacionais indicados**, que, em muitos aspetos, contribuiu para a descaracterização morfológica do desenho urbano proposto. O Plano de Faria da Costa, supunha um total aproximado de 250 hectares para uma população total de 50. 000 habitantes (Costa, 1949, p. 5) distribuída em tipologias habitacionais que variavam entre moradias unifamiliares, habitações operárias e em poucos casos, edifícios plurifamiliares até três pisos. A tipologia dominante na Amadora na década de trinta e quarenta, era, sem dúvida, a moradia unifamiliar, mas com a chegada do parque industrial da Venda Nova, o paradigma habitacional passa a ganhar outra expressão – “A tipologia dominante passa agora a ser o bloco plurifamiliar de 3/4 pisos, que vai sucessivamente e radicalmente transformando a imagem urbana da cidade.” (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 147)

Contemplando a área que destacamos do Plano, na ilustração anterior, identificamos a proposta de um conjunto residencial de habitação coletiva, formando quarteirões abertos, envolvidos por uma cintura verde de protecção / *green belt*, criando uma barreira sonora que ganha a forma sinuosa do caminho de ferro, protegendo as habitações.

Os quarteirões de maior densidade que propõe na Venda Nova, destinavam-se aos operários fabris, (ilustração 147), que nos remete ao laboratório experimental do Plano integrado de Alvalade (1945). No exercício anterior ao da Amadora, Faria da Costa já se expressava adepto de modelos de quarteirões tradicionais adaptados à modernidade, recorrendo ao aproveitamento do interior dos quarteirões, destinando-os a equipamentos e áreas verdes livres para relações de vizinhança. (Lamas, 2007, p. 286)

Na Venda Nova, dá início a um processo de desconstrução do quarteirão em forma de “U” de três frentes edificadas em prédios-tipo, optando pelo rebatimento dos mesmos, criando **áreas verdes** no seu interior. (Costa, 2010, p. 164) Sem dúvida, que nos apresenta uma maturação do que diz respeito às propostas do **quarteirão eclético**, de um experimentalismo de expressão modernista, utilizando a rua mais uma vez, como estrutura base e o quarteirão como contorno da organização viária. Mais uma vez, Faria da Costa parece valer-se do **recurso sistemático ao fogo tipo**, como base de **desenho da cidade**, ainda que se trate de um Plano Urbano, com expressão de uniformidade e conjunto. (Lobato, 1950, p. 334)



Ilustração 148 – Ambiente urbano, Rua Elias Garcia, e Bairro do Girassol, Venda Nova – Amadora, 2018. (Ilustração nossa, 2018).

O desejo de quarteirões ecléticos com bolsas verdes no interior, são consumidos pelo capitalismo industrial, na década de cinquenta e sessenta, de forma a que a ideia de Faria da Costa, não passasse do esboço. A expansão das unidades fabris, foi sistemática e descontrolada, e a célebre fábrica Sorefame, englobou quase todo o perímetro destinado a habitação coletiva que Faria da Costa propunha no Plano, num catastrófico consumo de solo. Naturalmente, o urbanista não previa a consequente construção²¹⁶ desenfreada nas imediações do pólo industrial, pela promessa de novos

²¹⁶ Os grandes conjuntos residenciais da Venda Nova, surgem por iniciativa privada da empresa Simões & Cª Ldª, que submete a aprovação da construção de edifícios nos lotes 23, 24 e 25 de treze pisos, à Câmara Municipal de Oeiras, em 1967; Processo 608-OCP/67. (Amadora. Câmara Municipal, 2018).

empregos, muito menos e proliferação populacional, que as indústrias acarretam. (Nunes, 2011, p. 188)

Para melhor esclarecimento, sobre as dimensões a que o parque industrial chegou, em 1943, a fábrica Sorefame ocupava cerca de 255 mil m² e, em 1983, empregava cerca de 4 mil operários (Salgueiro, 2001, p.145). A fábrica, ainda que desmantelada, representa-se na paisagem urbana da cidade, contribuindo para mais uma memória coletiva local, numa estrutura viária (Rua das Indústrias) circundante ao parque, requalificada.

O **fenómeno paradigmático da suburbanização** de Lisboa, ganha forma numa das suas coroas, em especial, na década de sessenta. O Plano, concluía um total de 13.300 habitantes,²¹⁷ num território primeiramente rural, dividido entre o centro urbano (Amadora) com 8.500 habitantes, e logo a seguir, a Venda Nova, com 3.300 habitantes, (Costa, 1949, p. 4). Uma concentração urbana que tem o seu início em dimensões menores e humildes, totalmente dependente das artérias de comunicação ao centro urbano. A condição suburbana que fez da Amadora, um *hinterland*²¹⁸ da capital.

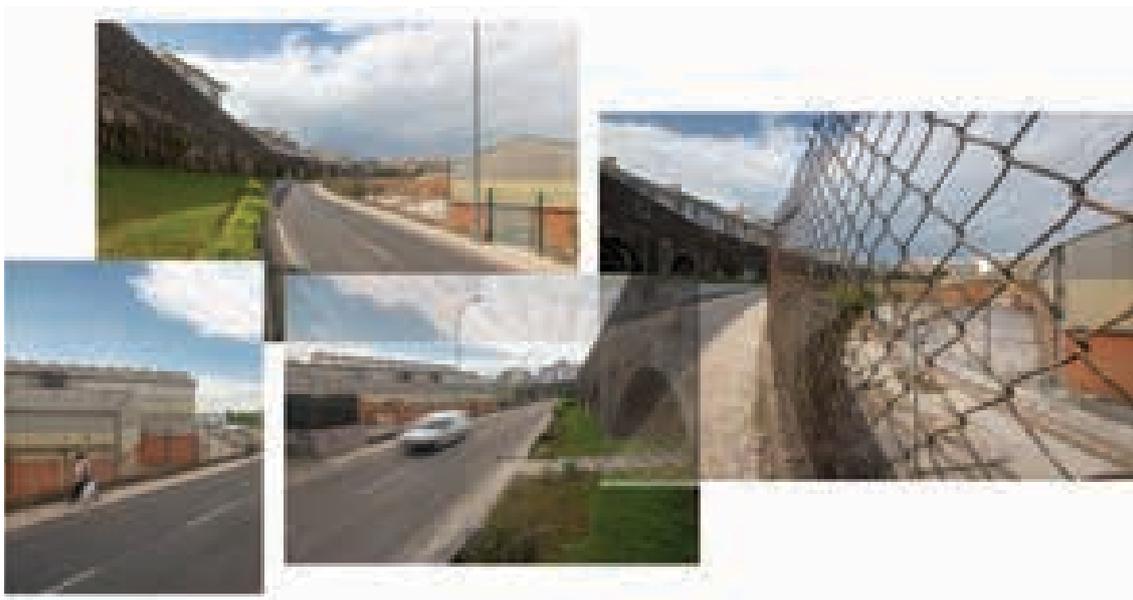


Ilustração 149 - Renovação urbana nas imediações do Parque Industrial da Venda Nova - Amadora, 2018. (Adaptado a partir de:] Amadora. Câmara Municipal, 2018).

O utópico desejo de Faria da Costa, de impor limites de densidade urbana na cidade da Amadora, cingia-se a **50.000 habitantes**, ficou, naturalmente por cumprir; hoje o território contempla cerca de **175.000 habitantes** (2011), e as indústrias inscritas dentro dos índices de salubridade, são facilmente substituídas pelo capitalismo

²¹⁷Distribuídos por: Amadora- 8.500, Buraca- 500, Damaia- 800 e Venda Nova- 3.300 habitantes. (Costa, 1949, p. 4)

²¹⁸*Hinterland*: Expressão de origem alemã, de significado literal “terra atrás de”, ou território pouco desenvolvido, dependente de um centro urbano adjacente.

industrial, e pouco sobra, das habitações coletivas alinhadas, inscritas no Plano de 1949 – uma realidade urbana que se sobrepõe paulatinamente, à ideia original do plano.

Na década de trinta já se assistia ao **abandono da construção de moradias**, por edifícios de rendimento. A densidade urbana pela construção em altura, não tardou muito em fazer-se expressar, e a especialização dos solos para fins meramente residenciais acentua-se nas raízes identitárias da cidade, fazendo da Amadora um – **subúrbio citadino, industrial e residencial**. (Nunes, 2011, p. 184, 201). A Venda Nova traduziu-se numa das áreas com menores registos de processos de loteamento, nos últimos dez anos, justificada pela densidade urbana, que não dispõe de espaços livres para o efeito. (Amadora. Câmara Municipal, 2012, p. 67)

[...] tudo indica ter-se construindo um território residencial especializado oferecendo não apenas alojamento suburbano em conta, como um rápido e económico acesso à zona central da cidade de Lisboa. Por outro lado, a histórica e significativa concentração de fontes de trabalho industrial que inicia nos anos '30 e prossegue até aos anos '60 pode ser vista como um molde urbano que fez da Falagueira e da Venda Nova lugares de trabalho industrial [...] (Nunes, 2011, p. 193)

O território residencial especializado, levou, a que após o processo de desmantelamento do parque, na década de oitenta e noventa, se comece a determinar, que a Amadora não passaria de um dormitório fora de portas, da capital; “Num universo onde as deslocações se multiplicam e se prolongam, mas sem deixar muito lugar a paragens intermédias, os cidadãos encaram cada vez mais a habitação como um ponto fixo. A sua **habitação** e não o seu **bairro**...” (Ascher, 1998, p. 97)

Neste caso, reconhecemos a ausência do **urbanismo como domínio disciplinar** sobre a gestão do território em **constante formação do crescimento urbano** da cidade da Amadora, pela eventual influência da década de cinquenta/sessenta, que marca Portugal de norte a sul pela progressiva **desarticulação do planeamento urbano** com os **processos de urbanização**, o que explica, em parte, o estado atual das coisas. (Grande, 2002 p.95). No cenário urbano da Amadora, não consideramos que tenha escapado a tamanhas inoperâncias, uma vez que também **ganhou forma** com **poucos elementos reguladores**, e por **processos de adição**. Hoje, faz parte do conjunto de cidades formadas através de um desenho morfológico dividido em células autónomas, que de maneira inevitável, resultam num tecido segregado, que implicará um esforço de harmonização no futuro. (Grande, 2002 p.95).

A constituição atual do tecido urbano, no especial objeto de estudo da Venda Nova, salienta um novo espírito de educação cívico-urbanística, que converteu este lugar, dominado pela alta densidade vertical, preservando os espaços públicos e

arruamentos definidos em Plano, privilegiando as **bolsas verdes**, que envolvem os edifícios numa superfície natural, mantendo o equilíbrio entre massa edificada e espaços livres de recreio. São estes, os novos pontos da cidade moderna, de expressão modernista, cuja solução habitacional em alta densidade, se adapta a um ambiente aprazível, para as suas gentes. (Amaral, 1969, p. 232)

Os municípios têm, precisamente essa acção nessa acção cultural, uma arma poderosíssima para combater os vícios da feição urbanística para combater os vícios da feição urbanística e arquitectónica dos aglomerados urbanos; um extraordinário instrumento para prover condições capazes de gerarem uma arquitectura de mais elevada qualidade e beleza. (Amaral, 1969, p. 232)



Ilustração 150 – Bairro de densidade média, Venda Nova, 2018. (Ilustração nossa, 2018).

Os conjuntos residenciais edificados²¹⁹ ilustrados anteriormente, representam mais um exemplo de distorção do Plano de Faria da Costa determinado por iniciativas privadas. Os lotes são adquiridos²²⁰ na década de sessenta, submetidos à Câmara Municipal de Oeiras, propondo uma densidade vertical, excedendo os limites impostos por Faria da Costa, apenas por um piso;

Cada conjunto é constituído por três prédios, sendo um com frente para a Rua Elias Garcia de 5 pisos, e dois de 4 pisos, com frente para uma zona ajardinada. A elaboração destes projectos foi feita de acordo com um programa de exigências

²¹⁹ Processo 1223-OC/60, Lote 10, 11 e 12: Projecto submetido a aprovação à Câmara Municipal de Oeiras, 1960. (Amadora. Câmara Municipal, 1960)

²²⁰ "Projecto de um prédio que a firma Simões & C^a.L^a, pretende fazer no seu terreno a sul da Rua Elias Garcia à Venda Nova. Lote nº11." (Amadora. Câmara Municipal. 1960).

apresentado pela Firma interessada e está de acordo com os regulamentos em vigor. (Amadora. Câmara Municipal, 1960)

Apesar da industrialização não se fazer acompanhar do processo de urbanização²²¹ da Venda Nova, há que fazer desta, uma realidade a criticar ou um modelo a seguir, atendendo ao facto de que, o seu tecido constituiu uma realidade temporal que condensou o seu processo evolutivo. Com isto queremos dizer, que a questão da complexidade do tecido urbano não poderá ser dissociada do modo de produção, e este da questão do tempo, aqueles que não sofreram qualquer sedimentação, mantendo-se cristalizados como foram concebidos, por norma, constituem uma excepção. (Coelho, 2015, p. 18)



Ilustração 151 – Composição fotográfica abstrata dos edifícios habitacionais da Venda Nova, junto às Portas de Benfica. (Ilustração nossa, 2018).

Apesar de se traduzir num conjunto edificado dotado de qualidades urbanísticas e arquitectónicas, os edifícios residenciais da Venda Nova não se traduzem materialização integral do Plano de Faria da Costa, (adepto da baixa densidade vertical). No entanto, também não se contempla uma relação com o Plano posterior, do arquitecto João Aguiar²²² de 1960, que também determinava um número máximo de quatro pisos para os prédios de rendimento.

²²¹ Os edifícios ilustrados, correspondem a contratos de urbanização privados, que datam dos anos, 1941, 1848, 1962, e 1977.

²²² **João António Aguiar** (s.d.): Urbanista de grande produtividade, pertence à mesma geração de João Guilherme Faria da Costa, de quem é contemporâneo da Escola Superior de Belas-Artes e com quem prava na Câmara Municipal de Lisboa. (Lôbo, 1995, p. 170). Em 1948, era o urbanista responsável de nove sedes de concelho; Albergaria-a-Velha, Arraiolos, Belmonte, Cantanhede, Covilhã, Olhão, Palmela, Vila Viçosa, Vouzela. Entre 1959 e 1960 esteve envolvido na revisão de dezassete planos, oito dos quais respeitando a capitais de distrito. (Lôbo, 1995, p. 170)

Em 1964 é concluído o PDRLx²²³, cujos critérios urbanísticos, onde se incluem propostas de ocupação que alteram o Plano Aguiar e índices urbanísticos que permitem ocupações mais densas [...] contribuem para uma rutura das propostas contidas no Plano Aguiar, situação que se vai generalizar na década seguinte. (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 148)

O Plano de João Aguiar (1960) aponta novas intenções perante o Plano de Faria da Costa (1949), que em muito pode justificar o desempenho urbano da cidade objeto de estudo, definindo novas áreas de expansão. Mas nos anos setenta e oitenta, acaba também por ser “[...] abandonado e substituído pelos projetos isolados da iniciativa privada que passam a ser apreciados e aprovados com base nos critérios do Plano Director de da Região de Lisboa [...]” (Amadora. Câmara Municipal, 1990. p. 168).

Os Planos Urbanos da segunda metade da década de quarenta, tornam-se rapidamente ineficazes, como já temos vindo a explicar. Faria da Costa, planeou a expansão e urbanização da Amadora num tempo em que ainda era reduzida a dinâmica empreendedora do setor privado. A implementação, reduzidamente pontual, foi reflexo de uma administração pública desajustada às exigências do momento, e no caso específico da Amadora, constituía-se ainda no domínio do concelho de Oeiras. (Fadigas, 2015, p. 114)

Os conjuntos residenciais idealizados para a Venda Nova de Faria da Costa, resultavam da preocupação com a boa forma da cidade – influências das *Beaux-Arts*, dos traçados da rede viária e da distribuição equilibrada da edificação, mas o ritmo lento da sua produção é absorvido pela chegada do Plano Aguiar (1960) e com “[...] base nos critérios genéricos e na aprovação casuística dos projectos de loteamento [...] alteram-se as morfologias, tipologias usos e densidades dos planos anteriores.” (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 168)

A Venda Nova, no entanto, não fica por aqui, muito antes da construção dos blocos residenciais junto às Portas da cidade (Portas de Benfica), já se manifestava um o bairro mais simbólico do território, popularmente apelidado de *Bairro da Venda Nova Velha*. Agora sim, chegámos ao papel da arquitectura e do urbanismo – de expressar o espírito da época.

²²³ Plano Director da Região de Lisboa pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas, constituiu o primeiro instrumento de ordenamento territorial do que viria a ser a área metropolitana de Lisboa. (Fadigas, 2015, p. 118)

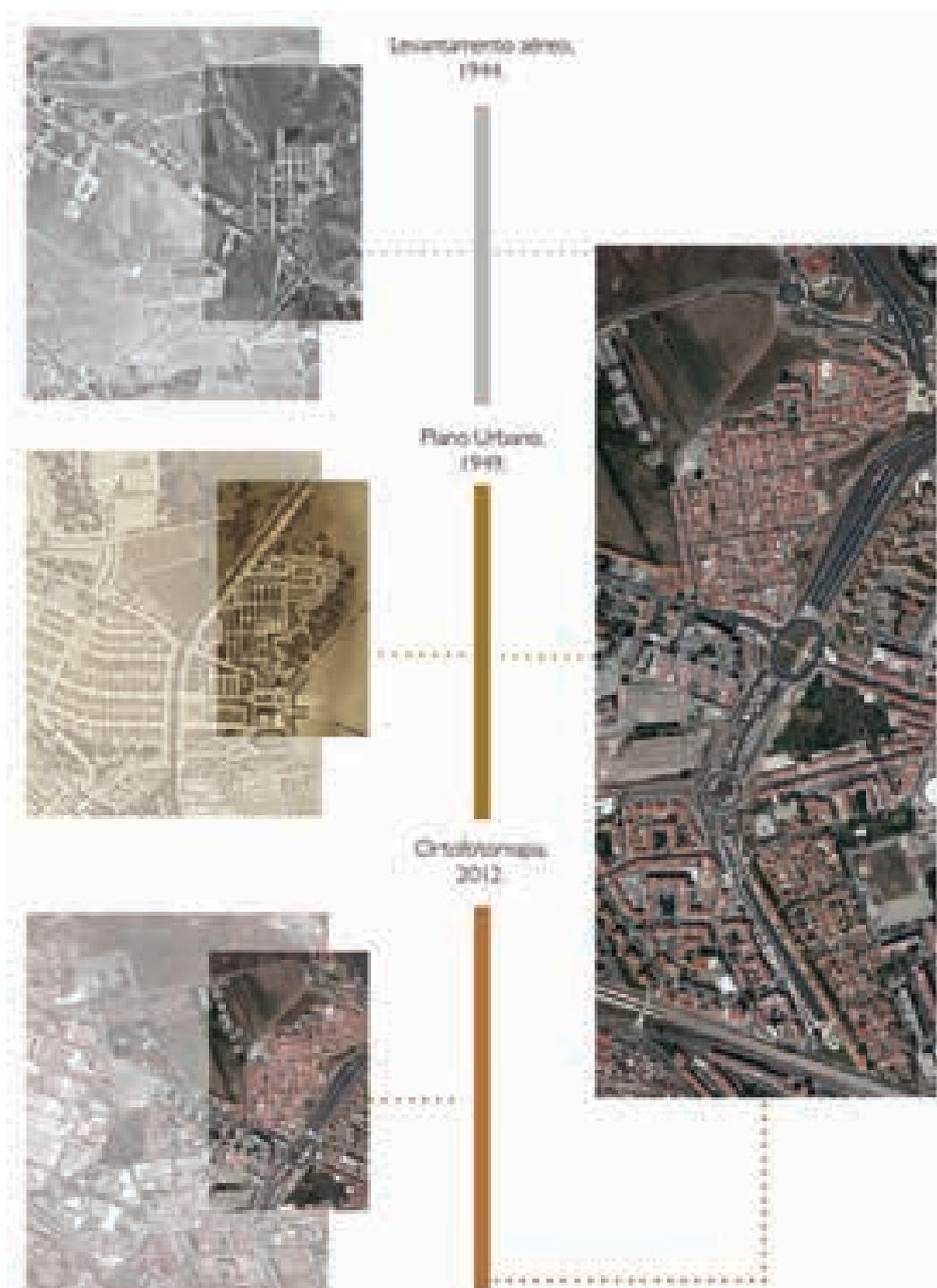


Ilustração 152 – Processo urbano, o plano e a sua implementação. (Ilustração nossa, 2018)

Antes do advento do Plano de Faria da Costa, já se expressavam no território rural, malhas reticuladas de arruamentos, estruturando os acessos às humildes casas rasteiras, formando um pequeno núcleo consolidado de **habitações de cariz operário** que integra nos domínios do Plano pelo seu **valor pitoresco e singular**. A Amadora apenas contabilizava cerca de 3. 300 habitantes, divididos entre este **pequeno aglomerado** e o centro consolidado junto à estação ferroviária. O Plano dá

continuidade à malha quadricular – **en damier, de ruas estreitas**. (Costa, 1949, p. 2) propondo a expansão de mais moradias-tipo, até um piso, implantadas na proximidade das unidades fabris²²⁴, que à data, ainda não constituíam dimensões de parque industrial, nem apresentavam “[...] os habituais inconvenientes em relação aos aglomerados urbanos que lhe ficam juntos.” (Costa, 1949, p.16)



Ilustração 153 – Ambiente urbano, Bairro da Venda Nova - Amadora, 2018. (Ilustração nossa, 2018).

Posto isto, a escolha da área destinada a habitação económica de cariz operária, que Faria da Costa define²²⁵ situa-se na proximidade do parque industrial da Venda Nova, separado pela artéria de circulação principal, mais antiga da cidade – a Estrada Real, numa ocupação tendencialmente linear, dependente deste meio, para principais deslocações. O Bairro seria ainda, envolvido por uma cintura verde de contenção, de forma a evitar a sua expansão, - *green belt*, que desta vez, adotou a forma sinuosa da **estrada militar** e no centro, um equipamento escolar.

[...] as unidades produtivas de escala variável foram compondo as duas mais importantes zonas industriais da Amadora- a Venda Nova e a Falagueira- e com elas apareceram e **intensificaram-se bairros operários na sua envolvente**. (Nunes, 2005 p.183).

A Amadora enquadra-se, deste modo, a par com outras cidades nacionais, que devem a sua forma e expressão aos múltiplos programas económicos da década de sessenta, que racionalizam os grandes sectores industriais. O resultado, são as novas edificações, de variadíssimos formatos, nas coroas urbanas, que suportam a fixação de trabalhadores massivos do êxodo rural. A Amadora tornou-se assim uma cidade orgânica, que presenciou uma transição veloz de rural ao urbano, mas este exíguo

²²⁴ A primeira unidade industrial na Venda Nova foi a BIS (Borrachas Industriais, S.A.) em 1931. (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 145)

²²⁵ Ilustração 133 - Segundo a legenda da Planta de Utilização do Solo, são referidos vários tipos de habitação nomeadamente; Zona de habitação coletiva, Zona existente, Zona de Extensão (Moradias), Zona industrial, Zona Extensão e ainda uma trama indicativa para o Concelho de Lisboa, Espaços Livres e Zona Militar. A trama a que nos referimos, corresponde á trama inscrita na zona 5C.

núcleo residencial operário da Venda Nova, escapou às atenções, (e ainda bem), dos grandes capitalistas, e hoje faz parte do panorama arquitectónico eclético da cidade, marcando a sua entrada.

A política de espírito, vivida durante o Estado Novo, como relembra Ana Tostões, vem a ser interrompido pela crescente utilização dos modelos internacionais, a pouco e pouco, perde-se o regionalismo e o historicismo nacional, mas sobretudo, perde-se o espírito tradicional que os bairros operários traziam à cidade, lembrando os valores e vantagens, da pequena escala. (Tostões, 1998, p. 976)

A tipologia morfológica da Amadora, é, neste sentido, muito heterogénea, tanto de alta como de baixa densidade. O panorama arquitectónico é, portanto, muito vasto e detém bairros de diferentes expressões e iniciativas. Mas o *Bairro da Venda Nova Velha*, é especial, porque nos reporta a uma ocupação urbana da última metade do século XX, e que, hoje, nos apresenta um vocabulário arquitectónico singular, fonte de um legítimo orgulho e autenticidade. Este Bairro, de baixa densidade, tem-se constituído como um legado arquitectónico, aos operários fabris da Venda Nova, que ergueram as primeiras habitações do território.

A cidade era um organismo vivo que “renascia” dia após dia e reagia ativamente aos seus problemas. **As cidades não se construíam por legislação, mas por vontade própria dos seus habitantes.** (Nicolau, 2012, p.41)

Apesar da Amadora não ser normalmente reconhecida enquanto cidade que tenha resultado de um processo urbano planeado, antes pelo contrário, percebemos pelo nosso estudo, que desde os anos quarenta se desenvolveram uma série de Planos dos quais o de Faria da Costa foi pioneiro (1949), mas que teve continuidade no Plano de João Aguiar (1960), o Plano Director da Região de Lisboa (1964) e finalmente, o Plano Director Municipal da Amadora (1990).

Contudo, o grande desenvolvimento das áreas industriais, que tiveram início ainda nos anos quarenta, mas que se desenvolveu enormemente nas décadas cinquenta, sessenta, setenta e oitenta, trouxeram um grande número de habitantes para a cidade e uma densificação habitacional na mesma área para o qual Faria da Costa havia projectado um aglomerado muito menos denso e que cresceu através de um somatório de intervenções de iniciativa privada. Já para não falar nos núcleos clandestinos e mesmo degradados, que se multiplicam sobretudo desde finais dos anos sessenta até à década de oitenta. Este é o processo, que hoje em dia, a Amadora procura corrigir e reequilibrar, uma vez que os próprios parques industriais se encontram eles próprios inoperantes, surgindo agora como áreas de oportunidade para reutilização.



Ilustração 154 – Habitação de baixa densidade, Mina, 2018. (Google, 2018).



Ilustração 155 – Habitação de alta densidade, Venda Nova, 2018. (Google, 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nos relembra Raul Lino, os primeiros passos do urbanismo foram sempre modestos (Lino, 1945, p. 12). Na Amadora, os primeiros gestos de urbanismo, nasceram da ocupação empírica e espontânea da população rural, que dependentes do trajeto, formam a primeira ocupação urbana da cidade à margem das mais importantes vias de comunicação, a Estrada Real e o Caminho de Ferro. Na primeira, os núcleos residenciais respeitavam uma construção humilde e tradicional, de modo a desempenharem as funções fundamentais para do quotidiano da população; como tabernas, estábulos e habitações saloias. No segundo caso, ganha forma, o primeiro núcleo residencial burguês, sob forma de moradia pitoresca com jardim, para a nova classe que se fixava no território, para férias de veraneio ou residência próxima da capital.

A primeira iniciativa de promoção e modernização da Amadora, foi da responsabilidade da Liga de Melhoramentos, que em muitos aspetos, procurou dar forma e projeção à aldeia da Porcalhota. Em 1912, a Fábrica dos Espartilhos Santos Mattos, empregava cerca de trezentas operárias, o que promove o processo de ocupação para fins residências no território, que aos poucos começa a deixar de ser rural, para finalmente se tornar urbano. Em 1913, inaugura-se o célebre Bairro Parque da Mina, e o território da Amadora passa a ser reconhecido, como *terra de bons ares, fora de portas*. (Xavier, 2008, p.17)

O período áureo da Amadora, é interrompido, com o surto de ocupação das unidades industriais, que já se faziam notar nos anos trinta, mas em dimensões menores. O volume de residentes entre a década de cinquenta e sessenta sobe sem precedentes, passando de 18. 700 habitantes a 47. 400 habitantes. O consumo dos solos, passa a ser equacionado, para fins meramente habitacionais, ganham expressão os primeiros grandes conjuntos residenciais, e a Amadora pitoresca ganha a forma de uma *floresta de cimento armado*. (Nunes, 2011, p.188)

No entanto, a chegada de Faria da Costa, antecede o surto de urbanização que determinou o panorama urbano da cidade, admitindo, que o território na década de quarenta, apresentava-se nas “[...] suas devidas proporções iguais à de Lisboa [...]” (Faria, 1949, p.7). Mas havia que regular e determinar os limites da potencial e esperada expansão da cidade da Amadora, que contabilizava um número considerável de habitantes, uma medida encetada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, em 1934. A Amadora não escapou à medida legislativa do diploma de Duarte Pacheco, e a responsabilidade, de urbanizar, regrar e modernizar o território, é

entregue ao arquitecto recém-chegado de Paris, João Guilherme Faria da Costa. (Lôbo, 1993, p. 39)

A arquitectura ditada pelo Estado Novo, será o ambiente cultural em que o jovem arquitecto e urbanista, se desenvolve profissionalmente em torno de um controlo formal que se estendeu até meados dos anos cinquenta, num ambiente de confronto constante, entre o espírito nacionalista e o espírito progressista (do modernismo), mas será o plano urbano, o instrumento que Faria da Costa utiliza como propaganda política da Obra Pública em Portugal, numa constante dicotomia expressiva entre o monumental e o tradicional, assim o fez, na proposta da Praça de Entrada da Cidade (1949).

O Plano de Urbanização e Expansão da Freguesia da Amadora de 1949, foi o primeiro instrumento regulador do território, entregue ao primeiro urbanista com especialização internacional, e o único a deter a especialidade, entre os demais arquitectos da Câmara Municipal de Lisboa (França, 1984, p. 245). A urbanística de Faria da Costa, distingue-se pela preocupação com a boa forma da cidade, isto implicou, que para a Amadora, viesse a determinar, a organização do crescimento urbano, de acordo com uma forma urbana tradicional, de espírito das *Beaux-Arts* parisienses; propõe um traçado da rede viária hierarquizado, distribuição dos conjuntos edificados, tipologias habitações diversas, equipamentos e serviços distribuídos com equidade, distribuição das funções comerciais e industriais e a preservação da rua corredor como elemento estrutural do plano. Novamente, uma proposta urbana **morfologicamente eclética e formal**. (Fadigas, 2015, p. 114)

O tecido urbano da Amadora é objeto de uma leitura polissémica, muito difícil de definir num vocabulário que não utilize expressões como *descontínuo* ou *heterogéneo*, passando claro, pela reputada “*manta de retalhos*” (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 157). Porém, há que desmistificar o processo de urbanização, de uma cidade tão complexa como a que tratamos, dispostos a fazer uma leitura quanto à sua constituição urbana, muito além da epiderme, numa perspectiva – *Inside – Out* (de dentro, para fora). Estamos demasiadamente afeitos a refletir sobre planos urbanos, ou cidades, numa visão de cima - *plan site*, que em muito, nos pode conduzir em erro, ou numa reflexão pouco justa. A arquitectura não pode ser vista apenas do “ar”, sobretudo, a tamanha distância. Nesse aspeto, concluímos com alguma vantagem, num olhar aproximado e participativo sobre o desenvolvimento urbano da cidade da Amadora.

O Plano Urbano de Faria da Costa, quanto muito, materializou a estrutura de rede viária hierarquizada, a expansão do Bairro residencial da Mina e expansão do Bairro operário da Venda Nova. Do que estaria previsto no Plano, identificamos um cumprimento muito pontual, uma vez que a cidade, na década de cinquenta, passa a distender-se com a finalidade de aumentar a sua densidade populacional.

Como se pode verificar na ilustração 147, a área onde se veio a construir a zona industrial da Venda Nova era, ainda, em 1944, uma área totalmente rural, para onde Faria da Costa previa uma zona de expansão urbana de quarteirões semifechados, mas onde, na realidade, se vem a construir o grande Parque Industrial. Apenas na sua margem norte (entre o limite norte do Parque e a Rua Elias Garcia), identificamos que se tenha seguido, aproximadamente, o que o Plano previa.

Tal como se referiu atrás, relativamente à zona do Parque Industrial da Venda Nova – identifica-se uma zona cuja implementação, de acordo com o previsto no Plano é subvertida. Esta será a regra em todo o território, e não a excepção, pois, apesar de respeitar genericamente a rede viária prevista, o edificado resultará mais de um somatório de partes em que o objectivo será atingir uma maior densidade de construção. Desta subversão ao Plano, traduz-se geralmente, uma volumetria de edifícios em banda de alta densidade vertical, em vez da moradia isolada prevista por Faria da Costa.

Os 50. 000 habitantes que previa, não passaram de um desejo utópico, que não persistiu muito além da década de sessenta, pois o aumento do numero de fogos inscritos nos novos blocos residenciais do território, proporcionou claramente, o desmesurável aumento da densidade populacional, que tanto caracteriza a cidade da Amadora. Este é o panorama que se verifica durante a década de cinquenta, e principalmente ao longo das décadas de sessenta, setenta e oitenta. Em 1940, a freguesia era constituída por cerca de 9.762 habitantes, para os 47.355 habitantes da década de sessenta, e os rígidos 112.260 habitantes da década de setenta, que deixam os limites de densidade idealizados por Faria da Costa sem qualquer possibilidade de implementação.

O Plano do arquitecto João Aguiar de 1960, (onze anos após o de Faria da Costa), refere-se já a uma realidade tão distinta que parece estar a referir-se a uma outra realidade urbana. Ao longo da década de cinquenta, passou-se de um cenário ainda vagamente rural para um subúrbio industrial e residencial que se consolida nas décadas seguintes, excedendo novamente, as propostas inscritas no Plano Aguiar, 1960; “[...] tanto o plano de 1949 (Faria da Costa) como o plano de 1960 (Aguiar)

surgem perante a pressão do crescimento urbano e correspondem a saltos demográficos significativos [...]” (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 175).

Em 1964 é concluído o PDRLx, cujos critérios urbanísticos, onde se incluem propostas de ocupação que alteram o Plano Aguiar e índices urbanísticos que permitem ocupações mais densas [...] **A década de 70** vai caracterizar-se pela densificação e expansão dentro e fora dos limites do Plano Aguiar. Esta densificação, sobretudo na área central verifica-se pela aprovação de estudos de renovação urbana, muitas vezes apoiada no desenho urbano do Plano, alterando a volumetria de 4 para 7 e mais pisos. (Amadora. Câmara Municipal, 1990, P. 148)

Esperamos com este estudo, ter conseguido entender um pouco a cidade e o seu urbanismo, sendo que dependem do tempo e das circunstâncias para se concretizarem - “[...] o plano é uma figuração da cidade, da sua personalidade [...]” e “[...] portanto, a sua verdade é efémera, tanto quanto a da arquitectura.” (Pelletier, 2000, p. 54). O urbanismo é de facto, um processo continuo desenvolvido num conjunto de ações, que têm os seus fundamentos e as suas justificações nas ciências e nas artes, com a finalidade de criação ou ordenamento, num meio dado ou escolhido, dos espaços nos quais homens de todos os géneros, raças ou religiões devem poder viver de modo harmonioso coletivamente. Um combate permanente, pois, o espírito do urbanismo é indissociável do coletivo, e a sua base ética deverá ser ao serviço do homem. (Pelletier, 2000, p. 220)

À mercê das realidades urbanas e sociais, o legado de Faria da Costa torna-se vasto, na tentativa de esboçar a sua autenticidade, fixada num tempo e na história. Identificamos um percurso contraditório pela constante integração entre modernidade e tradição, sem deixar de dar lugar ao vocabulário historicista e revivalista que o dignifica enquanto urbanista.

Sem que fosse esse, o nosso verdadeiro objectivo, aproximámo-nos involuntariamente da formação de Faria da Costa, dividida em três momentos, a **adaptação, maturação e mudança**. O primeiro período marca-se pela sua adaptação entre 1938 e 1943 com o ingresso nos quadros da Câmara Municipal de Lisboa, “[...] marcada por uma frenética actividade no desenvolvimento de estudos e planos no quadro das transformações da cidade de Lisboa,” (Salvatore, 2015, p. 136). O segundo período é expresso pela maturação, que se fixa entre 1944 e 1948, marcado pela conclusão dos planos mais paradigmáticos do urbanismo português, como Alvalade e Areeiro. Por fim, o período da mudança é o período em que inscrevemos Faria da Costa na Amadora, que dura entre 1948 e 1958, pois “[...] reflete as crescentes ligações ao urbanismo do movimento moderno.” (Salvatore, 2015, p. 136)

Correndo o risco de repetição, a Amadora formou-se, a partir de um contínuo urbano, próximo do caminho de ferro, correspondendo à década de trinta e de quarenta, definindo este tipo de ocupação como uma **ocupação espontânea**. Será o ambiente urbano que antecedeu o Plano de Faria da Costa, num **gesto urbanístico voluntário da população de carácter empírico**. Na década de cinquenta, começam a “pontilhar” novos núcleos habitacionais isolados, resultantes de projetos de urbanização privada, pública e até clandestina, e será esse o momento que sucede o Plano de Faria da Costa, **responsável pela sua genérica subversão**. (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 157)

A legislação urbanística aplicável resultava de uma concepção e organização do crescimento urbano desadequada às mudanças que estavam a ocorrer no País [...] o ritmo lento da sua elaboração e aprovação e a morosidade na apreciação de iniciativas privadas de urbanização fizeram com que a dinâmica social e económica se sobrepusesse ao cumprimento das regras que se lhe não ajustavam. (Fadigas, 2015, p. 114)

O Plano Urbano de Faria da Costa, é subvertido muito cedo, deixando poucos vestígios urbanísticos para a cidade da Amadora; no entanto, não deixou de se comportar como um **magnífico instrumento base**, para a morfologia urbana das décadas seguintes. Em boa verdade, a implementação de planos urbanos de iniciativa pública, tende a acompanhar a dinâmica dos promotores privados em vez de se constituírem enquanto linhas diretoras de regulação da expansão desejada. Assim preconizava Faria da Costa em 1949 para a Amadora;

[...] quer-se apenas frisar que **o que interessa neste estudo são os princípios diretores**. O traçado de arruamentos, localização de edifícios públicos, parcelamentos etc. [...] não devem ser tomados como elementos rígidos, mas antes interpretados como **linhas de rumo**.” (Costa, 1949, p. 10)

Trata-se de décadas e décadas de inoperância por parte da Administração Pública, sem capacidade para intervir directamente na produção e na construção urbana da cidade (Amadora. Câmara Municipal, 1990, p. 173). Mas que este estudo contribua para um novo debate para a administração pública, que tem um dever indissociável dos processos de constituição da cidade;

Quem em última instância escolhe a imagem de uma cidade? A própria cidade, mas sempre e somente através das suas **instituições políticas** [...] Atenas, Roma, Paris são também a forma da sua política, os sinais de uma vontade. (Rossi, 1977, p.217)

Keil Amaral, que também nos consciencializa sobre outro aspeto do problema, poderia, oportunamente, dar início a outro interessante debate, que não o presente, sobre a deficiente utilização dos contributos técnicos e plásticos, que os nossos grandiosos Arquitectos e Urbanistas tentaram legar à cidade;

Creio que – e atribuo importância a esta afirmação – **não foi por excesso de modernismo** que os novos sectores citadinos se desintegraram das tradições lisboetas e **concorreram para a descaracterização da urbe**. Foi antes por **tímida e deficiente utilização dos recursos técnicos e plásticos** dos novos conceitos do **urbanismo** e da **arquitectura**. (Amaral, 1969, p. 152)

Gerir a cidade, que também é tarefa do urbanismo, torna-se cada vez mais desafiante. Um novo urbanismo, de maior respeito e democracia, parece-nos ser aplicado num desafio diário no território da Amadora, contudo, vai precisar de tempo para apagar os prejuízos do crescimento desmesurado do seu passado.

Nas palavras de François Archer,²²⁶ o futuro do urbanismo implicará a adaptação da democracia a uma nova revolução urbana, necessitando agora de apoiar-se “[...] nas lógicas técnicas e económicas privadas que diferem muito profundamente da cultura lógica de operação pública.” (Archer, 2010, p. 96), necessita sobretudo, de novas formas de regulação e concepção, como “[...] consultar e associar habitantes, usuários, vizinhos, atores, especialistas os mais variados, em todo o processo de tomada de decisão.” (Archer, 2010, p. 96). O nosso objectivo, foi realizado, se tivermos compreendido, o estado actual das nossas cidades, estando elas em crise ou não, mas sobretudo fazer o apelo, de um urbanismo absolutamente ao serviço do Homem.

²²⁶ **François Archer** (1946-2009): sociólogo e professor do Instituto Francês de Urbanismo da Universidade de Paris VIII, que dirigiu o Departamento de "Mutações Urbanas e Uerritoriais do Governo".

REFERÊNCIAS

ALLEGRA, Marco, coord. (2017) - The PER = O PER [em linha]. Lisboa : ICS-ULisboa [et al.]. [Consult. 14 Out. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <https://expertsproject.org/the-per/>> .

ALMEIDA, Sandra (2009) – O país a régua e o esquadro : Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, Ana (2016) – Mouraria: História e Forma Urbana. Lisboa. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, Maria (1996) - DUARTE PACHECO: UMA BIOGRAFIA. Lisboa. ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa. ISSN: 0872-2323.

ALVES, Rui Manuel (2015) - Arquitetura, Cidade e Caminho de Ferro: As transformações urbanas planeadas sob a influencia do Caminho de Ferro. Coimbra: Universidade de Coimbra.

AMADORA, Câmara Municipal (1990) – Plano Director Municipal. Amadora: Câmara Municipal da Amadora. Gabinete do Plano Director Municipal.

AMADORA, Câmara Municipal (2017) – Recreios da Amadora. [Em linha]. [Consult. 16 Mai. 2017]. Disponível em WWW: <<http://www.cm-amadora.pt/cultura/patrimonio/754-imoveis-de-interesse-mun-recreios-amadora.html>>.

AMADORA, Câmara Municipal. Departamento de Administração Urbanística ; COSTA, Deolinda Coord. (2007) – Relatório do Estado do Ordenamento do Território. Amadora: Câmara Municipal.

AMADORA, Câmara Municipal. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira – Catálogo de 5 de Outubro. Amadora: Câmara Municipal.

AMADORA, Gabinete do Plano Director Municipal (1994) –Relatório Final do Plano Director Municipal. Amadora: Câmara Municipal.

AMADORA. Câmara Municipal (1990) – Plano Director Municipal. Amadora : Câmara Municipal da Amadora. Documento acessível na Câmara Municipal da Amadora.

AMADORA. Câmara Municipal (2012) - Amadora 2025 Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana: relatório final. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

AMADORA. CÂMARA MUNICIPAL. DAU (1903) – Desenhos da Casa Aprígio Gomes, 1903. [Documento icónico] In: Processo N°9/1903.

AMADORA. Notícias da Amadora (1961) – A “Lei” da picareta em acção. In: CALIXTO.VASCO (1987) – Páginas da História da Amadora. Amadora. Câmara Municipal.

AMARAL, Keil (1973) – Revista Municipal. Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa. Nº 138/139. 3º e 4º trimestre de 1973.

AMARAL. Keil (1969) - Lisboa, Uma Cidade em Transformação. Lisboa, Publicações Europa-América.

ANTÓNIO, Fernanda (2015) - Uma viagem pelos edifícios de Chandigarh através das lentes de Fernanda Antonio. [Documento icónico]. [Consult. 10 Fev.] Disponível em: [www: < https://www.archdaily.com.br/br/772109/uma-viagem-pelos-edificios-de-chandigarh-pelas-lentes-de-fernanda-antonio >](https://www.archdaily.com.br/br/772109/uma-viagem-pelos-edificios-de-chandigarh-pelas-lentes-de-fernanda-antonio).

ARCHER. François (2010) – Os Novos princípios do urbanismo. São Paulo. Romano Guerra editora. ISBN: 978-85-88585-21-8.

ARTES. Colóquio de Artes (1981) - Conclusões e Votos do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, (1948). Dossier dos anos 40 em Portugal. 2ª Série / 23º Ano. Nº48. Revista Trimestral de Artes Visuais, Música e Bailado. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

ASCHER. François (1998) – Metapolis. Acerca do futuro da cidade. Oeiras. Celta. ISBN: 972-8027-89-3

Atas do 1º Congresso Nacional de Arquitectura (1948); AMARAL. Keil (1948) In: Conclusões e Votos do 1º Congresso Nacional de Arquitectura, (1948). Dossier dos anos 40 em Portugal. 2ª Série / 23º Ano. Nº48. Revista Trimestral de Artes Visuais, Música e Bailado. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

BANDEIRINHA, José; SARDO, Delfim; MONIZ, Gonçalo. (2016) – 74-14 SAAL AND ARCHITECTURE. Coimbra : Publications of the Department of Architecture, University of Coimbra Centre of Social Studies Fundação de Serralves. ISBN 978-989-99432-0-9 (e|d|arq); ISBN 978-989-95840-6-8 (Centre of Social Studies); ISBN 978-972-739-321-3 (Fundação de Serralves).

BASTOS. Artur (1963) – Bairro de Casas Económicas no Restelo. [Documento icónico]. Dim: 6x6 cm. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 23 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=284706&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (1998) – Arquitectura do século XX. Portugal. Lisboa. Pelouro de Cultura e Tempos Livres/Departamento para a Ciência e Arte do Município de Frankfurt am Main, Deustches Architektur-Museum e Portugal-Frankfurt 97.

BENEVOLO, Leonardo ; MELOGRANI, Carlo ; LONGO, Tommaso (1980) – Projectar a cidade moderna. Editorial Presença.

BENEVOLO, Leonardo (1994) – As origens da urbanística moderna. Lisboa: Editorial Presença.

BENEVOLO, Leonardo (2006) – A cidade e o arquitecto. Lisboa: Edições 70. ISBN 978-972-44-1332-7

BENOLIEL, Judah. (195-)- Fotografia aérea da zona de Belém e Ajuda com destaque para a praça do Império e parte do Mosteiro dos Jerónimos. [Documento incónico]. 1 fotografia : p&b . Dim: 6 x 6 . Negativo de gelatina e prata em nitrato de celulose [Consult. 12 Mar. 2018] Disponível em: WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=280028&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

BENTO, Daniel (2011) - Cidade e Habitat : Uma visão a partir dos Bairros Críticos. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitectura.

BOURDIN, Alain (2011) - O urbanismo depois da crise. Lisboa : Livros Horizonte. ISBN 978-972-24-1706-8.

BRASÍLIA. Museu Virtual (1955) - Brasília, Planta da cidade segundo o Plano de máxima expansão, 1955. [Documento incónico]. [Consult. 10 Jan. 2018]. Disponível em: WWW: < http://www.museuvirtualbrasil.org.br/PT/plano_piloto.html>.

BRITO, Vasco ; CAMARINHAS, Catarina (2007) – Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa (1938). Lisboa: Lisboa. Câmara Municipal. Cadernos do Arquivo Municipal. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/97.pdf> >.

CABRAL, Maximano (2017) – Entrevista em visita às demolições do Bairro 6 de Maio e visita às obras de Vhils. (26 de Maio de 2017)

CABRAL, Maximiano (2017) – Entrevista com Maximiano Cabral. Entrevista realizada por Samantha Silva. Amadora : [s.n.]. Entrevista realizada com Maxiano Cabral em Março de 2017 por ocasião da visita ao Bairro 6 de Maio.

CAIXETA, Eline; (2015) – Uma Arquitectura para a cidade : a obra de Affonso Eduardo Reidy. Arch Daily Brasil [Documento icónico]. 1 fotografia : p&b [Consult. 2 Out. 3017]. Disponível em: WWW : < <https://www.archdaily.com.br/br/776776/uma-arquitetura-para-a-cidade-a-obra-de-affonso-eduardo-reidy> >.

CALIXTO, Vasco (1987) – Páginas da história da Amadora. Amadora: Câmara Municipal da Amadora Departamento de Educação e Cultura e Gabinete de Informação e Relações Públicas/Oficinas Gráficas.

CALVINO, Italo (2015) – As cidades invisíveis. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 978-972-20-6037-0

CAMPEÃO, Álvaro (1976) - Monumento a Santo António, escultor António Duarte. [Documento icónico]. [Consult. 12 Maio. 2018]. Disponível em: WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=338461&AplicacaoID=1&Pagina=1&expand=1&Linha=1&Coluna=1> >.

CARDOSO, Rui, (2016) – “160 anos na linha”. Jornal Expresso [Em linha]. (22 Out. 2016). [Consult. 12, Ago. 2017]. Disponível em WWW:< <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-10-22-160-anos-na-linha> >.

CARMO, Vera, (2014) – A mudança de atitude dos PIEF nas artes visuais. Lisboa. Universidade Lusíada de Lisboa.

CARVALHO, Eder. (2012) - Chandigarh - A visão de cidade de Le Corbusier na Índia. [Documento icónico]. [Consult. 10 Fev.] Disponível em: [www: http://historiaearquitetura.blogspot.pt/2012/07/chandigarh-visao-de-cidade-de-le.html](http://historiaearquitetura.blogspot.pt/2012/07/chandigarh-visao-de-cidade-de-le.html) >.

CARVALHO, Ricardo (2016) – A cidade social – Impasse. Desenvolvimento. Fragmento. Lisboa: Tinta da China. ISBN 978-989-671-299-0

CHAPARRO. Oscar (2013) - BRASILIA: UNA UTOPIA MODERNA. 1956-1960. Lucio Costa/Oscar Niemeyer. Fotografia aérea: Brasília. [documento icónico]. [Consult. 10 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <https://proyectos4etsa.wordpress.com/2013/01/30/brasil-una-utopia-moderna-1956-1960-lucio-costaoscar-niemeyer/> >.

CHAVES, Mário coord. (2012) – Habitar. Lisboa: Universidade Lusíada Editora. ISBN 978-989-640-127-6.

CHAVES, Mário coord. [*et al.*] (2012) – Habitar. Lisboa: Universidade Lusíada Editora. ISBN 978-989-640-127-6

CHOAY, Françoise (2015) – As questões do património: Antologia para um combate. Lisboa: Edições 70. ISBN 978-972-44-1864-3

COELHO, Carlos [*et al.*] (2015) – Morfologia urbana : Estudos da cidade portuguesa : Os elementos urbanos. Vol.I. Lisboa: ARGUMENTUM. ISBN 978-972-8479-78-7

COELHO, João (1937) – Álbum Figueirense. Vol. III. Figueira da Foz: Tipografia Popular. [Consult. 2 Set. 1017]. Disponível em: WWW < <http://www.historiasdafigueiradafoz.com/histaciff/ViewDoc.aspx?id=14#page/2>>.

COELHO, José (2017) – Espólio Fotográfico pessoal do autor.

COELHO, Sara (2015) - HABITAÇÃO PARA AS ELITES LISBOETAS DO ESTADO NOVO: Biografia de um “Português Suave” no Bairro do Areeiro. Lisboa. Instituto Superior Técnico.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ATENAS SOBRE O RESTAURO DOS MONUMENTOS, Atenas 1931 (1931) - Carta de Atenas (1931) : conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos [Em linha]. [Lisboa : Direção-Geral do Património Cultural]. [Consult. 18 Nov. 2014]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>>.

CORBUSIER (1968) - LA Charte D’Athènes. Les Éditions de Minuit.

CORBUSIER (1993) – A Carta de Atenas. São Paulo: HUCITEC editora. ISBN 85.271.090-8.

CORBUSIER (2008) – Maneira de pensar o urbanismo. Sintra: Publicações Europa-América. ISBN 978-972-1-03370-2

CORBUSIER, Le (1995) – Le Corbusier œuvre complète. Volume 6. 1952-57. Zurich. Editon Girsberger. ISBN: 3-7608-8016-9.

COSTA, Alexandre Alves Costa (2016) - In BANDEIRINHA, José, ed. ; SARDO, Delfim, ed. ; MONIZ, Gonçalo, ed. - 74 – 14 SAAL and Architecture: proceedings. Coimbra : e|d|arq. Actas do: International Colloquium, 74-14 SAAL and Architecture Symposium SAAL: Retrospective.

COSTA, Anouk (2014) – Bairro do Alto do Moinho / Bairro SAAL do Alto do Moinho : Portugal, Lisboa, Amadora, Alfragide. IPA.00028225. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Em linha] (2014). [Consult. 12 Jun. 2017]. Disponível em WWW: < http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28225 >.

COSTA, Anouk. VALE, Rita. Direção-Geral do Património Cultural. Ministério da Cultura (2013) - Bairro de Casas Económicas da Encosta da Ajuda / Bairro do Restelo.

[Em linha] [Consult. 12 Dez. 2017]. Disponível em WWW: < http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17545 >.

COSTA, David (2008) - As Áreas Urbanas de Génese Ilegal: Contributos para um modelo de avaliação de desempenho urbanístico. Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

COSTA, Faria (1949) – Plano de arranho e extensão da freguesia da Amadora : relatório geral. Oeiras : Câmara Municipal de Oeiras.

COSTA, João (2010) – Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português. Lisboa : Livros Horizonte. ISBN 978-972-24-1382-4

COSTA. Faria (1945) - Zona de Habitação para rendas Moderadas, 1945, Faria da Costa. Arquivo Municipal de Lisboa. [Documento icónico]. [Consult. 28 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1354462&AplicacaoID=1&Pagina=18A&Linha=1&Coluna=1> >.

COSTA. Faria (1945) - Esquema da Distribuição dos Diferentes Tipos de Edifícios. Plano da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, 1945. Arquivo Municipal de Lisboa. [Documento icónico]. [Consult. 28 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1354462&AplicacaoID=1&Pagina=3&Linha=1&Coluna=1> >.

COSTA. Faria (1945) - Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro: Planta de divisão em células; Localização do centro escolar da célula IV, 1945, Faria da Costa. Arquivo Municipal de Lisboa. [Documento icónico]. [Consult. 28 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1354462&AplicacaoID=1&Pagina=16&Linha=1&Coluna=1> >.

COSTA. Faria (1947) - Praça de entrada da cidade, Portas de Benfica. Plano de Urbanização da Amadora. [Documento icónico]. *In*: Direcção Geral do Património Cultural. Ministério da Cultura.

COSTA. Faria (1947) – Plano de Urbanização da Amadora, 1947. – Planta de Utilização do Solo. (Zonamento). [Documento icónico]. *In*: Direcção Geral do Património Cultural. Ministério da Cultura.

COSTA. Faria (1947) – Plano de Urbanização da Amadora. Plano de Apresentação, 1947. Localização das habitações operárias previstas. [Documento icónico]. *In:* Direcção Geral do Património Cultural. Ministério da Cultura.

COSTA. Faria (1949-1950) - Plano de Remodelação da Baixa, Planta de Apresentação, Desenho da Praça da Figueira e Perspectiva da Praça D. João I, 1949-1950. Faria da Costa. [Documento icónico]. [Consult. Abril. 2018]. Disponível em WWW:<<http://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=188267&img=98853>>.

COSTA. Faria (1949-1950) – Plano de Remodelação da Baixa. Perspectiva da Praça D. João I. [Documento icónico]. Arquivo Municipal de Lisboa. [Consult. 01 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1146129&AplicacaoID=1&Pagina=6&Linha=1&Coluna=1> >.

COSTA. Faria (1949-1950) – Plano de Remodelação da Baixa. Perspectiva de uma das pracetas da Rua da Palma. [Documento icónico]. Arquivo Municipal de Lisboa. [Consult. 01 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1146129&AplicacaoID=1&Pagina=5&Linha=1&Coluna=1> >.

COSTA. Faria (1949-1950) – Plano de Remodelação da Baixa. Perspectiva do conjunto da Praça D. João I e a Rua da Palma. [Documento icónico]. Arquivo Municipal de Lisboa. [Consult. 01 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1146129&AplicacaoID=1&Pagina=11&Linha=1&Coluna=1> >.

COSTA. Faria (1950) - Plano de Remodelação da Baixa – Planta de prolongamento da rua da Palma, 1950. [Documento icónico]. [Consult. 01 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1506020&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

COSTA. Faria (s.d.) – Texto para um livro do Arq. Faria da Costa. Texto cedido por Guilherme Cância Martins. *In:* MARQUES. Bruna. (2015) – João Guilherme Faria da Costa. O caso único da Figueira da Foz. Coimbra. Faculdade de Ciências Técnicas da Universidade de Coimbra.

COSTA. Faria s.d. - Texto para um livro para a editora Cosmos. Texto para um livro de Faria da Costa. Lisboa: [s.n.] s.d. gentilmente cedido por Guilherme Cância Martins. *In:*

Marques. Bruna (2015) – JOÃO GUILHERME FARIA DA COSTA. O caso único da Figueira da Foz. Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

COSTA. Faria s.d. - Texto para um livro para a editora Cosmos. Texto para um livro de Faria da Costa. Lisboa: [s.n.] s.d. gentilmente cedido por Guilherme Câncio Martins. In: D'ALMEIDA. Patrícia (2015) – Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Arquitectónico. Lisboa. Caleidoscópio. ISBN: 978-989-658-283-8.

COSTA. Firmino (1951) - Funeral nacional da rainha Dona Amélia. O representante do chefe do Estado, o Presidente do Conselho, membros do governo e outras entidades oficiais à entrada da igreja de São Vicente de Fora. [Documento icónico]. Dim: 9 x 12 cm. Negativo de gelatina e prata em vidro. [Consult. 19 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=274638&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

COSTA. João Guilherme Faria da Costa. (1939) – Declaração, 1939. In: Processo individual referente a João Guilherme Faria da Costa, Proc. Nº 1657 de 1939. - Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras. Ofício nº 3059. Lisboa. Câmara Municipal. Arquivo Municipal do Arco do Cego.

COWAN. Robert (2005) – The Dictionary of Urbanism. Streetwise Press. ISBN: 0954433009.

CROFT, Vasco (2001) – Arquitectura e humanismo : o papel do arquitecto, hoje, em Portugal. Lisboa : Terramar. ISBN 972-710-294-8

CUNHA, Alfredo (1975a) – [Operários da fabrica Sorefame] [Documento icónico]. [S.l. : s.n.]. Imagem cedida pelo próprio.

CUSTÓDIO, Jorge (1996) – Recenseamento e estudo sumário do Parque Industrial da Venda Nova. Amadora: Amadora. Câmara Municipal. Departamento de educação e cultura.

D'ALMEIDA, Patricia (2015) – Bairro(s) do Restelo : Panorama urbanístico e arquitectónico. Lisboa : Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-283-8

DGT (1944) - Venda Nova e Parque Industrial 1944. [Documento icónico]. In: Direcção Geral do Território, 2017.

DIAS, Francisco (2017) – Raízes e perspectivas do urbanismo meridional português : a arte urbana dos aglomerados portugueses de influência mediterrânica. Lisboa : Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-459-7.

DIAS, Francisco Silva (2001) – O desenho da cidade, do pensamento à mão. In : TOSTÕES, Ana ; CARITA, Helder ; FADIGAS, Leonel. *et al.* (2001) - LISBOA, conhecer pensar fazer cidade. Lisboa. Lisboa. Câmara Municipal. – Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística. Departamento de Informação Urbana. ISBN: 972-98786-1-7.

DIAS, Manuel (2006) – Manual das Cidades. Lisboa : Relógio D'Água Editores.

DIAS. Francisco (2001) – O Desenho da Cidade, do pensamento à mão. In: BARREIROS. Maria coord. (2001) – LISBOA, conhecer pensar fazer cidade. Lisboa. Urbanismo. Departamento de Informação Urbana. Lisboa. Câmara Municipal. ISBN: 972-98786-1-7

DOMINGUES, Alvaro [*et al.*] (2008) – Arquitectura em Lugares comuns. Lisboa: Dafne. ISBN 9789899515987

DUSHKES, Laura (2015) - Palavra de Arquitecto : citações ironias e doses de sabedoria. Gustavo Gili. ISBN: 9788565985482.

ENCARNAÇÃO, Gisela coord. (2008) – Amadora 1900-1920. Amadora: Câmara Municipal.

FADIGAS, Leonel (2015) – Urbanismo e Território – As políticas públicas. Lisboa: Edições Silabo. ISBN 978-972-618-797-4

FADIGAS. Leonel (2001) – Um conceito novo de planeamento para Lisboa. In: BARREIROS. Maria coord. (2001) – LISBOA, conhecer pensar fazer cidade. Lisboa. Urbanismo. Departamento de Informação Urbana. Lisboa. Câmara Municipal. ISBN: 972-98786-1-7

FARHA, Leilani (2016) - "Demolições e despejos em Portugal devem acabar já". Diário de Notícias [Em linha]. (14 Dez. 2016). [Consult. 14 Out. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.dn.pt/sociedade/interior/demolicoes-e-despejos-em-portugal-devem-acabar-ja-5550872.html>>.

FERNANDES, Almeida. (195 -) - Avenida de Roma, cruzamento com a avenida dos Estados Unidos da América. [Documento incónico]. Dim: 9 x 12 cm ; Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 12 Maio. 2018]. Disponível em: WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=280063&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

FERNANDES. José ; JANEIRO, Maria de Lurdes (1991) - Arquitectura modernista em Lisboa, 1925-1940. Lisboa. Câmara Municipal.

FERNANDES. José (1982) – Revista Arquitectura, nº146, Maio 1982. In: MIRANDA. António ; SILVA. Raquel. Coord. (2017) – A Lisboa que teria sido. Martim Moniz, breves reflexões sobre os sucessivos projetos de remodelação ou renovação urbana. Lisboa. EGAC, EM - Museu de Lisboa Palácio Pimenta. ISBN: 978-989-8167-56-9.

FERNANDES. José (201) - A Lisboa que teria sido. Martim Moniz, breves reflexões sobre os sucessivos projetos de remodelação ou renovação urbana. Lisboa. EGAC, EM - Museu de Lisboa Palácio Pimenta. ISBN: 978-989-8167-56-9.

FERRARI. Amadeu *et al.* (194-) - Panorâmica sobre a alameda Dom Afonso Henriques. [Documento icónico]. Dim: 13x18 cm. Suporte: Prova em papel de revelação baritado. [Consult. 01 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=290022&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

FERREIRA, Carlos (2016) – Cidade Multidimensional : Lisboa Metrópolis XXI. Lisboa. Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-351-4.

FERREIRA, Fátima. DIAS, Francisco. PEREIRA, Nuno. (1987) – Guia urbanístico e arquitectónico de Lisboa. Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses. ISBN: 17.228/87.

FIEDERER, Luke. (2017) – Clássicos da Arquitetura: Projeto Urbano de Chandigarh/Le Corbusier. [Em linha]. (13 Mar 2017). [Consult. 10, Fev. 2018]. Disponível em [www: < https://www.archdaily.com.br/br/866973/classicos-da-arquitetura-projeto-urbano-de-chandigarh-le-corbusier >](http://www.archdaily.com.br/br/866973/classicos-da-arquitetura-projeto-urbano-de-chandigarh-le-corbusier).

FIGUEIREDO, Ricardo (2010) – Os planos para o Porto : dos Almadás aos nossos dias. [Documentos incónicos]. [S.l : s.n.] Plano da Encosta do Sol, Donat Alfred Agache. [Consult. 28 Mar. 2017]. Disponível em WWW: < http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos_28.html >.

FIGUEIREDO, Rute (2010) - Bairro de Alvalade / Área do Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro. IPA.00030357 Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Em linha] (2010). [Consult. 20 Jun. 2017]. Disponível em WWW: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30357>. – [por escrever em tese]

FIGUEIREDO, Vitor [*et al.*] (2012) – Vitor Figueiredo: Fragmentos de um discurso. Lisboa: Circo de ideias. ISBN 978-989-95995-7-4

FRANÇA, José Augusto (1982) – Os anos 40 na Arte Portuguesa. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

FRANÇA, José Augusto (1984) – A arte em Portugal no século XX. (1911-1961) Lisboa. Bertrand Editora.

FRANÇA. Augusto; GONÇALVES. Fernando (2000) - Pensar o Ordenamento Territorial: Ideias, Planos, Estratégias (actas do seminário). Lisboa. Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. ISBN: 972-96675-1-9.

FREITAS, Ricardo (2012) - IDENTIDADE, TEMPO E MEMÓRIA : Reflexão sobre processos de reabilitação em edificação de valor patrimonial. Porto: Faculdade de Arquitectura do Porto.

FYNN, Shaun. (2017) - The city Le Corbusier built: inside Chandigarh – in pictures. [Documento icónico]. [Consult. 10 Fev.] Disponível em: [www: < https://www.theguardian.com/cities/gallery/2017/apr/07/the-city-le-corbusier-built-inside-chandigarh-in-pictures>](https://www.theguardian.com/cities/gallery/2017/apr/07/the-city-le-corbusier-built-inside-chandigarh-in-pictures).

GARNIER, Jacqueline (2010) – Geografia Urbana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-0768-5.

GHINITOIU, Laurian. (2017) - Clássicos da Arquitectura: Projeto Urbano de Chandigarh / Le Corbusier. [Documento icónico]. [Consult. 10 Fev.] Disponível em: [www: < https://www.archdaily.com.br/br/866973/classicos-da-arquitetura-projeto-urbano-de-chandigarh-le-corbusier/58b11265e58ece4cd10003ff-ad-classics-master-plan-for-chandigarh-le-corbusier-photo >](https://www.archdaily.com.br/br/866973/classicos-da-arquitetura-projeto-urbano-de-chandigarh-le-corbusier/58b11265e58ece4cd10003ff-ad-classics-master-plan-for-chandigarh-le-corbusier-photo).

GOITIA. Fernando (1996) – Breve História do Urbanismo. Lisboa. Editorial Presença.

GONÇALVES. Fernando (1986) – A propósito dos planos de urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais? In: RODRIGUES. José coord. Et al. (2010) - Teoria e crítica de arquitectura século XX. Lisboa. Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Sul. Caleidoscópio. ISBN: 978-989-658-065-0

GOOGLE INC. (2018) – Ortofotomapa Amadora. In GOOGLE INC. – Google Earth [Em linha]. Mountain View : Google Inc. [Consult. 12 Mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.google.com/intl/pt-PT/earth/index.html>>.

GOULART. João (1968) – Rua 28 de Maio. Venda Nova década de sessenta. [Documento icónico]. Dim: 6 x 6 cm. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 28 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/X->

arqWeb/SearchResultOnline.aspx?search=_OB%3a%2b_QT%3aMFN_266379_Q%3a_EQ%3aT_D%3aT___&type=PCD&mode=0&page=0&res=1&simple=1&auth=RtnXgZ%2ftkgAQ3QxJH8Q7UpdxdtS5%2bW9xUP6607tavYg%3d >.

GOULART. João (1968) – Rua Manuel Matos. Venda Nova [Documento icónico]. Dim: 6 x 6 cm. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 28 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Documento.aspx?DocumentoID=319425&AplicacaoID=1&expand=1&List=T> >.

GOULART. João (1968) – Rua Óscar Monteiro. Venda Nova [Documento icónico]. Dim: 6 x 6 cm. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 28 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/SearchResultOnline.aspx?search=_OB%3a%2b_QT%3aMFN_267057_Q%3a_EQ%3aT_D%3aT___&type=PCD&mode=0&page=0&res=1&simple=1&auth=RtnXgZ%2ftkgAQ3QxJH8Q7UpfYbZx4osDnZu1N4dfQcXw%3d >.

GRANDE, Nuno (2002) - O verdadeiro mapa do universo : uma leitura diacrónica da cidade portuguesa. Coimbra : Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC. ISBN: 972-97383-7-8.

GRIS, Jeanneret. ÉDOUARD, Charles. (1965). - A 1951 sketch by Le Corbusier, with the plan for Chandigarh, left, against one of Delhi. [Documento icónico]. [Consult. 10 Fev.] Disponível em: [www: < https://architecturez.net/doc/az-cf-123703 >](http://www.architecturez.net/doc/az-cf-123703).

GRIS, Jeanneret. ÉDOUARD, Charles. (1965). - A 1951 sketch by Le Corbusier, with the plan for Chandigarh, left, against one of Delhi. [Em linha] . (13 Mar 2017). [Consult. 10, Fev. 2018]. Disponível em [www: < https://architecturez.net/doc/az-cf-123703 >](http://www.architecturez.net/doc/az-cf-123703).

GROER, Gabrielle (1945-1946) – Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. I volume : Introdução ao Urbanismo. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

GUEDES. Paulo (1940) - Exposição do Mundo Português, panorâmica. [Documento icónico]. Dim: 13 x 18 cm. Negativo de gelatina e prata em vidro. [Consult. 19 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=258523&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

HALL, George. (2009) – Le Corbusier. Elemente einer Synthesen in 1968. Rotterdam. Stanislau von Moos / 010 Publishers. ISBN: 978 90 6450 6420.

HALL. Peter ; WARD. Colin (1998) – Sociable Cities, the legacy of Ebenezer Howard. London. John Wiley & Sons. ISBN: 0-471-98504-X / 0-471-98505-8.

HISTORIANS. Society of Architectural (1945-1953) - Le Corbusier, Unité d’Habitation, Marseille, aerial view, 1945–53 . [Documento incónico]. [S.l. : s.n.]. 1 fotografia : p&b [Consult. 12 Mar. 2018] In: BACON, Mardges. (2015) - Le Corbusier and Postwar America. Society of Architectural Historians [Em Linha] ; [Consult. 12 Mar. 2018]. Disponível em: WWW: < <http://jsah.ucpress.edu/content/74/1/13.figures-only> >.

JAIMES. David (2017) - Congresso Nacional / Oscar Niemeyer. [Em linha:] [Consult. 10 Jan. 2018]. Disponível em: WWW: < <https://www.archdaily.com.br/br/803043/classicos-da-arquitetura-congresso-nacional-oscar-niemeyer> >.

KOHLSTEDT. Kurt. (2018) - Ville Radieuse: Le Corbusier’s Functionalist Plan for a Utopian “Radiant City”. [Em linha]. [Consult. a 10 Mar. 2018]. Disponível em: WWW: < <https://99percentinvisible.org/article/ville-radieuse-le-corbusiers-functionalist-plan-utopian-radiant-city/> >.

KOOLHAAS, Rem (2014) – Três textos sobre a cidade : Grandeza ou, o problema do grande; A cidade genérica; Espaço-lixo. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. ISBN 978-85-65985-54-3

LAMAS, José (1993) – Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a ciência e a Tecnologia. ISBN: 73 264/93

LAMAS, José (2007) – Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a ciência e a Tecnologia. ISBN 972-31-0903-4

LE COBUSIER (1929) - Ville Contemporaine, 1925. Grand plans: Le Corbusier in the USSR. [Documento icónico]. [Consult. 28 Mar. 2018]. Disponível em WWW: < <https://www.calvertjournal.com/articles/show/4868/le> >.

LE CORBUSIER. (1953) – Le Corbusier, l’œuvre complete. Zurich. Edition Girsberger. ISBN: 3-7608-8015-0.

LEFEBBRE, Henri (2001) - O direito á cidade. São Paulo: Centauro. ISBN 978-85-88208-97-1.

LEITE, José (2015) – Casa dos Espartilhos – “Ilustração Portuguesa” Edição de 8 de Maio de 1911. [Em linha]. [Consult a 13 de Junho]. Disponível em: WWW: < <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2015/01/casa-dos-espartilhos.html> >.

LEITE. José. (2012) – A Exposição do Mundo Português de 1940. [em linha] . [Consult. 12 Maio. 2018]. Disponível em: WWW: <<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/exposicao-do-mundo-portugues-em-1940.html> >.

LINO, Raul (1945) – Quatro Palavras sobre Urbanização. Lisboa: Edição de Valentim de Carvalho.

LINO. Raul (1992) – Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples. Lisboa. Cotovia. ISBN: 978-972-8028-25-1.

LISBOA. Arquivo Municipal (1939) – Processo individual referente a João Guilherme Faria da Costa, Proc. Nº 1657 de 1939. - Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras. Ofício nº 3059. Lisboa. Câmara Municipal.

LISBOA. Arquivo Municipal. (1940) - Maquete: Rua da Palma e Martim Moniz, 1940. [Documento incónico]. [Consult. 10 Abr. 2018]. Disponível em: WWW: <<http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Documento.aspx?DocumentoID=1506006&AplicacaoID=1>>.

LISBOA. Câmara Municipal. Hemeroteca Municipal de Lisboa (2005) - SABER ALVALADE. Roteiro de um bairro - Exposição virtual. Casas de Renda Económica, tipo 1 e tipo 2 da célula I. [documento icónico]. [Consult. 05 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/Paineis/BAIRRO_plano.pdf >.

LISBOA. Câmara Municipal (1948) – A urbanização do sítio de Alvalade. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

LISBOA. Câmara Municipal (2017) - SABER ALVALADE. Roteiro de um bairro - Exposição virtual. – 2005 [Em linha]. [Consult. 02 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/Bairro_aconstrucao.htm>.

LISBOA. Câmara Municipal; Cadernos do Arquivo Municipal; PEREIRA, Diana. (2016) - A urbanização do sítio de Alvalade. A casa dos meus avós no bairro de Alvalade Considerações entre o projeto arquitetónico e a vida de uma família. Lisboa: Câmara Municipal, 1948. ISSN 2183-3176 [Em linha]. [Consult. 20 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/cad5/varia01.pdf> >.

LISBOA. Câmara Municipal; GRÖER, Étienne. (1948) – Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa- 1948. [Documento icónico]. [Consult. 15 Ago. 2017]. Disponível em WWW: <<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm> >.

LISBOA. Câmara Municipal. (2005) – Plano de Urbanização da zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, 1945. [documento icónico]. [Consult. 02 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/bairroPlano/MAPA1.pdf>>.

LISBOA. Câmara Municipal. (2017) - Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa - PGUEL (Etienne De Gröer) – 1948 [Em linha]. [Consult. 13 Set. 2017] Disponível em WWW: < <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Fotográfico Municipal. (ano) – Título [Documento icónico]. [S.l. : s.n.]. 1 fotografia : p&b. [Consult. 10 Set. 2017]. Disponível em: [www...meter link da imagem](#)

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Fotográfico Municipal. BENOLIEL, Joshua (1911) - Casa dos Espartilhos ornamentada para o IV Congresso Internacional de Turismo. [Documento icónico]. [S.l : s.n.]. 1 fotografia: p&b. [consult. 1 Dez. 2017]. Disponível em: WWW:< <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=256925&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Fotográfico Municipal. BENOLIEL, Joshua (1911) - Casa dos Espartilhos ornamentada para o IV Congresso Internacional de Turismo. [Documento icónico]. [S.l : s.n.]. 1 fotografia: p&b. [consult. 1 Dez. 2017]. Disponível em: WWW: <<http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=256926&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal - Avenida dos Estados Unidos da América, 195 -. [documento icónico]. Dimensão: 6 x 6 cm. Suporte: Negativo de gelatina e prata em nitrato de celulose. [Consult. 02 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <<http://arquivomunicipal2.cmlisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=262498&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal - Fotografia aérea do bairro de Alvalade, 1953. [documento icónico]. [Consult. 02 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <<http://arquivomunicipal2.cm->

lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=273198&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – Visita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e da vereação às obras em curso na avenida de Roma, 1955. [documento icónico]. Dimensão: 9 x 12 cm. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 02 Dez. 2017]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=277158&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – Avenida da Igreja, 1958. [documento icónico]. Dimensão: 9 x 12. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 02 Dez. 2017]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=280596&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – Bairro de Alvalade, 1952. [documento icónico]. Dimensão: 9 x 12 cm. Negativo de gelatina e prata em vidro. [Consult. 02 Dez. 2017]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=262314&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – Construção da avenida dos Estados Unidos da América, 195- . [documento icónico]. Dimensão: 6 X 6. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 02 Dez. 2017]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=283056&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – Fotografia aérea sobre o bairro de Alvalade 1950. [documento icónico]. [Consult. 02 Dez. 2017]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=275312&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal (1938) - Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa. [documento icónico]. [Consult. 22 Set. 2017]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1275108&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal (1940) – Fotografia aérea : Benfica [documento icónico]. 39,7 x 49,8 cm ; prova em papel de revelação baritado. [Consult. 19 Set. 2017]. Disponível em WWW: < http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/SearchResultOnline.aspx?search=_OB%3a%2b_QT%3aMFN_1453767_Q%3a_EQ%3aT_D%3aT___&type=PCD&mode=0&p>.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal (1940) – Fotografia aérea : Benfica [documento icónico]. 39,7 x 49,8 cm ; prova em papel de revelação baritado. [Consult. 19 Set. 2017]. Disponível em WWW: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/SearchResultOnline.aspx?search=_OB%3a%2b_QT%3aMFN_1453765_Q%3a_EQ%3aT_D%3aT___&type=PCD&mode=0&page=0&res=1&simple=1&auth=YYxTozQBqKmonajYE%2faHg%2ffGDBGj%2bRZklgK9QGhQ650%3.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal (1948) - Distribuição da população na cidade segundo a previsão do Arquitecto E. De Gröer. Lisboa [documento icónico]. 1 f. (940 x 590 mm) ; Plano Director - Distribuição da População na Cidade segundo a previsão do Arquitecto E. De Gröer, feita em 1948. [Consult. 22 Set. 2017]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1134946&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal de Lisboa. KURT. Pinto. – Bairro da Encosta da Ajuda. 194- . [documento icónico]. Dimensão: 18 x 24cm Negativo de gelatina e prata em nitrato de celulose. [Consult. 20 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <<http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=275390&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal de Lisboa. NUNES. Abreu – Fotografia aérea do bairro da Encosta da ajuda. 1953. [documento icónico]. Dimensão: 6 x 9 cm Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose [Consult. 20 Dez. 2017]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=273206&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal de Lisboa. NUNES. Abreu – Fotografia aérea do bairro da Encosta da ajuda. 1953. [documento icónico]. Dimensão: 6 x 9 cm Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose [Consult. 20 Dez. 2017]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=273206&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=273207&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1 >.

LISBOA. Câmara Municipal. Direção Municipal de Cultura – Saber Alvalade : Roteiro de um Bairro. Exposição Virtual. [Em linha] (2013). [Consult. 13 Nov. 2017]. Disponível em

WWW:<http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/Paineis/BAIRO_plano.pdf>.

LISBOA. Câmara Municipal. NOVAIS, Mário. - Aspeto do Plano Geral de Urbanização de Lisboa – Encosta da Ajuda. [documento icónico]. 3 negativos : p&b ; 18x24 cm [Consult. 12 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <http://www.bibartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=15W7318404821.44257&profile=ba&uri=full=3100024~!185410~!2&ri=2&aspect=basic_search&menu=search&source=~!fcgbga&ipp=20&staffonly=&term=Encosta+da+Ajuda&index=.GW&uindex=&aspect=basic_search&menu=search&ri=2>.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal de Lisboa. - Bairro da Encosta da Ajuda, com as novas casas económicas, 195-. [documento icónico]. Dimensão: 6 x 6 cm. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 20 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <<http://arquivomunicipal2.cmlisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=271590&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>>.

LOBATO. Luís (1951) – Revista Técnica: A experiência de Alvalade. [Em linha] [Consult. 20 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/bairroConstrucao/Tecnica_revistadeEngenharia_N209-210_Fev-Mar1951_p329-340.PDF>.

LÔBO, Margarida (1995) – Planos de urbanização : A época de Duarte Pacheco. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. ISBN 972-9483-14-0

LÔBO, Susana (2012) - ARQUITECTURA E TURISMO: Planos e projetos; as cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª república á democracia. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

LYNCH, Kevin (2008) – A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70. ISBN 978-972-44-1411-9

MACHADO, Fernando ; SILVA, Alexandre (2009) – Quantos caminhos há no Mundo ? Transições para a vida adulta num bairro social. Cascais: Princípia. ISBN 978-989-8131-53-9

MACHADO. Andréa (2016) - LUCIO COSTA E LE CORBUSIER: BRASÍLIA E A VILLE RADIEUSE. Porto Alegre.

MARQUES, Bruna (2015) - JOÃO GUILHERME FARIA DA COSTA : O caso único da Figueira da Foz. Coimbra: Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

MARQUES, Bruna (2015) - João Guilherme Faria da Costa : o caso único da figueira da foz. Coimbra : Departamento de Arquitetura, da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

MARQUES, Carlos (2012) – Habitação- da industria á fábrica da cidade. Lisboa: Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-205-0

MARQUES. Bruna (2015) - Plano Geral da Figueira da Foz, João Guilherme Faria da Costa, 1937. [Documento icónico]. In: JOÃO GUILHERME FARIA DA COSTA. O caso único da Figueira da Foz. Coimbra. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

MARTINS. Moises, OLIVEIRA. Madalena. BANDEIRA. Miguel. (2012) - o «mundo português» da exposição de 1940 em postais ilustrados: o global numa visão lusocêntrica. Coimbra. Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS) Universidade do Minho.

MELO. Francisco Homem (1951) – Parecer da Comissão de Revisão. Direção-Geral dos Serviços de Urbanização. In: SIPA, 2018.

MENDES, Maria ; CRESPO, José ; FERREIRA, Carlos coord. (2012) – A cidade entre Bairros. Lisboa: Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-163-3

MERIN. Gili (2013) – Ville Radieuse / Le Corbusier, 1933. [Documento incónico]. [Consult. 10 Jan. 2018]. Disponível em: WWW: <<https://www.archdaily.com/411878/ad-classics-ville-radieuse-le-corbusier> >.

MERIN. Gili (2016) - Clássicos da Arquitetura: Ville Radieuse / Le Corbusier. [Em linha]. [Consult. 2 Abril. 2018]. Disponível em WWW: <<https://www.archdaily.com.br/br/787030/classicos-da-arquitetura-ville-radieuse-le-corbusier>>.

MORAIS, A. (2009) – Era uma vez uma cidade chamada Amadora.... PSIGOLOS-Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE. ISN: 2182-3146.

MORGADO, José (2016) – Harmonia: O Potencial Catártico da Arquitectura. Lisboa. Caleidoscópio. ISBN: 978-989-658-361-3

NICOLAU, Jorge (2012) - A cidade entre Bairros. Lisboa: Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-163-3

NOVAIS, Mário (1925) – Estúdio Mário Novais. Biblioteca de Arte – Fundação Calouste Gulbenkian. [Documento icónico]. 2 negativos : p&b ; 18x24 cm [Consult. 12 Maio. 2017]. Disponível em: WWW: <
[http://www.biblartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1518991T3M0P7.38616&profile=ba&uri=full=3100024~!182361~!0&ri=4&aspect=basic_search&menu=search&source=~!fcgbga&ipp=20&staffonly=&term=F%C3%A1bricas+--+Amadora+\(Portugal\)+--\[Fotografias\]&index=SUBJECT&uindex=&aspect=basic_search&menu=search&ri=4](http://www.biblartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1518991T3M0P7.38616&profile=ba&uri=full=3100024~!182361~!0&ri=4&aspect=basic_search&menu=search&source=~!fcgbga&ipp=20&staffonly=&term=F%C3%A1bricas+--+Amadora+(Portugal)+--[Fotografias]&index=SUBJECT&uindex=&aspect=basic_search&menu=search&ri=4)>.

NOVAIS, Mário (1933) – Estúdio Mário Novais. Biblioteca de Arte – Fundação Calouste Gulbenkian. [Documento incónico]. [S.l. : s.n.]. 1 fotografia : p&b [Consult. 12 Dez. 2017]. Disponível em: WWW: <
<https://www.flickr.com/photos/biblarte/collections/72157606056616635/>>.

NOVAIS, Horácio (1938) - Parque Florestal de Monsanto, assinatura do projecto 1938. [Documento icónico]. Dim: 6 x 8 cm. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 20 Dez. 2017]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=265704&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

NUNES, João (2011) – Florestas de cimento armado: Os grandes conjuntos residenciais e a construção da metrópole de Lisboa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. ISBN 978-972-31-1369-3.

Obras Públicas. Ministério (1962) – Parecer do processo relativo ao plano de urbanização da Amadora, N°3110, 8 de Agosto de 1961. Ministério das Obras Públicas. Sessões do Conselho Superior de Obras Públicas, 1ª Subsecção da 3ª Secção, em 22 de Maio de 1962.

OEIRAS. Câmara Municipal (1948) – Plano de urbanização da Amadora : plano de apresentação. Oeiras : [s.n.]. Documento acessível no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Forte de Sacavém.

Oeiras. Câmara Municipal (1951) – Parecer da Comissão de Revisão. Plano de arranjo, Embelezamento e Extensão da Freguesia da Amadora, 1949. Conselho Superior de Obras Públicas, 1ª Subsecção da 3ª Secção, em 21 de Junho de 1951.

OEIRAS. Câmara Municipal (1960) – Parecer da Câmara Municipal de Oeiras sobre o plano de urbanização de João Aguiar, aprovado por unanimidade em reunião a 18 de Novembro de 1960. (Procº C5-FI-LI/29). Oeiras. Câmara Municipal.

PACHECO. Duarte (1938) – Sessão número 17 de Março de 1938. In: Acta nº 4. LISBOA. Câmara Municipal, 1938.

PALLASMA. Juhani (2017) – Habitar. Barcelona. Editorial Gustavo Gili, SL. ISBN: 978-85-8452-094-7.

PANERAI, Philippe (2006) – Análise Urbana. Brasília: Universidade de Brasília. ISBN 85-230-0923-X

PARK, Robert ; BURGESS, Ernest ; MCKENZIE ,Roderick (1925) – The city. Chicago: The University of Chicago Press. ISBN 13-978-0-226-64611-4.

PATRIMÓNIO. Direcção Geral do Património Cultural – SIPA. (2013) – João Guilherme Faria da Costa, s.d. [Documento incónico]. [Consult. 12 Fev. 2018]. Disponível em: WWW: <
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=a34edeeb-1d22-4f8b-ae46-368811ee28df >.

PEDREIRINHO, José (2017) – Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I á actualidade. Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 978-972-36-1483-1.

PELLETIER. Jean ; DELFANTE. Charles (2000) – Cidades e Urbanismo no Mundo. Lisboa. Instituto Piaget. ISBN: 972-771-294-0

PEREIRA. Nuno (1969) – Habitações para o maior número. Colóquio de Urbanismo, Funchal, 8 de Janeiro de 1969. In: MENDES. Manuel. PEREIRA. Nuno (1996) – Nuno Teotónio Pereira. Escritos (1947-1996). Porto. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. ISBN: 972-9483-19-1

PEREIRA. Paulo. TOSTÕES. Ana (1995) – História da Arte Portuguesa. (3º volume). Lisboa. Círculo de Leitores. ISBN: 972-759-010-1.

PERRY. Clarence (1929) – “The Neighborhood Unit: A Scheme of Arrangement of the Family-Life Community” In: Vol. VII of Regional Survery of New York and its Environs, New York, 1929.

PINTO, Paulo (2013) - Passagens N1-paisagens Distantes a Cril uma Avenida. Lisboa: Caleidoscópio. ISBN 9789896582128

PIRES, Maria (2012) – O Ateliê de arquitectura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins : visibilidade da memória. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PIRINI, Nicolo, (2009) – Invisible Cities, by Italo Calvino. [documento icónico]. [Consult. 13 Maio 2017]. Disponível em WWW: <<https://www.flickr.com/photos/14271839@N04/4154139701/in/photolist-7k641i-7GBR45-7GBnr4-7GBpLe> >.

PORTAS, Nuno ; DOMINGUES, Álvaro ; CABRAL, João (2007) - Políticas urbanas : tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 978-972-31-1061-6.

PORTAS, Nuno ; DOMINGUES, Álvaro ; CABRAL, João (2011) – Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projetos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-1382-2.

PORTAS, Nuno (2004) – A habitação social : Proposta para a metodologia da sua arquitectura. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. ISBN 972-9483-63-9

PORTAS, Nuno (2011) – A cidade como arquitectura. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 978-972-24-1463-0
PORTAS, Nuno (2012) – Os tempos e as formas : volume II A cidade imperfeita e a fazer. Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho. ISBN 978-98996163-5-6

PORTUGAL. Estado Maior do Exército (1911) – Carta dos arredores de Lisboa [Documento topográfico]. [S.l.] : Estado Maior do Exército. Documento cedido pela Câmara Municipal da Amadora, Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira.

PORTUGUAL. Eduardo (1940) - Comemorações do Duplo Centenário - Exposição do Mundo Português, pavilhão de Honra e de Lisboa. [Documento icónico]. Prova em papel de revelação baritado. [Consult. 19 Fev. 2018]. Disponível em WWW: <<http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=254612&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

Processo individual referente a João Guilherme Faria da Costa, Proc. Nº 1657, Despacho de 28 de Janeiro de 1954, Diário nº 5641 de 10.02.1954. In: LISBOA. Arquivo Municipal (1939) – Processo individual referente a João Guilherme Faria da

Costa, Proc. Nº 1657 de 1939. - Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras. Ofício nº 3059. Lisboa. Câmara Municipal.

QUEIROZ, Eça (2014) – Os Maias. Porto: Porto Editora. ISBN 978-989-711-0020-7.

RAPOSO, Isabel (2012) - A cidade entre Bairros. Lisboa: Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-163-3

RODEIA. João; MENESES. Cristina coord. (2008) – A fragilidade do possível e a solidez do impossível. 1948/2008, 60 anos do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura. *In: Arquitectos. Ordem dos Arquitectos. Julho 2008, Ano XVI, nº186*. ISSN 0872-4415.

RODOLFO. João (2002) – Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal. Lisboa. Dom Quixote. ISBN: 972-20-2192-3.

RODRIGUES, José [*et al.*] coords. (2010) – Teoria e critica da Arquitectura- Século XX. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. ISBN 978-989-658-065-0

RODRIGUES, Luís (2017) – Manual dos crimes urbanísticos: exemplos para compreender os negócios da especulação imobiliária. Lisboa: Guerra e paz. ISBN 978-989-702-294-4

ROSSI, Aldo (2016) – A arquitectura e a cidade. Lisboa: Edições 70. ISBN 978-972-44-1916-9

ROSSI, Aldo. (1977) – A Arquitectura da Cidade. Lisboa: Edições Cosmos.

ROSSI. Aldo (1977) – A Arquitectura da Cidade. Lisboa. Edições Cosmos.

RYAZANSKIY. Sergey (2017) - A incrível cidade de Brasília. Vista de cima, a parte principal da cidade se assemelha a um avião, não é? – Fotografia aérea: Brasília. [documento icónico]. [Consult. 10 Fev. 2018]. Disponível em WWW: <<http://www.portalqueimadas.com.br/noticia/astronauta-russo-publica-no-instagram-foto-de-brasilia-do-espaco.html>>.

SALAZAR. António (1948) – Discurso de 7 de Novembro de 1948. *In: HENRIQUES. Mendo ; MELLO. Gonçalo (2010) – Pensamento e Doutrina Política. Textos Antológicos*. Lisboa. Edições Babel. ISBN: 978-972-22-2987-6.

SALAZAR. António. (1948) – Discurso de 7 de Novembro de 1948. *In: HENRIQUES, Mendo; MELLO, Gonçalo (2010) – Pensamento e Doutrina Política Textos Antológicos - António Oliveira Salazar*. Lisboa. Babel. ISB: 978-972-22-2987-6.

SALGADO. Manuel (2006) - Atlas Urbanístico de Lisboa. Lisboa. Argumentum. ISBN:9789728479466.

SALGUEIRO, Teresa (1992) - A cidade em Portugal. Uma geografia urbana. Porto : Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0202-4.

SALGUEIRO. Teresa (2001) –Lisboa, Periferia e Centralidades. Oeiras. Celta Editora. ISBN: 972-774-109-6.

SALVATORE. Silvia Di ; TOSTÕES. Ana ; GUARDA. Israel. (2015) - Lisboa. Planeamento, política e cidade através da obra de João Guilherme Faria da Costa (1938-1958) *In: Construir Cidade: Os atores*. Painel III, (2015), Conferência. Teatro Aberto Um Acervo para a História II. Lisboa. Arquivo Municipal.

SANTANA, Francisco. SUCNA, Eduardo. (1994) – Dicionário da História de Lisboa. Lisboa: Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda. ISBN: 972-96030-0-6.

SEIXAS, João (2015) - Em todas as ruas – crónicas urbanas. Lisboa: Escritório Editora. ISBN 9789898507471.

SERÔDIO, Armando (1963) – Avenida dos Estados Unidos da América. [Documento icónico]. Dim: 9 x 12 cm ; Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 12 Maio. 2018]. Disponível em: WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=296357&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

SERÔDIO. Armando (1958) - - Bairro das Estacas, construído na célula 8 do Plano dedicada a edifícios da Série II – tipos 4, 5, e 6 Casas de Renda Económica, 1959. [Documento icónico]. Dim: 9 x 12 cm. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 28 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=280074&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

SERÔDIO. Armando (1959) - Bairro das Estacas, construído na célula 8 do Plano dedicada a edifícios da Série II – tipos 4, 5, e 6 Casas de Renda Económica, 1959. [Documento icónico]. Dim: 9 x 12 cm. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 28 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=281964&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

SERÔDIO. Armando, *et al.* (1951) – Demolições. [Documento icónico]. Dim: 6x12cm Suporte: Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. [Consult. 01 Fev. 2018]. Disponível em WWW: < <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=271170&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> >.

SILVA, Alves (2003) – Do outro lado da Linha. Amadora: Centro Social do Bairro 6 de Maio [IPSS]. ISBN 972-9071-19-5

SILVA, João Antunes (1993) – Keil do Amaral, o Urbanista. In : TOSTÕES. Ana AMARAL. Kel ; MOITA. Irisalva (1999) – Keil do Amaral. O Arquitecto e o Humanista. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa Pelouro da Cultura. Departamento de Património Cultural Divisão de Museus e Palácios. ISBN: 972-8403-02-X.

SILVA, João Antunes (1994) – O Atelier de Keil do Amaral. In: TOSTÕES. Ana AMARAL. Kel ; MOITA. Irisalva (1999) – Keil do Amaral. O Arquitecto e o Humanista. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa Pelouro da Cultura. Departamento de Património Cultural Divisão de Museus e Palácios. ISBN: 972-8403-02-X.

SILVA, Miguel (2012) - Património industrial em Portugal: inclusão do passado em projetos contemporâneos. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa Faculdade de Arquitectura e Artes Doutoramento em Arquitectura.

TAVARES, Carla (2014) – Amadora em números. Amadora: Amadora. Câmara Municipal. In: AMADORA. Câmara Municipal. Divisão de Informação Geográfica.

TELMO. Cottinelli (1939) – A exposição do Mundo Português será uma afirmação da técnica nacional. In: Revista dos Centenários, N°6 de 30 de Junho de 1939.

TERENO, Paula (2013) - João Guilherme Faria da Costa : Arquitecto / Urbanista (Sintra, 1906 - Lisboa, 1971). Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [Em linha] (Dez. 2013). [Consult. 12 Jun. 2017]. Disponível em WWW: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=a34edeeb-1d22-4f8b-ae46-368811ee28df>.

TOSTÕES, Ana (1995) – Arquitectura Portuguesa do Século XX. Ecletismo, Revivalismo e a “Casa Portuguesa”. In: ARRUDA. Luísa; CARLOS. Isabel ; GOMES. Paulo *et al.* (1995) – História da Arte Portuguesa. III Volume. Lisboa. Circulo de Leitores. ISBN: 972-759-010-1.

TOSTÕES, Ana (2001) – O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa. In : TOSTÕES, Ana ; CARITA, Helder ; FADIGAS, Leonel. *et all.* (2001) - LISBOA, conhecer pensar fazer cidade. Lisboa. Lisboa. Câmara Municipal. – Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística. Departamento de Informação Urbana. ISBN: 972-98786-1-7.

TOSTÕES, Ana Coord ; ROSSA, Walter Coord. (2008) – 1758 Lisboa: o plano da baixa hoje. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa. ISBN: 978-972-95472-7-0

TOSTÕES. Ana ; AMARAL. Kel ; MOITA. Irisalva (1999) – Keil do Amaral. O Arquitecto e o Humanista. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa Pelouro da Cultura. Departamento de Património Cultural Divisão de Museus e Palácios. ISBN: 972-8403-02-X.

TOSTÕES. Ana (1997) – Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. Porto. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. ISBN: 972-9483-80-2.

TOSTÕES. Ana (1998) – Portugal: Arquitectura do século XX. In: Rodrigues. José Manuel. Coord. (2010) – Teoria e Critica de Arquitectura – Século XX. Lisboa. Caleidoscópio. ISBN: 978-989-658-065-0

TOSTÕES. Ana (1998) – Portugal: Arquitectura do século XX. In: RODRIGUES. José coord. Et al. (2010) - Teoria e crítica de arquitectura século XX. Lisboa. Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Sul. Caleidoscópio. ISBN: 978-989-658-065-0

TOSTÕES. Ana (2001) – O Bairro de Alvalade no quadro de desenvolvimento urbano de Lisboa. In: BARREIROS. Maria coord. (2001) – LISBOA, conhecer pensar fazer cidade. Lisboa. Urbanismo. Departamento de Informação Urbana. Lisboa. Câmara Municipal. ISBN: 972-98786-1-7

TOSTÕES. Ana (2009) – ARTE PORTUGUESA da pré-história ao século XX. A arquitectura Moderna e Obra Global a partir de 1900. Lisboa. Instituto dos Museus e da Conservação. IGESPAR. ISBN: 978-989-8207-07-4.

TOSTÕES. Ana (2018) – LISBOA a Capital do Império. In: As Grandes Obras do Estado Novo. História. Visão. Nº 46 – Abril de 2018.

TOSTÕES. Ana coord. (2004) – A arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. Lisboa. Instituto Português do Património Arquitectónico. ISBN: 972-8736-35-5.

TOUSSAINT. Michel. (2016) – Homenagem a Nuno Teotónio Pereira. [Em linha]: [Consult. 12 Mar. 2018]. Disponível em WWW: <
http://www.fa.ulisboa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3485%3Aho-menagem-a-nuno-teutonio-pereira&catid=212%3Apress-release&Itemid=380&lang=pt
>.

TREVISAN, Alexandra. GONZÁLEZ, Cubero. ALMDEIDA, Pedro. (2009) – LER LE CORBUSIER. Porto. Edições do CEAA. ISBN: 978-972-8784-34-8.

VOYÉ. Liliane, Rémy. Jean (1992) – A cidade: Rumo a uma nova definição? Porto. Edições Afrontamento. ISBN: 972-36-0331-4

WITTMANN, Angelina (2016) - Arquitetura - Siedlung - Hufeisensiedlung Britz – Berlin. Em linha:] [Consult. 10 Jan. 2018]. Disponível em: WWW: < <https://angelinawittmann.blogspot.com/2016/04/arquitetura-siedlung-hufeisensiedlung.html> >.

XAVIER, Gabriela ; ENCARNAÇÃO, Gisela (2009) – Património Classificado: Município da Amadora. Amadora: Câmara Municipal da Amadora. ISBN 978-972-8284-55-8

XAVIER, Gabriela ; ENCARNAÇÃO, Gisela coord. (2013) – Pela Estrada da Porcalhota. Amadora: Câmara Municipal da Amadora. Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Plantas e Fotografia aérea da Cidade da Amadora.

ANEXO A

Plantas e Fotografia aérea da Cidade da Amadora²²⁷

²²⁷ Amadora território rural, em 1944. (Portugal. Direcção Geral do Território, 1944) ; Plano de Urbanização da Amadora, Plano de apresentação, 1949, Faria da Costa. (Património. Direcção-Geral do Património Cultural, 1949) ; Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora, 1960, João Aguiar. (Amadora. Câmara Municipal, 1960) e Fotografia aérea território da Amadora, 1965. (Portugal. Direcção Geral do Território, 1965).







CAMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA AMADORA
PLANO DE APRESENTAÇÃO



LEGENDA

- CONSTRUÇÕES EXISTENTES
- MORADIAS
- HABITAÇÃO COLECTIVA
- CONSTRUÇÃO ALINHADA
- HABITAÇÃO OPERARIA
- CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS (EXISTENTES)
- CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS (PROJECTADAS)
- EDIFICIOS PUBLICOS
- CONSTRUÇÕES MILITARES

O ARQUITECTO URBANISTA

Francisco Sá Carneiro
1948

PLANO DE
URBANIZAÇÃO
DA FREQUÊNCIA
DA AMADORA

PLANTA DE
APRESENTAÇÃO
ESCALA 1:2000



C O N G E L H O



D E L I S B O A

O N O S O N O

